

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**KATHERINE GÓMEZ PLATA**

**A EDUCAÇÃO PÓS ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ.**

**PONTA GROSSA  
2022**

**KATHERINE GÓMEZ PLATA**

**A EDUCAÇÃO PÓS ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ.**

Texto apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa História e Política Educacionais, como parte do requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone de Fátima Flach.

**PONTA GROSSA  
2022**

G633 Gómez Plata, Katherine  
A educação pós acordo de paz na Colômbia e suas contribuições para a construção da paz / Katherine Gómez Plata. Ponta Grossa, 2022.  
178 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),  
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

1. Colômbia. 2. Conflito armado. 3. Acordo de paz. 4. Políticas educacionais.  
5. Antônio Gramsci. I. Flach, Simone de Fátima. II. Universidade Estadual de  
Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.986



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

## TERMO

**KATHERINE GOMEZ PLATA**

### A EDUCAÇÃO PÓS ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone de Fátima Flach – UEPG (Presidente)

Prof. Dr. Pablo Silva Machado Bispo dos Santos - UFF

Prof. Dr. Alessandro de Melo - UNICENTRO

Prof.<sup>a</sup> Dra. Gisele Masson - UEPG - UEPG

Prof. Dr. Jefferson Mainardes - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Fatima Flach, Professor(a)**, em 30/06/2022, às 17:05, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Masson, Professor(a)**, em 30/06/2022, às 17:07, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Mainardes, Professor(a)**, em 05/07/2022, às 09:24, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1022974** e o código CRC **4F9CEEA0**.

*Dedico este trabalho a todos os colombianos que deram a vida pela  
defesa dos direitos coletivos e pela paz.*

*NMRK*

## AGRADECIMENTOS

No processo de pesquisa e conclusão desta tese, fruto da excelente formação recebida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em especial, os que ministraram as disciplinas que cursei, sou imensamente grata por todos os ensinamentos que durante esses quatro anos contribuíram para minha formação como pesquisadora.

Os professores e disciplinas que compõem o currículo do Doutorado em Educação, destacam-se pela qualidade profissional e humana, nesse sentido quero agradecer especialmente à professora **Dra. Simone Flach**, por ter me selecionado para orientação e por sua perseverança em face das dificuldades diante o idioma e minha formação profissional em ciências exatas que exigia maior empenho de sua parte para me instruir neste curto período de tempo neste processo investigativo voltado às políticas educacionais sob a ótica do método do Materialismo Histórico Dialético.

Aos professores e colegas do grupo de pesquisa Capital Trabalho e Educação – **GPCATE**, pelas discussões e ensinamentos que, sem dúvida, enriqueceram meu aprendizado sobre o MHD, pela valorosa contribuição ao projeto de tese com sugestões quanto aos encaminhamentos para a condução da pesquisa.

Aos professores da banca examinadora, ao professor **Dr. Pablo Silva Machado Bispo dos Santos**, ao professor **Dr. Alessandro de Melo**, ao professor **Dr. Jefferson Mainardes**, e à professora **Dr.<sup>a</sup> Carina Alves da Silva Darcoletto**, por dedicarem seu tempo e conhecimento que foram essenciais para dar continuidade e concluir a investigação.

À **comunidade As Gardêneas** e à **Instituição Educativa do Distrito As Gardêneas**, por me receber e participar da investigação, por falar mesmo com medo, sobre um assunto que na Colômbia pode custar sua vida, como é o conflito armado. Obrigada por me acolher calorosamente.

À minha família, meus pais, **Lourdes Plata** e **Julio Gómez**, por me ensinarem a correr atrás dos meus sonhos, por me motivarem a continuar estudando e, sobretudo, pelas discussões sobre política e direitos do cidadão que geraram em mim a consciência de classe com a qual me identifico; e meus irmãos **Yesid** e **Lourdes** que me apoiaram nesta jornada.

Ao amor de minha vida, minha companheira **Natalia**, que me motivou e me acompanhou nesta jornada, oferecendo-me suas palavras de incentivo, auxiliando-me na transcrição e tradução das

entrevistas. Ouvindo minha indignação com o que está acontecendo em nosso país, me animando quando a frustração tomou conta de mim. Obrigada por todo seu amor. Amo-te.

Aos meus amigos da Colômbia: **Berenice, Adalberto, Wendy, Jeniffer**, que apesar da distância sempre estiveram comigo, me incentivando a dar meu melhor. Do Brasil: **Karen e Ana**, por serem mais que amigas, minha família aqui, obrigada por todo apoio recebido, mas acima de tudo por me receberem com tanto carinho, amo muito vocês.

Aos meus **colegas do Doutorado em Educação**, pelos conhecimentos compartilhados, pelos momentos vividos, pelos cafés coloniais, pelos momentos de desabafo e por continuarem as nossas conversas no WhatsApp. Sinto falta de vocês.

Agradeço à **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, pelo apoio institucional, por garantir aos estudantes estrangeiros o acesso ao Restaurante Universitário, por proporcionar a toda a comunidade espaços de estudo, como bibliotecas e salas de estudo, pelos projetos voltados à comunidade universitária. Obrigada pela hospitalidade, fizeram-me sentir em casa.

Ao Programa de **Becas Brasil PAEC OEA -GCUB**, pelas bolsas concedidas a cidadãos americanos para fazer mestrado e doutorado em universidades brasileiras.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES** pela bolsa concedida durante o doutorado.

Obrigada **Brasil**, pela sua cultura, pela música, pela língua, mas sobretudo pelo seu povo, um povo que resiste e em meio às suas lutas por igualdade social é muito animado e corajoso. Obrigada porque contribuíram no meu processo de tomada de consciência em relação as lutas feministas, antirracistas e a favor dos direitos LGBTI. Estou muito grata por esta experiência.

Pueblo contra pueblo raza contra raza  
Los que se tiran de la misma casa son  
La gente corre pa todos laos  
Ni cuenta se han dao que el hambre vino  
Mira en el camino  
Ya no queda el son  
Y en la finca solo se ha sembrao el resentimiento  
Y aquellos que prometieron  
Los que vinieron buscando el voto se quedó en puro cuento  
Allá en la tierra del indio  
Ya cayó otro y muchos se han venío  
De monte adentro dejando campos,  
Cultivos gracias al vivo  
Y también al violento  
Busca en la mina que ya no hay ná  
Y en el barrio terror y ruina  
Busca que busca  
Sigue buscando que no se sabe si esto termina  
Que no se sabe hasta cuando  
La misma historia  
Los mismos dando unos van  
Otros quedan sálvense los que puedan  
Acá se dice que solo ruedan noticias malas y balas  
Y hasta se dice que ya no hay nada  
Que la violencia pasea y va  
Con el que impone el miedo con el que jala el dedo  
Con el que como sea quiere ser primero  
Sigue la pelea sin agüero  
Bolsillo que se llena pueblo que se pierde  
Ignorancia que abunda pa que la gente se confunda  
Y no digan nada  
Y después se quejan que la vagabunda  
Y después se quejan que el que roba y tumba  
Dónde está el encanto de nuestros cielos  
Dónde está la sangre que derramaron los quereros  
Dónde están las riquezas  
Dónde está el oro, dónde está el amarillo azul y rojo  
Systema Solar 2009  
Compositores: Emmylou Harris / Rodney Crowell



## RESUMO

GOMEZ PLATA, Katherine. **A educação pós acordo de paz na Colômbia e suas contribuições para a construção da paz. 2022.** 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

No ano de 2016, o Governo, na busca de consolidar a paz no país, assinou um acordo com as FARC- EP, a guerrilha mais antiga e com a maior presença no território. Diante desse fato histórico e no meio desta conjuntura social, política e econômica, se executam políticas que visam superar as desigualdades sociais das vítimas do conflito, dentre as quais aqui se destacam as políticas educacionais. Nesse contexto, a pesquisa tem por objeto de estudo as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz, implementadas nas escolas colombianas, tendo como recorte temporal o período de 2010 a 2018. Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo geral desvelar as contradições das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a construção da paz na Colômbia. Para a realização deste objetivo, propomos como objetivos específicos: Entender o contexto histórico-político da Colômbia, a partir dos antecedentes históricos, políticos e econômicos que configuraram o conflito armado interno; Identificar os fundamentos das FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro, o Acordo de Paz 2016 e sua constituição como partido político; Analisar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas; Examinar as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo. A pesquisa de natureza qualitativa envolveu os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica e análise documental das políticas educacionais decorrentes do marco jurídico do Acordo de Paz implementadas pelo Ministério da Educação Nacional; b) pesquisa empírica com docentes e pais de família da Instituição Educativa As Gardênias, localizada na comunidade denominada *As Gardênias*, na cidade de Barranquilla- Colômbia. Como aporte teórico, foi utilizado o Materialismo Histórico e Dialético com ênfase nas contribuições de Antônio Gramsci. Temos como tese que a educação ocupa um espaço restrito no Acordo de paz e que a escola só pode contribuir na construção da democracia se as políticas educacionais levarem em conta as desigualdades sociais e propuseram alguma alternativa superá-las. A análise do Acordo de paz e das políticas educacionais que vêm sendo implementadas nas escolas que atendem vítimas do conflito evidencia as limitações da instituição escolar na construção da paz considerando a realidade na qual se circunscreve. A partir dessas considerações é possível afirmar que, para a construção da paz, as escolas que atendem vítimas do conflito enfrentam dificuldades práticas, visto que precisam implementar as políticas educacionais provenientes do Acordo de Paz em contexto social permeado por consequências históricas de violência. A democracia colombiana é permeada por certos limites para o exercício da pluralidade política, pois não há espaço para a diversidade político-ideológica sob a hegemonia burguesa. Nesse sentido, concluímos que a construção da paz descrita nas Políticas Educacionais do Acordo pretende educar o grupo dominado para conseguir uma postura passiva diante das desigualdades sociais e políticas que vivencia, inibindo assim sua potencialidade revolucionária. Deste modo, consolida-se a paz em benefício da burguesia.

**Palavras- chave:** Colômbia; Conflito armado; Acordo de paz; Políticas educacionais; Antônio Gramsci.

## ABSTRACT

GOMEZ PLATA, Katherine. **Education after the peace agreement in Colombia and its contributions to the construction of peace.** 178 p. Thesis (Education PhD) – Ponta Grossa State University, Ponta Grossa, 2022.

In 2016, the Government, to consolidate peace in the country, signed an agreement with the FARC-EP, the oldest guerrilla group with the largest presence in the territory. In view of this historical fact and during this social, political and economic situation, policies are implemented that aim to overcome the social inequalities of the victims of the conflict, among which educational policies stand out. In this context, the research has as its object of study the educational policies resulting from the Agreement for Peace, implemented in Colombian schools, having as a time frame the period from 2010 to 2018. In this way, the present research had as general objective to reveal the contradictions of the educational policies resulting from the Peace Agreement and its possible contributions to the construction of peace in Colombia. To achieve this objective, we propose as specific objectives: Understand the historical-political context of Colombia, based on the historical, political and economic background that shaped the internal armed conflict; Identify the foundations of the FARC-EP since its creation as a guerrilla movement, the 2016 Peace Agreement and its constitution as a political party; Analyze the educational policies contemplated in the Peace Agreement for Colombian schools; Examine the strategies implemented in the school to implement the educational policies contemplated in the agreement. The qualitative research involved the following methodological procedures: a) bibliographic research and documental analysis of educational policies resulting from the legal framework of the Peace Agreement implemented by the Ministry of National Education; b) empirical research through interviews with teachers and parents of the As Gardênias Educational Institution, located in the community called As Gardênias, in the city of Barranquilla-Colombia. Historical and Dialectical Materialism was used as theoretical support, with emphasis on the contributions of Antônio Gramsci. Our thesis is that education occupies a restricted space in the Peace Agreement and that the school can only contribute to the construction of democracy if educational policies consider social inequalities and propose some alternative to overcome them. The analysis of the Peace Agreement and of the educational policies that have been implemented in schools that serve victims of the conflict highlights the limitations of the school institution in the construction of peace, considering the reality in which it is circumscribed. Based on these considerations, it is possible to affirm that, to build peace, schools that serve victims of conflict face practical difficulties, since they need to implement the educational policies arising from the Peace Agreement in a social context permeated by historical consequences of violence. Colombian democracy is permeated by certain limits to the exercise of political plurality, before there is not political-ideological diversity under bourgeois hegemony. In this sense, we conclude that the construction of peace described in the Educational Policies of the Agreement, intends to educate the dominated group to achieve a passive posture in the face of social and political inequalities that it experiences, thus inhibiting its revolutionary potential. In this way, consolidating peace for the benefit of bourgeoisie.

**Keywords:** Colombia; Armed conflict; Peace agreement; Educational policies; Gramsci.

## LISTA DE QUADROS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| QUADRO 1- | Pontos do Acordo de Paz Governo Santos- FARC-EP 2016..... | 86  |
| QUADRO 2- | Tópicos da Cátedra da Paz Decreto 1038 de 2015.....       | 108 |
| QUADRO 3- | Níveis de habilidade em uma sociedade.....                | 115 |
| QUADRO 4- | Fases da pesquisa empírica.....                           | 126 |

## LISTA DE FIGURAS

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| FIGURA 1-  | Período de Violência na Colômbia -1950-1953.....                               | 58  |
| FIGURA 2 - | Repúblicas independentes.....  | 61  |
| FIGURA 3-  | Comparativo da presença das repúblicas independentes versus FARC-EP.....       | 70  |
| FIGURA 4-  | Linha do tempo da trajetória das FARC-EP ao movimento político<br>COMUNES..... | 76  |
| FIGURA 5-  | Zona de distensão El Caguán.....   | 83  |
| FIGURA 6-  | Resultado do plebiscito sobre os acordos de paz colombianos de 2016.....       | 87  |
| FIGURA 7-  | Linha do tempo Acordo de Paz Governo Santos- FARC-EP.....                      | 90  |
| FIGURA 8-  | Comunidade das Gardênias .....   | 128 |
| FIGURA 9-  | Comunidade das Gardênias.....  | 130 |
| FIGURA 10- | IED As Gardênias.....  | 134 |
| FIGURA 11- | IED As Gardênias.....  | 134 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| ALC      | AMÉRICA LATINA E CARIBE                                      |
| AUC      | AUTODEFESAS UNIDAS DA COLÔMBIA                               |
| CGSB     | COORDENADOR DE GUERRILHA SIMÓN BOLÍVAR                       |
| CIDH     | COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS                  |
| CNMH     | CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA                         |
| CMHV     | COMISSÃO HISTÓRICA DO CONFLITO E SUAS VÍTIMAS                |
| GMH      | GRUPO DA MEMÓRIA HISTÓRICA                                   |
| FAL      | FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO                                 |
| FARC- EP | FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA- EXÉRCITO DO POVO |
| FUAR     | FRENTE ÚNICA DE AÇÃO REVOLUCIONÁRIA                          |
| JUCO     | JUVENTUDE COMUNISTA  |
| ELN      | EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL                              |
| EPL      | EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO                               |
| IED      | INSTITUIÇÃO EDUCATIVA DISTRITAL                              |
| INDEPAZ  | INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ          |
| LASO     | LATIN AMERICAN SECURITY OPERATION                            |
| M-19     | MOVIMENTO 19 DE ABRIL  |
| MEN      | MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO NACIONAL                              |
| MOEC     | MOVIMENTO OPERÁRIO ESTUDANTE CAMPONÊS                        |
| OCDE     | ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO    |
| PCC      | PARTIDO COMUNISTA COLOMBIANO                                 |
| PCC-ML   | PARTIDO COMUNISTA COLOMBIANO-MARXISTA-LENINISTA              |
| PNR      | PLANO NACIONAL DE RECONCILIAÇÃO                              |
| PRT      | PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES                     |
| UP       | UNIÃO PATRIÓTICA   |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>DAS DISPOSIÇÕES PARA A PESQUISA</b> .....   | 14  |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 18  |
| <b>CAPÍTULO 1 - COLÔMBIA: PAÍS DE ETERNO CONFLITO</b> .....  | 28  |
| 1.1 DA COLONIZAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA.....                                      | 29  |
| 1.2 TRANSIÇÃO DE REPÚBLICA FEDERALISTA À CENTRALISTA.....  | 37  |
| 1.3 CONTENDA ENTRE LIBERAIS E CONSERVADORES.....   | 42  |
| <b>CAPÍTULO 2 – AS FARC-EP: DE MOVIMENTO GUERRILHEIRO A PARTIDO POLÍTICO</b> .....                   | 53  |
| 2.1 DA VIOLÊNCIA BIPARTIDÁRIA À VIOLÊNCIA SUBVERSIVA.....  | 55  |
| 2.2 AS FARC-EP: DE GUERILHA A PARTIDO POLÍTICO .....   | 64  |
| 2.3 ACORDO DE PAZ 2016 FARC- EP - GOVERNO JUAN MANUEL SANTOS CALDERÓN .....                          | 79  |
| <b>CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO ACORDO DE PAZ</b> .....                        | 92  |
| 3.1 A EDUCAÇÃO EM MEIO AO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO.....  | 93  |
| 3.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO ACORDO DE PAZ .....  | 100 |
| 3.2.1 GOVERNO JUAN MANUEL SANTOS CALDERÓN PERÍODO 2010-2018.....                                     | 103 |
| 3.2.2 CÁTEDRA DA PAZ.....  | 106 |
| 3.2.3 A EDUCAÇÃO NO ACORDO DE PAZ.....   | 110 |
| 3.2.4 AÇÃO CAPAZ.....  | 113 |
| <b>CAPÍTULO 4 - AS GARDÊNIAS: ESCOLA NO PÓS-ACORDO DA PAZ</b> .....                                  | 120 |
| 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EMPÍRICA.....  | 122 |
| 4.2 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA DA PESQUISA.....  | 127 |
| 4.3 CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO ACORDO DE PAZ NA I.E.D AS GARDÊNIAS..... | 137 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>146</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>154</b> |
| <b>APÊNDICE A – DOCUMENTOS SELECIONADOS A PARTIR DO<br/>LEVANTAMENTO DE PESQUISAS NO BRASIL E NA<br/>COLÔMBIA DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS QUE SE<br/>RELACIONAM À ACORDO DE PAZ NA COLÔMBIA E<br/>EDUCAÇÃO NO CONFLITO ARMADO<br/>COLOMBIANO.....</b> | <b>164</b> |
| <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....</b>   | <b>167</b> |
| <b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ<br/>DE ÉTICA E PESQUISA.....</b>  | <b>176</b> |

## **DAS DISPOSIÇÕES PARA A PESQUISA**

Para apresentar esta pesquisa, considero pertinente me aproximar dos leitores deste texto com a finalidade de expor minhas motivações para contribuir na análise das Políticas Educacionais decorrentes do Acordo para a Paz, e o que me trouxe ao Brasil e ao Programa de Pós-graduação da UEPG, da qual tenho a honra de fazer parte.

A motivação para este objeto de pesquisa é decorrência da minha formação pessoal e acadêmica. Primeiro cabe ressaltar que nem todo colombiano tem a disposição de entender e analisar os conflitos sociais que se vivem no país, por isso, agradeço a oportunidade de ser filha de pais que sempre questionaram a situação social e me ensinaram, mesmo com suas limitações a respeito da formação, a analisar a sociedade política, exigir meus direitos e velar pelos direitos dos outros.

Minha formação acadêmica, posso considerar que teve início desde meus estudos da educação básica na Escola Normal de Barranquilla, a partir de um modelo pedagógico sócio crítico. Com isso, fui instigada a desenvolver minha consciência crítica e reflexiva; tendo a intenção de participar do concurso público para a carreira da educação, optei por me formar no curso de Licenciatura em Matemática na Universidade do Atlântico, e no segundo ano, com 21 anos, comecei a fazer parte da rede pública estadual.

A partir desse momento, confrontava a formação que estava recebendo para ser professora de matemáticas com a realidade social dos alunos aos quais lecionava na escola, senti que embora o domínio da área ajudasse-os a escolher profissões que melhorassem a sua qualidade de vida, não era o suficiente devido as limitações econômicas e a pouca acessibilidade que teriam para ingressar no ensino superior.

Ao finalizar a graduação, optei por continuar meus estudos de pós-graduação na linha da educação. No ano de 2013 iniciei o curso de Mestrado na Universidade Autônoma do Caribe. Para esse momento, assumi como tutora da formação continuada de professores de matemáticas e língua espanhola, dentro do Programa Todos para Aprender, tendo assim a oportunidade de aprender sobre as políticas do Ministério Nacional da Educação.

Desde então, iniciaram minhas inquietações a respeito das Políticas Educacionais. O que levou a me aproximar da Sociologia informalmente, pois minha irmã Lourdes que fazia essa graduação, me convidara para os congressos internacionais em El Salvador e no Equador, onde pude, então, constatar as diferenças da universidade pública da Colômbia com outras.



Diferenças estas que relatavam sobre o direito aos movimentos estudantis e de como eles capacitavam os trabalhadores das fábricas para fazer parte das organizações sindicais. Fato que me acordou e fiquei tão indignada com minha Alma Mater., que não garantiu e ainda proibiu os movimentos estudantis. No ano de 2013, ano de minha formação como licenciada em matemáticas, a universidade mudara de logo e cor para dar uma imagem mais conservadora e tentar deixar no passado as revoltas estudantis.

No ano de 2015, tive a oportunidade de assistir a VII Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais, CLACSO "Transformações democráticas, justiça social e processos de paz", em Medellín na Colômbia. Ali conheci o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, suas palavras na conferência e a conversa que tive com o secretário da CLACSO, Pablo Gentili, me incentivaram a pensar continuar minha formação acadêmica e fazer um doutorado na linha de pesquisa das Políticas Educacionais.

A diferença do Brasil em relação à Colômbia, é que no meu país não existe pós-graduação pública contanto para realizar o mestrado, solicitei um crédito ao ICETEX - entidade do estado que financia créditos educacionais. Em 2016, trabalhando em tempo integral e finalizando o curso, tive um acidente doméstico que me incapacitou fisicamente por dois meses. Diante disso, eu soube que se quisesse fazer doutorado, só seria possível se ganhasse uma bolsa para o financiamento, para então poder solicitar afastamento do trabalho.

No segundo semestre do ano de 2017, comecei a procurar bolsas de estudo para cursar doutorado no exterior, minha busca concentrou-se no México. Entretanto, por recomendação de minha amiga Wendy, participei do processo seletivo das Bercas Brasil OEA-GCUB 2017; sendo selecionada, fui aceita para fazer Doutorado em Educação na UEPG. Optei pelo doutorado na UEPG, em razão da linha de pesquisa em História e Políticas Educacionais.

Sabia do desafio que tinha pela frente, uma nova cultura, língua, me deslocar a um país que desconhecia totalmente. Mas o desafio maior estava por vir: aprender sobre o Materialismo Histórico Dialético que seria o meu método de pesquisa quando imaginava que ninguém mais lia Karl Marx, resultado da formação restrita recebida na escola e na universidade na Colômbia, avessa ao ideário socialista comunista por consequência da força dos sindicatos e pelo surgimento de movimentos guerrilheiros que assumiram o marxismo como ideologia. Desta forma os diferentes governos na Colômbia impuseram censura à teoria marxista, para suprimir a revolução da classe trabalhadora.

Paradoxalmente, meu objeto de estudo são as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz assinado entre o Governo da Colômbia e as FARC; EP, a guerrilha baseada na ideologia e nos princípios do marxismo-leninismo que surgiu por volta da década dos anos cinquenta, após anos de violência partidária. Violência essa decorrente da forte reação popular ao assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948. Obtive, assim uma bolsa para estudos de Doutorado pelo Programa de Bolsas PAEC OEA-GCUB do Brasil, ainda que a Organização dos Estados Americanos (OEA) teve seu surgimento em Bogotá, em meio aos distúrbios de 9 de abril, cujo objetivo principal era consolidar uma América do Sul anticomunista.

De modo algum pensei que leria Marx e muito menos que seria em português. Depois das aulas sobre O Capital, senti-me como enxergasse a realidade pela primeira vez, eu não sabia, nem tinha a remota ideia, do amadurecimento teórico epistemológico e metodológico que decorreria do estudo do MHD, e agradeço as minhas professoras Simone de Fátima Flach, Carina Alves da Silva Darcoletto e Gisele Masson, e a meus colegas do grupo GPCATE pelos ensinamentos e discussões que sem dúvida, aportaram a meu aprendizado sobre o método.

O andamento da pesquisa não tem sido fácil, após a assinatura do Acordo para a Paz em 2016, os movimentos de direita e extrema direita liderados pelo ex-presidente Álvaro Uribe Vélez, se opuseram ao cumprimento do acordo; para as eleições de 2018 o atual presidente Ivan Duque fez campanha quase exclusivamente com as credenciais de Uribe, apropriando-se de sua imagem e seu discurso reforçando a ideia de que as coisas pioraram na Colômbia desde a saída do ex-presidente Uribe; no discurso de campanha se destacaram a necessidade de reduzir a violência por meio do fortalecimento das Forças Armadas e do combate efetivo às guerrilhas e dissidentes.

Desde sua chegada ao poder, a população na Colômbia tem realizado inúmeros protestos sociais, mobilizações massivas sindicais, estudantis, de professores e indígenas contra as políticas econômicas e sociais do presidente. Estas manifestações tem sido rotuladas pelo ex-presidente Álvaro Uribe, como parte da estratégia do Fórum de São Paulo, que tenta desestabilizar as democracias da América Latina, deslegitimando os protestos sociais e suas reivindicações.

Nessa conjuntura política, econômica e social, encontrei a comunidade participante desta pesquisa, a Instituição Educativa As Gardênias, na cidade de Barranquilla na Colômbia, cuja população está composta por vítimas e ex-combatentes dos conflitos armados. Cujo Projeto

Educativo Institucional está norteado pelas políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz. Além das situações de desordem social, a escola se localiza num entorno hostil, onde são frequentes as brigas entre gangues pelo controle territorial para a venda de drogas e armas, cenário que impossibilita a comunidade de aproveitar os espaços de diversão, como as áreas de futebol e praças.

Com relação ao processo de pesquisa, este tem sido árduo e aflitivo, dado que, para a análise das políticas educacionais decorrentes do Acordo para a paz, precisei do estudo e entendimento das causas de um conflito armado interno que transformou a população civil em alvo militar, cujas consequências da violência ainda persistem. A análise feita a partir do MHD possibilitou-me compreender o fenômeno real, com base nas relações econômicas da sociedade colombiana, que configuraram uma luta de classes que levou o país a viver um conflito por mais de cinquenta anos.

Finalizo, assim, esta parte do trabalho com uma citação de Antônio Gramsci (2000),

Odeio os indiferentes. Creio, como Federico Hebbel, que ‘viver quer dizer tomar partido’ Não podem existir os que são apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. [...] Alguns choramingam piedosamente, outros blasfemam obscenamente, mas nenhum ou poucos se perguntam: ‘Tivesse eu cumprido meu dever, buscado fazer valer minha vontade, o meu conselho, o curso das coisas teria sido o mesmo?’. Nenhum ou poucos assumem a culpa pela própria indiferença, pelo ascetismo, por não terem oferecido os próprios braços e atividade aos grupos de cidadãos que combatiam para evitar aquele mal e conquistar o bem ao qual se propunham. [...] Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes. (GRAMSCI, 2000b, p. 28-29).

O texto de Antônio Gramsci, reflete a importância de posicionar-se politicamente, como cidadãos devemos confrontar as políticas do estado que reproduzem as injustiças e desigualdades sociais, devemos reagir à apatia política existente em momentos de crise, lembrar que nós, o povo sul-americano, pertencemos a povos de resistência e assim, como nossos ancestrais garantiram nossa independência dos colonizadores, cabe a nós permanecer firmes na luta para, no limite da democracia burguesa, garantir a participação política da nossa classe trabalhadora. Os resultados desta pesquisa estão baseados neste posicionamento.

## INTRODUÇÃO

A Colômbia está localizada no extremo norte da América do Sul. É uma república de governo centralista, tem a 28ª maior população do mundo e a segunda maior da América do Sul, depois do Brasil. O país é etnicamente muito diverso e a interação entre os descendentes dos aborígenes americanos, colonos espanhóis, africanos trazidos como escravos e imigrantes do século XX vindos da Europa e do Oriente Médio, produziu um rico patrimônio cultural.

A história da Colômbia, assim como os demais países da Centro e Sul América, esteve caracterizada pela sucessão de guerras e conflitos militares ocorridos durante a conquista e posterior colonização dos territórios indígenas pelas monarquias europeias. Esse processo histórico levou ao estabelecimento do sistema de dominação colonial europeu correspondente a uma estrutura de poder colonial, que produziu discriminações sociais em termos de raça e etnia fundamentando a hierarquia social que ainda vigora (QUIJANO, 2020).

Durante o período de colonização na Colômbia, a escravização sentou as bases para o desenvolvimento econômico no país. Com a expansão do capitalismo, estendeu-se na América o modelo socioeconômico de acumulação e reprodução do capital da Europa, baseado na expropriação da terra a camponeses e colonos, ao que Marx se refere como acumulação primitiva (2011) “não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2011, p. 782).

Além disso, as relações de produção são configuradas a partir do desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção. Marx e Engels em *Ideologia Alemã* (2001), explicam que conforme este desenvolvimento, a sociedade dividida em classes antagônicas precisa da criação do estado com o intuito defender os interesses da classe dominante diante a inconformidade da classe dominada. Para Gramsci, “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2020, p. 248). Assim a sociedade civil configurada por classes antagônicas, e o estado como produto da sociedade civil, serve a classe dominante e seus interesses de conservação da estrutura social do modo de produção capitalista.

Por esse motivo, na sociedade civil condensa-se a disputa entre as oligarquias colombianas pelo controle político do estado, uma vez que “a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados” (MARX, 2011, p. 789),

situação que levou ao país viver inúmeras guerras civis afetando negativamente o desenvolvimento e a situação econômica do país. Essa crise de hegemonia da classe política dominante - que não conseguiu consolidar o consenso das massas (GRAMSCI, 2011) - gerou um período de violência bipartidária que naturalizou a violência política e a eliminação do adversário como mecanismos para obter o controle do Estado.

As legislações sobre a propriedade privada e sobre as relações de produção, bem como a defesa dos interesses das classes oligárquicas assumida pelo estado colombiano, configuraram uma sociedade desigual na que a expropriação de terras dos camponeses e a violência bipartidária deram as bases para o surgimento da guerrilha FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia- Exército do Povo), como grupo subversivo destinado à autodefesa camponesa, contra a violência exercida pelo Estado e a oligarquia colombiana. O conflito armado interno entre o governo da Colômbia e as FARC - EP foi considerado o mais antigo na América entre uma guerrilha e um Estado. Após cinco décadas, afetou o desenvolvimento econômico e o bem-estar social do país, especialmente nas áreas rurais, onde a violência causou danos à infraestrutura escolar e hospitalais.

Tal situação gera insegurança entre a população, contribuindo para as seguintes situações<sup>1</sup>: deslocamento da população de suas comunidades e a consequente evasão escolar; baixas taxas de escolarização nas escolas primárias e secundárias nas áreas rurais; desestímulo à presença de professores; falta de investimento em infraestrutura e, por fim, aumento das taxas de recrutamento de menores por grupos armados.

Após cinquenta anos de conflito se consolidava, em 2016, um Acordo de Paz<sup>2</sup> entre o governo da Colômbia e a guerrilha das FARC- EP, no qual, para o término do conflito foram estabelecidos certos objetivos que possibilitassem as transformações necessárias para a construção do que esses grupos denominam uma paz estável e durável. Nesse acordo, a educação foi prevista como plano nacional para atingir uma reforma rural, caracterizando-se como indispensável para o desenvolvimento social do campo onde milhões de mortos, desaparecidos e deslocados fizeram do povo camponês o maior prejudicado desta guerra.

---

<sup>1</sup> O relógio dos registros de violência não letal, de acordo com dados acumulados, que entre 1985 e 2012, 26 pessoas no país foram deslocadas a cada hora. Como consequência do conflito armado, a cada doze horas uma pessoa foi sequestrada. O período 1996-2005 foi o mais crítico: uma pessoa era sequestrada a cada oito horas e um civil ou militar caía todos os dias em uma mina antipessoal. Esses dados convertem a Colômbia no segundo país, depois do Afeganistão, com o maior número de vítimas de mina antipessoal, e o primeiro no nível mundial com a superior quantidade de pessoas deslocadas internamente (GMH, 2013, p. 34).

<sup>2</sup> Acuerdo Final Para La Terminación Del Conflicto y La Construcción De Una Paz Estable y Duradera.

Após quatro anos de diálogo (2012 - 2016) firmou-se um acordo para dar fim ao conflito armado. Destaca-se que, mesmo a população tendo se manifestado, em plebiscito, contra o Acordo de Paz<sup>3</sup>, o Congresso Nacional da Colômbia o aprovou. Naquele momento, enquanto professora da rede pública estadual, meu interesse despertou para a análise sobre como a educação está contemplada no referido acordo. A decisão de empreender a presente pesquisa foi fundamental para a participação de seleção específica que culminou com minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação na UEPG. Desse modo, a presente pesquisa é realizada com financiamento da CAPES, por meio de convênio de internacionalização.

Nesse sentido, nosso *objeto de estudo* são as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz, implementadas nas escolas colombianas, tendo como recorte temporal o período de 2010 a 2018.

No segundo ano de estudo do doutorado e depois de três anos de implementação do Acordo de Paz, no dia 29 de agosto de 2019, Ivan Márquez, segundo líder na hierarquia das FARC-EP fez a seguinte declaração: "Anunciamos ao mundo que a segunda Marquetalia<sup>4</sup> começou sob a proteção do direito universal que ajuda todos os povos do mundo a se armarem contra a opressão", fato que contribuiu para que alguns ex-combatentes das FARC-EP voltassem para a luta armada, desvinculando-se do acordo<sup>5</sup>.

Tal situação levou o governo da Colômbia a empreender represálias contra o movimento guerrilheiro. O mais polêmico foi o ataque a um dos acampamentos das FARC-EP, onde foram mortas dezoito crianças, que tinham sido recrutadas pelo movimento guerrilheiro. Em razão desse fato e da tentativa de esconder a situação do conhecimento da população, o Ministro da Defesa solicitou demissão em 07 de setembro de 2019.

Esta lamentável situação mostra uma das realidades que as crianças colombianas enfrentam, na qual, conforme o contexto em que vivem, têm oportunidades distintas de vida.

---

<sup>3</sup> Colômbia: venceu o 'Não' no plebiscito pelos acordos de paz com as FARC. **BBC News Mundo**, 02 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37537187>> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

<sup>4</sup> Colônia agrícola de Tolima, declarou uma república independente onde seria fundada a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Sendo considerado o berço das Farc: onde Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas se levantaram em armas e fundaram o grupo (1964), a segunda Marquetalia é uma maneira de dizer que nasce novamente a guerrilha das FARC-EP.

<sup>5</sup> FARC: Ivan Márquez, ex-chefe da equipe de negociação das FARC, anuncia que está retomando a luta armada na Colômbia. **BBC News Mundo**, 29 de ago. de 2019 Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49509911>>. Acesso em: 30 de ago. de 2018.

Por um lado, podem viver uma vida comum, sem influências diretas do conflito e, por outro, podem se tornar vítimas do conflito armado. Neste último caso, podem ser recrutadas pela guerrilha e ser mortas nos combates ou correm o risco de morrer nos atentados ou, ainda, ter que deslocar-se para outra cidade e viver na pobreza com os traumas psicológicos causados pela violência. Nas escolas que atendem as crianças vítimas do conflito é comum escutar relatos como o que se segue: "Olha professor, quando há combate, nós nos jogamos no chão, mas não de qualquer maneira. Você tem que colocar as mãos sob o peito para que a explosão não dê tão forte e ter a boca aberta para não estourar seus ouvidos" (LIZARRALDE, 2011, p.37). Esse relato mostra como as crianças sobrevivem em meio ao conflito e o quão difícil podem ser as possíveis interferências escolares em seu processo de formação e de vida.

O conflito armado interno evidencia dificuldades para a implementação do Acordo de Paz. A situação de vulnerabilidade de crianças e jovens permanece, mesmo após o Acordo de Paz. Contudo, "os privilégios e as diferenças sociais, sendo produto da sociedade e não da natureza, podem ser superados" (GRAMSCI, 1976, p. 63-64). Consequentemente, é preciso entender a política educacional da Colômbia enquanto possibilidade de contribuir para a superação da realidade, visto que acreditamos que o processo educativo revolucionário pode intervir no contexto e contribuir para sua transformação.

O Acordo de Paz é resultado da correlação de forças entre classes dominantes e dominadas e, por isso, contém interesses diversos e, muitas vezes, divergentes. Desse modo, a construção da paz é contraditória e se molda a partir da participação da sociedade civil e sociedade política, ou seja, do Estado colombiano. Consequentemente, o Acordo de Paz entre o governo e as FARC-EP visa, "Construir uma paz estável e duradoura, com a participação de todos os colombianos. Com o propósito de acabar de uma vez por todas com os ciclos históricos de violência e lançar as bases para a paz" (Acordo de Paz, 2016, p. 6). Nesse contexto social e político, a escola apresenta-se como uma instituição da sociedade civil que poderia contribuir na construção de uma cultura de paz, na qual predominem a defesa do pluralismo político e o livre debate de ideias para o exercício da democracia, ou seja, uma paz em que o conflito ocorra no campo do debate de ideias e não no campo da violência armada.

Segundo Mészáros (2005) a educação é um mecanismo para conservar e reproduzir o capitalismo por meio do sistema sócio metabólico do capital; no entanto, este pode girar seu propósito ontológico cujo objetivo é a construção do indivíduo como ser social capaz de viver em harmonia com a natureza e outras pessoas, prevalecendo uma sociedade equitativa, contribuindo para que a humanidade alcance sua efetiva emancipação.

No contexto pesquisado, a educação pode ser uma das ferramentas - senão a única - que o povo desarmado tem para alçar nova forma de vida. Nesse sentido, temos a seguinte pergunta de partida: Quais são as contradições<sup>6</sup> das políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para a superação do conflito na Colômbia?

Partindo desse questionamento foram delineadas as *perguntas que nortearão o processo de investigação*: a) Quais foram os antecedentes históricos, políticos e econômicos que configuraram o conflito armado interno? b) Quais são os fundamentos das FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro até sua constituição como partido político? c) Quais são as políticas educacionais contempladas no Acordo para a Paz para as escolas colombianas? d) Quais estratégias são implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo?

Desta maneira, **o objetivo geral** desta pesquisa é desvelar as contradições das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a construção da paz na Colômbia. Para a execução deste objetivo, propomos como **objetivos específicos**: Entender o contexto histórico-político da Colômbia, a partir dos antecedentes históricos, políticos e econômicos que configuraram o conflito armado interno; Identificar os fundamentos das FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro, o Acordo de Paz 2016 e sua constituição como partido político; Analisar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas; Examinar as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo.

Investigar as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz, se tornou uma atividade desafiadora, uma vez que nosso objeto de estudo é relativamente novo no âmbito acadêmico, devido aos poucos anos desde a assinatura do Acordo de Paz. Não obstante, nós compreendíamos que era indispensável a revisão de literatura quanto a dois eixos: Acordo de paz na Colômbia e Educação no conflito armado colombiano.

Contudo, sabemos que a importância do levantamento está relacionada à necessidade de explorar os possíveis problemas e limitações na produção acadêmica e ao desenvolvimento deste campo de pesquisa, além das contribuições que se possam obter como o material bibliográfico e orientações para o levantamento dos dados. Nesse sentido, a *revisão da produção acadêmica* foi dividida em três etapas:

---

<sup>6</sup> No materialismo histórico-dialético entende-se por contradição os limites e possibilidades de determinado contexto, acontecimento ou política.



1) Levantamento de pesquisas (teses, dissertações, artigos, livros) no Brasil, nos repositórios do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no portal de periódico CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Metodologicamente, tomou-se a leitura dos títulos, palavras-chave e resumo, inicialmente lendo toda a introdução e as conclusões. Em alguns casos, havendo necessidade de maior aprofundamento, se destacaram os objetivos e tomou-se a pesquisa na sua íntegra para a leitura.

2) Levantamento de (teses, dissertações, artigos, livros) na Colômbia, visto não existir plataforma que sirva de repositório naquele país, o único acesso para essa informação é procurando nas bibliotecas virtuais de cada universidade pública e privada, sendo poucas as que têm essa ferramenta. Metodologicamente, tomou-se a leitura do referencial bibliográfico das pesquisas selecionadas na busca feita no Brasil e a partir delas se procuraram no Google Acadêmico as de interesse para a pesquisa.

3) No terceiro momento, precedeu-se com a leitura dos documentos selecionados que foram agrupados em um quadro, organizado com base na categoria temática, o ano de publicação, título, autor e tipo de produção - (Apêndice A). No início não se tinha pensado quais elementos articuladores seriam considerados, mas com a leitura dos documentos ficaram evidentes os interesses que motivaram as pesquisas e seus consequentes resultados que nortearam a constituição dessas categorias temáticas, cujos dados estão organizados na tabela a seguir.

TABELA 1 – Categorias temáticas organizadas a partir de produções científicas que se relacionam à Acordo de Paz na Colômbia e educação no conflito armado colombiano.

| <b>CATEGORIAS TEMÁTICAS</b>   | <b>TESE</b> | <b>DISSERTAÇÃO</b> | <b>ARTIGO</b> | <b>LIVRO</b> | <b>TOTAL</b> |
|---|-------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|
| <b>História do conflito armado colombiano</b>   | 4           | 3                  | 3             | 4            | 14           |
| <b>Grupos de guerrilha Colombiana FARC - EP e outros atores participantes do conflito armado: guerrilha ELN, paramilitares, AUC</b> |             | 3                  | 1             | 2            | 6            |
| <b>Acordos de paz anteriores- acordo de paz do ano 2016</b>   |             | 6                  |               |              | 6            |
| <b>Educação no conflito armado colombiano</b>   |             | 2                  | 1             |              | 3            |
| <b>Migração interna e deslocamento forçado</b>  | 1           | 2                  | 1             |              | 4            |
| <b>Conflito armado na Colômbia e suas consequências para crianças e jovens</b>  | 1           | 1                  | 6             |              | 8            |

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pela autora (2019).

As produções selecionadas contribuem para o conhecimento da história do conflito armado e auxiliam na compreensão de sua dinâmica e os diversos fatores que nele influem, tendo em consideração as relações entre o conflito e os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e interesses externos, além de proporcionar uma excelente bibliografia. Sendo as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz nosso objeto de estudo e levando em consideração que é um objeto de pesquisa novo no âmbito acadêmico, a busca concentrou-se nas pesquisas sobre educação no conflito armado colombiano, caracterizadas por focarem no aspecto do ensino e aprendizagem nos contextos de conflito armado.

O levantamento do referencial literário proporcionou um vasto material bibliográfico para compor as discussões apresentadas na tese. No entanto, é evidente a relevância desta pesquisa, pois o enfoque teórico metodológico escolhido pelas produções acadêmicas sobre a educação no conflito armado na Colômbia não pois trata-se do enfoque na análise, o desenvolvimento do conflito armado e os interesses antagônicos das classes que compõem a sociedade colombiana. Além disso, desconsidera as políticas educacionais como expressão de um projeto ideológico favorável aos interesses econômicos da classe hegemônica, no caso, os interesses da burguesia colombiana.

Nesse sentido, para atingir o objetivo geral desta pesquisa, desvelar as contradições das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a construção da paz na Colômbia, optamos como **enfoque teórico metodológico** pelo Materialismo Histórico-Dialético, dado que, permite, enquanto método e teoria, uma melhor apreensão da realidade e a compreensão das contradições inerentes ao modelo socioeconômico capitalista. Na realidade a ser estudada, inserida no atual estágio do capitalismo, o MHD se mostra como teoria e método capaz de desvelar os limites e as possibilidades das escolas colombianas para a construção da paz na Colômbia no pós-acordo.

Ao fazer pesquisas no campo da educação sem conhecimento da realidade histórico- social na sociedade capitalista – onde situam-se nossas pesquisas- desenvolvendo um conhecimento sem noção dos interesses do capital, contribui para a perpetuação dele. Neste sentido, Tonet (2018, p.10) afirma “[...] a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima como conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais”.

Nesse sentido, o método MHD contribui para as pesquisas no campo da educação, possibilitando a compreensão do sujeito e o objeto na práxis e na sua relação com as determinações da sociedade na qual se circunscreve, uma vez que a educação, enquanto prática social, ultrapassa as paredes escolares, possibilitando a relação entre teoria e prática. Impacta no desenvolvimento da sociedade e responde às demandas sociais, políticas e econômicas de cada momento histórico.

Visando analisar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas, o materialismo histórico- dialético contribuiria na compreensão do modo histórico e social de produção capitalista na Colômbia, com todas suas mediações e suas implicações que geraram o conflito armado, objetivando fundamentar, na teoria e na prática, quais são as possibilidades existentes para o desenvolvimento de processos democráticos em escolas da Colômbia -mesmo que limitadas- dentro desta realidade.

Sob esta ótica, a pesquisa em questão tem por fio condutor a perspectiva gramsciana com um posicionamento crítico radical da sociedade, o estado e a educação, que se insere no enfoque materialista histórico e dialético.

Gramsci, filósofo teórico marxista italiano, sendo prisioneiro político no período fascista na Itália, escreveu grande parte de sua obra enquanto esteve preso, conhecida como *Cadernos do Cárcere*. Em seus escritos refletiu profundamente sobre o contexto social, político, econômico e educacional de sua época, contribuindo para o entendimento a respeito das relações de forças que ocorrem na sociedade, as quais contribuem para que determinadas ideias se tornem hegemônicas e direcionam toda a organização social.

As discussões de Gramsci referentes à Estado, política e educação contribuem nas pesquisas em Políticas Educacionais, porque suas análises apontam que a relação do Estado capitalista e a sociedade civil buscam garantir a hegemonia da ideologia da classe dominante. Portanto, com base na teoria gramsciana, o pesquisador deve ter um olhar mais crítico, a fim de questionar as Políticas Educacionais no seu sentido mais amplo, considerando que os fins econômicos, políticos e sociais imbuídos, atendem aos interesses da classe dominante.

Para a construção dos argumentos e para atingir os objetivos propostos, o texto está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo “Colômbia: país de eterno conflito” é composto por quatro seções, as quais pretendem aproximar o leitor da pesquisa ao contexto histórico-político da Colômbia. É apresentado de modo a demonstrar os antecedentes históricos, políticos e econômicos que configuraram o conflito armado interno. Sem pretender ser uma

tese de história, nos limitaremos a expor os elementos relevantes para não perder o foco da pesquisa. Nesse sentido, o capítulo 1 terá as seguintes seções: da colonização à constituição da República da Colômbia; transição de república federalista à centralista; contenda entre liberais e conservadores; da violência bipartidária à violência subversiva.

O segundo capítulo “As FARC-EP: de movimento guerrilheiro a partido político” pretende identificar os fundamentos da ideologia Fariana, analisando as FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro, o Acordo de Paz 2016 e sua constituição como partido político. Para tal fim, está organizado em duas seções. Na primeira seção, com base em documentos desta organização, pesquisas e análises de sociólogos e historiadores, apresentamos os antecedentes da resistência armada inspirada no Partido Comunista na modalidade de autodefesa camponesa, a formação das chamadas “repúblicas independentes” durante a época da Frente Nacional e do nascimento das FARC. Na segunda, apresenta-se uma análise histórico-política do Acordo de Paz, abordando as tentativas anteriores, os atores envolvidos nos processos de diálogo e a implementação do Acordo de Paz 2016.

O terceiro capítulo “Políticas Educacionais decorrentes do Acordo de Paz” tem por objetivo analisar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas à luz das contribuições teóricas de autores marxistas, em particular do Antônio Gramsci. Para atingir o objetivo, este capítulo está estruturado em duas seções. Na primeira, contextualizaremos a educação da sociedade colombiana em meio ao conflito para situar o processo de construção de políticas educacionais para o pós-acordo de paz, a fim de abordar na segunda seção nosso objeto de pesquisa que são as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz implementadas nas escolas colombianas pós-acordo de paz no governo de Juan Manuel Santos Calderón.

O quarto capítulo “As Gardênias: escola no pós-acordo” são apresentadas as análises do material empírico da pesquisa, com o intuito de examinar as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz. Com base na análise, verificamos e descrevemos possíveis impactos do Acordo para a Paz e das políticas educacionais dele decorrentes que favoreçam a construção da paz no período do pós-acordo.

Deste modo, a tese visa contribuir na linha de história e políticas educacionais, visto que o estudo das políticas educacionais em um contexto histórico, econômico e social diferente do acostumado no Brasil, constitui uma oportunidade no âmbito da internacionalização do

programa de Pós-graduação em Educação da UEPG, contribuindo nas discussões a respeito das políticas educacionais e do papel das escolas em contextos de pós-conflito. A partir da perspectiva metodológica marxista, as contradições do governo colombiano e da guerrilha das FARC em torno das políticas educacionais do pós-acordo serão desveladas. Os resultados da pesquisa poderão ser consultados por pesquisadores, docentes e alunos do programa de Ciências Humanas, além das instituições sociais que visem melhorar os processos das escolas que atendem vítimas do conflito, assim como também de políticos ou funcionários do estado colombiano se quiserem ter maior entendimento das problemáticas para poder trabalhá-las.

## CAPÍTULO 1 - COLÔMBIA: PAÍS DE ETERNO CONFLITO

Iniciamos o presente capítulo com uma reflexão a respeito da assertiva de Marx e Engels (2010, p. 40) de que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”, conforme os interesses econômicos se constituem os conflitos configuraram a história das sociedades e a Colômbia não é a exceção à essa questão. Tendo em vista essa discussão, cabe-nos analisar como se configurou estado colombiano, seu modo de produção e os interesses econômicos dos grupos dominantes na Colômbia de acordo com o tempo histórico, uma vez que, segundo a teoria marxista, ao longo da história foram os modos de produção, sob diferentes formas – escravista, feudal, capitalista, que determinaram as formas jurídicas da sociedade. A esse respeito, Marx esclarece que:

[...] Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 2008, p. 47).

Além disso, as relações de produção são configuradas a partir do desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção. Marx e Engels, em *Ideologia Alemã* (2001), explicam que conforme a este desenvolvimento, a sociedade dividida em classes antagônicas precisa da criação do estado com o intuito defender os interesses da classe dominante diante a inconformidade da classe dominada, “sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política” (MARX; ENGELS, 2001, p.74).

A abordagem do conflito armado na Colômbia pode ser apresentada sob diferentes pontos de vista: a partir da história, da política ou da economia, porém a presente análise se faz a partir da relação de determinação existente entre a estrutura e superestrutura próprias do tipo de produção capitalista e a concepção gramsciana de Estado. Segundo Gramsci, o Estado é “[...] um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 264).

Deste modo, neste capítulo pretendemos demonstrar como os interesses econômicos e políticos do grupo dominante da sociedade colombiana que compõe a estrutura

jurídico-política, perpetuam e consolidam seu domínio através da estrutura ideológica do Estado, da Igreja Católica e o controle dos meios de comunicação, o que origina e mantém o conflito armado no país.

Este capítulo pretende fazer uma aproximação histórica da série de conflitos armados vivenciados na Colômbia antes do surgimento das FARC – EP<sup>7</sup>, contribuindo com a informação imprescindível para entender a evolução do conflito armado colombiano, o que é preciso para poder discutir as possibilidades e limites da educação dentro do estabelecido no Acordo da paz<sup>8</sup>. No entanto, o presente capítulo não se caracteriza como um documento histórico ou cronológico do conflito, mas busca expor os fatos históricos e legislativos que evidenciam o confronto das classes dominantes e sua condensação no Estado contra os cidadãos da classe trabalhadora.

## 1.1 DA COLONIZAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Após as viagens de descoberta da América lideradas por Cristóvão Colombo<sup>9</sup>, em 1492, começa a época da conquista, em 1499 quando a primeira expedição<sup>10</sup> espanhola chegou ao que hoje é território colombiano (ACOSTA, 1848). Com isso, iniciou-se, então uma série de viagens exploratórias ao território americano nas quais os espanhóis, com o objetivo de estabelecer pequenas colônias, para aproveitar a terra e obter ouro, se dedicaram a subjugar, saquear e escravizar os povos indígenas<sup>11</sup>. No entanto, como os indígenas morreram em grande número ou terminaram fugindo da costa, tornou-se cada vez mais necessário estabelecer

---

<sup>7</sup> Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - O Exército do Povo: era uma organização guerrilheira insurgente da extrema esquerda, baseada na ideologia e princípios do marxismo-leninismo, na Colômbia.

<sup>8</sup> Acordo final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura assinado entre o Governo colombiano e as FARC- EP no dia 24 de agosto de 2016. Para o acesso ao processo do acordo de paz e demais informações podem-se procurar no site: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co>

<sup>9</sup> Cristóvão Colombo: (Génova 1451- Valladolid 1506) foi um navegador e explorador italiano, o primeiro europeu a chegar às terras do continente americano, em 1492. Apesar de ter chegado a um novo continente, Colombo faleceu, em 1506, acreditando ter chegado à Ásia (GÓMEZ, 2012).

<sup>10</sup> Na época da colonização, em 1499, a expedição realizada por Alonso de Ojeda, acompanhada por Juan de La Cosa e Américo Vesúcio, chegou à Colômbia. Custou à África, passou pelas Ilhas Canárias até alcançar o que hoje é conhecido como Guiana e Venezuela, dali partiram para Trinidad e depois para La Guajira, para retornar à Espanha com um espólio composto principalmente por povos indígenas escravizados (ACOSTA, 1848).

<sup>11</sup> No período conhecido como América pré-colombiana ou pré-hispânica, os povos originários da América possuíam uma língua, cultura, costumes, crenças, um sistema de organização da sociedade que com a chegada dos colonizadores, foram homogeneizados como índios, termo usado por vários estudiosos e pesquisadores, que não compartilhamos nesta tese. No entanto, será usado para não confundir o leitor.

colônias permanentes, habitadas por imigrantes peninsulares (BETHELL, 1990). Conforme explica Marx (2013)

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (MARX, 2013, p. 810).

Assim, “longe de reviver o ciclo feudal, a América entrou com uma velocidade surpreendente no ciclo do capitalismo comercial, já inaugurado na Europa. Além disso, a América contribuiu para dar a esse ciclo um vigor colossal, possibilitando o início do período do capitalismo industrial, séculos depois” (BAGÚ, 1949, p. 87).

Segundo Anibal Quijano (2020) na época da colonização da América, começa a configurar-se o que denomina de colonialidade<sup>12</sup>, categoria que se refere à lógica cultural do colonialismo, ou seja, o tipo de heranças coloniais na dimensão epistemológica e cultural que persistem e se multiplicam mesmo após o fim do colonialismo.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista [...] Origina-se e globaliza-se da América. Com a constituição da América (Latina), ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico, a potência capitalista emergente torna-se global, seus centros hegemônicos localizam-se nas áreas localizadas no Atlântico - que posteriormente serão identificadas como Europa -, e a colonialidade e a modernidade também se estabelecem como eixos centrais de seu novo padrão de dominação. Ou seja: com a América (Latina), o capitalismo torna-se global, eurocentrado e a colonialidade e a modernidade instalam-se, até hoje, como eixos constitutivos deste padrão específico de poder (QUIJANO, 2020, p. 325-326).

Para Quijano (2020), no colonialismo se instituíram as bases para o domínio europeu da América, a estrutura para a dominação e exploração da riqueza nas colônias baseou-se na hierarquização social de acordo com a raça e gênero das pessoas e com esta base também se estabeleceria a divisão social do trabalho e o privilégio social que persistem na atualidade. O trabalho escravo indígena e negro na América, junto com a obtenção de ouro e prata, sustentou as monarquias, garantiu o desenvolvimento econômico da Europa e contribuiu para o nascimento de uma economia global.

---

<sup>12</sup> Sobre as propostas de Anibal Quijano sobre o conceito de colonialidade do poder, procure os textos de sua autoria (1991: 11-29; 1993 e 1994). Preferivelmente pesquisar o texto escrito junto com Immanuel Wallerstein: ‘Americanness as a Concept or the Americas in the Modern World System’ (1992).



No século XVIII o território colombiano fazia parte do Vice-reinado de Nova Granada<sup>13</sup> do Império espanhol, o modo de produção da riqueza colonial encontrava-se baseado nos recursos gerados pela: escravidão, a agricultura, a encomenda, a mineração e o comércio. O que possibilitou aos primeiros espanhóis (conquistadores - encomenderos) a acumulação de riquezas impulsionando as várias áreas da economia colonial (BAKEWELL, 1990).

Segundo Aníbal Quijano, a ideia de raça se encarregou de conferir legitimidade ao tipo colonial das relações de dominação na medida em que “naturalizou as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade” (Quijano, 2000, p. 243). Nesse sentido, a encomenda na América “[...] não incluiu a distribuição de terras ou renda. Era simplesmente uma alocação pública de mão-de-obra obrigatória, vinculada a responsabilidades específicas em relação aos índios designados ao depositário ou encomenderos” (BETHELL, 1990, p. 138).

Assim começa-se a configurar uma sociedade desigual, na qual os europeus (brancos) constituíram a classe dos exploradores e os índios (povos indígenas) e negros (sequestrados da África) constituíram a classe explorada, cujo trabalho era explorado sob a condição da servidão e escravidão. As comunidades indígenas e escravos negros exerceram resistência e lutas contra o sistema colonial, apelaram à subsistência de suas práticas, ritos, tradições e à preservação dos elementos característicos de sua organização social. Hoje, os grupos indígenas e negros sobreviventes organizados em palenques são um exemplo vivo de resistência, entre eles destacamos o povo negro de Palenque de San Basílio<sup>14</sup>.

A cidade da Cartagena de Índias, fundada no Vice-Reino de Nueva Granada (atual Colômbia), foi a principal porta de entrada de escravos durante a colônia. Aqui chegaria como escravo desde a Guiné Bissau, Benkos Biohó ou Benkos Biojó, também conhecido como Domingo Biohó e rei de Arcabuco, foi uma das primeiras figuras da independência da Colômbia e da América Latina. Ele se tornou o líder da rebelião dos negros Cimarrones<sup>15</sup> no início do século 17, tornando-se um símbolo de liberdade entre os negros, fugiu de seus donos e fundou

---

<sup>13</sup> Estabelecido durante a dinastia Bourbonicas pela coroa, anteriormente o Vice-reinado do Peru controlava as ações de Nova Granada (províncias de Popayán, Cartagena e Santa Marta), a grande extensão do território da qual faziam parte Venezuela, Equador, Panamá e Guiana e, à medida que o comércio nessa área aumentava, dificultava o controle do vice-rei que também não conseguia resolver os conflitos entre os presidentes da Audiência Real de Santafé e o arcebispado, razão pela qual a Coroa nas Reformas Bourbonicas concedeu autonomia à Nova Granada (MELO, 2017).

<sup>14</sup> Palenque de San Basilio, foi declarado em 2005 como Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco.

<sup>15</sup> Na América, o negro cimarrón (ou, simplesmente, cimarrón) era denominado todo aquele escravo rebelde ou fugitivo que levava uma vida de liberdade em recantos remotos (das cidades ou do campo), chamados de palenques ou quilombos.

o assentamento livre San Basilio de Palenque para escravos negros fugitivos. (ARRAZOLA, 1970).

Após anos de dura guerra contra a Coroa espanhola, Benkos conseguiu estabelecer um tratado de paz, de 1605 a 1621, quando foi enforcado e esquartejado. Em 1713, por decreto real, San Basilio de Palenque tornou-se oficialmente a primeira cidade livre da América, mediante o tratado de paz entre a Província de Cartagena de Índias, A colônia da Espanha, e San Basilio de Palenque, fundada por um grupo de negros que se fizeram reconhecer como seres humanos (ARRAZOLA, 1970).

No século 18, a monarquia europeia enfrentou grupos de oposição à tradição absolutista, que procuravam mudar os princípios do antigo regime, limitando o poder da monarquia e consolidando o modelo de produção capitalista. A Espanha se concentrou em reforçar o poder real, centralizar a administração, aumentar a arrecadação de impostos e assegurar o domínio sobre as colônias americanas. As medidas implementadas no conjunto das reformas Bourbonicas, iriam gerar o descontentamento dos *Criollos*<sup>16</sup> e sua luta seria um passo em direção à independência americana.

Durante a segunda metade do século 18, no contexto das reformas Bourbonicas, caracterizadas pela influência do Iluminismo, foram implementadas políticas<sup>17</sup> para modernizar as estruturas administrativas, produtivas e comerciais; as reformas Bourbonicas queriam pressionar cada vez mais a fiscalização de uma economia crescente e controlada (LYNCH, 1991). No entanto, a reestruturação do sistema tributário, a fim de aumentar substancialmente a arrecadação da alfândega real, afetou os interesses das elites locais, fomentou movimentos sociais contra a Coroa, como a Rebelião dos Comuneros<sup>18</sup> em março de 1781 (LAROSA; MEJÍA, 2013).

Sendo a mais importante devido ao clima de ressentimento dos *criollos* contra o governo colonial, a insurreição foi desencadeada pela implementação de reformas fiscais e econômicas no Vice-reinado. Tais reformas implicaram maior taxa fiscal para a população. O

---

<sup>16</sup> Classe social dentro da sociedade colonial espanhola, sendo descendentes de europeus nascidos no continente americano, tinha condição econômica abastada, podendo praticar o comércio, deter a propriedade de terras e a exploração da força de trabalho nativa e escrava (LAROSA; MEJÍA, 2013).

<sup>17</sup> Destacando-se a fundação da Casa de Moeda de Bogotá, a criação da primeira biblioteca pública em Bogotá e a implementação das Pragmáticas de Livre Comércio, que revitalizaram o comércio entre os portos americanos e a Expedição Botânica que resultou na Herbalização e classificação de 20.000 espécies de plantas e 7.000 animais de um território pertencente à atual República da Colômbia (CACUA PRADA, 2016).

<sup>18</sup> Denominada também insurreição ou levantamento dos Comuneros, se chamou Comunero, pois derivou de uma assembleia popular, ou comum (BUSHNELL, 1994).

movimento Comunero fracassou, mas deixou claro aos *criollos* a desconfiança<sup>19</sup> que deveriam ter em relação às autoridades espanholas, além de se constituir como um precedente para a luta pela independência que finalmente levou à emancipação política da América (LAROSA; MEJÍA, 2013).

Lynch (1991, p. 26) destaca que “As rachaduras na economia colonial e as tensões da sociedade colonial foram claramente mostradas na revolta e na rebelião” e que tais fatos “eram respostas simples à política dos Bourbon”. A partir de 1808, o Império espanhol passaria por uma série de eventos devido à invasão francesa por tropas napoleônicas. Nesse período, nas colônias, os *criollos* viram que era hora de reivindicar seus direitos e estabelecer seu próprio governo (CACUA PRADA, 2016).

É importante destacar que, as insurreições<sup>20</sup> criaram as condições para o início do processo de independência. Nesse período um acontecimento ocorrido no ano de 1810, em Santa Fé de Bogotá, qual seja um motim denominado de “Grito ou Revolta de 20 de julho”, o qual marcou o início do processo de dissolução do vice-reinado (LÓPEZ, 2009).

Ao amanhecer do dia 21 de julho de 1810, foi assinado um documento que se tornaria a Declaração de Independência<sup>21</sup>. No processo de independência foram criados conselhos de governo em doze das quinze províncias do Vice-reinado de Nova Granada, quando a administração passou para a responsabilidade do povo<sup>22</sup> e dos *criollos* (CACUA PRADA, 2016), os quais, preocupados em buscar as formas político-administrativas ideais para o novo Estado, entraram em conflito.

---

<sup>19</sup> “[...] O arcebispo, o espanhol Antônio Caballero y Góngora, negociou um acordo com os líderes da rebelião. O arcebispo violou o acordo e vários líderes do movimento foram capturados e executados, incluindo José Antônio Galán, hoje considerado um herói pelos colombianos” (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 104).

<sup>20</sup> O vazio de poder criado na Espanha e o sentimento crescente de independência nas colônias propiciou em 1809 o início de movimentos de insurreição em Charcas, La Paz e Quito. Em 16 de setembro de 1809, foi realizada uma Reunião Extraordinária em Santa Fe, onde os *criollos* expressaram seu apoio à revolução de Quito (10 de agosto de 1809) a fim de participar em igualdade de condições representativas, no governo de Nova Granada (LYNCH, 1991).

<sup>21</sup> A Declaração de Independência foi assinada na noite de 20 de julho por 38 patriotas e, em 21 de julho, mais 15. No total, 53 signatários. Em 21 de julho no palácio, o vice-rei, os outros oficiais e as forças armadas, prestaram juramento ao Conselho Supremo prometendo fidelidade e obediência ao novo governo, após do confronto entre os *criollos* e o governo espanhol, devido à negação do empréstimo de um vaso por parte do comerciante espanhol José González Llorente ao Sr. Luís de Rubio, o comerciante tinha o hábito de se expressar mal dos *criollos* (CACUA PRADA, 2016).

<sup>22</sup> A sociedade colonial estava constituída hierarquicamente por: espanhóis, *criollos* e o povo conformado por mestiços, índios e negros livres (MELO, 2017).

Nesse cenário, eclodiu uma guerra interna devido ao conflito entre os *criollos* federalistas, que defendiam as Províncias Unidas de Nova Granada, e os *criollos* centralistas do autoproclamado Estado Livre de Cundinamarca. Essa época da história seria lembrada como a Pátria Boba<sup>23</sup>(LAROSA; MEJÍA, 2013).

As diferenças políticas e administrativas entre os *criollos* perdurariam no decorrer do século XIX. Segundo Melo,

A busca de um sistema político que reunisse os recursos e a solidariedade das regiões produziu, desde 1810, um conflito persistente entre ‘centralistas’ e ‘federalistas’ e foi causa das frequentes guerras civis do século XIX, atribuídas por alguns a ausência de um poder central energético e, por outro, o desrespeito pelas tradições locais de autogestão e a tentativa de forçar um modelo autoritário e unificador em um país diverso (MELO, 2017, p. 13).

A guerra civil eclodiu entre centralistas e federalistas representados pelos governos de Cundinamarca e Províncias Unidas, respectivamente, e as províncias que decidiram permanecer leais à Espanha. O conflito foi longo e sangrento, e, conseqüentemente, enfraqueceu a nascente república de tal maneira que a Espanha<sup>24</sup>, atingida pela guerra contra o Império Napoleônico, conseguiu reconquistar seus territórios em Nova Granada (LAROSA; MEJÍA, 2013).

Para restabelecer o vice-reinado de Nova Granada, Fernando VII, restaurado ao poder em 1814, recusou-se a manter qualquer iniciativa de conciliação com o processo de independência e decidiu subjugar os rebeldes usando a força militar (LAROSA; MEJÍA, 2013). O processo de independência foi abruptamente interrompido pela reconquista espanhola do país em 1815-1816, quando o governo espanhol apresentou sua reação através da Reconquista ou Pacificação Espanhola (LÓPEZ, 2009).

A Reconquista Espanhola de Nova Granada, também é conhecida como Regime do Terror, pois, nesta fase, inúmeros políticos, militares e civis que simpatizavam com o movimento de independência foram presos e assassinados. A esse respeito, o historiador colombiano Antônio Cacia relata que,

O pacifista Pablo Morillo ocupou Santafé de Bogotá em 26 de maio de 1815 e imediatamente impôs o ‘Regime do Terror’. Os ‘Tribunais de Pacificação’ começaram a funcionar: ‘O Conselho Permanente de Guerra’, o ‘Conselho de

---

<sup>23</sup> Nome cunhado por Antônio Nariño em 1823. Esta expressão foi escrita pela primeira vez no jornal Los Toros de Fucha. La Pátria Boba. Revista Semana, Bogotá. Disponível em: <<https://www.semana.com/especiales/articulo/la-patria-boba/105278-3/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

<sup>24</sup> A queda de Napoleão Bonaparte permitiu que Fernando VII retornasse à Espanha em 22 de março de 1814 (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 42).

Purificação’ e ‘Conselho de Sequestros’. As prisões estavam cheias de patriotas. A força subiu por toda parte. As ruas e praças estavam inundadas de sangue. Os melhores homens e mulheres foram mortos por armas. Os outros fugiram ou foram despojados de suas propriedades e banidos (CACUA PRADA, 2016, p. 35).

A fúria da Reconquista fez com que muitos hesitantes e até oponentes da independência se unissem à causa patriota, de modo que o efeito alcançado foi precisamente da campanha de Reconquista, generalizando o desejo de se tornar independente da Espanha (BUSHNELL, 1994).

No entanto, o território de Nova Granada ficou sob o domínio Espanhol até a Campanha de Libertação da Nova Granada<sup>25</sup>, quando ocorreu a organização do exército no comando Francisco de Paula Santander<sup>26</sup>, sob a liderança militar e política do Libertador Simón Bolívar<sup>27</sup>. O processo de invasão de Nova Granada por Bolívar iniciou em 23 de maio e terminou em 07 de agosto de 1819 (LÓPEZ, 2009), quando, depois da vitória da Batalha de Boyacá, o exército do libertador entrou triunfante na capital do Vice-reinado Santafé. A vitória permitiu-lhe instalar um governo capaz de dirigir as ações políticas e militares necessárias e a capital nunca mais cairia nas mãos do domínio imperial espanhol (LAROSA; MEJÍA, 2013).

A estrutura social e econômica da colônia determinou a existência de uma sociedade desigual, em que a luta pelo controle político se tornou o epicentro dos conflitos sociais do primeiro período da república. A esse respeito, Kalmanovitz elucida,

As guerras de independência também foram guerras civis, enquanto o partido realista representava a tradição e religião legada pelo império espanhol e até mesmo o *Criollos* insatisfeitos eram filhos rebeldes do mesmo tronco. Os indígenas sabiam disso, as instituições fornecidas pela Coroa e que algumas proteções oferecidas a eles seriam desmanteladas pelas reformas modernizadoras do partido independentista. Os escravos, por sua vez, acolheram a Independência porque lhes prometeu liberdade em uma geração, e até imediata para quem participou da contenda. O conflito não terminaria com a derrota e expulsão dos espanhóis para 1820, mas iria incubar no

<sup>25</sup> Estas culminaram no dia 25 de novembro de 1820 com a firma de um “Armistício”. Al día siguiente suscribieron un "Tratado de Regularización da Guerra". Morillo renunciou a Mando e registrou-se em Espanha em dezembro (CACUA PRADA, 2016).

<sup>26</sup> Francisco de Paula Santander (1792- 1840) destinado a se tornar o herói mais importante nascido Colômbia após Bolívar, foi a figura-chave dos grupos llaneros. De origem Cucuteño e estudante de direito quando a luta pela independência, Santander nunca exerceu sua profissão, mas que se juntou à causa republicana e provou ser um oficial militar competente e autodidata (BUSHNELL, 1994, p. 75).

<sup>27</sup> Simon José Antônio de la Santíssima Trinidad Bolívar y Palácios Ponte-Andrade y Blanco (Caracas, 24 de julho de 1783 — Santa Marta, 17 de dezembro de 1830) militar e político venezuelano, fundador das repúblicas da Grã Colômbia e Bolívia. Foi uma das figuras mais destacadas da emancipação hispano-americana contra o Império espanhol (LYNCH, 2007).

Para conhecer um pouco mais sobre o libertador, você pode ler o livro *Simon Bolívar e nossa independência* de Nestor Kohan, onde ele apresenta a Bolívar seu projeto revolucionário de uma América do Sul unida contra o imperialismo.

Há também um texto de Karl Marx em 1858 que, ao contrário de Kohan, critica Bolívar no qual, segundo Marx, o único interesse do libertador era tornar o território de Nova Granada independente do domínio espanhol e estabelecer uma nova ordem social cujo domínio permaneceria sob a burguesia *criolla*.

corpo social para explodir novamente em repetidas guerras civis. Agora, os novos contendores eram o partido realista, transformado em partido conservador e os independentistas transformados em partido liberal (KALMANOVITZ, 2015, p. 48).

A América do Sul, contrário ao continente europeu, não teve transições nos tipos de relações de produção. Com a chegada dos espanhóis, nossos povos originários viveram um período de transição entre uma sociedade tribal igualitária, na qual existiam confrontos territoriais, para uma sociedade senhorial hierárquica e discriminatória, com relações de produção desconhecidas como escravidão e exploração.

Entre os séculos XVI e XIX, o acúmulo de ouro e metais preciosos se constituiu como a riqueza fundamental do império espanhol. Destarte, era de vital importância a manutenção do poder sobre as colônias americanas, dado que, a mineração junto com a produção, a escravidão e o comércio agrícola, eram um dos eixos essenciais da economia europeia, sendo o capital primitivo necessário para financiar a transição do feudalismo ao capitalismo.

De certo modo, o que aconteceu no Vice-Reino de Nova Granada, foi similar ao acontecido na França em 1789. A burguesia *criolla* lutou contra uma arraigada nobreza espanhola pelo poder diante da atrasada organização social da Coroa, que impossibilitava um desenvolvimento econômico produtivo. Todavia, burguesia encontrava-se dividida segundo seus interesses de classe e não tinham um projeto político comum para formar um estado sob os princípios centralistas ou federalistas.

Em 17 de dezembro de 1819, foi criada a República da Colômbia<sup>28</sup>, formada pelos atuais países de Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela. Todavia, a união desses territórios e de povos que neles contribuíram para que as diferenças ideológicas no campo político e social emergissem na realidade já predisposta aos conflitos sociais. As diferenças estavam centradas em defesas do centralismo e do federalismo em termos político-administrativos. Essas diferenças ideológicas contribuíram para um novo ciclo de guerras civis.

---

<sup>28</sup> A Lei Fundamental emitida pelo Congresso de Angostura estabeleceu no artigo primeiro que "as repúblicas da Venezuela e Nova Granada se reúnem a partir de hoje sob o glorioso título de República da Colômbia" (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 44).

## 1.2. TRANSIÇÃO DE REPÚBLICA FEDERALISTA À CENTRALISTA

Após a independência no ano de 1819, iniciou-se uma disputa em torno da organização político-administrativa da recém-criada Grã Colômbia<sup>29</sup>. O sistema de dominação não mudou posto que apenas os espanhóis foram retirados da pirâmide econômica, social e política e substituídos pelos *criollos*. Esse período foi caracterizado pela confrontação entre as frações da classe dominante, pelo controle do poder do estado e pelo controle hegemônico da sociedade. As diferenças políticas entre centralistas e federalistas contribuíram para um século de guerras civis a fim de instaurar e manter o controle político e o tipo de governo.

A classe econômica dominante da Grã Colômbia, cuja condição como classe dominante teve seus inícios na época da colonização, teve que expressar sua hegemonia no domínio e direção do recém-fundado Estado. Na construção pela hegemonia, as classes dominantes emergentes da Colônia enfrentam a tarefa de liderar politicamente a nação recém-inventada. Conforme explicita Gramsci (2007):

Se é verdade que nenhum tipo de Estado pode deixar de atravessar uma fase de primitivismo econômico-corporativa, disso se deduz que o conteúdo da hegemonia política do novo grupo social que fundou o novo tipo de Estado deve ser predominantemente de ordem econômica: trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção (GRAMSCI, 2007, p. 286).

Nesse sentido, na luta interna das frações da classe dominante sobre o tipo de sistema político-administrativo que regeria a nova nação, surgem os interesses de estabelecer o tipo de relações econômicas e políticas para o benefício de uma parte dessa classe dominante. Por conseguinte, dentro da classe dominante teria maior controle hegemônico na sociedade colombiana, aquela fração que conseguisse consolidar o tipo de regime de governo.

O libertador Simón Bolívar aspirava criar uma nação forte o suficiente para competir economicamente com as potências europeias e manter sua independência. A Grã Colômbia, organizada entre 1821 e 1830, era o sonho mais ambicioso de unidade da América Latina (BLANCO, 2007). Bolívar acreditava que uma forte autoridade central era a única solução para os povos da região, falhando em sua tentativa de liderar, mesmo como ditador (LAROSA; MEJÍA, 2013).

---

<sup>29</sup> Gran Colombia es un apodo para el periodo en que Colombia comprendía Ecuador, Colombia, Venezuela y Panamá (1821-1830) (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 105).

Após o fracasso da Grã Colômbia, Bolívar deixa a presidência e se exila<sup>30</sup>, declarando que *América é ingovernável*<sup>31</sup>. Larosa e Mejía (2013, p. 105) esclarecem que “o que Bolívar não entendeu foi que, depois de mais de duas décadas de luta contra uma monarquia estrangeira e absoluta, os americanos, especialmente na Colômbia, não estavam dispostos a aceitar de maneira alguma um regime absolutista do governo”. Em consequência, os opositores do governo Bolívar passaram a considerar a opção secessionista. Em 1830, a Venezuela e o Equador declararam sua independência da República da Colômbia, sendo que a Grã Colômbia foi finalmente dissolvida em 1831 (BUSHNELL, 1994).

A Constituição Neogranadina de 1832 foi a Carta Política Nacional que direcionou a vida constitucional do Estado de Nova Granada após a dissolução da Grã Colômbia em 21 de novembro de 1831. Essa Constituição manteve o centralismo como forma de governo, concedeu o voto sem restrições de riqueza ou renda, mas excluiu deste direito os empregados domésticos e os trabalhadores da colheita (MELO, 2017).

O contexto social-econômico da nova república não era favorável para alcançar uma economia independente do monopólio espanhol. Segundo Bushnell (2007, p.111) “a Nova Granada não só sofreu de uma unidade política fraca; estava dolorosamente marcada pelo subdesenvolvimento social e econômico, ou mais precisamente devido à pobreza extrema e estagnação”. A situação evidenciada por Bushnell (1994) foi agravada por algumas guerras civis locais, regionais e muito sangrentas.

A primeira guerra civil que enfrentaria o governo seria a chamada guerra dos Supremos, no ano de 1839, causada pela decisão do Congresso em suprimir os conventos e por uma política cada vez mais firme de reduzir o investimento do Estado em favor do clero e incluir os bens da Igreja sob a consideração de bens tributáveis (BLANCO, 2007).

A guerra durou três anos (1839-1842) tendo como vencedor o governo, porém, trouxe repercussões importantes na política do país, uma vez que o posicionamento em relação à Igreja Católica diferenciava os nascentes partidos políticos. Por um lado, o partido Liberal apelava pela formação de um estado laico e por outro lado o partido Conservador defendia um estado confessional católico (BUSHNELL, 1994).

---

<sup>30</sup> A renúncia de Bolívar à Presidência, mais que ser aceita se tornou uma ação política exigida e manifestada publicamente na tentativa de assassinato contra sua vida, em 25 de setembro de 1828 (BLANCO, 2007, p. 81).

<sup>31</sup> Carta de Bolívar ao general Juan José Flores (1830).



As guerras seguintes, além de procurar impor o tipo de governo para a nova república, também apontaram para as diferenças políticas e ideológicas dos partidos Conservador e Liberal. Os liberais, defensores do federalismo, defendiam seus interesses econômicos por ter liberdades ou poderes próprios e regiões independentes de um governo central, enquanto os conservadores apoiavam o centralismo, com vistas às vantagens de ter controle de todo o país através do poder executivo.

Em 1850, o governo de Nova Granada, sob a política liberal, empreendeu uma série de reformas que afetaram a Igreja Católica, sendo a principal a expulsão dos jesuítas em 1850. As reformas também atingiram interesses econômicos dos latifundiários conservadores proprietários de muitos escravos, por meio da abolição da escravidão em 1851. (LAROSA; MEJÍA, 2013). Essas reformas contribuíram para que a Guerra Civil de 1851 ou a Guerra do Século Médio ocorresse. A Guerra Civil de 1851, rapidamente suprimida pelo governo, é caracterizada como um conflito em que os partidos conservadores e liberais se enfrentaram. Mesmo sob os protestos dos conservadores, o pacote de reformas iniciado em 1850 continuou, e, sendo derrotado militarmente, esse grupo foi forçado às reformas liberais (BUSHNELL, 1994).

Em 1854 se originou uma revolta devido às reformas legislativas liberais de livre comércio que afetaram os artesãos. Aproveitando o descontentamento civil, a Guarda Nacional juntou-se ao General José Maria Melo<sup>32</sup> de forma a executar um golpe de Estado, em razão das medidas governamentais para a redução do contingente militar. Melo permaneceu no poder por oito meses até a Guerra Artesão-Militar entre oficiais militares e civis liberais e conservadores. Em razão desse conflito houve a retomada do poder político por Mariano Ospina Rodríguez<sup>33</sup> (BUSHNELL, 1994).

O governo de Ospina estava impossibilitado a governar eficientemente em um país onde dissidência regional representada pelas elites militares e econômicas tinha poder real em regiões distantes. Por conseguinte, foram necessárias disposições constitucionais que regulamentassem as competências do Governo e as responsabilidades dos Estados, uma nova constituição cumpriria tal fim (LAROSA; MEJÍA, 2013).

---

<sup>32</sup> José Maria Melo (1800 - 1860) militar e político neogranadino, morreu baleado no México, sendo o comandante regional das tropas de Benito Juárez (MARTÍNEZ, 1972).

<sup>33</sup> Mariano Ospina Rodríguez (1805-1885) foi um político, jornalista, professor e advogado colombiano, fundador do Partido Conservador da Colômbia (ARISMENDI, 1983).

A República de Nova Granada tornou-se a Confederação de Granada quando a Constituição de 1858 foi aprovada, com a qual começaria a etapa federalista. No entanto, as reformas do governo conservador de Mariano Ospina Rodríguez originaram a guerra civil de 1860 a 1862, também conhecida como Guerra da Soberania, ou Magna Guerra, na qual o Partido Liberal exigia o federalismo como forma de governo (BUSHNELL, 1994).

A vitória liberal na guerra civil teve como consequência a Constituição de 1863, mais conhecida como Constituição de Rionegro<sup>34</sup>. A partir desse documento constitucional, o país adotou o nome de Estados Unidos da Colômbia (RUBINO, 2016). A nova Constituição estabeleceu uma república federativa na qual prevalecia a autonomia territorial que deu origem a reformas sociais cujo “[...] objetivo era mudar as mentalidades dos habitantes do território do país, superar o passado católico e hispânico e constituir uma nação orientada para o trabalho, a ética capital e a produção [...]” (RUBINO, 2016, p. 15).

O descontentamento da Igreja Católica diante das reformas e a manifestação dos interesses do Partido Conservador geraram novo conflito de caráter político-religioso, a Guerra Civil de 1876 a 1877, também conhecida como Guerra das Escolas. Esse conflito ocorreu em oposição às políticas de educação e o espírito abertamente antirreligioso e anticlerical dos Liberais radicais (MELO, 2017).

Os liberais foram vitoriosos no conflito, mas devido aos problemas econômicos que enfrentava a nova república federativa e a oposição à instituição de um estado laico num país majoritariamente católico surgiu um movimento político, a Regeneração. Esse movimento liderado pelo Liberal moderado Rafael Núñez estabeleceu uma plataforma política que sustentaria um longo período de poder conservador no governo (LAROSA; MEJÍA, 2013).

Núñez, que não alcançou a presidência em sua primeira tentativa em 1876, é eleito presidente no ano 1880- 1882 e reeleito no 1884-1886 com o voto combinado de liberais e conservadores independentes. Seu governo foi considerado conservador em razão de ter procurado reformar a Constituição de 1863, de forma a resgatar o poder executivo nacional, visto que havia fortalecido os estados em detrimento do poder nacional (BUSHNELL, 1994). Em consequência, os Liberais radicais que não concordavam com a política centralista da Regeneração se insurgiram contra o governo Conservador e estourou a guerra civil de 1884-1885, a qual teve as forças governamentais como vitoriosas (MELO 2017).

---

<sup>34</sup> A Constituição de 1863 é conhecida como Constituição de Rionegro porque foi assinada na cidade que leva seu nome, na região de Antioquia (RUBINO, 2016).

A vitória do governo frente aos Liberais possibilitou o caminho para instaurar a Constituição de 1886, a qual restaurou os privilégios da Igreja Católica e impôs o centralismo administrativo ampliando os poderes do presidente da República. Sobre isso, Molina (2004, p. 61) adverte que “[...] os partidos políticos chegam a um acordo sobre a maneira na qual se devia organizar o Estado e administrar a república, pois as permanentes confrontações armadas impediam cumprir objetivos econômicos, comerciais e políticos dos atores mais interessados no processo [...]”.

A república deixou de ser chamada Estados Unidos da Colômbia para República da Colômbia. Além disso, a Constituição de 1886 foi concebida como um instrumento jurídico político que constituía um regime centralista, autoritário e presidencial, com princípios que se baseavam nos ideais hispânicos medievais e em uma ordem social ultra religiosa e moralmente católica (RUBINO, 2016). A respeito, Bushnell (2007) elucida

Embora no aspecto religioso Núñez tenha sido um pensador livre, estava convencido de que deveria ser negociado um acordo amigável entre a Igreja e o Estado. Porque a Igreja Católica Romana, para o bem ou para o mal, era parte integrante do organismo social colombiano, Núñez pensava que a única alternativa viável era aceitar sua presença e conceder-lhe uma posição especial, de poder e influência (BUSHNELL, 1994, p. 196).

O governo cedeu parte de sua soberania institucional e territorial à Igreja Católica e fez do clero um agente orientador, educador, socializador e censor da vida social, política, econômica e cultural da nação (MELO, 2017).

Referente a este período, Paul Oquist (1978) esclarece que a violência tem sido um processo estruturante na sociedade colombiana, em que os conflitos dentro da classe dominante constituíram um estado que defendia os interesses a grupos que estavam no poder, primordialmente pelo uso da força e da violência. E continua ele:

Esses conflitos foram geralmente associados a contradições internas dentro da classe dominante, com algumas exceções significativas. Os diferentes interesses que deram origem aos conflitos são diversos e cada período requer uma análise independente. Porém, em termos gerais, é possível identificar conflitos periódicos, sobre a formação e transformação do Estado republicano; a preservação da estrutura socioeconômica colonial ou sua substituição por formas sociais de cunho capitalista e sobre quais grupos, dentro da classe dominante, controlariam o estado-nação. Esses tipos de conflitos estavam intimamente relacionados entre si [...] os conflitos eram frequentemente condicionados pela fraqueza do estado nacional. Colômbia no século 19 foi caracterizada por um estado fraco dentro de uma estrutura forte de dominação. Crenças religiosas e ideológicas, relações econômicas paternalistas, o surgimento de intensa lealdade a partidos políticos dos criollos, foram mais importantes para estruturar as relações sociais que o estado nacional, incluindo seu exército (OQUIST, 1978, p. 127).

Na instituição de um novo Estado, após terminar com os laços coloniais, a classe dominante deveria ter se tornado uma classe dirigente nacional, superando a fragmentação interna e a dispersão do poder.

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’, pois um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente] (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

No entanto, as contradições internas nas frações da classe dominante da sociedade colombiana levariam a incapacidade de transformar os interesses particulares em gerais da própria classe, particularismo que se originou na sociedade colonial e prevaleceu na história política colombiana, tornando-se um dos maiores obstáculos para a consolidação do novo Estado e, desse modo, se conduziu a uma série de guerras civis que afetaram o desenvolvimento econômico.

Consequentemente, as guerras civis que ocorreram durante o século XIX afetaram negativamente o desenvolvimento e a situação econômica do país. As diferenças ideológicas quanto ao tipo de governo centralista ou federalista, além de problemas sociais e econômicos motivaram o surgimento desses conflitos que em vez de terminar, resultam na criação de um conflito maior, a confrontação entre os Liberais e Conservadores.

A chegada dos conservadores ao poder em 1886 e sua decisão de retê-lo, inclusive com intervenção ilegal, originaria uma intensa rivalidade entre essas facções que dominariam a política e a sociedade colombiana pelos próximos 55 anos. A Colômbia enfrentaria a guerra mais sangrenta das guerras civis do século XIX e início do século XX: a Guerra dos Mil Dias, que deixaria o país em uma grande crise econômica piorando com a separação do Panamá.

### 1.3. CONTENDA ENTRE LIBERAIS E CONSERVADORES

A partir da Constituição de 1886 e a reeleição de Núñez como presidente, as reformas conservadoras começaram a ser aplicadas dentro da política da Regeneração que usava retórica católica e, a fim de garantir sua permanência no poder, empregavam mecanismos como

a fraude eleitoral que também incentivaram uma política de extermínio<sup>35</sup> com o slogan de uma pátria, uma fé, uma nação, um cidadão, principalmente católico e conservador (RUBINO, 2016). Os autores expõem que

Os governos da Regeneração (1886-1904) viram nos demais - não católicos, não conservadores e não aderentes à nação restaurada - como inimigos absolutos. De acordo com ultracatólicos, eles - os outros - não tinham qualidades justas e menos humanas ou políticas e pensava-se que eram sujeitos que deveriam ser exterminados do território nacional (RUBINO, 2016, p. 46).

A posição diante da Igreja determinaria as pautas nos projetos políticos dos partidos tradicionais da Colômbia e, com ela, a justificativa para lutar pelos ideais do partido. Os liberais defendiam um governo secular e imposição de impostos à Igreja Católica, enquanto os conservadores defendiam um país no qual o governo fosse católico, dando poder e financiamento à igreja para instruir os cidadãos de acordo com os dogmas religiosos.

Nesse sentido, a igreja desempenhou um papel importante na história da violência na Colômbia, incentivando uma cruzada contra os liberais ou qualquer pessoa que não fosse defensora de um governo católico, a retórica de alguns bispos e sacerdotes, ensinada a conservadores e fiéis tornou-se uma mistura de política e religião, como se pode ver no seguinte fragmento

Hoje o combate religioso é apresentado pelo inimigo na arena política. Portanto, é necessário recorrer a esse terreno com coragem e determinação, para que os líderes sejam católicos, sua maneira de governar os povos, ou seja, sua política seja católica. A Igreja não apoia e não pode apoiar candidaturas liberais, e aqueles que votam nelas pecam e ofendem a Deus (COMISIÓN DE ESCLARECIMIENTO DE LA VERDAD, 2016, p. 21-22).

O plano de governo dos conservadores de ter uma aliança com a Igreja Católica era pouco mais que um movimento político para permanecer no poder, uma vez que “o partido que tinha o controle da Presidência poderia assim estender o monopólio absoluto do poder executivo em todos os níveis” (BUSHNELL, 1994, p. 99).

Após a morte de Núñez em 1894, Miguel Antônio Caro<sup>36</sup> emergiu como líder da nação, visto que era um “defensor intransigente dos valores católicos tradicionais e admirador fervoroso da herança colonial espanhola” (BUSHNELL, 1994, p. 199), era o candidato ideal

---

<sup>35</sup> Política de extermínio: Genocídio por razões políticas, a fim de diminuir o número de simpatizantes de um partido político e /ou líderes do partido.

<sup>36</sup> Miguel Antônio Caro (Bogotá 1845 - 1909) Político e escritor colombiano lutou contra o radicalismo e apoiou a Igreja Católica. Ideólogo, gestor e executor da Regeneração, participou da redação da constituição de 1886. Foi Presidente da República entre 1892 e 1898 (MELO, 2017).

para dar continuação à política da Regeneração, “quem governou com apoio divino – ‘Deus faz tudo’ - disse ele - e com um congresso quase unânime” (MELO, 2017, p. 169)

A repressão contínua do governo conservador em relação aos liberais, negando-lhes totalmente a possibilidade de ocupar cargos executivos de qualquer nível juntamente com as reformas que afetaram seus interesses econômicos, foram as razões da guerra civil em 1899, com o intuito de derrubar o governo conservador (MELO, 2017). Embora os conservadores tenham vencido, a crise econômica continuou devido à queda dos produtos de exportação, o que intensificou a oposição ao regime por liberais e conservadores dissidentes, que não permitiriam que o país continuasse sendo governado por conservadores (BUSHNELL, 1994).

O conflito que eclodiu em 1899 marcaria profundamente a Colômbia, visto que os opositores do governo viam a guerra civil como a única opção diante da crise econômica e política que o país estava passando. A guerra iniciada em 1899 durou mil dias, atingiu quase todo o território e deixou quase setenta mil mortos. Em razão de sua duração, esse conflito ficou conhecido como Guerra dos Mil Dias (LAROSA; MEJÍA, 2013). O historiador colombiano Jorge Orlando Melo expressa que, durante o conflito, as regras da guerra foram quebradas com frequência, pois

Ambos os lados aplicaram táticas cruéis, maus-tratos e execuções de prisioneiros (embora o guerrilheiro liberal Ramón Marín se recusasse a atirar nos prisioneiros conservadores, porque se o fizesse, ele perguntou, qual é a diferença?), retaliação contra civis e outras condutas que, mesmo presentes em todas as guerras desde a independência, foram rejeitados pelos líderes políticos e não eram muito frequentes. Isso deixou uma herança de ódio e ressentimento mútuo que teve uma grande influência na política nas décadas seguintes (MELO, 2017, p. 171).

A guerra chegou a seu fim em 21 de novembro de 1902, “[...] sem significar a verdadeira vitória entre liberais ou conservadores, estabeleceu o precedente para um perigoso padrão na política do século XX: a exclusão política como catalisador do conflito armado” (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 108).

No final de 1903, o Congresso colombiano rejeitou um tratado Herran-Hay entre a Colômbia e os Estados Unidos, o qual tinha por objetivo a construção do Canal do Panamá. Essa decisão foi para muitos panamenhos mais uma prova dos males do centralismo e que seus direitos não seriam respeitados (BUSHNELL, 1994). Após a Guerra dos Mil Dias, como resultado indireto desta o departamento de Panamá se separou da República da Colômbia em

três de novembro de 1903, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América liderados pelo presidente Theodore Roosevelt<sup>37</sup>(MELO, 2017).

Depois da Guerra dos Mil Dias as diferenças ideológicas entre os liberais e conservadores parecem sofrer um retrocesso. Em nível nacional não se presenciaram guerras civis, porém os conflitos partidários se mantiveram nas regiões onde o governo não tinha presença. Essa lacuna da presença governamental em algumas regiões possibilitou que outros atores se fizessem presentes, instaurando um processo em que a lei e a ordem eram baseadas na força e no uso da violência. Esses grupos defendiam os interesses econômicos e políticos dos partidos. Naquele contexto, a luta foi caracterizada pela lealdade ao partido, por tradição familiar ou a um chefe político. Segundo Melo (2017)

Para meados do século XX, quase todos os colombianos eram membros entusiastas de um partido, à qual pertenciam desde a adolescência, seguindo os pais e concidadãos: as famílias tendiam a ser só partidos e casamento misto era uma pequena tragédia. A maioria das cidades eram liberais ou conservadoras, e a outra parte formavam pequenos enclaves em alguns bairros ou calçadas. Em muitos lugares, isso levou a um padrão de residência que enfrentava dois povos homogêneos, de diferentes partidos, separados por algumas horas no caminho. Mudar de partido, ‘Revirar-se’ era um ato de traição, covardia ou corrupção (MELO, 2017, p. 168).

Se a rivalidade no século XIX foi baseada nas diferenças entre o tipo de sistema administrativo e político do centralismo e federalismo, no século XX os motivos para continuar um conflito interno são a hegemonia de um partido no poder governamental. Todavia, a hegemonia alçada se baseia na eliminação do oponente, buscando através da imposição e da violência a aceitação de um partido político em particular.

A vida política da Colômbia entre os séculos XIX e XX, com precisão de 1853 a 1953, notará que em um século o país passou de um processo radical de modernidade política proposto por uma geração de proprietários de terras e comerciantes profissionais conhecidos como liberais radicais e seus. O projeto federalismo foi liderado pelos membros chamados ‘O Olimpo radical’ (1863-1885) - um regime autoritário personalista, com raízes protofascistas, imposto pelo governo do ultraconservador Laureano Gómez (1949-1953), inspirado no modelo católico hispânico imposto pelo general Franco na Espanha (RUBINO, 2016, p. 27).

O Partido Conservador dominou livremente os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário entre 1914 e 1930. A hegemonia conservadora enfrentou o enorme descontentamento social produzido pelas transformações econômicas de um país no caminho da industrialização e com uma classe trabalhadora crescente, cada vez mais organizada (SARRIA, 2018).

---

<sup>37</sup> Theodore Roosevelt, Jr. (1858 –1919) foi um militar, explorador, naturalista, autor e político norte-americano que serviu como o 26º Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909.

Os interesses econômicos da burguesia colombiana se faziam presentes, como no resto do mundo, contra as ideias socialistas e comunistas que começavam a fazer eco entre a classe trabalhadora. “[...] As disputas sobre o trabalho, alimentadas pelas teorias europeias sobre o assunto e a internacionalização da recente Revolução Bolchevique na Rússia, chegaram à Colômbia, onde as condições de trabalho estavam presas em um passado que, às vezes, parecia medieval” (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 111).

Durante a década de 1920, indígenas, camponeses e outros setores sociais se mobilizaram para melhorar suas condições de trabalho. Por esse motivo, em 1928, o governo conservador emitiu uma lei altamente repressiva, a Lei de Defesa Social, mais conhecida como "Lei Heróica" (Lei 69 de 30 de outubro de 1928). Essa lei tratava como subversivas determinadas ações, principalmente aquelas ligadas a movimentos e organizações que questionavam direitos de propriedade e família e promoviam greves (VEGA, 2015). Segundo Moncayo (2015, p. 20), essa lei “poucos dias depois de emitida, justifica a massacre das Bananeiras<sup>38</sup> em 5 dezembro de 1928, que provocaria a renúncia do Ministro da Guerra Ignacio Rengifo e depois o fim do regime conservador”.

Em 1930, após uma hegemonia conservadora de três décadas, o Partido Liberal chegou ao governo em meio às profundas transformações econômicas e sociais dos anos vinte e conflitos agrários, urbanos e trabalhistas (DE ZUBIRÍA, 2015). Nas regiões, as diferenças bipartidárias se acentuam nessa conjuntura, os conservadores não confiavam na transparência das eleições presidenciais e às vezes se abstinham de apresentar candidatos e as divisões internas dentro do partido Conservador contribuíram para que o governo ficasse sob o controle dos liberais (BUSHNELL, 1994).

Igualmente, a divisão dentro do Partido Liberal permitiu o triunfo do Partido Conservador nas eleições presidenciais de 1946, dando início a uma onda de violência contra todas as organizações populares, especialmente contra os setores de influência liberal e comunista. Usando o poder executivo e legislativo, o conflito no campo e nas cidades se

---

<sup>38</sup> O Massacre das Bananeiras: Na noite de 5 de dezembro, soldados colombianos dispararam contra uma reunião pacífica de milhares de grevistas, matando e ferindo muitos. A noite foi gravada na consciência dos colombianos pelo romancista Gabriel García Márquez, em sua obra Cem Anos de Solidão. Número de vítimas: 1.800 trabalhadores mortos e 100 feridos (VÁSQUEZ, 2001). Para maior aprofundamento sobre esse massacre examinar a tese de doutorado de Calle Luz, intitulada Constituição y Guerra. Una revisión del sistema de derechos fundamentales de Colombia durante el siglo XX.



intensificou devido ao assassinato<sup>39</sup> de Jorge Eliécer Gaitán Ayala<sup>40</sup> em 9 de abril de 1948<sup>41</sup> (FAJARDO, 2015).

Gaitán era candidato do Partido Liberal à Presidência da República para o período 1950-1954. Destacando-se na política desde jovem, atacou incansavelmente o governo conservador em 1928 em razão da nefasta condução da greve das Bananeiras. Dessa forma, construiu uma reputação de defensor das causas populares e alcançou grande probabilidade em vencer as eleições de 1949, devido ao grande apoio popular, em particular da classe média e baixa (BUSHNELL, 1994).

Gaitán ameaçava a oligarquia bipartidária, uma vez que representava a possibilidade de uma mudança de governo, pois direcionava seu discurso político para o povo, argumentava que a fome e a corrupção não eram liberais ou conservadoras, mas sim classistas (ALAPE, 2016). “Em razão desse posicionamento social e político, Gaitán foi assassinado ao deixar seu escritório no centro de Bogotá, uma reação espontânea foi acreditar que seus inimigos políticos o mataram: grupos extremistas dentro do governo ou conservadorismo” (MELO, 2017, p. 214).

Em consequência, a classe trabalhadora marginalizada desencadeou distúrbios na capital Bogotá, evento conhecido como "o Bogotazo". O “Bogotazo” era o resultado da fúria perpetuada por décadas de confrontações bipartidárias violentas, que terminaram espalhando-se por todo o país. O Grupo da Memória Histórica, que reúne diversos estudos com relação à violência no país, explica que

Como traço distintivo da década de 1950, a violência foi praticada entre cidadãos ligados a ambos os coletivos políticos, atacando militantes do partido oposto ou a territórios de sua influência. Grupos armados com diferentes níveis de organização foram formados dentro dos partidos políticos: por um lado, a polícia chulavita e os pássaros (pistoleiros), a serviço do governo conservador; por outro, os guerrilheiros liberais e os grupos comunistas de autodefesa (GMH, 2013, p. 112).

---

<sup>39</sup> Em 9 de abril de 2018, 70 anos após o assassinato de Gaitán, a Comissão da Verdade da Colômbia (comissão criada no âmbito dos acordos de paz entre o governo colombiano e as FARC-EP) anunciou que solicitará a Procuradoria Geral da República da Nação declarar esse crime contra a humanidade, a fim de reabrir a investigação das verdadeiras causas que levaram ao assassinato. Pedirán a la Fiscalía que crimen de Gaitán sea de lesa humanidad. El País, Cali, 08 de abr. de 2018. Disponível em: < <https://www.elpais.com.co/colombia/pediran-a-la-fiscalia-que-crimen-de-gaitan-sea-de-lesa-humanidad.html>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

<sup>40</sup> Jorge Eliécer Gaitán Ayala (1903 - 1948) foi um jurista, escritor, ativista, palestrante e político nacionalista colombiano (ALAPE, 2016).

<sup>41</sup> No dia do assassinato de Gaitán, a Colômbia foi sede da IX Conferência Pan-americana, realizada na cidade de Bogotá, embora no início o governo planejasse incluí-lo na delegação oficial da conferência, não se concretizou em virtude da pressão de Laureano Gómez (MELO, 2017).

O país começa a experimentar eventos inimagináveis e dolorosos, “[...] na população de Valle do Cauca de Puerto Tejada, no rio Cauca, liberais furiosos mataram alguns conservadores notáveis, decapitou-os e depois jogaram futebol com as cabeças na praça da cidade” (BUSHNELL, 1994, p. 277). “No Llano, os senhores Chulavitas arrasaram o que encontraram: queimaram fazendas, mataram os animais que não podiam carregar e mataram aqueles que não gritaram ‘Viva o partido conservador’” (MOLANO, 1995, p. 35). Sobre este período da violência, Sanchez disserta que,

O primeiro e mais visível processo, que deixou o maior impacto na memória coletiva, foi o da mistura combinada de terror oficial, sectarismo partidário e política da terra arrasada. Sua modalidade extrema era, obviamente, assassinato. Não apenas pelo número de vítimas, mas também porque os rituais indescritíveis de tortura que configuraram sua execução marcaram para toda a vida uma geração inteira que teve que testemunhá-la (SÁNCHEZ, 1989, p. 140).

O presidente conservador Laureano Gómez<sup>42</sup> promoveu uma Assembleia Nacional Constituinte através da qual queria adotar um regime corporativo semelhante ao modelo filofascista (Nacional-Corporativista) prevalecente na Espanha sob a ditadura do general Francisco Franco. Esse modelo aproxima a Colômbia dos parâmetros definidos pela extrema direita política (RUBINO, 2016).

Durante o processo constitucional, a radicalização de Gómez estava removendo o apoio majoritário do conservadorismo, diante desses grupos opositores a suas ideias, procuraram apoio militar, e no dia 13 de junho de 1953, Rojas Pinilla<sup>43</sup> chega ao poder mediante um golpe de Estado (MELO, 2017)

À noite, Rojas anunciou sua posse por rádio, em discurso no que se apresentou como um anjo da paz: ‘Sem mais sangue, sem mais depredações em nome de qualquer partido político [...] Paz, lei, liberdade, justiça para todos [...] e especialmente para as classes menos favorecidas da fortuna, para os trabalhadores e os necessitados. O país não pode viver em paz desde que eu tenha filhos famintos ou nus’. A retórica de paz chegou aos colombianos: se a violência resultasse de confronto das partes, o exército, que em princípio não estava ligado para eles, poderia garantir a paz (MELO, 2017, p. 221).

Com a promessa de Rojas Pinilla de pôr fim à violência partidária, os setores políticos não se opuseram ao golpe de estado, porém acrescenta Bushnell que

[...] Entre os pontos fracos do mandato Rojista, deve-se mencionar seu fracasso máximo, apesar de um começo promissor: a promessa de acabar com a Violência. [...]. A ineficácia de Rojas Pinilla para aplacar a Violência enfraqueceu

---

<sup>42</sup> Laureano Eleutério Gómez Castro (1889 - 1965) jornalista, engenheiro civil e político colombiano, presidente da Colômbia de 1950 a 1951, controlou indiretamente o país até 1953, quando um golpe de estado o obrigou a fugir para a Espanha (MELO, 2017).

<sup>43</sup> Gustavo Rojas Pinilla (1900 — 1975) militar, engenheiro civil e político. Assumiu a presidência da República mediante um golpe de estado e governou de 13 de junho de 1953 até 10 de maio de 1957.

inevitavelmente o apoio que recebera quando chegou ao poder. (BUSHNELL, 1994, p. 300).

A ditadura não atingiu o fim proposto, pois os líderes políticos dos dois partidos começaram a se ressentir de estar afastados do poder. O descontentamento mútuo ocorreu em razão da política de repressão contra a liberdade de imprensa e, ainda, a resposta violenta contra a mobilização estudantil fez que os militares solicitaram a Rojas para deixar o poder (MELO, 2017).

Os partidos políticos tradicionais, tanto o Partido Liberal colombiano como o Partido Conservador colombiano, não conseguiram concretizar a vontade coletiva da burguesia colombiana, uma vez que a classe burguesa estava dividida entre os que apoiavam o progressismo e os que se opunham a ele. Para Gramsci, o partido político unifica os interesses de uma classe social; assim, é constituído por uma evolução histórica que reúne um grupo social com interesses econômicos específicos. Segundo ele, “evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social” (GRAMSCI, 2020, p. 88).

Os partidos políticos tradicionais colombianos tentaram se impor à sociedade política (governo) e à sociedade civil (sistema educacional, instituições religiosas e meios de comunicação) para aproximar o povo colombiano sob seus interesses de classe, porém, a classe dominante representada -nos Partido Conservador e Partido Liberal -, não conseguiu consolidar o consenso de massa. Pelo contrário, estimulou a rivalidade entre seus apoiadores gerando um período de violência. Segundo Gramsci (2020), nesta crise hegemônica dos partidos políticos “os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, 2020, p.60).

Diante da violência brutal que acontecia nas regiões, e com receio de perder a hegemonia política, os líderes políticos de cada partido (Liberal - Conservador) chegaram a um acordo de colaboração. Esse acordo foi projetado pelas elites da capital, “para fundar o novo sistema por vontade do povo”, sendo que “a Junta Militar o submeteu a um plebiscito”. No plebiscito “[...] 96,4% dos cidadãos, incluindo mulheres, aprovaram a estranha proposta de coalizão conhecida como Frente Nacional” (MELO, 2017, p. 231).

A solução singular para a violência, a Frente Nacional, levou a uma subestrutura nova e imprevista da violência sob a forma de insurgências guerrilhas de esquerda em todo o país. Colombianos que não queriam têm a ver com os programas dos partidos liberais e conservadores tradicionais ficaram consternados com o acordo bipartidário estreito entre as elites. Como os desalinhados ou desiludidos poderiam participar da política após o estabelecimento da Frente Nacional em 1958? (LAROSA; MEJÍA, 2013, p. 166).

Embora o pacto da Frente Nacional tenha terminado com o confronto entre os partidos tradicionais, a paz não foi acompanhada de profundas reformas no setor agrícola ou de reparação aos milhões de vítimas desapropriadas em La Violência, o que fez com que o conflito por terra permanecesse latente. O sociólogo Alfredo Molano diz que “a violência a partir da década de 1950, pode ser entendida como um processo de consolidação fundiária de maneira violenta” (MOLANO, 2019, p. 4).

Segundo relatório geral do Centro Nacional de Memória Histórica (2013), estima-se que "A Violência" custou a vida de pelo menos 200.000 pessoas, além de uma migração forçada caótica de mais de dois milhões de pessoas. A esse respeito, acrescentam que,

Durante o século XIX e boa parte do século XX, os partidos políticos tradicionais recorreram à violência para resolver disputas de poder e, em particular, para conseguir o domínio do aparelho do Estado, a tal ponto que esta ação pode ser considerada uma constante histórica de várias décadas. Com efeito, a combatividade política e as ações violentas entre os partidos tradicionais, Liberal e Conservador, atingiram seu nível mais crítico no período conhecido como A Violência, que compreende de 1946 a 1958. Embora a violência liberal conservadora tenha sido promovida pela liderança de ambos partidos, o confronto político foi especialmente promovido pelo sectarismo manifesto do líder conservador Laureano Gómez, Presidente da República entre 1950 e 1953. A partir de então, o conflito político se traduziu em um confronto armado aberto (GMH, 2013, p. 112).

O deslocamento dos camponeses foi resultado da violência exercida por parte do exército, da polícia, dos Pájaros e Chulavitas e beneficiava a burguesia colombiana, seja o que for sua defesa ideológica, liberal ou conservador, precisavam a força de trabalho na cidade, e aos latifundiários ou latifúndios que se apropriaram das terras despojadas. No artigo de Sergio Quintero (2017), se expõe um relato de um camponês que se torna guerrilheiro

[...] desde então, passamos do trabalho e da paz para a violência e a perseguição pelo único pecado de sermos liberais. E como então nem se falava de guerrilheiros, não sabíamos como nos defender ou para onde ir para fugir de tanta ferocidade e, então, como continuavam chegando às famílias pobres àqueles que mataram entes queridos, ou foram maltratados ou roubaram o que eles tinham ou incendiaram suas pequenas propriedades; e então já na companhia do amigo Borja, a maneira de defender aquelas famílias pobres e a quem não tínhamos outra proteção senão a de eles, e ver como se proteger e se afastar de tanto mal e foi tão como se por pura necessidade e com grandes sacrifícios eles conseguissem espingardas todas remendadas e inseguras. [...] muitos de nós nos reunimos em busca de refúgio e proteção, principalmente para crianças, idosos, mulheres e, em geral, todos nós que tivemos que fugir para a perseguição sectária da polícia, exército, godos e pássaros, que eram os mesmos godos, mas mais

ruins, e até mesmo dos sacerdotes que haviam convertido a religião em perseguição política (GUZMÁN apud QUINTERO, 2017, p. 43)

Durante o período de violência bipartidária, os interesses econômicos e políticos do grupo dominante da sociedade colombiana aceleraram o conflito pelas terras, reconhecendo um perigo comum na ameaça de deslocamento ou morte, camponeses e comerciantes fortalecem ou criam organizações de autodefesa e guerrilhas. Paradoxalmente, os grupos de guerrilha ao se tornar o novo inimigo comum dos partidos tradicionais, Liberal e Conservador, esquecem suas diferenças, um ciclo de violência terminou e começou o conflito armado entre o Estado colombiano e as FARC- EP que permaneceram em armas por seis décadas.

Até a década de 1950, a história colombiana assentou suas bases nos sucessivos conflitos entre as classes dominantes pelo controle do governo e pela defesa de seus interesses econômicos particulares. Os promotores da Independência, por serem descendentes dos colonizadores, buscaram manter a hierarquia social já estabelecida na colônia, onde eles, os autoproclamados brancos, continuariam no topo, e os índios e negros continuariam sendo explorados, portanto os princípios do Estado Moderno iniciado na Europa, de uma sociedade democrática e livre, baseiam-se em parte na violência exercida na América que proporcionou a superexploração da mão-de-obra indígena e negra, bem como o financiamento para o desenvolvimento do capitalismo a expensas das riquezas extraídas do continente.

Enquanto ocorria uma luta entre as frações da classe dominante pela hegemonia do Estado, a classe explorada, ou seja, os mestiços, os índios e os negros, encontrava-se dividida, pois seus interesses particulares não pareciam ter o mesmo fio condutor, sua participação limitou-se a ser os peões dessas guerras, defendendo os interesses particulares das frações dominantes, de acordo as retribuições políticas e econômicas que lhes seriam concedidas. Depois de tantos anos de opressão sob o império espanhol, parece que a classe oprimida não percebe que sua condição de opressão não mudou com o novo Estado, condição que continuou e se agravou devido às guerras civis que estavam ocorrendo e afetaram diretamente suas condições de vida. No entanto, as disputas que estavam por vir, iriam avivar o descontento desta classe.

A classe explorada não estava representada nos partidos políticos tradicionais, cujo discurso radical e classista do lado liberal e do outro, conservador e estatal, limitando-se a perpetuar as desigualdades sociais estabelecidas na colônia, em prol de seus interesses de classe. A hegemonia dos partidos tradicionais, impossibilitou o surgimento de novos partidos políticos. Assim, a classe explorada não teve as garantias para uma efetiva participação democrática. O

conflito entre os partidos tradicionais tinha um forte interesse econômico, já que o deslocamento pela violência facilitou a expropriação das terras dos camponeses, que foram tomadas pelas classes dirigentes de ambos os partidos. Destarte, os camponeses, em sua maioria descendentes de mestiços e índios que lutaram pela independência da Colômbia, enfrentaram a expropriação de suas terras pela violência bipartidária, ou pelas políticas implementadas pelo governo. Impedidos de exercer seus direitos civis, sem a proteção do Estado, encontram na subversão a forma de sobreviver e neutralizar a violência exercida pelas classes dominantes. Nesse contexto, o país passou a viver um novo ciclo de violência não motivado pelo embate dos partidos tradicionais, mas em razão da correlação de forças entre governo e guerrilha.

No segundo capítulo abordaremos a constituição das FARC- EP, o movimento guerrilheiro inspirado no Partido Comunista, que se constituiria a partir da organização armada dos camponeses contra o estado colombiano. Tendo como objetivo, identificar os fundamentos da ideologia Fariana, analisando as FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro, o Acordo de Paz 2016 e sua constituição como partido político com o intuito de aproximar-nos de nosso objeto de pesquisa: as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz.

## **CAPÍTULO 2- AS FARC-EP: DE MOVIMENTO GUERRILHEIRO A PARTIDO POLÍTICO**

Na metade do século XX, a Colômbia vivenciava a pior crise na luta pela hegemonia no país. Os partidos políticos tradicionais - Liberal e Conservador - fracassavam nos intentos da reconstrução da hegemonia. O Frente Nacional, pacto político entre Liberais e conservadores, instituiu entre 1958 e 1974, uma política baseada na paridade de poder entre os partidos tradicionais, em todos os órgãos do Estado. Nesse período, os processos democráticos no país excluíam de direitos políticos qualquer outro partido político.

O Frente Nacional não resolveu os problemas sociais, econômicos e políticos derivados da época da *Violência* bipartidária. Além disso, o país experimentava as sequelas da guerra fria e implementava políticas na luta contra a expansão do comunismo na América do Sul, conforme orientações dos Estados Unidos. A repressão política e militar do Frente Nacional contra a dissidência política, e, a ação de partidos de oposição e movimentos sociais de ideologia comunista, contribuíram para o aumento do inconformismo das massas populares, especialmente dos camponeses, indígenas e trabalhadores.

Na aproximação histórica da série de conflitos armados vivenciados na Colômbia antes do surgimento das FARC- EP, explanou-se a relação histórica entre política e violência. Desde as guerras pela independência e as posteriores guerras civis, nos séculos XIX e XX, os confrontos bipartidários foram aceitos e promovidos pelo Estado, e as forças armadas, em conjunto com as milícias, colaboraram para a naturalização da violência. Nesse contexto, a violência se tornou imprescindível para o confronto político e mostrou aos camponeses as bases para a luta revolucionária.

Até o início do conflito armado interno na década de 1960, quando surgiram as guerrilhas, os camponeses confrontavam-se entre si, pelas defesas das ideologias dos partidos tradicionais. Quando se estabeleceu o Frente Nacional e deu-se início às represálias do governo contra os partidos de oposição e movimentos sociais, os camponeses -das regiões mais esquecidas pelo Estado- perceberam que foram utilizados pelos grupos dominantes. Outrora inimigos, os camponeses reconhecem-se como vítimas das ações violentas do governo e das políticas do estado que favoreciam as elites sem distinção da ideologia política tradicional.

O surgimento dos movimentos guerrilheiros seria fruto desse processo histórico propiciado pela crise hegemônica das classes dominantes. Conforme explicita Gramsci (2020), a perda da hegemonia, não só se limitaria a ser uma crise econômica, e sim a uma crise completa de todo o Estado, situação na qual, o sistema social, político e econômico no seu conjunto, encontra-se instável. As massas populares tinham perdido a credibilidade nas instituições do governo, nas forças armadas, nos partidos políticos tradicionais e na igreja católica. Nesse sentido:

[...] a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2020, p. 61).

A crise se expressava em diversas questões, dentre os quais se destacavam: o problema agrário dos camponeses, indígenas e trabalhadores pelo acesso à terra e à moradia; a luta por condições de trabalho e por serviços públicos; a defesa dos direitos humanos; as demandas pelo direito ao pluralismo político e, a reivindicação de garantia de educação e saúde nas regiões atingidas pela violência. Tais questões acabaram se constituindo em alguns dos objetivos da luta revolucionária da guerrilha.

Os privilégios concedidos ao bipartidarismo converteram o Estado em mediador e representante exclusivo dos interesses particulares das classes dominantes. A hegemonia dos partidos tradicionais na constituição do Frente Nacional impossibilitou o surgimento de novos partidos políticos, e assim, a classe explorada não teve as garantias para uma efetiva participação democrática. A repressão violenta disfarçada de ‘assistência militar’ foi o incentivo para a constituição das FARC-EP.

A partir de uma abordagem Gramsciana, principalmente com o uso de dois elementos de seu pensamento: a análise das relações de forças e a hegemonia, o presente capítulo tem como objetivo identificar os fundamentos das FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro, o Acordo de Paz 2016 e sua constituição como partido político.

Para tal fim, está organizado em três seções. Na primeira seção se expõe sobre os episódios que deram origem ao conflito armado entre o Estado colombiano e as FARC-EP. Na segunda seção, com base em documentos desta organização, pesquisas e análises de sociólogos e historiadores, apresentamos os antecedentes da resistência armada inspirada no Partido



Comunista na modalidade de autodefesa camponesa, a formação das chamadas “repúblicas independentes” durante a época da Frente Nacional e do nascimento das FARC. Por último, apresenta-se uma análise histórico-política do Acordo de Paz, abordando as tentativas anteriores, os atores envolvidos nos processos de diálogo e a implementação do Acordo de Paz 2016.

## 2.1 DA VIOLÊNCIA BIPARTIDÁRIA À VIOLÊNCIA SUBVERSIVA

A compreensão da realidade de um determinado bloco histórico, no qual operaram as forças hegemônicas, se impõem através dos diferentes mecanismos de dominação, sejam estas sociais, religiosas, políticas ou econômicas. Nessa perspectiva, implica analisar seu concreto desenvolvimento histórico, na realidade efetiva de como se materializam as relações de força, visto que “é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (Gramsci, 2020, p.36).

Os diversos níveis de relação de força planteados por Gramsci, explicitam como devem ser analisadas as situações nas quais os grupos que conformam a sociedade se confrontam a fim de fazer valer seus interesses. Entre os diversos níveis das relações de força, apresenta Gramsci (2020) um segundo momento no qual, na relação das forças políticas, os diversos grupos sociais atingem o nível de autoconsciência e de organização, e é analisado a partir de três momentos que correspondem ao grau de consciência política coletiva.

Sendo assim, para Gramsci (2020) o primeiro momento, denominado econômico-corporativo, corresponde a organização entre iguais categorias profissionais como coletivo que compartilha interesses particulares. No segundo momento, ainda incorporado no econômico-corporativo, o coletivo abrange outras categorias profissionais compartilhando, enquanto grupo social com interesses afins no plano econômico, “já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes [...]” (GRAMSCI, 2020, p. 41). O terceiro momento ocorre quando os interesses particulares se tornam universais, “[...] se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo

meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2020, p.41).

A partir da análise da relação de força, Gramsci (2020), aponta que um grupo social procura se tornar hegemônico quando os próprios interesses corporativos são superados, no momento em que os interesses como grupo puramente econômico devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados, ultrapassando assim os limites como corporação.

Nessa relação de força, Gramsci (2020) caracteriza o "momento" da hegemonia:

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em 'partido', entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2020, p. 41-42).

As considerações de Gramsci (2020) a respeito a relação de força nos auxilia na compreensão do período histórico da realidade colombiana entre os anos de 1946 e 1958, na qual a luta pela hegemonia, das frações do grupo dominante na Colômbia representadas nos partidos Conservador e Liberal, gerou o período conhecido como a *Violência*. Nesse período, os partidos confrontaram-se para obter os privilégios do Estado, com vistas a fazer valer seus interesses da forma mais ampla possível, dado que, este é “concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (GRAMSCI, 2020, p. 42).

A violência bipartidária, configurada por confrontos políticos, sociais, econômicos e religiosos, foi promovida pelos governos da época e se amparava tanto no partido político que tivesse o controle do Estado quanto no uso da violência física com assistência militar e civil (grupos de bandidos) contra seu adversário político. Quando as eleições foram vencidas pelo conservador Mariano Ospina Pérez em 1945, começou a violência oficial, desencadeada nas cidades pelos prefeitos conservadores contra a população e os líderes liberais.

Segundo Oquist (1978) o presidente Ospina Pérez, conhecido como *a oligarquia de carne e osso*, recebeu em 1949 os conselhos de uma missão enviada pelo Banco Mundial sob a direção do economista canadense Lauchlin Currie. No entanto, os estudos promovidos pela missão do Banco Mundial e as conclusões alcançadas tiveram pouco eco, na época do relatório final, em 1953, a ditadura de Rojas Pinilla estava no poder e o país vivia um boom cafeeiro

sem precedentes que escondia a estrutura vulnerável da economia, principalmente dos camponeses que sem uma reforma agrária que buscasse melhorar a situação econômica, nem lhes proporcionasse educação e saúde, afetados pela violência bipartidária, tornavam-se deslocados nas áreas urbanas, o que contribuiu aos interesses dos industriais que requeriam mão de obra para proletarizá-los nas fábricas industriais urbanas.

Como explicou Marx (2013), na lei geral da acumulação capitalista, o ponto de partida foi a acumulação original, na qual ocorreram as transformações que deram sustentação à nascente classe capitalista. Na transição do feudalismo ao capitalismo, os camponeses são despojados de suas terras e lançados no mercado de trabalho como proletários livres e privados dos meios de existência, conformando o que Marx denomina o exército industrial de reserva. Embora, o que aconteceu na Inglaterra entre os séculos XV e XVI não tenha sido o processo implementado na Colômbia a fim de recrutar mão de obra para a indústria, a violência política obteve o mesmo resultado, o deslocamento forçado de milhares de camponeses, contribuindo a urbanização informal, beneficiando assim o setor industrial.

Para os partidos tradicionais, a violência tornou-se a estratégia para a manutenção do poder. No entanto, em 9 de abril de 1948 em Bogotá, coincidindo com a preparação da Conferência Pan-Americana que mais tarde daria origem ao Organização dos Estados Americanos (OEA), aconteceu o assassinato do candidato presidencial Jorge Eliécer Gaitán, líder político que representava um terceiro caminho político para o povo. Esse episódio deu início a uma onda de confrontos sem precedentes em toda a esfera nacional, cessando de maneira formal no ano de 1958 com a constituição do Frente Nacional.

Aos confrontos, iniciados com a defesa de ideais políticos, incitados pelo líder do partido conservador Laureano Gomez eleito presidente em 1950, foi acrescentado o fanatismo de dogmas religiosos. Sob seu governo se instala um fascismo cristão, um nacional-catolicismo apoiado pela Igreja à maneira do imposto na Espanha pelo regime de Franco, ou seja, uma guerra civil não declarada começa contra liberais e comunistas. Em conjunto com polícias paralelas, operaram a PoPol (polícia política), detetives (do SIC, Serviço de Inteligência Colombiano, antecessor do DAS e as chulavitas e os pássaros, os quais serviram ao regime como forças de intimidação e controle rural (OQUIST, 1978).

Devido a problemas de saúde, em 1951, Gómez deixou a presidência e tomou posse seu ministro da Guerra, Roberto Urdaneta Arbeláez, que deu continuidade à política do governo extremamente conservador, atacando simpatizantes dos partidos liberais e comunistas. Durante

seu governo, estendeu a violência contra as oligarquias desse partido, os jornais liberais *El Tiempo* e *El Espectador* foram incendiados em Bogotá, e as casas do ex-presidente Alfonso López e do líder do Partido Liberal, Carlos Lleras Restrepo, também foram incendiadas (OQUIST, 1978).

De acordo com Sánchez (1989), nos campos não havia presença do Estado, em Boyacá e Santanderes a polícia Chulavita mandava, no Valle do Cauca os Pássaros conservadores, a luta alcançava níveis frenéticos de barbárie. Métodos atrozes e inéditos de decapitação foram inventados e os assassinatos de famílias, filhos e até fetos no ventre de suas mães, sob o lema de ‘não deixar uma única semente’ do adversário político. Diante disso, as guerrilhas liberais começaram a se organizar nos Llanos Orientais, no sul de Tolima, em Cundinamarca, na região de Sumapaz.

**FIGURA 1- Período de Violência na Colômbia – 1950 -1953.**



**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2020).**

No ano de 1953, após recuperar a saúde, Laureano Gómez pretendia retomar a presidência. No entanto, devido à situação do país, o retorno de Gómez significou um aumento da violência e contribuiu para um golpe militar. Após o golpe, a presidência passou ao General Gustavo Rojas Pinilla, o qual, por meio de uma ditadura militar, governou desde 13 de junho de 1953 até 10 de maio de 1957.

Rojas Pinilla, que em seu tempo como comandante da Terceira Brigada do Exército respaldou a violência do Estado e a dos Pássaros no Valle do Cauca, fanático anticomunista da Guerra Fria, instalou um gabinete de ministros exclusivamente conservadores com alguns militares. Mais do que uma ditadura militar, seu governo foi uma continuação das políticas conservadoras dos sete anos anteriores.

Para fins de uma cruzada anticomunista na América Latina, liderada pelo governo dos Estados Unidos que financiou a modernização das Forças Armadas na Colômbia, Rojas Pinilla endureceu sua ditadura nomeando governadores militares e prefeitos em metade do país e censurando a imprensa (rádio e TV). Imitando Mussolini e Hitler na Europa dos anos 1930, Rojas começou a falar da formação de um sinistro “binômio Povo-Forças Armadas” destinado a governar para sempre (SÁNCHEZ 1989).

Diante disso, começaram fortes pressões do setor civil colombiano, como uma greve nacional de 10 dias da indústria, comércio e bancos. Rojas renunciou em 10 de maio de 1957, entregando o poder a uma junta militar, composta por ele mesmo e chefes de ambos os partidos. Nessa transição de governo, as lideranças dos partidos liberais e conservadores perceberam que o mandato do general Rojas Pinilla se tornou uma terceira força política capaz de deslocar as duas tradicionais. Este fato, aliado ao desejo de acabar com o período conflituoso da Violência gerado pela polarização bipartidária na Colômbia, reuniu as lideranças dos partidos para buscar uma solução comum para os problemas (SÁNCHEZ 1989).

Segundo Melo (2017), a necessidade de consolidar a hegemonia dos partidos tradicionais levou líderes políticos a formular um pacto político entre liberais e conservadores, passando por um plebiscito que foi amplamente aceito pela população. Em 1958, após o plebiscito e a assinatura do pacto da Frente Nacional, houve, mesmo que formalmente, o fim da violência bipartidária.

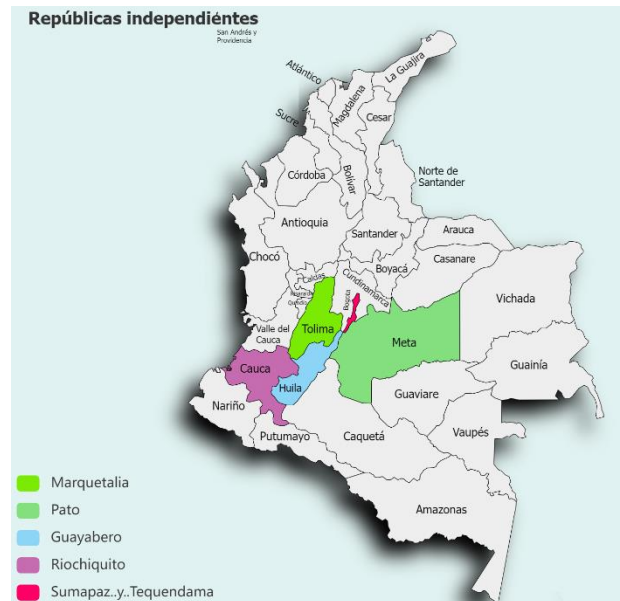
A dinâmica na violência generalizada entre liberais e conservadores ocorreu principalmente entre grupos de camponeses ligados a ambos grupos políticos. Tais grupos atacavam os militantes do partido oposto ou seus territórios de influência. Como aponta Bushnell (2012):

Quase nunca se ouviu falar de camponeses liberais em conflito com latifundiários liberais nem de conservadores contra conservadores de outra classe social. Geralmente, a violência opôs camponeses de um partido contra camponeses do outro, enquanto os grandes proprietários, sem falar nos profissionais e empresários de ambos partidos, permaneceram na relativa segurança das cidades (BUSHNELL, 2012, p. 293).

O Estado confrontava a resistência cada vez mais organizada e massiva de setores populares. A partir do governo ditatorial de Rojas Pinilla, tornou-se evidente uma sofisticação tanto do lado dos mecanismos repressivos do Estado, que implementava a política anticomunista indicada pelos EUA, quanto da resistência liberal e comunista, que começa a organizar-se como guerrilha camponesa.

Durante a ditadura de Rojas Pinilla e os governos da Frente Nacional, vários guerrilheiros liberais foram desmobilizados. Todavia, novos grupos guerrilheiros surgiram devido ao inconformismo e aos novos rumos ideológicos que estavam se movendo na América Latina. O sucesso da revolução comunista em Cuba incentivou a luta dos grupos guerrilheiros de ideologia comunista. O Partido Comunista, designado como partido e movimento político ilegal desde o período de Rojas Pinilla, diante das novas condições políticas de exclusão criadas pela Frente Nacional, projeta a transformação da guerrilha em um movimento de autodefesa camponesa, sem desmobilizar e sem entregar suas armas ao governo (PIZARRO, 1991).

Os grupos de autodefesa camponesa formados sob as diretrizes do Partido Comunista Colombiano, surgiram como mecanismos de resistência político-militar à violenta perseguição desencadeada pelo governo conservador e resistiam à ditadura de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957). As áreas onde esses grupos se estabeleceram seriam conhecidas como 'Repúblicas Independentes' apelido introduzido por Álvaro Gómez, filho do ex-presidente conservador Laureano Gómez.

**FIGURA 2- Repúblicas Independentes**

**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2020).**

Para Pizarro (1991), as áreas em que a resistência comunista se organizava contra violência oficial, no final da década de 1940, já tinham uma longa tradição de luta e organização. Segundo o autor, “O coração das lutas agrárias, durante as décadas de 1920 e 1930, situava-se nas províncias de Sumapaz e Tequendama, localizadas no sudoeste de Cundinamarca, na fronteira com os departamentos de Tolima e Huila” (PIZARRO, 1991, p. 29).

O movimento de autodefesa combinava-se ousadamente com a luta de guerrilhas enquanto a violência bipartidária e depois a violência ditatorial ensanguentava o campo. A autodefesa camponesa não comunista foi um movimento espontâneo e uma reação imediata à repressão nas regiões atingidas pela violência oficial. Segundo Pizarro (1991), dependendo das circunstâncias políticas ou da situação em determinadas regiões, podem ocorrer ações de um destacamento armado (guerrilha) ou de um determinado núcleo agrário (autodefesa camponesa). Conforme explica:

Nessas regiões, como naquelas dominadas pelos comunistas, havia uma combinação entre a legítima defesa e a luta de guerrilhas que caracterizaria o período 1949-1964, em que a intensidade de uma ou outra forma de luta dependia das características assumidas pelo conflito em cada zona e em cada período. As principais fases de ação armada de inspiração comunista, durante o período de Violência, tomando como critério de punição a modalidade predominante de resistência de acordo com a orientações do Partido Comunista, foram as seguintes:

1. Autodefesa e guerra: 1949-1953
2. Autodefesa: 1953-1954
3. Luta de guerrilha: 1954-1958
4. Autodefesa: 1958-1964

5. Luta de guerrilha: 1964 ... (PIZARRO, 1991, p. 44).

As regiões onde se localizavam os grupos de autodefesa camponesa eram regiões esquecidas pelo Estado, sem escolas, sem postos de saúde e sem vias terrestres. Nessas regiões, devido a ausência de vias terrestres o acesso era difícil, razão pela qual não ocorreram confrontos por parte dos partidos tradicionais, porém, na ditadura de Rojas Pinilla e durante os governos da Frente Nacional, os grupos de autodefesa camponesa, orientados pelo partido comunista, tornaram-se alvo militar dentro das políticas de segurança nacional, na luta anticomunista que estava sendo implementada no país.

Apesar dos ataques militares aos vários assentamentos camponeses, nem Rojas Pinilla nem os primeiros governos da Frente Nacional conseguiram dismantelar essas áreas. Na ânsia de recuperar o monopólio da força nas regiões, o governo conservador de Guillermo León Valencia projetou e implementou em 1962 o Plano LASO (Operação de Segurança Latino-Americana). O Plano LASO era uma estratégia antissubversiva que, com diretrizes emitidas pelo Governo estadunidense, ordenava a militarização e o consequente bombardeio de diversas áreas agrárias, especialmente aquelas chamadas na esfera política nacional como supostas 'repúblicas independentes' (CNMH, 2013).

Até a Frente Nacional, as ações das guerrilhas ou dos movimentos de autodefesa de inspiração comunista tinham um caráter fundamentalmente defensivo. O resultado da operação militar da LASO foi a transformação dos grupos de autodefesa camponesa, mais uma vez, em estruturas guerrilheiras que se espalharam por toda a Colômbia. A justificativa do Partido Comunista, de assumir como válida a bandeira de 'todas as formas de luta', se somou à criação de uma resistência camponesa armada. Nesse contexto, por volta de setembro de 1964, foi organizada a Primeira Conferência de Guerrilha.

Segundo Pizarro (1991), as FARC teriam surgido, mesmo que a 'Operação Marquetalia' não tivesse sido realizada, pois a Colômbia já tinha condições estruturais que alimentaram a possibilidade de uma emergência de focos de guerrilha e grupos armados que buscariam disputar o poder político do Estado colombiano, em prol de uma revolução e de sua transformação estrutural. Assim, no alvorecer da Revolução Cubana (1959), surgiu o Exército de Libertação Nacional -ELN- em 1965, e em 1967 do Exército Popular de Libertação -EPL-, e, ainda, movimentos insurgentes, como o Movimento Operário Estudante Camponês -MOEC, Frente Única de Ação Revolucionárias -FUAR-, ou Forças Armadas de Libertação -FAL.



O estado colombiano configurou seu território e governança com base em uma política administrativa e econômica de exclusão. Grandes massas de camponeses ficaram de fora da dinâmica do mercado nacional e dos direitos sociais. Seus territórios não eram objeto de interesse político por parte dos governos, o que se traduzia na falta de investimento em algumas regiões rurais.

Durante o período de violência bipartidária, o Estado colombiano não se fez presente nas áreas de confronto de diferentes grupos de bandidos políticos, situação que submeteu os camponeses a todo tipo de abusos, violações de direitos, induzindo-os a viver na marginalidade e na pobreza. A ausência do Estado em seus diferentes governos - Liberal e Conservador - ao não resolver os problemas sociais que afetavam os camponeses, possibilitou que o partido comunista ganhasse, da população que não estava sendo representada ou defendida pelo poder político das oligarquias do país, força e adesão na defesa de seus ideais.

Organizando-se em grupos de resistência, os camponeses viam na mobilização rural armada a única forma possível de enfrentar a violência sofrida por ambos os grupos partidários hegemônicos. Os grupos de resistência armada que se opunham aos ideais políticos instaurados desde a ditadura de Rojas Pinilla e posteriormente no pacto da Frente Nacional, por não se submeter às políticas, foram sinalizados como grupos subversivos.

Em um contexto permeado com as repercussões da guerra fria, a vitoriosa revolução cubana e sendo direcionados pelas políticas de seguridade nacional dos Estados Unidos, o estado colombiano tomou ações militares concretas baseadas no medo da expansão do comunismo na região. Assim, o estado interpretou a organização camponesa em torno das propriedades coletivas e seu alinhamento com os ideais do comunismo como uma ameaça ao país e à hegemonia dos partidos tradicionais. Deste modo, o discurso político de pacificação e eliminação dessas áreas ilegais legitimou o ataque às supostas 'repúblicas independentes'.

A pacificação de Marquetalia trouxe à tona a existência de regiões camponesas que responderam com armas a um processo de violência oficial. O resultado desses ataques contra a população camponesa tornou o Estado inimigo do povo, prejudicando-o gravemente, pois suas políticas e atos só beneficiaram os interesses das oligarquias colombianas. Uma vez que os objetivos propostos pelo governo não foram atingidos, a hegemonia que a oligarquia colombiana gozava sobre toda a sociedade nacional, pela primeira vez foi confrontada por uma classe antagônica a seus interesses. Nesse contexto, foram estabelecidos os fundamentos

políticos de uma insurreição armada que marcaria a criação de várias guerrilhas, constituindo um novo ciclo de violência que perduraria por vários anos.

## 2.2 AS FARC-EP: DE GUERILHA A PARTIDO POLÍTICO

A reação das classes dominantes, diante do perigo iminente de perder o controle do aparelho estatal devido a possível prolongação da ditadura de Rojas Pinilla, realizaram acordo para voltar a ter o controle do governo em seu benefício. Para Gramsci (2020), a luta pela hegemonia é exercida no seio da sociedade civil e, nesse esforço, o partido político exerce função fundamental. Desse modo, por meio do pacto da Frente, sendo estratégia política diante da crise hegemônica que vivenciavam, as classes dominantes projetaram retomar e manter o controle hegemônico, impedindo a formação de ideologias ou uma vontade coletiva diferente das defendidas pelos partidos políticos tradicionais.

A crise de autoridade que apresentavam os partidos -Liberal e Conservador- era resultado de um processo que, a partir da explanação de Gramsci (2020) a oligarquia colombiana não estava sendo mais dirigente, pois só conseguia se impor pela força, incentivando uma confrontação violenta entre seus simpatizantes. Dessa forma, a incapacidade dos grupos sociais e dos partidos tradicionais, manifesta “a crise de autoridade: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto” (GRAMSCI, 2020, p.61).

Para Gramsci (2020) o Estado ampliado é a junção de duas esferas: sociedade política e a sociedade civil. Na sociedade civil, o grupo que pretende ser hegemônico deve tornar-se dominante de seu adversário, e dirigente no sentido de ser capaz de disputar seus interesses no âmbito político. No contexto colombiano analisado, os partidos tradicionais - Liberal e Conservador- não eram mais dirigentes, pois não mais expressavam os interesses dos grupos representados, ou seja, tais grupos não exerciam domínio e direção da sociedade.

Segundo Gramsci (2020), o equilíbrio do controle hegemônico da classe dominante no Estado ampliado está estabelecido pelo equilíbrio entre a força e consenso, assim a classe hegemônica deve ser conjuntamente dominante e dirigente. Se esta perde o consenso e unicamente é detentora de pura força coercitiva, o Estado encontra-se em uma relação de desequilíbrio, o que conduz a uma crise de autoridade: “quando estas crises se verificam, as

situações imediatas tornam-se delicadas e perigosas, porque o campo se abre às soluções de força, às atividades de potências obscuras representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, 2020, p. 60).

Cabe destacar que para Gramsci “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (2020, p. 184). Nessa disputa pela conservação da hegemonia, a classe dominante tem a possibilidade de continuar sendo dominante por meio da coerção ou cede espaços de hegemonia para a classe dominada, que ainda é incapaz de confrontar seu adversário.

Com base em tais pressupostos gramscianos, nesta seção são analisados dois momentos dos momentos das FARC-EP, sendo o primeiro como guerrilha constituída em 1964, e o segundo momento após do Acordo para a Paz, organizada como partido político. Considerando que “à revolução não é um ato sobrenatural, é um processo dialético de desenvolvimento histórico” (GRAMSCI *apud* LA PORTA, 2017, p. 697), dissertaremos sobre a crise hegemônica da oligarquia colombiana, a qual, mesmo tendo controle do aparelho estatal, perdeu a soberania sobre o território de algumas zonas rurais, desestabilizando o Estado por mais de 50 anos.

A constituição das FARC-EP como guerrilha ocorreu em 1964, quando o governo colombiano atacou as denominadas ‘repúblicas independentes’ especificamente a zona de Marquetalia, sob o código do “Plano LASO” ou “Operação Soberania”. Para Pizarro (1991) “a invasão militar de Marquetalia constitui um enorme erro histórico por parte da classe dominante colombiana” (1991, p.189), pois a partir dessa intervenção militar, a resistência camponesa deslocou-se para outras áreas que deram origem a destacamentos guerrilheiros, denominados *Bloco Sul*.

No livro *Diário de resistência* (1972), Jacobo Arenas, principal líder ideológico e fundador das FARC-EP, narra os acontecimentos da luta entre guerrilheiros e soldados de uma brigada do exército colombiano. Também expõe os principais resultados das conferências guerrilheiras, a primeira em 1964. É importante destacar que o movimento propôs uma reforma agrária revolucionária, a qual previa uma aliança operário-camponesa para a mudança de regime e a destruição da velha estrutura latifundiária da Colômbia.

O Programa Agrário da guerrilha, explica o motivo da resistência e seus propósitos, indica a existência de um movimento revolucionário de camponeses do sul de Tolima, Huíla,

Cauca e Valle<sup>44</sup>, e ainda indica quatro guerras sofridas pela população camponesa a partir de 1948, estabelecendo explicitamente os responsáveis, colocando o programa em um contexto de luta de classes, antioligárquica, antigovernamental, anticlerical e anti-imperialista (ARENAS, 1972).

Segundo o autor,

Quatro guerras foram travadas contra nós ao longo de 15 anos. Um de 1948, outro de 1954, outro de 1962 e este que estamos sofrendo desde 1º de maio de 1964, quando os comandantes militares declararam oficialmente que a ‘Operação Marquetalia’ havia começado naquele dia. Fomos as primeiras vítimas da fúria dos latifundiários porque aqui nesta parte da Colômbia predominam os interesses dos grandes senhores da terra, os interesses mais retardados do clericalismo, os interesses em cadeia da reação mais obscurantista do país. É por isso que tivemos que sofrer na carne e no espírito todas as bestialidades de um regime podre que se baseia no monopólio latifundiário da terra, monoprodução e monoexportação sob o império dos Estados Unidos (ARENAS, 1972, p. 97).

A segunda conferência guerrilheira do *Bloco Sul* lançou as bases para uma nova etapa de luta que buscava a unidade com todos os revolucionários do país -trabalhadores, camponeses, estudantes e intelectuais- para promover a luta das grandes massas pela insurreição popular e a tomada do poder para o povo. A partir desta conferência, os antigos destacamentos guerrilheiros do Bloco Sul constituíram-se nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), mudando sua estratégia de defensiva reativa para ofensiva direta com o propósito de lançar um conflito duradouro cujo objetivo final seria a tomada do poder (ARENAS, 1972).

No campo colombiano os imperialistas e reacionários desencadearam contra o campesinato uma guerra suja de extermínio. Chama-se guerra contrarrevolucionária preventiva sob as diretrizes do plano LASO inspirado pela nova filosofia de guerra irregular que pratica procedimentos fascistas típicos, ‘ação cívica, ação comunal ou civil-militar’, dentro de uma guerra psicológico para a conquista das massas se desenvolver, então, táticas de guerra contraguerrilha. Diante de tudo isso, os destacamentos guerrilheiros do bloco do Sul, nos reunimos nesta Conferência e constituímos as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (F.A.R.C.), que dará início a uma nova etapa de luta e unidade com todos os revolucionários do nosso país, com todos os trabalhadores, camponeses, estudantes e intelectuais, com todo nosso povo, para promover a luta das grandes massas para a insurreição popular e a tomada do poder para o povo (ARENAS, 1972, p. 105).

Nesta primeira etapa da constituição das FARC, sua composição social era majoritariamente camponesa, diferentemente de outros grupos guerrilheiros que surgiram na mesma época, fundados nas cidades. As FARC podem ser consideradas como a fusão de uma resistência camponesa com uma história de lutas agrárias orientadas pelo Partido Comunista. A autodefesa camponesa se transformou em um movimento guerrilheiro, possibilitando o que se

---

<sup>44</sup> Essas regiões sofreram a ação das forças institucionais e criminosas da oligarquia detentora do poder representada pelos latifundiários, comerciantes e da política oficial.

contemplava desde o IX Congresso do Partido Comunista Colombiano realizado em 1961, “o caminho revolucionário na Colômbia pode ser uma combinação de todas as formas de luta” (PIZARRO, 1991, p. 204).

Segundo Pizarro (1991) em alguns países da América Latina o Partido Comunista optava por uma luta armada como foi o caso da Venezuela e da Guatemala, ou a luta se limitava no âmbito legal como foi o caso dos países do Chile e a Argentina. Na Colômbia o PPC adotou a tese da combinação de formas de luta, “sua estratégia combinatória procurou dar aos estoques da guerrilha uma natureza complementar para ações políticas e sociais, a fim de gerar uma crise de governança no sistema político.” (PIZARRO, 1991, p. 205).

A redefinição da estratégia dos destacamentos guerrilheiros para guerrilhas móveis ocorre em razão dos constantes ataques militares. No período entre 1966 e 1974 as FARC organizaram a Terceira e a Quarta Conferência, com o objetivo de expandir a ação da guerrilha móvel para outras áreas do país. Para tanto, estabeleceram um projeto educacional na forma de uma escola nacional cujo caráter seria a formação ideológica, reajustaram as estruturas de comando e a distribuição das frentes de guerrilha nas áreas de influência e a criaram da IV frente do FARC em Madalena Médio. Esse período foi militarmente demarcado pela mudança na concepção organizacional e operacional e se constituiu em período de transição do destacamento guerrilheiro para a fundação das frentes (MEDINA, 2011).

Nesta mesma época, o Partido Comunista Colombiano experimentava uma crise política em decorrência dos acontecimentos no mundo. Para a Revolução Cubana o foco insurrecional da luta seria a via armada e, assim definindo a política revolucionária, questionava a estratégia dos partidos comunistas tradicionais sobre a tese da combinação de todas as formas de luta, chamando-os reformistas e revisionistas. Simultaneamente, ocorria a ruptura e a separação das relações sino-soviéticas, cujo resultado foi a divisão do mundo socialista.

Esses acontecimentos geram dentro do Partido o questionamento sobre a ênfase da luta democrática e o posicionamento a favor da luta armada. Enquanto um setor permaneceu com a linha soviética e o outro marchou em direção à linha chinesa que coloca a ênfase no Marxismo-Leninismo e no pensamento do Mao Tse Tung. O crescimento das contradições internas foi resolvido através da expulsão de importantes líderes políticos e militares, os quais deram origem a um novo partido e guerrilha baseados na ortodoxia maoísta: o Partido Comunista Colombiano-Marxista-Leninista (PCC-ML) e o Exército Popular de Libertação (EPL). A estrutura organizacional juvenil vinculada ao partido, sob o nome de Juventude

Comunista -JUCO- optou por mudar sua concepção de luta pacífica para a luta armada. Em síntese, a crise no Partido definiu o caminho político para o desenvolvimento da revolução.

Enquanto o PCC enfrentava a crise da ideologia interna, as FARC continuavam a organizar suas ações. Na Quinta Conferência se propõem a expansão da força guerrilheira até se tornar um exército revolucionário, a formação da Quinta Frente em Antioquia e o Sexto Frente em Valle e Cauca possibilitam o fortalecimento da guerrilha tendo mais campos de atuação com maior cobertura nacional. A Sexta Conferência foi realizada em 1978, e segundo Jacobo Arenas, nesta conferência se constitui o ponto de virada para uma nova estratégia militar e política, mas é consolidada só até a próxima conferência. Na Sétima Conferência em 1982, começou o movimento baseado na concepção operacional e estratégica de um Exército Revolucionário. Esse movimento marcou um reajuste em todos os seus mecanismos de direção e comando: "De agora em diante, somos oficialmente chamados de FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA, EXÉRCITO DO POVO (FARC-EP)" (ARENAS, 1985, p. 95).

Durante a década de 1980, começariam a configurar no país, três problemas sociais que fariam parte da sociedade colombiana até hoje: os movimentos insurgentes, o narcotráfico e o paramilitarismo. Nesta conjuntura surge a necessidade de uma solução política para o conflito armado. A solução política foi centrada em processos que levariam à desmobilização, reinserção social e institucional de alguns atores armados, os quais se tornaram participantes dos processos de transformação instituição do Estado, materializados na Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a nova constituição em 4 de julho de 1991.

Medina (2011) estabelece o período entre 1974 - 1982 como consolidação orgânica e Plano Militar Nacional que, diante ao aumento da mobilização social e política de diversos setores da sociedade civil, manifestam o seu desacordo com a situação econômica e social que o país vivia, através de marchas, greves, mobilizações camponesas, protestos estudantis, greves cívicas e algumas ações da insurgência, justificam a implementação da chamada Doutrina de Segurança Nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional sendo norteadada pelos Estados Unidos, configura o inimigo externo e interno. Aos Estados Unidos cabia combater a URSS e Cuba, como epicentros visíveis do comunismo, os estados latino-americanos tinham que enfrentar o inimigo interno que poderia ser qualquer pessoa, grupo ou instituição nacional que tivesse ideias opostas

às dos governos militares, além das guerrilhas. Sobre a implementação das políticas da Doutrina de Segurança na Colômbia, Leal (1994) expõe:

Esta imitação de ‘ocupação’ militar do Estado permitiu a aplicação do Estatuto de Segurança, com prisões indiscriminadas e tortura de pessoas de grupos sindicais, organizações populares e intelectuais considerados de esquerda. Foi a ‘ascensão social’ dos ‘excessos’ cometidos há muito tempo contra a população camponesa no zonas de violência. Esses episódios foram enquadrados pela aplicação da justiça militar, através de inúmeras cortes marciais verbais, e a continuação operações militares contra os guerrilheiros (LEAL, 1994, p. 26).

Entre 1978 e 1982 o governo do Presidente Turbay Ayala, sob a concepção da Doutrina de Segurança Nacional, possibilita a estrutura do Estado para que os militares possam exercer o poder para restaurar a ordem em face das mobilizações sociais e greves trabalhistas. Protegidas pelo Estado, as forças militares começam a perseguição, criminalização e judicialização do protesto social. As práticas de terrorismo de Estado foram realizadas por meio da criação de grupos paramilitares, sendo a violência dirigida fundamentalmente contra a sociedade civil.

No entanto, mais uma vez as estratégias da Doutrina de Segurança Nacional não conseguiram eliminar ou diminuir a violência guerrilheira. Pelo contrário, começou uma enorme expansão subversiva e a guerrilha se espalhou em todo o território nacional. Os tradicionais, ELN, FARC e EPL, juntamente com os chamados guerrilheiros de segunda geração, aqueles que foram criados na década de 1970, o Movimento 19 de Abril M-19<sup>45</sup>, a guerrilha Quintín Lame<sup>46</sup> e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores PRT, deslocaram-se das zonas de colonização em direção aos centros de desenvolvimento produtivo e populacional, articularam suas economias de guerra aos processos produtivos regionais, passaram a controlar territórios e população e definiram, com as autoridades locais, seus respectivos planos de desenvolvimento.

À medida que a organização se expandiu sobre o território nacional, o número de frentes aumentou. As FARC-EP passaram de 16 frentes para 25, a estrutura organizativa mais complexa do exército, surgindo assim os chamados Blocos de Frentes. No final da década de oitenta e início da década de noventa, a estrutura militar das FARC-EP corresponde a seguinte

---

<sup>45</sup> O Movimento 19 de Abril, M-19 ou ‘El Eme’, foi uma organização guerrilheira urbana colombiana que surgiu após irregularidades nas eleições presidenciais de 19 de abril de 1970, fraude eleitoral orquestrada pelo governo e os partidos tradicionais (MEDINA, 2011).

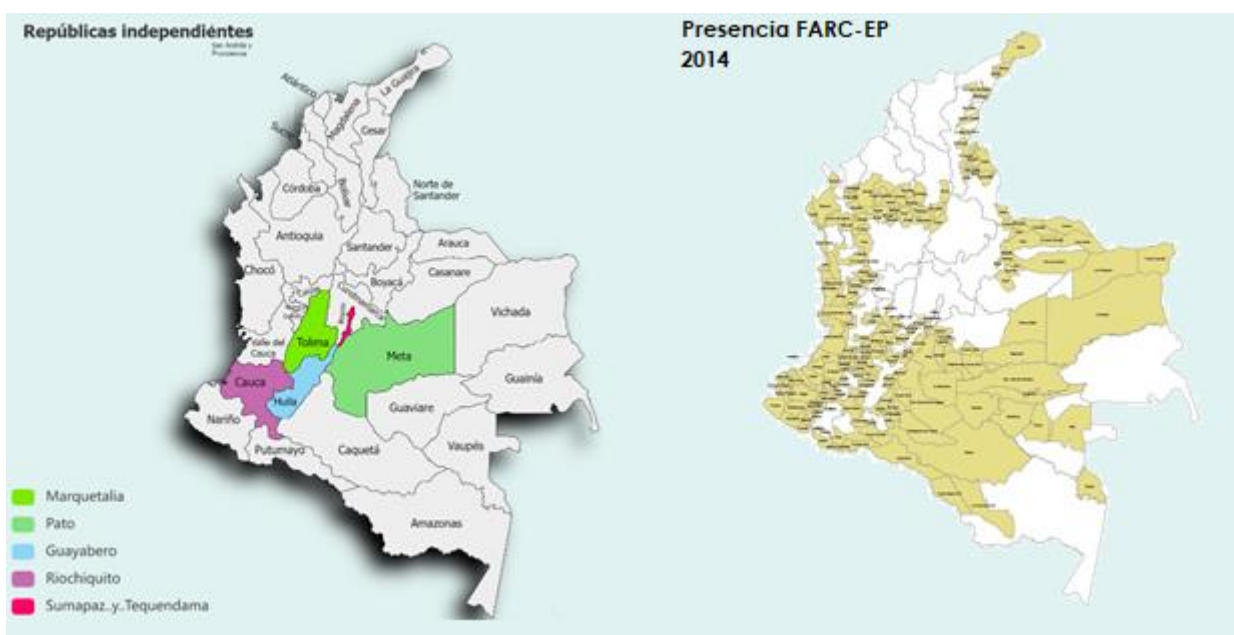
<sup>46</sup> O Movimento Armado Quintín Lame (MAQL) foi uma guerrilha indígena colombiana ativa de 1984 até sua desmobilização em 1991. Primeira no gênero na América Latina fez parte do conflito armado colombiano. Leva o nome de Manuel Quintín Lame Chantre (1880-1967), um líder indígena do Cauca que se caracterizou por suas lutas em defesa dos povos indígenas devido à violência bipartidária e a exploração de grupos indígenas no início do século XX (GMH, 2013).

ordem: "o esquadrão é a unidade básica e é composto por doze homens, dois esquadrões formam uma guerrilha, duas guerrilhas uma companhia, duas companhias, uma coluna e duas ou mais colunas uma frente. Cada estrutura com sua complexa rede de comandos" (MEDINA, 2011, p. 98).

As FARC-EP empreenderam um processo de fortalecimento, com uma distribuição militar que, sob a direção de um Estado-Maior Central das FARC-EP ou sua Secretaria, era responsável pela coordenação e pela atuação das frentes em uma área específica do país. Essa organização implicava em uma série de mudanças, as quais incluíram a educação da cadeia de comando, o aprimoramento dos mecanismos internos de direção e disciplina interna, além do acompanhamento da luta e da mobilização social, sem perder de vista seu ator ou sujeito de mudança: o campesinato colombiano.

No final da década de 1990, as FARC-EP tinham presença em 40% do território nacional, ocupação que foi mantida até o Acordo de Paz de 2016. As FARC-EP transformou a estratégia da guerra de guerrilhas. A estratégia caracterizada pela guerra de movimentos, tomou várias bases militares e policiais, tornando prisioneiros de guerra o pessoal militar das Forças Armadas da Colômbia. Os mapas a seguir servem para visualizar o desenvolvimento e alcance que as FARC-EP alcançaram, comparando-as com seus primórdios como grupos de autodefesa camponesa.

**FIGURA 3- Comparativo da presença das repúblicas independentes versus FARC-EP**



Fonte: Informe *O que nós ganhamos*, Fundação Paz e reconciliação (2015). Organizado Pela Autora (2020)



Nesta mesma década, consolidaram-se os paramilitares (grupos regionais de autodefesa, Convivir<sup>47</sup> e Autodefesas Unidas da Colômbia<sup>48</sup>), desencadeando uma brutal repressão contra a população civil por meio de massacres e assassinatos seletivos. O conflito armado interno teria uma nova etapa caracterizada pelo ressurgimento da guerra suja. Nessa guerra suja, setores das Forças Armadas apoiaram a existência e recusaram condenar grupos de autodefesa, os quais poderiam servir de ajuda na luta contra a insurgência.

A explosão do fenômeno paramilitar trouxe à cena o entrelaçamento do narcotráfico que vinha tomando forma desde a década de 1960. O narcotráfico teve um impacto decisivo na estrutura paramilitar uma vez que esses grupos se tornaram o braço armado dos traficantes de drogas. Essa aliança gera o narcoparamilitarismo que deu início a um ciclo de violência dirigido contra a liderança política e democrática do país. Esse ciclo de violência foi marcado por assassinatos de ministros, candidatos presidenciais, líderes de partidos políticos e líderes sindicais. A onda de terror enfraqueceu o Estado, em razão de suas ações em duas frentes de guerra, uma contra as guerrilhas e outra contra o narcotráfico.

O paramilitarismo atuava em duas frentes: de um lado apoiava o Estado no combate contra os grupos insurgentes e de outro se tornava seu inimigo na luta contra o narcotráfico. Embora a aliança narco paramilitar tenha se estabelecido contra a insurgência, os narcotraficantes financiavam todos os atores do conflito armado nas suas disputas com base na atividade ilícita. Além disso, os paramilitares entraram em confronto pelo controle de recursos e territórios, o que tornou o conflito armado mais complexo, dificultando diferenciar guerra de crime organizado.

A partir desta década, o conflito armado interno teria como atores os guerrilheiros: as FARC-EP, ELN, EPL e M-19; paramilitares, cartéis de drogas, grupos de narcotraficantes e o Estado. Nesse contexto, há origem de maior intensidade de violência dos atores armados contra a população civil como parte de suas estratégias para forçá-la a transferir ou manter sua lealdade e servir como provedora de recursos. O GMH (2013) explicita que:

A violência contra a população civil, antes que um dano colateral, tenha sido um recurso utilizado de forma premeditada por atores armados. Quando a população civil é contemplada como apoio decisivo no resultado final do conflito, os atores os grupos

---

<sup>47</sup> As cooperativas privadas de vigilância e segurança para defesa agrária ou Serviços Comunitários de Segurança e Vigilância Privada, mais conhecidas como Convivir, foram cooperativas criadas com o objetivo de prestar serviços privados remunerados de segurança e vigilância a uma comunidade (GMH, 2013).

<sup>48</sup> A Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) foi uma organização paramilitar, terrorista, narcotraficante e contra insurgente de extrema direita. Foi um dos grupos armados que mais deixou vítimas na Colômbia, com 94.754 assassinatos atribuídos a outros grupos paramilitares; várias valas comuns ainda estão sendo encontradas onde aparentemente há mais de 40.000 cadáveres (GMH, 2013).

armados usam a violência para alcançar a subordinação. Mas quando a população civil é vista como uma extensão do inimigo, o objetivo da violência é o extermínio e a desestabilização. (GMH, 2013, p. 38)

No momento de sua constituição, as FARC-EP constituíam uma organização revolucionária ideologicamente definida como uma organização marxista-leninista e seguidora do pensamento do libertador Simón Bolívar, aplicando os fundamentos dessa concepção ideológica e política à realidade colombiana. Cada unidade básica é simultaneamente uma célula política sob o comando direto do Estado-Maior Central, seu objetivo maior era a conquista do Estado para o povo.

Orientado pela tese do Partido Comunista Colombiano, que dita a combinação de todas as formas de luta como única opção possível na Colômbia para a conquista do Estado, divide as forças do partido e das guerrilhas, inviabilizando a conquista de seu objetivo. Para Pizarro (1991) a tese do PCC não nasceu de um dogma marxista e “contrário aos postulados clássicos que consideram a luta armada como a expressão superior da ação política em circunstâncias excepcionais (por exemplo, em uma insurreição) É, portanto, um resultado histórico não calculado antecipadamente” (PIZARRO, 1991, p. 204).

Inspirado na Revolução Russa, a estratégia adotada pelo PCC e as FARC- EP, visando a conquista do Estado e a implementação de um governo socialista a partir de um ataque frontal, é segundo Gramsci (2020) um tipo de revolução que se expressa como guerra de movimento ou guerra de manobra, no entanto, essa é uma estratégia que serve para Estados nos quais a sociedade civil não está plenamente estruturada, como explicita “ o reflexo das condições gerais - econômicas, culturais, sociais - de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não se podem tornar ‘trincheira ou fortaleza’” (2020, p. 265).

Nesse sentido, na Colômbia, ainda que o governo e as instituições militares não conseguissem estar presentes em todo território nacional, os grupos oligárquicos da sociedade civil se constituíam em um forte domínio nacional, o qual se evidenciava no âmbito político e econômico. A incapacidade do PCC para disputar com os partidos políticos tradicionais a hegemonia na sociedade civil, permitiu ao bipartidarismo continuar governando, apesar de suas fraquezas e ausências. Diante disso, as FARC-EP se separam do PCC e optam por tomar o Estado mediante o assalto ao poder.

No entanto, esse objetivo jamais seria alcançado, pois na década de 1990 a guerra entre guerrilhas, Estado, paramilitares e narcotraficantes exacerbou o conflito armado interno, no qual, mais uma vez, os mais atingidos pela violência seriam os camponeses. Os camponeses

foram expropriados de seus meios de subsistência e forçados a se mudar para as cidades, ou, em outros casos, extorquidos ou assassinados por grupos contrários ao dominante na área.

Os grupos adversários às FARC- EP eram financiados pelos narcotraficantes e apoiados pelo Estado na luta contra insurgente. A guerrilha optou pelo financiamento da revolução através de atividades criminosas como a extorsão, o sequestro, a mineração ilegal, o roubo de gado e de petróleo, e no começo do ano 2000 passou a receber recursos do narcotráfico, o que fortaleceu sua capacidade operacional e de confronto contra o Estado. Assim, todos os sujeitos envolvidos no conflito armado contribuem na economia do narcotráfico, desenvolvendo e fortalecendo sua capacidade de corromper as instituições do Estado e da sociedade colombiana.

Na guerra contra o Estado, as FARC-EP implementariam ações classificadas como crimes contra a humanidade, crimes de guerra e graves violações do direito humanitário. Entre as condutas cometidas pela guerrilha destacaram o homicídio, tomada de reféns (com a intenção de obrigar o Estado a fazer ou permitir fazer algo, sob a condição de segurança e liberdade do refém), os ataques contra a população civil, recrutando ou alistando crianças para usá-las ou participar ativamente das hostilidades, ataques intencionalmente contra o pessoal de saúde, instalações ou veículos humanitários direcionando intencionalmente ataques contra bens civis, ou seja, aqueles que não são alvos militares e saques de cidades ou praças (GMH 2013).

O objetivo da guerrilha era simples, buscava que os sucessos e vitórias militares impactassem na aprovação do programa político no campo e nas cidades. No entanto, a incorporação de táticas de guerra desumanizantes, como o cativeiro de políticos e civis, e atos terroristas em centros populosos levaram a um beco sem saída para o grupo armado nos níveis militar e político, causando grande reprovação dos cidadãos.

Depois de exibir um domínio territorial, sua capacidade militar foi severamente dizimada com base em sua própria decisão de retirada estratégica e nos duros golpes desferidos pelas Forças Armadas, assim, recuperar a iniciativa militar tornou-se impossível. No contexto nacional e internacional se exige direcionar os esforços para uma paz negociada. Para o ano de 2008 acontece a mobilização '*Um milhão de vozes contra as FARC*', como expressões cívicas em torno da procura da paz na Colômbia e contra crimes como sequestros e outras formas de violência que assolavam o país. Em 2012, após várias tentativas frustradas de negociações de paz entre o governo colombiano e as FARC-EP, iniciaram-se processos de diálogo que permitiriam a consolidação de um acordo de paz.

Após quase quatro anos de negociações formais, em 24 de novembro de 2016, foi assinado o acordo de paz entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP, iniciando assim o processo de desmobilização dos ex-subversivos e a transição para a legalidade do movimento guerrilheiro a um partido político.

No ano de 2017, os ex-combatentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia fundaram o partido político Força Alternativa Revolucionária Comum, mantendo a sigla -FARC-, começaram sua participação na democracia colombiana nas eleições para o Congresso de 2018. Por conta do Acordo para a Paz entre os guerrilheiros e o governo colombiano são garantidos, permanentemente por 8 anos, cinco postos para ambas as câmaras do Congresso colombiano, sendo elas Senado e a Câmara dos Deputados. No ano de 2019, Julián Conrado foi eleito prefeito de Turbaco (Bolívar), pelo partido Colômbia Humana, tornando-se o primeiro ex-guerrilheiro das FARC-EP a ser prefeito por eleição popular.

No ano de 2021, a coletividade do partido político concordou em mudar o nome do partido para Comunes, por causa dos atos ilegais das dissidências que continuaram atuando com o mesmo nome das FARC, a decisão foi de desassociar os signatários do acordo daqueles que continuam cometendo crimes sob a mesma sigla. Embora as FARC-EP fossem consideradas um partido quando eram um movimento armado, a transição para a legalidade e o reconhecimento institucional do partido gera a possibilidade de participação no processo democrático do país.

Em 2022, partido político liderado por integrantes das ex-FARC-EP recebeu menos apoio da cidadania há quatro anos: em sua primeira incursão eleitoral, alcançou 55.115 votos no Senado e 33.956 votos na Câmara, em 2022 obteve 29.620 votos para o Senado e 20.501 para a Câmara. O partido político não teve a recepção esperada das forças de centro-esquerda e esquerda e é provável que em 2026, quando concorrerem em igualdade de condições com as demais forças políticas, desapareçam do Legislativo por não ultrapassarem o limite de 3%.

Após do Acordo para a Paz, as FARC - reorganizada como um partido político legal sob o nome Comunes, deverá atuar em diferentes condições sociais e políticas para conquistar posições que permitam a construção da hegemonia. O partido terá de assumir o custo político da luta armada, num país onde o discurso da ameaça comunista ainda atinge grande parte do eleitorado. De acordo com Gramsci (2020) a guerra pela hegemonia é dada na sociedade civil, e, nesse sentido, a relação entre partido e grupo social é fundamental para a construção hegemônica.

Para Gramsci (2020) nessa luta pela hegemonia, o confronto direto continua, mas o tipo de confronto evolui de guerra de movimento para guerra de posições, em tudo o que significa conquistar posições e espaços decisivos na sociedade civil. Nesse sentido, Gramsci (2020) aponta a mudança no caráter da luta política na medida que o aparato estatal tem maior desenvolvimento, produto da complexidade da sociedade civil que se tornam, segundo ele, equivalentes a ‘trincheiras’ da guerra de posição.

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra etc. (GRAMSCI, 2020, p. 24).

Deste modo, a sociedade civil se converte em campo de guerra onde se disputa a luta pela hegemonia, na qual a guerra de posição é estratégia mais adequada para a conquista progressiva ou processual de espaços na sociedade civil. Sob estas condições, os ex-combatentes das FARC-EP, agora organizados como membros do partido político Comunes, tornar-se-ão, em tese, o partido-grupo social, unificador da classe trabalhadora, sendo o campo de treinamento político para poder disputar a hegemonia dos partidos políticos tradicionais.

**FIGURA 4- Linha do tempo da trajetória das FARC-EP ao partido político COMUNES.**





## **FUNDAÇÃO DA UNIÃO PATRIÓTICA -UP**

Dentro do processo de paz, as FARC-EP buscaram fazer política sem armas e sob os acordos de cessar-fogo.

**1985**

**1984**

## **OS ACORDOS DE LA URIBE OU ACORDOS DE CESSAR-FOGO, PAZ E TRÉGUA.**

Acordos entre as FARC-EP e o governo de Belisário Betancur (1982- 1986) e Virgilio Barco (1986- 1990).

**1990**

## **OPERAÇÃO CASA VERDE OU OPERAÇÃO SOBERANIA**

Acampamento principal das FARC-EP onde se realizaram as comissões das conversações de paz. Com esta ação militar, o Acordo de Uribe termina.

**1992**

## **NEGOCIAÇÕES DE PAZ DE TLAXCALA**

Negociações de paz entre o governo de César Gaviria e os guerrilheiros das FARC-EP, ELN e EPL. O EPL sequestrou o ex-ministro Argelino Durán Quintero, que morreu em cativeiro, o que levou ao termino das negociações de paz.

**1993**

## **OITAVA CONFERÊNCIA**

Em homenagem a Jacobo Arenas, falecido em 1990, e toma a decisão de aumentar o número de integrantes do Estado-Maior Central, seu órgão de comando.

**1998**

## **PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE CAGUÁN OU DIÁLOGOS DE PAZ EM EL CAGUÁN**

Processo de paz entre as FARC-EP e o governo de Andrés Pastrana, que pôs fim às negociações de paz em 2002, após o sequestro do senador Jorge Eduardo Gechem.

**2002**

## **PLANO PATRIOTA**

Plano militar desenvolvido pelo Governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) com o apoio financeiro do Governo dos EUA para combater as FARC-EP e o ELN.

**2007**

## **NONA CONFERÊNCIA**

Diante dos ataques do governo, as FARC-EP decidem voltar a estratégia de guerrilha clássica.



Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2020).



### 2.3 ACORDO DE PAZ 2016 FARC- EP - GOVERNO JUAN MANUEL SANTOS CALDERÓN

A guerrilha das FARC-EP, após mais de cinquenta anos de luta armada, inicia a transição para a legalidade como partido político por conta do Acordo de Paz assinado com o governo de Juan Manuel Santos e aprovado pelo Congresso da República em 30 de novembro de 2016. No entanto, esta não foi a primeira tentativa de um acordo para acabar com o conflito entre as partes. Apresentaremos aqui as tentativas anteriores a modo de elucidar as experiências que foram decisivas para a conclusão do acordo, uma vez que os equívocos cometidos pelos governos anteriores serviram de guia para estabelecer os mecanismos que possibilitariam a desmobilização das FARC-EP.

Ao longo do conflito armado entre as FARC-EP e o governo colombiano, antes do Acordo final em 2016, ocorreram quatro tentativas de negociação para o término do conflito armado, o primeiro e segundo na chamada trégua armada, durante os governos de Belisario Betancur (1982-1986) e Virgílio Barco (1986-1990); o terceiro de curta duração no governo de Cesar Gaviria Trujillo (1990-1994); e por último a negociação na Zona de Distensão no Governo de Andrés Pastrana (1998-2002).

Após essas tentativas de acordo, começaria a Política de Segurança Democrática do governo de Álvaro Uribe Velez (2004-2010) que excluiu qualquer política de aproximação com os grupos guerrilheiros, promovendo uma política de confronto militar para dar término ao conflito armado. Defendendo a tese de que na Colômbia não há conflito armado, mas sim uma ameaça terrorista, Uribe Velez implementa o Plano Patriota que contou com o apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos e procurou combater os grupos guerrilheiros da Colômbia, especialmente as FARC- EP e o ELN.

Desde a constituição das FARC em 1964, passaram 18 anos para que o governo colombiano buscasse uma estratégia que objetivava pôr fim ao conflito por meio do diálogo. A primeira tentativa de acordo começou com as negociações de paz dos *Acordos da Uribe ou Acordos de Cessar-fogo, Paz e Trégua* que produziram, a partir de 1982, pactos de trégua bilaterais assinados pelo então presidente Belisario Betancur. Durante os três anos de diálogo, se avançou no reconhecimento da natureza social e política do conflito armado colombiano.

Em 28 de março de 1984 com a assinatura dos Acordos da Uribe, as FARC-EP e o governo concordaram pela primeira vez em alguns pontos para dar uma solução desarmada ao conflito. No entanto, o pacto nunca contemplou a entrega de armas pela insurgência. Após o período experimental de um ano, os membros das FARC-EP deviam organizar-se política, econômica e socialmente, de acordo com sua livre decisão e amparados pelos benefícios da Lei 35 de 1982<sup>49</sup>.

Consequência desses diálogos, no ano de 1985 surge a União Patriótica da UP, composto por membros das FARC-EP, do PCP e por diferentes grupos e movimentos sociais, assim o partido político tornou-se uma terceira força política de grande importância na democracia colombiana na década de oitenta. O estatuto da União Patriótica assim definia o caráter da frente ampla da organização:

A União Patriótica é um amplo movimento de convergência sociedade democrática que luta por questões políticas, econômicas e que garantem ao povo colombiano uma paz democrática; [...] é um movimento amplo onde se encaixam: o trabalhadores, camponeses, intelectuais, estudantes, profissionais, artesãos, artistas, pequenos e médios comerciantes, pequenos e médios industriais, os setores democráticos da burguesia não monopolista, as personalidades democráticas de qualquer tendência política, liberais, conservadores, socialistas, comunistas, pessoas de qualquer credo ou religião, amigos militares democracia e paz, organizações indígenas, organizações cívicas, conselhos de ação comunitária, comitês de bairro, organizações sociais, donas de casa domicílio, usuários de serviços públicos e em geral todos correntes de opinião e pessoas sem partido que querem lutar pelas reformas e pela paz democrática (Unión Patriótica, 1990, art. 1).

Desde os seus primórdios, em 1985 a União Patriótica foi submetida a todo tipo de assédio e ataques, assassinatos e desaparecimentos forçados. O partido e seus apoiadores foram vítimas de genocídio. Por trás de cada ataque, percebeu-se a ação de grupos paramilitares com a ação conjunta de políticos, militares e narcotraficantes que se propuseram a exterminar o partido político (CNMH, 2013).

Virgílio Barco assume o governo para o período 1986-1990, dando continuidade aos Acordos da Uribe, continuariam as negociações de paz na Casa Verde<sup>50</sup>. Não obstante, o país vivenciava uma crise política e social, aumentava a violência no campo e nas cidades contra as organizações sociais em particular contra os militantes da UP e do PCC. O governo também

---

<sup>49</sup> LEI 35 DE 1982 Se decreta uma anistia e ditam-se os regulamentos tendentes ao restabelecimento e à preservação da paz. A anistia geral é concedida aos autores, cúmplices ou cúmplices por atos que constituam crimes políticos cometidos antes da vigência desta Lei.

<sup>50</sup> Acampamento da Casa Verde – sede do Estado-Maior e da Secretaria Geral das FARC-EP, no município de La Uribe, Meta.

confrontava as reclamações dos cidadãos por conta da violenta reação das forças militares no episódio da ocupação do Palácio da Justiça pelo M-19<sup>51</sup>, que aconteceu no governo anterior.

O governo de Virgílio Barco, retomou a iniciativa do programa Plano Nacional de Reconciliação -PNR- elaborado pelo governo Betancur durante os processos de paz, mas se tornou uma estratégia de desenvolvimento econômico e social com propósitos mais amplos que os de uma estratégia contra insurgente. Além disso, os assassinatos dos simpatizantes e dirigentes políticos da UP continuaram, e o Estado colombiano, apesar de reconhecer o caráter político da guerrilha, não garantiu o pleno exercício das suas atividades políticas nos limites da democracia das elites oligarcas colombianas. Tudo apontava que a política de paz do governo Betancur tinha fracassado (PINHEIRO, 2015).

Entre 1987 e 1988 os guerrilheiros das FARC-EP quebraram a trégua do acordo como resposta aos contínuos ataques contra os militantes da UP e em algumas frentes. O ministro do governo Cesar Gaviria propôs um ataque militar contra a Casa Verde, mas o presidente Barco recusou, argumentando que se o Exército Nacional realizasse esse ataque seria o fim do processo de paz. César Gaviria assumiu a presidência para o período de 1990 a 1994 e ordenou a ofensiva militar contra a Casa Verde. A ação foi executada no mesmo dia em que o país elegeu os delegados para conformar a Assembleia Nacional Constituinte (TUFANO, 2016).

Para as FARC-EP o ataque significou a continuação da guerra, pelo qual se dispersou e o confronto assumiu um caráter nacional com a conformação de novas frentes guerrilheiras. Em resposta ao ataque à Casa Verde, o Coordenador de Guerrilha Simón Bolívar - CGSB<sup>52</sup> - aumentou suas ações militares. A organização foi criada em 1985 com o objetivo de estabelecer a cooperação entre as guerrilhas e evitar a fragmentação de suas lutas para obter maior força e alcançar seus objetivos, pois algumas facções estavam começando a desmobilizar-se (TUFANO, 2016).

---

<sup>51</sup> A tomada do Palácio da Justiça, denominada Operação Antônio Nariño pelos Direitos do Homem, foi um assalto perpetrado em Bogotá, Colômbia, em novembro de 1985, por um comando de guerrilheiros do Movimento 19 de Abril (M-19) ao Palácio da Justiça. A tomada e retomada pelos militares foram descritas como um massacre pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que considerou a ação do Exército Nacional desproporcional e não procurou salvaguardar a vida dos reféns. A Comissão da Verdade declarou o M-19, o presidente Betancur e o Exército Nacional Colombiano responsáveis pelo massacre (CNMH, 2013).

<sup>52</sup> O CGSB é formado pelas FARC-EP, Exército de Libertação Nacional (ELN), o Movimento de Guerrilha Indígena Quintín Lame, o Exército Libertação (EPL), o Movimento 19 de Abril (M-19) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

As ações da CGSB sob a campanha *Comandante Jacobo Arenas, juramos cumprir*<sup>53</sup> levaram o governo de Cesar Gaviria a considerar a retomada das negociações para um acordo de paz entre as guerrilhas FARC-EP, ELN e EPL, que também tinham sido excluídas da Assembleia Constituinte. As negociações de paz de Tlaxcala foram a terceira de uma série de negociações de paz. Os diálogos começaram em 1991 em Caracas, na Venezuela, e continuaram em Tlaxcala, no México (PINHEIRO, 2015).

Foi proposto um cessar-fogo bilateral para continuar o diálogo com a CGSB, mas o ex-ministro Argelino Duran Quintero, sequestrado pela EPL, morreu em cativeiro após sofrer um ataque cardíaco. Como resultado, o governo de Gaviria suspendeu as negociações com os guerrilheiros. Assim, o acordo de Tlaxcala resultou na tentativa fracassada de desmobilizar os grupos armados que então formavam a CGSB (PINHEIRO, 2015).

Durante a década de 1990, o país passava por graves crises econômicas, políticas e sociais, manifestadas principalmente em conflitos armados e constantes ataques à população civil por parte de guerrilheiros, paramilitares, terroristas do narcotráfico e militares. Diante das dificuldades vivenciadas no governo de Ernesto Samper Pizano (1994- 1998) a sociedade civil buscou trazer o tema da paz de volta para a política a partir das mobilizações em favor do término do conflito utilizando o diálogo.

No final da década de 1990, Andrés Pastrana assumiu a presidência do país para o período de 1998-2002. Uma das fundamentações de sua campanha eleitoral e futura base de seu governo foi a proposta de realização de uma mesa de negociações com as FARC-EP. Assim, a guerrilha e o governo colombiano viram uma vez mais a opção de uma solução negociada do conflito em 1999, quando iniciaram sua quarta tentativa de negociações pela Paz.

Os ataques guerrilheiros entre 1994 e 1998 evidenciaram uma força e posicionamento territorial sem precedentes; a concentração de tropas e surpresa tática foram fatores decisivos na ofensiva insurgente, resultando em grande número de baixas militares e aumento de sequestros. Como resultado, o governo Pastrana empreendeu uma grande reforma das forças armadas por meio do Plano Colômbia<sup>54</sup>, buscando fortalecer essa organização do

---

<sup>53</sup> O CGSB desencadeou uma campanha militar ofensiva, denominada “Comandante Jacobo Arenas, juramos cumprir”, em homenagem ao líder comunista e cofundador das FARC falecido por causas naturais em outubro de 1990.

<sup>54</sup> O Plano Colômbia também conhecido como Plano de Paz e Fortalecimento do Estado ou Plano Colômbia de Paz é um acordo bilateral entre os governos da Colômbia e dos Estados Unidos. Concebido em 1999 durante os governos do presidente colombiano Andrés Pastrana Arango e do presidente norte-americano Bill Clinton, com os objetivos específicos de gerar revitalização social e econômica, acabar com o conflito armado interno na Colômbia e criar uma estratégia antidrogas.

Estado para ampliar sua capacidade de atuação no atual conflito armado interno e guerra contra o narcotráfico. O presidente Pastrana propôs a retomada das negociações com as FARC-EP, mas as reformas das forças públicas visaram fortalecer as capacidades de dissuasão do país para um processo mais efetivo e de paz, enquanto se prepara para uma possível escalada de conflito com os insurgentes (SILVA, 2017).

O presidente Andrés Pastrana promoveu uma nova abordagem para as negociações de paz com as FARC, em uma região no sudeste da Colômbia, habilitou uma zona desmilitarizada de cerca de 42.000 km<sup>2</sup> que incluía as cidades de La Uribe, Mesetas, La Macarena e Vista Hermosa, no departamento de Meta, e San Vicente del Caguán, no departamento de Caquetá a zona de distensão se denominou *El Caguán*.

**FIGURA 5- Zona de distensão El Caguán**



**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2020).**

Após o início das negociações em 1999, as FARC e o governo discutiram a *Agenda Comum de Mudança para uma Nova Colômbia em Paz* que correspondia a doze tópicos: reformas econômicas, reformas políticas, reformas agrárias, cultivos ilícitos, direitos humanos, direito internacional humanitário, recursos naturais, reforma judicial, reforma política, reforma do Estado, forças armadas e relações internacionais (SILVA, 2017).

Pouco progresso foi feito durante o período que durou o processo de negociação, porque as partes nunca chegaram a um único ponto de acordo dos previstos na ordem da Agenda. O conflito passou a apresentar doses imensuráveis de violência fora da zona de despeje, uma vez que ambas as partes, ao invés de avançar para a paz, prepararam-se para continuar a guerra. A guerrilha visualizava em seu crescimento a possibilidade de alcançar seus desígnios através da tomada do poder. O governo, com a reforma promovida nas forças públicas, defendia a possibilidade de combater os grupos insurgentes, enfraquecendo-os na sua luta (CNMH, 2013).

As negociações terminaram quando, em 2002, o ex-deputado Luis Eduardo Géchem foi sequestrado pelas FARC-EP. O governo de Andrés Pastrana finalizou sem um acordo de paz com a guerrilha das FARC-EP, a qual aumentou sua presença no interior do país e começou seu financiamento com o narcotráfico. Diante disso, o governo da Colômbia afiançou a cooperação com os EUA na luta contra a insurgência e o narcotráfico.

O governo de Álvaro Uribe Velez chegou ao poder em 2002, e manteve o poder por dois mandatos consecutivos após reformas constitucionais que permitiram a reeleição imediata, estendendo-se até 2010. Durante seu mandato, Uribe consolidou uma aliança com os Estados Unidos em um contexto internacional após os ataques de 11 de setembro de 2001, para que o conflito colombiano fosse incluído na guerra contra o terrorismo, apontando um distanciamento das práticas de negociação com a insurgência na Colômbia (BEZERRA, 2017).

A classificação das FARC-EP como organização terrorista revogava o caráter político que havia sido outorgado à guerrilha durante os processos de negociação anteriores. A instalação da gestão Uribe se deu fundamentada nos alicerces do combate direto aos grupos guerrilheiros/terroristas que com o apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos, implementa o Plano Patriota para combater as FARC-EP e o ELN. O plano faz parte da Política de Segurança Democrática que aponta o terrorismo como a maior ameaça à democracia colombiana (BEZERRA, 2017).

Entretanto, durante seu mandato, as negociações foram restringidas aos paramilitares. Uribe Velez na tentativa de alcançar um acordo com os grupos paramilitares reconheceu o caráter político de grupos como a AUC, dotando-os de certa legitimidade em sua luta, fortalecendo o processo de negociação sob a chamada Lei de Justiça e Paz que buscava "facilitar os processos de paz e a reincorporação à vida civil dos membros de grupos armados fora da lei que se desmobilizaram individual ou coletivamente, garantindo os direitos das vítimas à verdade, justiça e reparação", conforme Lei 975 de 2005.

Como resultado da ofensiva militar lançada pelo governo de Uribe, a capacidade militar das guerrilhas colombianas caiu drasticamente, sendo a mais eficaz em toda a história do conflito colombiano, além de reduzir o número de membros da guerrilha, seja morrendo em combate, dificultando o recrutamento ou incentivando a deserção. Em março de 2008 as operações realizadas pelo exército conseguiram assassinar um dos principais líderes das FARC-EP, Raul Reyes, responsável pelas relações internacionais do movimento guerrilheiro. No

mesmo mês, a morte natural de Manuel Marulanda teve um grande impacto na estrutura das guerrilhas e no desenvolvimento das estratégias operacionais (CNMH, 2013).

Assim sendo, a partir das tentativas fracassadas na busca pelo término do conflito dos governos anteriores, as eleições de 2010 se configuraram como um momento decisivo para o país. Embora a ofensiva do governo Uribe Velez durante seus dois mandatos presidenciais (2002-2010) tenha atingido as FARC, este não conseguiu desarticular o movimento guerrilheiro mediante a ofensiva militar, uma vez que estas se adaptaram a nova dinâmica do conflito armado e continuam atuando em várias regiões, com uma recuperação significativa em sua atividade militar entre os anos de 2011 e 2012 (SILVA, 2017).

Os presidentes que estiveram à frente do poder na Colômbia, desde o surgimento da insurgência, mantiveram em pauta a necessidade de prosseguir com iniciativas de combate armado às guerrilhas. Os governos que tentaram negociar com a guerrilha mesmo sem o cessar-fogo, não conseguiram a conclusão de um acordo de paz. Seguidamente, se implementaria por oito anos a política da eliminação da guerrilha por meio do confronto militar, só conseguindo a redução da capacidade das forças de resistência e diminuição das frentes guerrilheiras. Os esforços desses governos permitiriam ao presidente Juan Manuel Santos encontrar o espaço e o tempo certos para concluir com êxito um acordo de paz com as FARC-EP.

Santos, que havia sido Ministro da Defesa no governo anterior (2006-2009), ao assumir o cargo da presidência, contrário ao que se esperava, se posiciona a favor de retomar com as FARC-EP uma saída negociada ao conflito armado. A posição do presidente Santos sobre a possibilidade de negociações com os grupos guerrilheiros ficou evidente a partir de sua posse<sup>55</sup>, em 7 de agosto de 2010, declara:

A porta do diálogo não está trancada. Aspiro, durante meu governo, a lançar as bases para uma verdadeira reconciliação entre os colombianos [...]. Aos grupos armados ilegais que invocam razões políticas e hoje voltam a falar de diálogo e negociação, digo que meu governo estará aberto a qualquer conversa que busque a erradicação da violência e a construção de uma sociedade mais próspera, equitativa e justa.

Durante sua campanha presidencial, Santos prometeu dar continuidade as políticas de contra insurgência do presidente Álvaro Uribe, conquistando assim o eleitorado. Portanto, seu discurso foi uma surpresa para a maioria de seus eleitores, bem como para os partidos

---

<sup>55</sup> Santos, J. **Discurso del Presidente Juan Manuel Santos Calderón**. Presidencia República de Colombia, Bogotá, 07 de ago. de 2010. Disponível em: <[http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Agosto/Paginas/20100807\\_15.aspx](http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Agosto/Paginas/20100807_15.aspx)>. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

políticos que apoiaram sua candidatura. As declarações sobre a possibilidade de negociações de paz divergiam das políticas de seu mentor e antecessor presidencial.

Após dois anos na presidência, em 2012 iniciam-se negociações formais com a guerrilha. A partir das experiências dos governos anteriores, o governo decide atuar com prudência, o objetivo dessas negociações iria muito além de um processo de desarmamento ou desmobilização, pretendia-se uma construção social mais ampla a partir do acordo (BEZERRA, 2017).

Desde o início das negociações, o governo colombiano e as FARC-EP estabeleceram quais seriam os temas a serem discutidos e sobre os quais ambas as partes deveriam chegar a um consenso. A Agenda para o Término do Conflito foi constituída estritamente com base em seis pontos de negociação. Tais questões constituíam alguns dos objetivos da luta revolucionária da guerrilha:

QUADRO 1- Pontos do Acordo de Paz Governo Santos- FARC-EP 2016

|  |  |
|--|--|
| Reforma Rural Integral.<br>RRI.              | Garantias de acesso a terra para os camponeses.<br>Programas de desenvolvimento com enfoque territorial.<br>Planos nacionais para RRI.     |
| Participação política.                       | Garantias para a oposição política.<br>Participação cidadã.<br>Participação eleitoral.   |
| Fim do conflito.                             | Cessar-fogo bilateral e definitivo.<br>Garantias de segurança para combatentes desmobilizados.<br>Reincorporação à vida civil.             |
| Solução para o problema das drogas ilícitas. | Substituição de cultivos ilícitos.<br>Política de saúde pública contra o consumo.<br>Solução para o problema do tráfico de drogas.         |
| Acordo sobre as vítimas do conflito.         | Sistema abrangente de verdade, justiça e não repetição.  |
| Implementação, Verificação e Endosso.        | Caminho para a implementação e os compromissos estabelecidos em termos de monitoramento, verificação e garantias de cumprimento do Acordo. |

Fonte: GOBIERNO NACIONAL – FARC-EP (2017). Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una Paz estable y duradera.

Nota: Dados da pesquisa elaborados pela autora.

Desse modo, foram incorporadas duas reivindicações históricas das FARC, como a política integral de desenvolvimento agrário e a participação política. Em segundo lugar, duas demandas da sociedade colombiana foram atendidas, tanto pela inclusão de um ponto sobre a busca de uma solução para o problema das drogas ilícitas, quanto pelo estabelecimento sobre as vítimas e verdade. Por fim, foram acrescentados dois temas que encerram os seis da agenda:



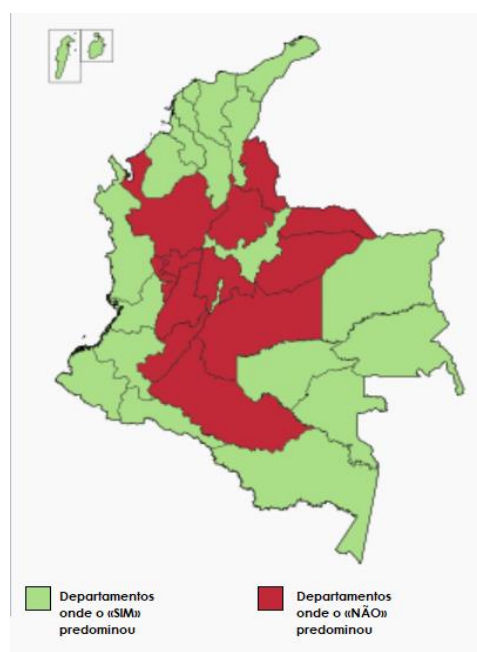
fim do conflito sobre como alcançar um cessar-fogo bilateral definitivo e implementação, verificação e endosso dos compromissos assumidos (BEZERRA, 2017).

Este novo processo de diálogo evitou repetir os erros de Caguán. Portanto, as negociações aconteceram em dois locais. A primeira parte foi realizada em Oslo - Noruega, com vasta experiência em resolução de conflitos que financiou as primeiras abordagens antes de seu início formal em Havana, capital cubana. No contexto internacional vários países se mostraram favoráveis a nova tentativa de paz e deram seu apoio às negociações de paz, tal foi o caso dos governos da América Central, do Norte e do Sul, bem como os países da Europa e da Ásia também. Contrário a isso, no contexto nacional, Uribe Velez lançou uma campanha contra as negociações, que foi apoiada por seus seguidores e pelo Partido Conservador colombiano.

Após quatro anos de negociações, o Estado colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército Popular (FARC-EP) assinam, em 26 de setembro de 2016, os acordos resultados dos diálogos realizados pelas partes que pôs fim à organização insurgente para formar seu próprio partido político, no marco do conflito armado interno na Colômbia. Além disso, foram determinadas as condições para o fim dos confrontos e a suspensão das hostilidades bilaterais.

Por parte das FARC-EP, em sua X Conferência em La Macarena Meta, quase todos os seus membros aceitaram os acordos assinados, com exceção de vários membros da Frente 1.

**FIGURA 6- Resultado do plebiscito sobre os acordos de paz colombianos de 2016**



**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2020).**

Com a assinatura, o próximo passo foi a validação desse acordo por meio de um plebiscito, sendo ele o primeiro mecanismo de endosso para sua aprovação na sociedade colombiana. O plebiscito foi realizado em 2 de outubro de 2016. O resultado foi uma vitória do *NÃO*, com 50.21 % dos votantes face a 49.78 % que votou pelo *SIM*, num total de participação de 13 066 047 de cidadãos.

Muitos dos colombianos não viveram nem experimentaram diretamente este conflito que foi vivenciado por aqueles que viviam na marginalidade das áreas rurais, esquecidas pelo Estado. Nesse sentido, a violência teve um impacto mais forte a nível local e regional, mas com pouco impacto no nível nacional. Por esta razão possivelmente o apoio ao Acordo assinado com as FARC-EP foi apoiado por aqueles que moravam nessas regiões, contrário aos votantes do *NÃO* que majoritariamente eram das principais cidades e cabeceiras municipais.

O conflito armado entre o governo colombiano e as FARC-EP, principalmente por ser a guerrilha mais antiga, gerava um grande lucro a certos setores que se beneficiavam das ganancias da guerra, por mais de cinquenta anos os diferentes governos colombianos investiram entre 3 e 4% do PIB em gastos militares, sendo os mais altos da região<sup>56</sup>. Assim mesmo, no setor da política, vários representantes das oligarquias colombianas sustentam sua relevância tanto no Congresso Nacional como na presidência e prefeituras por sua posição de confronto as guerrilhas e contra o terrorismo.

O conflito armado interno é formado por diversos grupos insurgentes e bandas criminais, seu desenvolvimento não foi de forma homogênea no território nacional, por isso, a violência e os fatores estruturais assim como seus atores não são os mesmos na geografia nacional. As questões nacionais são imensas, portanto, o pós-conflito apresenta inúmeros desafios, desde uma grande estratégia de reconciliação nacional, mas o pós-conflito também apresenta alguns desafios no nível territorial.

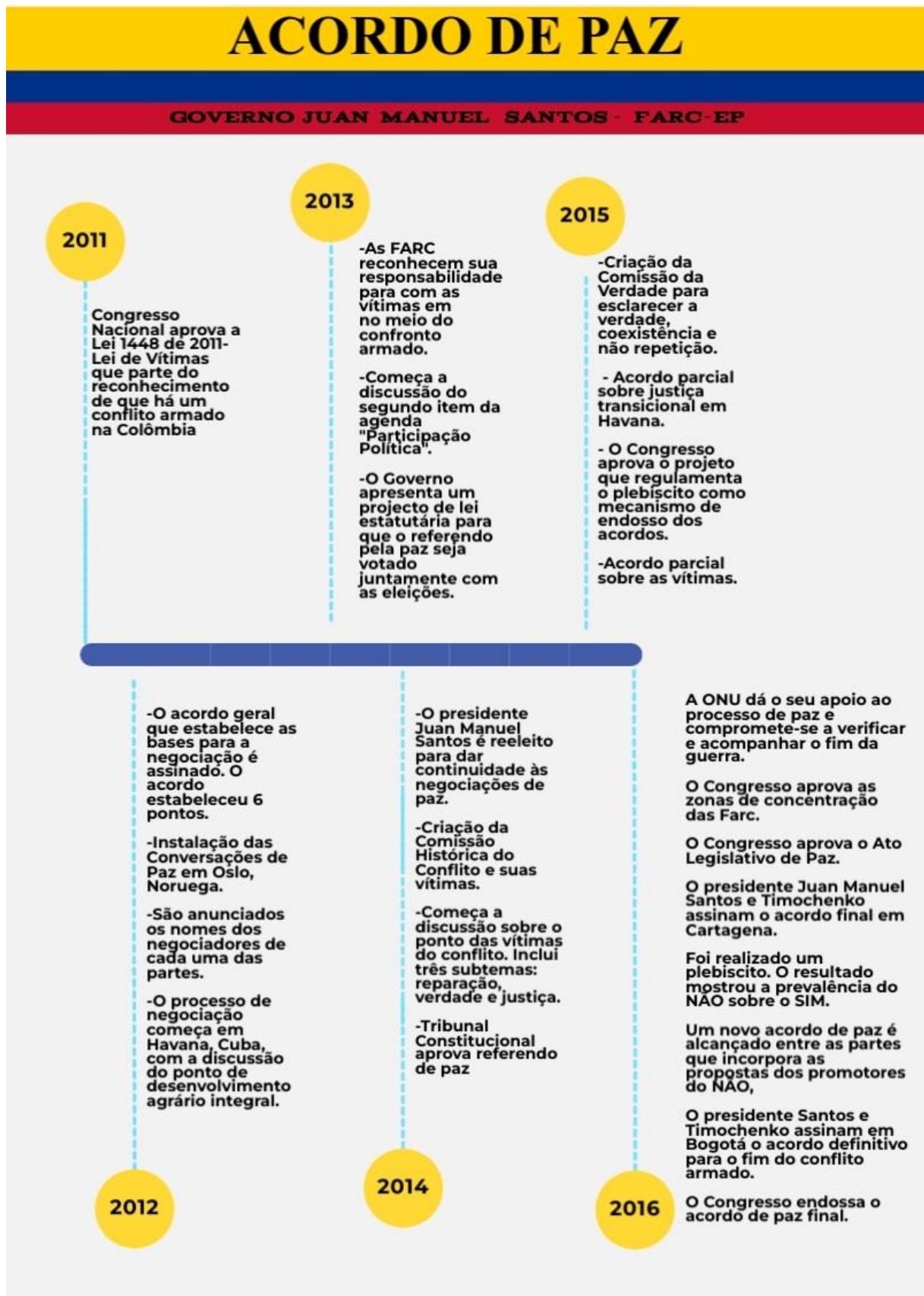
O resultado levou o governo colombiano e a liderança das FARC a reformular alguns pontos dos acordos. Em 12 de novembro, foi alcançada a renegociação e modificação dos acordos com as FARC-EP, o acordo com essas modificações foi assinado em 24 de novembro no Teatro Colón de Bogotá e arquivado no Congresso da República para estudo, ratificação e implementação que aprova o texto. Finalmente, e por mandato constitucional, foi

---

<sup>56</sup> Gasto militar (% del PIB) – Colombia. Banco Mundial. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=CO>>. Acesso em: 20 de fev. de 2022.

dada a histórica assinatura da paz. Devido a sua contribuição na busca do ponto culminante do conflito armado interno na Colômbia, o presidente Juan Manuel Santos recebeu o Prêmio Nobel da Paz em Oslo - Noruega, em 2016.

FIGURA 7- Linha do tempo Acordo de Paz Governo Santos – FARC-EP



Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2021).

As FARC planejavam um projeto que teria a adesão da maioria dos camponeses, mas nas cidades o apoio era minoritário, resultado da política de exclusão territorial e social que dividiu os interesses da classe dominada, uma vez que, os camponeses mesmo sendo um grupo social majoritário num país, majoritariamente agrícola, eram vistos como um grupo social inferior e com interesses que não eram compartilhados pelas demais frações da classe subordinada.

Para concluir consideramos pertinente lembrar as seguintes palavras de Gramsci (1977)

Os comunistas não pactuam, lutam, batem-se, sofrem derrotas e dores, mas não pedem paz aos que tem o mundo do trabalho sujeito a violência de classe. O tratado de paz, que o assinem os «chefes» nas tranquilas e frescas salas do Montecitorio, os trabalhadores estão ao sol, ao vento, a tempestade, lutando para vencer definitivamente todas as injustiças (GRAMSCI, 1977, p. 329).

O conflito armado se configurou a partir de três fenômenos sociopolíticos do século XX como as lutas agrárias, a atuação política do Partido Comunista e a criação dos grupos de autodefesa camponesa devido à violência bipartidária. A origem das FARC-EP é a reação da população vítima da violência bipartidária que confrontou a classe dominada pelas diferenças ideológicas dos partidos tradicionais que defendiam os interesses das classes oligárquicas; população que consegue identificar seu real inimigo e se posiciona contra este, o qual se consolida no estado governamental colombiano. No entanto, as vítimas deste conflito, assim como da violência bipartidária, foram o povo especialmente aqueles que sempre são esquecidos pelo governo, os camponeses.

### **CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO ACORDO DE PAZ**

O presente capítulo apresenta uma análise das políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para desenvolver processos democráticos em escolas colombianas. Tais políticas, segundo os objetivos do Acordo de Paz, pretendem superar as desigualdades sociais das vítimas do conflito e promover a participação política para uma abertura democrática para a construção da paz. A análise se sustenta no pensamento de Antônio Gramsci no qual a escola é uma das instituições sociais que contribui no processo da consolidação hegemônica da classe dominante.

Para análise das políticas educacionais do Acordo de paz, deve-se entender que cada um dos diversos atores participantes das negociações para a paz, sendo estes representantes do estado colombiano e representantes das FARC- EP, respondem a interesses com fins políticos. Para tanto, todas essas ações encontram-se sobre uma estrutura jurídica que, como vimos nos capítulos anteriores, foi construída por um grupo político e economicamente dominante que não reconhece a Colômbia como uma nação multiétnica e multicultural defendendo seus interesses de classe mediante o uso da violência e a força, amparados pelo estado.

O Acordo para a Paz, após 52 anos, materializa o fim do conflito armado entre o governo colombiano e as FARC-EP, as múltiplas tentativas de acabar com o conflito são concluídas pela via negociada do processo de paz. No entanto, o Acordo de Paz, intitulado *Acordo final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura*, estabelece o fim do conflito armado na Colômbia, mas isso não implica a consolidação imediata de um estado de paz, pois o conflito armado interno não esteve unicamente configurado pela existência da guerrilha das FARC-EP.

Consequentemente, a partir da realidade vivenciada no país, é imprudente falar de pós conflito quando ainda existem confrontos armados entre o governo e grupos guerrilheiros e/ou grupos armados organizados que operam a nível nacional, tais como: ELN, as dissidências das FARC-EP, grupos dos cartéis de drogas no México (Sinaloa e Jalisco Nova Geração), Clã do Golfo<sup>57</sup> que são parte ativa do atual conflito armado interno que continua principalmente no

---

<sup>57</sup> Conhecidos também como Autodefesa Gaitanista da Colômbia, Los Urabeños ou Clã Úsuga.

Norte de Santander, Cauca, Chocó, Arauca, Antioquia, Nariño, Valle del Cauca, Magdalena e outras regiões do país.

Nesse sentido, a sociedade colombiana está prestes a viver um processo de pós-acordo no qual o Estado colombiano, para garantir o fim do conflito com a guerrilha das FARC-EP, apresenta um conjunto de ações a serem implementadas pelo governo. Este capítulo tem por objetivo analisar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas. Uma vez que, a educação adquire um papel importante na construção de uma sociedade que no pós-acordo possibilite a construção de uma Colômbia em paz, tendo como alvo os atores do conflito, as vítimas do conflito e a população civil.

Para atingir o objetivo, este capítulo está estruturado em duas seções. Na primeira, contextualizaremos a educação da sociedade colombiana em meio ao conflito para situar o processo de construção de políticas educacionais para o pós-acordo de paz, a fim de abordar na segunda seção nosso objeto de pesquisa que são as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz implementadas nas escolas colombianas.

### 3.1. A EDUCAÇÃO EM MEIO AO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO

A violência política e social prevaleceu na história da Colômbia e os fatos que demonstram tamanha crueza são deslocamento forçado de milhões de pessoas, o assassinato de centenas de milhares de cidadãos, o assassinato de vários candidatos à presidência da República e atualmente a perseguição e morte de líderes sociais, defensores de direitos humanos e reivindicadores de terras.

No decurso dessa violência, destaca-se o conflito armado entre o governo colombiano e as FARC-EP, que se desenvolveu majoritariamente nas áreas rurais, atingindo principalmente as escolas e também hospitais e igrejas - locais de refúgio da população camponesa- e tornaram-se alvo militar diante as operações contra insurgência realizadas pelas Forças Militares e grupos paramilitares, muitas vezes agindo juntos, bem como das ações retaliatórias dos grupos guerrilheiros.

A violência e os deslocamentos causados por atores armados do estado colombiano como dos grupos insurgentes, desencadeiam uma profunda crise humanitária no país, afetando principalmente as crianças e jovens, que devido a violência contra a integridade de suas vidas

e a vida de seus familiares tiveram que abandonar suas residências e deslocar-se às cidades para viver como deslocados pela violência. Em consequência, a educação dessas pessoas viu-se truncada, colocando-as em desigualdade e sem melhores perspectivas de futuro.

Nas áreas rurais afetadas pela violência, as escolas têm sido destruídas ou utilizadas como espaços para acampamentos militares<sup>58</sup>. Os impactos da violência prolongada por mais de cinco décadas contribuíram para que milhares de crianças e jovens não tivessem acesso à educação, comprometendo parte do ensino fundamental e do ensino médio básico. Além disso, os professores, pelas ameaças contra sua integridade e pelo assassinato de outros colegas<sup>59</sup>, desistiram de continuar seu labor nessas áreas rurais.

Contudo, a falta de acesso à educação nessas áreas rurais não é apenas um produto da violência. Embora as condições nessas áreas tenham piorado por causa disso, foi abandono do estado e falta de representação das instituições públicas que influenciaram diretamente na vulnerabilidade dessa população, deixando o espaço disponível para assim, os grupos paramilitares ou guerrilheiros conseguiram estabelecer-se. Essa situação acabou aumentando as desigualdades educacionais entre os setores urbano e rural, o que afetou ainda mais as possibilidades de adaptação de crianças e jovens deslocados pela violência ao setor educacional das cidades.

O governo colombiano pouco podia fazer para restaurar e operar escolas nas zonas rurais onde decorria o conflito armado, porque sem a intervenção direta de outras instituições públicas para retomar estas áreas e garantir a segurança através das forças policiais e militares, era impossível enfrentar a crise educacional decorrente do conflito armado. Por outro lado, muitas destas áreas foram abandonadas devido à violência, e seus habitantes, incluindo crianças e jovens, viviam como deslocados nas capitais e cidades municipais.

Na década de 1990, apesar do recrudescimento do conflito armado, em meio a uma profunda crise sócio-política, o governo colombiano na busca da legitimação do Estado, convoca a Assembleia Constituinte, a qual aprovou a Constituição de 1991. Foi a expressão de um acordo político, produto de um pacto nacional, que resultou em um processo de

---

<sup>58</sup> Colegios de la guerra: otras víctimas del conflicto armado. Rutas del Conflicto. Disponível em: <<https://rutasdelconflicto.com/especiales/escuelas/#:~:text=Colegios%20de%20la%20guerra%3A,otras%20v%C3%ADctimas%20del%20conflicto%20armado&text=%22La%20zona%20se%20da%C3%B1%C3%B3%20porque,resguardarse%20y%20a%20utilizar%20el%20colegio>>. Acesso em 04 de fev. de 2022.

<sup>59</sup> FECODE. La vida por educar: crímenes de lesa humanidad de persecución y exterminio contra maestras y maestros sindicalistas, miembros de FECODE, entre 1986 y 2010. Bogotá. Disponível em: <<https://www.fecode.edu.co/images/comunicados/2020/LavidaporEducar.pdf>> Acesso em: 04 de fev. de 2022.



desmobilização de alguns grupos armados<sup>60</sup>, com a condição de que participassem ativamente da transformação da sociedade por meio de canais institucionais.

A Constituição Política de 1991 reconhecida por ser avançada e progressista, não era suficiente para superar o conflito armado, mas concedeu maiores espaços de participação democrática que permitem a construção coletiva de consensos aumentando o controle dos cidadãos na tomada das decisões governamentais e sobre a atividade do Estado, além disso, estabeleceu instituições e mecanismos para expandir a representação política de minorias e forças políticas além do bipartidarismo tradicional.

Em um país permeado pela violência há décadas, a Constituição Política de 1991 se posiciona em prol da paz. Na Constituição se estabelece a Paz como um direito constitucional e coletivo, com destaque para as disposições sobre a educação na Colômbia e sua função na formação do cidadão para a paz.

Artigo 22. A paz é um direito e um dever obrigatório. (COLÔMBIA, 1991).

ARTIGO 67. A educação é direito da pessoa e serviço público que tem uma função social; com ela, busca-se o acesso ao conhecimento, ciência, tecnologia e os demais bens e valores da cultura.

A educação capacitará os colombianos no respeito aos direitos humanos, à paz e à democracia; e na prática de trabalho e lazer, para o aprimoramento cultural, científico, tecnológico e para a proteção do meio ambiente.

O Estado, a sociedade e a família são responsáveis pela educação, que será obrigatória entre os cinco e os quinze anos e que incluirá mínimo, um ano de pré-escola e nove de educação básica.

O ensino será gratuito nas instituições do Estado, sem prejuízo da cobrança dos direitos acadêmicos a quem os possa pagar.

Compete ao Estado regular e exercer a suprema fiscalização e vigilância da educação, a fim de assegurar a sua qualidade, o cumprimento dos seus fins e a melhor formação moral, intelectual e física dos alunos; garantir cobertura adequada do serviço e garantir aos menores as condições necessárias para seu acesso e permanência no sistema educacional.

A Nação e as entidades territoriais participarão na direção, financiamento e administração dos serviços educativos estatais, nos termos indicados pela Constituição e pela lei. (COLÔMBIA, 1991).

Desta forma, o governo colombiano propõe, a partir da sua Constituição Política, construir a paz a partir da vida cotidiana dos cidadãos da Colômbia. O reconhecimento da paz como um valor constitucional procura garantir aos cidadãos os seus direitos e estabelece os seus deveres, ou seja, ações para garantir a paz. Neste sentido, a origem e desenvolvimento do

---

<sup>60</sup> Esses grupos foram o EPL, o PRT, o Movimento Indígena Manuel Quintín Lame e o M-19, este último com sucesso eleitoral sem precedentes para um grupo guerrilheiro, o que lhe deu a oportunidade de exercer importante liderança nas deliberações da Assembleia.

conflito armado é reduzida a uma série de ações violentas que ameaçam a paz, isto é, a negação do conflito armado como um problema social cujos antecedentes e causas diretas são a falta de garantias estatais para o exercício da democracia, as desigualdades sociais e as políticas agrárias que beneficiam aos latifundiários na distribuição de terras.

Para Gramsci (2020) o Estado exerce uma função política em prol dos interesses da classe dominante,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2020, p. 42).

Desse modo, o Estado colombiano através de sua Constituição Política começa a promover a ideia de paz sujeita a regulamentações ou formalismos legais que ignoram a natureza complexa do conflito armado, o que é conveniente para a classe dominante colombiana, pois favorece seus interesses de classe ao induzir a solução do conflito armado com a promoção da paz, como ausência de atos violentos para resolver superficialmente um problema social sem aprofundar as condições econômicas e políticas que causam-no.

A construção hegemônica ao longo do século XIX teve o confronto dos dois projetos ideológicos da classe dirigente colombiana representada nos partidos políticos tradicionais -Liberal e Conservador- que, por conta das diferenças internas, não unificaram um projeto ideológico que educasse a classe subalterna em prol dos interesses da classe dominante. Por isso a educação na Colômbia, antes da Constituição Política de 1991, teve reformas políticas educacionais de acordo com a ideologia política do partido que estivesse no poder, assim o setor educacional foi impedido de adquirir estabilidade em sua organização, financiamento e formulação de projetos além de um período de governo devido a incapacidade e rivalidade dos partidos políticos hegemônicos.

A construção da hegemonia implica um processo de direção política e ideológica onde uma classe social alcança uma posição de controle das instâncias de poder legislativo e executivo. Ou seja, a hegemonia pressupõe a capacidade de uma classe social de moldar a vida econômica, civil e cultural para e subjugar seus subordinados. Nesse sentido, para Gramsci (2020) o Estado

[...] deve ser concebido como 'educador' na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica (GRAMSCI, 2020, p. 28).

Na Constituição Política de 1991, as classes políticas dirigentes unificaram suas forças na promoção da construção de uma sociedade que respeitasse a paz como dever obrigatório dos cidadãos, isto é, não executar atos violentos, eximindo assim o Estado e as classes dirigentes da responsabilidade dos conflitos sociais que eles mesmos produzem.

Contudo, a nova Constituição tornou-se um instrumento pedagógico que promoveu a democracia e a participação da cidadania, ou seja, a sociedade civil a envolver-se com questões que antes eram patrimônio quase exclusivo do poder executivo. No caso específico da educação, o primeiro esforço importante de pacto social foi no processo de elaboração da Lei Geral da Educação, aprovada em 1994, após amplo processo de discussão e consulta cidadã.

Lei 115 de 1994- Lei Geral de Educação organiza o Sistema Educacional Geral da Colômbia. Ou seja, estabelece regras gerais para regular o Serviço Público de Educação. A educação formal é composta por três níveis que são: pré-escola, que compreende três séries, das quais apenas uma é obrigatória, as escolas oficiais do país só oferecem este grau (Transição) para crianças de 5 anos de idade. O segundo nível é o Ensino Básico, que inclui o Primário e o Secundário; o primeiro é composto por 5 graus e o segundo por 4, para um total de 9 graus. O terceiro nível é o Ensino Médio que inclui 2 graus educacionais e culmina com um bacharelado.

De acordo com a Constituição Política, "A educação será gratuita nas instituições do Estado, sem prejuízo do pagamento de taxas acadêmicas àqueles que podem pagar por elas" (Art. 67). Atualmente Transição, a Educação Básica Primária e Secundária nas escolas oficiais é oferecida completamente grátis. Para finalizar o ensino médio e para estudos na Universidade pública se tem uma cobrança por direitos acadêmicos ou serviços complementares, o valor é mínimo comparado a instituições privadas, sendo determinado de acordo com a renda dos pais. Em instituições privadas que fornecem seus serviços do nível pré-escolar até o superior são cobrados direitos regulados anualmente pelo Estado.

A Lei Geral de Educação ou Lei 115 de 1994 foi considerada como uma lei revolucionária na medida em que elevou a autonomia escolar, o que permitiu tirar o controle do conteúdo da educação das mãos da igreja, a qual teve o mando desde a época da colônia e parte do século XX e ao Estado, que controlava a educação após a independência. Com a Lei

115, também foi estipulada a criação de um Plano Nacional Decenal de Desenvolvimento para dar continuidade e visão de futuro às políticas educacionais. Seu uso prático é servir como uma carta de navegação para realizar as transformações educacionais requeridas, apontando o horizonte para o qual a educação deve ser direcionada ao longo da década. No entanto, os governos de cada período ignoraram o Plano Decenal e promoveram políticas educacionais de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

A Lei 115 constituiu o pilar normativo para educar desde as escolas o cidadão colombiano que contribuísse na construção do país como território de paz, para tal fim, corresponde ao setor educativo integrar às políticas educacionais os elementos constitucionais relacionados à paz, direitos humanos e democracia.

ARTIGO 5. Fins de educação. De acordo com o artigo 67 da Constituição Política, a educação será desenvolvida de acordo com os seguintes propósitos:

Inciso 2. Formação no respeito pela vida e outros direitos humanos, paz, princípios democráticos, coexistência, pluralismo, justiça, solidariedade e equidade, bem como no exercício da tolerância e da liberdade.

ARTIGO 13. Objetivos comuns de todos os níveis. É o objetivo principal de cada um dos níveis educação o desenvolvimento integral dos alunos por meio de ações estruturadas que:

Inciso d. Educação para a justiça, a paz, a democracia, a solidariedade, a fraternidade, o cooperativismo e, em geral, a formação em valores humanos (LEI GERAL DE EDUCAÇÃO, 1994).

O Plano Nacional Decenal de Desenvolvimento do período 1996-2005<sup>61</sup>, reitera que os propósitos gerais da educação são aqueles estabelecidos na Lei 115 e na Constituição Política de 1991, a construção de uma cultura de convivência, promover o respeito aos direitos humanos e a conquista da paz. No Plano Decenal de Educação do período 2006-2016, nomeado como Pacto Social pela educação, estabeleceu entre seus objetivos a educação na e para a paz e a convivência e cidadania. Expandindo seus objetivos a fomentar e desenhar e aplicar políticas públicas que garantam a inclusão, diversidade, diferença, identidade e equidade.

Apesar do reconhecimento da paz como direito e dever na Constituição Política, o Estado não apresentou ações políticas e/ou econômicas pontuais sobre a operatividade que conduzam a construir um território de paz, assim, sua ação limitou-se a conduzir a educação para a paz, mas as políticas decorrentes da Lei 115 e dos Planos Decenais de Educação apontam

---

<sup>61</sup> Vicepresidencia de la República, Defensoría del Pueblo, Ministerio de Educación Nacional, Plan nacional de educación en derechos humanos PLANEDH.

a melhora na convivência escolar e investimento na infraestrutura escolar para aumentar a cobertura.

O reconhecimento legal da paz como um direito e um dever de cumprimento obrigatório não é suficiente em um país onde há um conflito armado que tem suas raízes na violência política e nas ações do Estado contra as minorias, e não são garantidas as condições materiais e espirituais para o gozo de direitos. O país tem um dos mais altos níveis de desigualdade de renda no mundo, medido pelo coeficiente Gini<sup>62</sup> (0,53), coloca a Colômbia como o segundo maior entre 18 países da América Latina e Caribe (ALC), e o mais alto entre todos os países da OCDE anterior à pandemia por COVID-19<sup>63</sup>, apontando que as taxas de pobreza são significativamente mais altas em famílias rurais, comunidades afrodescendentes e indígenas.

Com relação ao conflito armado durante a década de 1990, o processo de radicalização política e militar da guerrilha mudou as dimensões e a conotação da violência, atingindo principalmente a população civil, que também teve que sofrer a violência exercida pelos narco-paramilitares, conseqüentemente começou a aumentar o número de deslocados e com isso o aumento de crianças e jovens nas escolas da cidade e de deserção escolar. À medida que o conflito armado na Colômbia se agrava, as condições educacionais para as vítimas do conflito logo deterioraram-se, tornando-se inviável educar para a paz e a democracia, quando o Estado não podia garantir o direito à educação.

No ano 2016 são concluídos os diálogos para a Paz entre o Governo colombiano e as FARC- EP, segundo o documento assinado procura-se prevenir mais vítimas do conflito armado e concentrar todos os esforços na construção uma paz estável e duradoura<sup>64</sup> nele se estabelecem orientações para as políticas que deveram implementar-se para tal fim. No Acordo de Paz prevê-se fortalecer a democracia, a participação política através de uma educação e pedagogia a favor da democracia e da paz.

---

<sup>62</sup> O Gini é uma medida de desigualdade entre 0 e 1, onde 1 significa a máxima desigualdade possível e zero o mínimo.

<sup>63</sup> Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial. Relatório do Banco Mundial: Para a construção de uma sociedade equitativa na Colômbia 2021, Washington, 2021. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/602591635220506529/pdf/Main-Report.pdf>>. Acesso em: 04 de fev. de 2022.

<sup>64</sup> Lema do Acordo assinado entre o governo colombiano e as FARC-EP.

Seguem as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz implementadas nas escolas, cuja análise se fundamenta na teoria gramsciana. O bloco histórico<sup>65</sup> no qual se inserem essas políticas compreende o período entre 2010 e 2018, deste modo, as políticas são desenvolvidas durante o primeiro e segundo mandato do ex-presidente Juan Manuel Santos Calderón.

### 3.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO ACORDO DE PAZ IMPLEMENTADAS NAS ESCOLAS COLOMBIANAS.

O Acordo de Paz é resultado da correlação de forças entre classes dominantes e dominadas e, por isso, contém interesses diversos e muitas vezes divergentes. Desse modo, a construção da paz é contraditória e se molda a partir da participação da sociedade civil e da sociedade política, ou seja, do Estado colombiano.

O desenvolvimento da democracia na Colômbia é contraditório, sua base institucional está caracterizada pela estabilidade de um Estado soberano, que a diferencia de outros países latino-americanos não experimentou grandes períodos de ditadura militar, porém a sociedade colombiana vivenciou uma profunda violência causada pelo sectarismo bipartidário, que uma vez no poder do governo, amparados pelo poder estatal e seu aparelho de coerção excluía do poder político a oposição.

A partir da Constituição Política de 1991, a oligarquia colombiana, enquanto classe dominante/ dirigente, unifica suas ações num projeto comum que responda as necessidades de seus interesses de classe. Nesse sentido para Gramsci (2020) o Estado estabelece as diretrizes para a formação das classes subalternas:

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes (GRAMSCI, 2020, p. 288).

A assinatura do Acordo de Paz confronta os interesses de duas classes antagônicas, por um lado o Estado que defende os interesses das classes dominantes, as oligarquias

---

<sup>65</sup> Para Gramsci (2020) o bloco histórico é a junção da estrutura com a superestrutura, “[...] isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (2020, p. 27).

colombianas, e por outro a guerrilha das FARC- EP que representa uma parte da população colombiana que reconhece a opressão política e econômica das oligarquias colombianas amparadas pelo governo.

Na luta pela hegemonia, as classes dominantes devem perseverar e perpetuar uma concepção de mundo que as classes subalternas adotam como legítima, dado que o Estado e os aparelhos privados da sociedade civil constroem a hegemonia política e cultural das classes dominantes e naturalizam a exploração a que estão sujeitos. Assim, para Gramsci (2020, p. 335), “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...]”. Para tal fim, o Estado se serve de outras instituições da sociedade civil para concretizar os projetos ideológicos e econômicos que construíam e perseverem a hegemonia da classe dominante.

A manutenção do sistema hegemônico das classes dominantes se perpetua pelo grau de consenso que obtém das massas populares que domina. Nesse sentido, a escola tem uma ação destacada, na qual a educação promove e educa segundo o projeto ideológico da classe dirigente.

A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 2020, p. 288).

Consequentemente, as políticas derivadas do Acordo de Paz respondem aos interesses da classe dominante, uma vez que a educação constitui um ato ético e político e se configura em uma função inerente ao Estado. O Estado buscara manter a hegemonia do grupo dominante, difundindo sua cultura e moral e educando as grandes massas para que continuem subordinadas. A escola é um dos dispositivos utilizados pelo Estado para exercer essa função.

Portanto, a análise das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz, não pode ser dissociada ao estudo sobre o Estado colombiano, das relações econômicas e das relações políticas. Nesse sentido, Flach e Masson (2014, p. 212) baseadas na concepção teórica do materialismo histórico e dialético propõem para a compreensão da política educacional abordar as seguintes questões:

1. O estudo das características fundamentais da sociedade capitalista: luta de classes, relações sociais de produção, antagonismo entre capital e trabalho;
2. O estudo do papel do Estado na definição das políticas educacionais.

No que diz respeito a primeira questão, “o estudo das características fundamentais da sociedade capitalista: luta de classes, relações sociais de produção, antagonismo entre capital e trabalho”, Flach e Masson (2014) destacam que a educação encontra-se inserida na sociedade capitalista, que apresenta características próprias, orgânicas ao modo de produção socioeconômico, por conseguinte, para analisar a política educacional do Acordo de Paz é preciso compreender a organização da sociedade na qual se circunscreve.

A educação é um complexo parcial no conjunto da totalidade social, por isso, é importante o estudo do movimento e das contradições que caracterizam a sociedade capitalista. Isso significa que não é possível tratar da política educacional separadamente da organização da sociedade na qual ela está inserida. A compreensão de um determinado período histórico pressupõe, portanto, a apreensão elementar do conjunto da sociedade. Sendo assim, a política educacional deve ser estudada a partir de um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes, a fim de captá-la em seu movimento no conjunto da totalidade social (FLACH; MASSON, 2014, p. 212).

Compreender a organização da sociedade colombiana e suas relações, contribui ao entendimento do Estado colombiano e, portanto, a análise das políticas educacionais que como políticas públicas, são concebidas pelos governos. Nesta segunda questão, Flach e Masson (2014, p. 212) indicam “o estudo do papel do Estado na definição das políticas educacionais”, visto que:

As políticas educacionais, como políticas públicas, representam o Estado em ação, ou seja, aquilo que o governo decide ou não fazer. Por isso, as políticas educacionais só poderão ser adequadamente analisadas se houver um estudo do Estado moderno e suas transformações históricas na sociedade capitalista. Além disso, é fundamental a análise da diferença entre Estado e governo, a fim de que as políticas educacionais, ao serem analisadas, não percam de vista como o Estado se organiza e as influências dos diferentes governos, com seus diferentes partidos políticos, na construção de um determinado projeto de sociedade e de educação (FLACH; MASSON, 2014, p. 212).

A transformação da sociedade colombiana, durante os anos do conflito armado, é manifestação das desigualdades sociais, a rivalidade política e a toma de decisões governamentais em favor dos interesses econômicos dos grupos dominantes. Nesse sentido, o Estado expõe um projeto de sociedade particular. Assim as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz fazem parte das políticas públicas e são relevantes por seu papel na formação do sujeito, tanto no seu desenvolvimento individual quanto sujeito social. Portanto, as políticas são expressões do projeto de governo para conceber um tipo de sociedade Pós-Acordo de Paz.

A presente seção expõe as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz que são implementadas nas escolas colombianas. Entretanto, para melhor entendimento convém considerar o quadro político, econômico e social no Governo Santos para apresentar as políticas Cátedra da Paz, Educação no Acordo da Paz e Ação CaPAz.



### 3.2.1 GOVERNO JUAN MANUEL SANTOS CALDERÓN PERÍODO 2010- 2018

Juan Manuel Santos Calderón foi Ministro da Defesa de 2006 a 2009 no governo do presidente Álvaro Uribe Vélez e em 2010 tornou-se presidente. Sua campanha presidencial baseou-se na continuidade da política de segurança democrática, implementada durante os oito anos do governo Uribe. No entanto, no início de seu mandato, Santos e Uribe se distanciaram devido à visão de uma paz negociada com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

As negociações de paz com a guerrilha seriam o único contraste com o governo predecessor. O governo de Santos deu continuidade às políticas neoliberais implantadas na Colômbia há mais de duas décadas. Como Ministro do Comércio Exterior durante o mandato do Presidente César Gaviria em 1991 e Ministro da Fazenda e Crédito Público no governo de Andrés Pastrana em 2000, Santos sempre se manifestou a favor desse modelo econômico. Desse modo, o modelo de desenvolvimento neoliberal na Colômbia, teve sua terceira evolução.

Em 2010, Santos inaugurou seu primeiro mandato presidencial sob o lema *o mercado na medida do possível, o Estado na medida do necessário*<sup>66</sup>, síntese fundamental do Plano Nacional de Desenvolvimento para este período de governo. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2014-2018 ‘Todos por um novo país: paz, equidade, educação’ incluiu as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As diretrizes da OCDE para a Colômbia apontam de forma específica a ideia de suprimir a interferência estatal nos mercados financeiros.

Nesse sentido, um dos direitos mais violados pelas políticas neoliberais tem sido a educação. Na Colômbia não há educação gratuita em nenhum dos níveis de ensino formal, educação continuada, técnica, tecnológica ou universitária. De acordo com as disposições da Lei Geral de Educação de 1994,

ARTIGO 183. Direitos acadêmicos nos estabelecimentos estaduais de ensino. O Governo Nacional regulamentará as cobranças que podem ser feitas por direitos acadêmicos em estabelecimentos de ensino Estado. Para tanto, definirá escalas que levem em conta o nível socioeconômico dos alunos, a variações no custo de vida, composição familiar e serviços complementares da instituição de ensino.

---

<sup>66</sup>Twitter. Santos, J. O mercado na medida do possível, o Estado na medida do necessário. Disponível em: <<https://twitter.com/juanmansantos/status/482187584798724096>>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

O sistema educacional colombiano não garante o acesso à educação fundamental e média para todos os colombianos e menos ainda oportunidades educacionais para o acesso à educação superior. As políticas neoliberais, contra o direito à educação no segundo governo do presidente Santos, dispuseram de maior financiamento estatal à Instituições de Ensino Superior do setor privado<sup>67</sup> enquanto o investimento à Instituições de Ensino Superior Estatais teve redução, dado que, seguindo as diretrizes da OCDE<sup>68</sup> estipulou-se que as instituições estatais deveriam trabalhar para sua autossustentabilidade e autogeração de renda, por meio do desenvolvimento de contratos empresariais, projetos de pesquisa e doações.

Apesar da forte implementação das políticas do programa neoliberal, o presidente Santos conquistou o eleitorado com o discurso de paz, graças à possibilidade de encerrar um conflito com a maior e mais antiga guerrilha da Colômbia. Desse modo, a possibilidade de um Acordo de Paz favoreceria segurança e garantias para maior interferência internacional no país, que simultaneamente ao incremento das políticas neoliberais teve um impacto positivo das grandes potências no posicionamento a favor das negociações para a paz.

A política de segurança democrática de seu antecessor considerou as FARC-EP como grupo terrorista de drogas, sustentando a tese de que na Colômbia não há conflito armado, mas sim uma ameaça terrorista. Com base nessa consideração, é um grupo armado beligerante com subjetividade internacional. Desse modo, a política de Uribe baseia-se na eliminação do inimigo por meio do confronto armado aplicando-lhes as regras da guerra.

Contando com o apoio nacional e internacional, Santos buscava uma solução por meio de um Acordo de Paz para acabar com a guerrilha das FARC-EP, para tanto, a partir de 2011, o governo inicia uma série de reformas legislativas para iniciar as negociações, a primeira destas foi reconhecer a existência do conflito armado interno na Colômbia, aprovando a Lei de Vítimas e Restituição de Terras (Lei 1.448 de 2011), que busca restaurar, por meio da Unidade de Atenção Integral e Reparação para Vítimas, as terras tomadas por atores armados (grupos paramilitares e guerrilheiros) de vítimas civis da guerra.

---

<sup>67</sup> Investimento do programa educacional denominado "Ser Pilo Paga". Esse programa é voltado para alunos do ensino médio do país, com alto desempenho e baixos recursos, poderiam acessar a Instituições de Ensino Superior Privadas com uma bolsa do governo que cobre 100% do valor da mensalidade e oferece auxílio econômico durante todo o período do estudo.

<sup>68</sup> OCDE. Avaliações de Políticas Nacionais de Educação Ensino superior na Colômbia OCDE 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264180710-es>>. Acesso em 19 de fev. de 2022.

A Lei de Vítimas de 2011 se baseia no reconhecimento explícito de que existe um conflito armado na Colômbia e busca indenizar as vítimas. Deste modo o governo de Santos em 2012, anunciou as primeiras reuniões exploratórias para negociar a paz com as FARC-EP, além disso, foi aprovado o Marco Legal da Paz elevando a categoria constitucional os princípios da justiça de transitória.

O processo de paz tornou-se uma realidade viável para acabar com o conflito armado com as FARC-EP, com isso, Santos impulsiona sua campanha presidencial em 2014, conseguindo permanecer no poder por mais quatro anos, dando continuidade às negociações em Havana.

Em 2011, foi aprovada a Lei 1.448 de 2011, criando o Centro de Memória Histórica como um estabelecimento público cuja finalidade é apresentar relatórios sobre as causas sociais, econômicas, políticas e culturais que afetaram o conflito armado interno colombiano. Deve-se esclarecer que a CNMH não é uma Comissão da Verdade, é uma instituição pública do Estado que apresenta em seus relatórios verdades parciais sobre o conflito armado e sobre as práticas criminosas ocorridas entre o aparelho coercitivo do Estado e os grupos paramilitares.

No entanto, Grupo de Memória Histórica apresenta algumas recomendações em relação às políticas públicas que o Acordo de Paz deveria discutir, para atender as necessidades desta população da sociedade colombiana e promover após o término do conflito, uma sociedade democrática<sup>69</sup>.

Para o GMH a tarefa de desenhar políticas públicas que atendam e reparem essas realidades parece um grande desafio para o país, neste processo, a análise dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por diferentes instituições e organizações sociais, ajuda a pensar em um marco jurídico especialmente desenhado com o propósito de melhorar as condições sociais.

Como resultado dessa análise, o GMH apresenta um conjunto de recomendações de políticas públicas que podem orientar e contribuir para a tomada de decisões relevantes para promover uma sociedade democrática a fim de atingir uma paz duradoura e sustentável<sup>70</sup>, entre as quais se destaca como fundamental na transição para a paz, a consolidação das garantias de não repetição, entendidas tais, como as medidas que o Estado deve adotar para que as vítimas

---

<sup>69</sup> De acordo com a constituição de 1991, o país goza de uma democracia representativa, porém, o processo de consolidação do sistema democrático ao longo da história do Estado colombiano, evidencia que as tensões entre as posições políticas empregaram a violência e mecanismos como a corrupção para obter e manter o controle do governo.

<sup>70</sup> Lema do Acordo de Paz.

não sejam novamente submetidas a violações de seus direitos. Neste sentido, o GMH (2013, p. 401-402) recomendou:

- De acordo com a Lei 1482 de 2011, recomenda-se que o Estado e em particular as instituições responsáveis pelas políticas educacionais e culturais promovam e implementem programas e campanhas pedagógicas e comunicativas que busquem superar a estigmatização de grupos populacionais específicos, em particular aqueles que realizam atividades políticas, sociais e comunitárias (sindicalistas, defensores dos direitos humanos, líderes comunitários, militantes de esquerda, membros de igrejas, entre outros). A mensagem explícita em programas, campanhas e outras ações institucionais deve difundir a tese de que as diferenças e a liberdade de opinião e ideologia são vitais na consolidação de qualquer democracia e que o Estado protege.
- Recomenda-se ao Governo Nacional e às Secretarias de Educação e Cultura, centros educacionais e academia que promovam e implementem programas e campanhas pedagógicas e comunicativas que visem superar a estigmatização de etnias e comunidades, reconhecendo sua história, identidade e suas contribuições para a identidade da Colômbia como uma nação multiétnica e multicultural.
- O Governo Nacional e as Secretarias de Educação e Cultura, centros educacionais e acadêmicos são recomendados a promover e implementar programas e campanhas pedagógicas e comunicativas que visem reconhecer os impactos diferenciais do conflito armado contra mulheres e homens, superar a discriminação por motivos promovendo novas formas de igualdade de gênero e disseminando mensagens que promovam a igualdade de gênero, o respeito às identidades e um imaginário de masculinidade que promova a paz.
- Recomenda-se ao Governo Nacional e às Secretarias de Educação e Cultura, centros educacionais e acadêmicos, a nível nacional e territorial, que integrem em seus programas e ações os relatórios de esclarecimento histórico produzidos pelo GMH, Centro Nacional de Memória Histórica, organizações não governamentais, centros de pensamento e academia, nos currículos, projetos pedagógicos, manuais e livros de história e ciências sociais.
- Recomenda-se ao Governo Nacional e às Secretarias de Educação e Cultura, centros educativos e acadêmicos, a nível nacional e territorial, que integrem a formação em resolução não violenta de conflitos e competências de mediação nos seus programas e ações.

As recomendações apresentadas no informe do GMH, como contribuição do Centro de Memória Histórica para a compreensão da origem e transformações do conflito armado colombiano, expressam diretrizes superficiais para a magnitude e profundidade do conflito armado colombiano. Também não apresenta análises a respeito da configuração do poder e o papel do Estado na determinação de um sistema de violência organizada e as alianças com grupos econômicos e proprietários de terras.

Ainda assim, essas diretrizes indicam ao Governo Nacional e às Secretarias de Educação e Cultura, lineamentos para que as instituições sociais possam contribuir na construção de uma sociedade democrática prevalecendo os direitos das vítimas do conflito, políticas em prol do exercício da democracia e da educação para a paz a partir das narrativas da memória histórica, ou seja, educar sobre o conflito armado.

### 3.2.2 CÁTEDRA DA PAZ

No ano 2014, no decorrer das negociações entre o governo e as FARC-EP, o presidente Juan Manuel Santos Calderón promulgou a Lei 1732 de 2014, objetivando impulsionar uma cultura de paz na Colômbia, se introduz no currículo educativo dos níveis de pré-escola, ensino fundamental e médio a matéria Cátedra da Paz, visando criar e consolidar um espaço de aprendizagem, reflexão e diálogo sobre a cultura de paz.

Os proponentes do projeto de lei 1732, os senadores Juan Lozano e Juan Laserna e o representante da Câmara Telésforo Pedraza, apresentaram na exposição de motivos os argumentos para estabelecer a Cátedra da Paz,

Seguindo os ensinamentos da Unesco, ‘consiste num conjunto de valores, atitudes e comportamentos que moldam e provocam, ao mesmo tempo, interações e trocas sociais baseadas nos princípios da liberdade, justiça, democracia, tolerância e solidariedade, que rejeitam a violência e procuram prevenir os conflitos tentando atacar as causas e resolver os problemas através do diálogo e da negociação, garantindo a todos o exercício pleno de todos os direitos’. [...] Uma coisa é acabar com negociações o conflito que confronta as partes, que altera a paz, chora e destrói brutalmente o cotidiano da sociedade colombiana, habituada a viver na guerra, e outra é criar uma cultura de paz para educar a comunidade com o hábito de viver em paz (LOZANO; LASERNA; PEDRAZA, 2014, p. 3).

Nesse sentido, a Cátedra da Paz visa promover uma educação para a paz que no contexto das negociações com as FARC-EP, articula a institucionalidade com a escola, ou seja, para que as escolas cumpram a função formativa direcionada pelo Estado.

Segundo Gramsci (2020),

Tarefa educativa e formativa do Estado cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares as necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2020, p. 23).

A estrutura e desenvolvimento da Cátedra da Paz foram determinados no decreto 1038 de 2015, o qual considera a partir da Constituição Política de 1991 que a paz é um direito e um dever obrigatório, assim mesmo, determina-se o estudo da Constituição como obrigatório em todas as instituições de ensino oficiais e privados.

Desse modo, educar para a paz e a democracia deixa de ser considerado como projeto transversal ao plano de estudos e se converte numa matéria específica. Segundo o ex-presidente Juan Manuel Santos Calderón (2014),

A assinatura do decreto, pretende que as crianças e os jovens aprendam os princípios e valores básicos sobre a reconciliação, a solução amigável dos problemas e o respeito

aos direitos humanos, o que incentiva a consolidar a nova Colômbia sem guerra, uma Colômbia com mais equidade, uma Colômbia mais educada, pela qual trabalhamos todos os dias.<sup>71</sup>

O decreto estipula que compete ao Ministério da Educação Nacional traçar as diretrizes gerais dos processos curriculares da educação infantil, básica e secundária e, adotar as Orientações Básicas de Competências que contribuam para a formação de uma cidadania para a participação democrática, a convivência pacífica e o reconhecimento e respeito pela diversidade. Como a autonomia das instituições de ensino para organizar o desenvolvimento da Cátedra da Paz num currículo acadêmico flexível, será o ponto de partida para cada instituição educacional para adaptar de acordo com as circunstâncias acadêmicas e tempo, forma e lugar que são pertinentes em todas as instituições de ensino do país.

A Cátedra de Paz pretende reconstruir o tecido social, promover a prosperidade geral e garantir a eficácia dos princípios, direitos e deveres consagrados na Constituição, com a promoção e processos de apropriação dos conhecimentos e competências relacionados ao território, cultura, contexto econômico e social e à memória histórica, contribuindo para a aprendizagem, reflexão e diálogo sobre os seguintes tópicos:

QUADRO 2- Tópicos da Cátedra da Paz Decreto 1038 de 2015

| <b>CÁTEDRA DA PAZ</b>                    |  |
|--|--|
| <b>Categorias de educação para a paz</b> | <b>Tópicos Decreto 1038 de 2015</b>                              |
| <b>Cultura da paz</b>                    | Participação na democracia                                       |
|  | Prevenção da violência   |
|  | Resolução pacífica de conflitos                                  |
| <b>Educação para a paz</b>               | Participação democrática   |
|  | Construção da equidade   |
|  | Respeito à pluralidade   |
|  | Respeito pelos Direitos Humanos e o Direito humano internacional |
| <b>Desenvolvimento sustentável</b>       | Uso sustentável dos recursos naturais                            |
|  | Proteção das riquezas naturais da Nação                          |

Fonte: Dados Decreto 1038 de 2015, organizados pela autora (2020).

O decreto estipula que os estabelecimentos de ensino pré-escolar, ensino fundamental e médio, devem incorporar no plano de estudos de qualquer uma das seguintes

<sup>71</sup> MEN. **Educar para la paz**. Disponível em: <<https://www.mineducacion.gov.co/1621/w3-printer-351620.html>>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

disciplinas de Ciências Sociais, História, Geografia, Constituição Política e Democracia; Ciências Naturais e Educação Ambiental, ou Educação em Ética e Valores Humanos os tópicos da Cátedra da Paz.

Respeito ao conteúdo da Cátedra da Paz, serão os estabelecimentos educacionais que determinem o conteúdo da Cátedra da Paz, e deve desenvolver em pelo menos dois (2) dos seguintes tópicos:

- a) Justiça e Direitos Humanos;
- b) Uso sustentável dos recursos naturais;
- c) Proteção da riqueza cultural e natural da Nação;
- d) Resolução pacífica de conflitos;
- e) Prevenção do bullying;
- f) Diversidade e pluralidade;
- g) Participação política;
- h) Memória histórica;
- i) Dilemas morais;
- j) Projetos de impacto social;
- k) História dos acordos de paz nacionais e internacionais;
- l) Projetos de vida e prevenção de riscos.

A partir de 2016, o Instituto Colombiano de Avaliação de Educação (ICFES) incorporou nas provas da avaliação do nível de ensino médio, em seu componente de Competências Cidadãs, a avaliação das temáticas da Cátedra da Paz. Além disso, o ICFES deverá incorporar gradualmente o componente de Competências do cidadão em qualquer um dos testes de avaliação de qualidade de educação básica primária e secundária básica.

O decreto também prevê que o Ministério da Educação Nacional e as Secretarias de Educação de cada estado, a formação específica de docentes e gestores docentes para a Cátedra da Paz, visando à formação em uma cultura de paz e desenvolvimento sustentável, por esta razão deverá:

- a) Identificar a cada dois (2) anos as necessidades de treinamento de professores e Diretores pedagógicos em exercício vinculados ao ente territorial em matéria de Direitos Competências humanas, de cultura de paz e cívicas para a coexistência pacífica, participação democrática, diversidade e pluralidade;
- b) Financiar ou projetar em seus respectivos planos de formação para professores e gestores professores de alta qualidade, programas e projetos oferecidos por instituições de ensino superior e outras organizações, para responder aos objetivos da Cátedra de Paz, além de promover sua incorporação;
- c) Avaliar e avaliar a cada dois (2) anos, por meio de mecanismos apropriados e contextualizados, o impacto de programas e projetos de formação de professores e diretores de ensino.

A cátedra da Paz faz parte do sistema de doutrinação do Estado, que defende a tese do surgimento e desenvolvimento do conflito armado por causa das ações violentas de um grupo

minoritário, e promove a ideia de paz relacionada a ausência de violência física. A paz não é um processo etéreo que ocorre fora da realidade concreta e sem considerar as outras violências tais como desigualdade social, insegurança e corrupção política. Nesse sentido, a obrigatoriedade da integração ao currículo da Cátedra pela Paz, como matéria, deve ser analisada como uma normatividade promovida pelo Governo colombiano, para instruir e formar em um conjunto de valores o tipo de sociedade colombiana pós Acordo de Paz em virtude dos interesses do Estado.

### 3.2.3 A EDUCAÇÃO NO ACORDO DE PAZ

Em 26 de setembro de 2016, o presidente Juan Manuel Santos e o comandante máximo das FARC-EP Timoleón Jiménez assinam o Acordo de Paz, no entanto, o referendo sobre os Acordos de Paz obtém uma maioria de votos NÃO. O governo mantém o fogo bilateral e propõe-se o diálogo com todas as forças políticas do país. Em 24 de novembro, foi assinado o Acordo renegociado para incluir as propostas da oposição, sendo endossado pelo Congresso colombiano em 29 de novembro.

A educação dentro do acordo encontra-se dentro das políticas da “Reforma Rural Integral”, que contribuirá para a transformação estrutural do campo, fechando as brechas entre o campo e a cidade e criando bem-estar e bem viver para a população rural com o objetivo de proporcionar atenção integral à primeira infância, garantindo a cobertura, qualidade e relevância da educação e erradicação do analfabetismo no meio rural, além de promover a permanência produtiva dos jovens no campo, e aproximar as instituições acadêmicas regionais da construção do desenvolvimento rural, o Governo Nacional elaborará e implementará o Plano Especial de Educação Rural que considera os seguintes critérios:

- Cobertura universal com atenção integral à primeira infância.
- Modelos flexíveis de pré-escola, educação básica e secundária, que se adaptam às necessidades das comunidades e do meio rural, com foco diferencial.
- A construção, reconstrução, melhoria e adaptação da infraestrutura educacional rural, incluindo disponibilidade e permanência corpo docente qualificado e acesso às tecnologias de informação.
- Garantia de educação gratuita para pré-escolar, ensino fundamental e médio.
- A melhoria das condições de acesso e permanência no sistema educacional de meninos, meninas e adolescentes por meio de um acesso suprimentos, textos, merenda escolar e transporte gratuitos.
- A oferta de programas e infraestrutura de lazer, cultura e esporte.
- A incorporação da formação técnica agrícola no ensino médio (décimo e onze). A disponibilidade de bolsas com créditos perdoáveis para acesso a homens e mulheres rurais



mais pobres a serviços de treinamento técnico, educação tecnológica e universitária que inclui, quando pertinente, o apoio à manutenção.

- A promoção da formação profissional de mulheres em disciplinas não tradicionais para elas.
- A implementação de um programa especial para a eliminação de analfabetismo rural.
- O fortalecimento e promoção da pesquisa, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico para o setor agrícola, em áreas como agroecologia, biotecnologia, solos etc.
- Aumento progressivo das cotas técnicas, tecnológicas e universitárias em áreas rurais, com igualdade de acesso para homens e mulheres, incluindo pessoas com deficiência. Medidas especiais serão tomadas para estimular o acesso e permanência das mulheres rurais.
- Promover a expansão da oferta e serviços técnicos, tecnológicos e licenciatura em áreas relacionadas com o desenvolvimento rural. (GOBIERNO NACIONAL – FARC-EP, 2017, p. 26-27).

O acordo também prevê fortalecer os programas de educação para a democracia em todos os níveis educacionais e criar cenários pedagógicos para fortalecer a rejeição social às violações dos direitos humanos, através de uma educação e pedagogia a favor da reconciliação e da paz. Dentro das políticas inclui-se a criação de um Conselho Nacional de Reconciliação e Coexistência. Uma de suas funções será desenhar e executar programas a favor do respeito, da diferença, da crítica e da oposição política, sendo também responsável pela formação de organizações e movimentos sociais para o exercício da cultura de paz.

No âmbito do Acordo de Paz assinado em dezembro de 2016, o Ministério da Educação Nacional -MEN- desenvolveu ações da educação em relação a dois pontos: Ponto 1. Rumo a um novo campo colombiano: Reforma Rural Abrangente; Ponto 2: Participação Política: Abertura Democrática para Construir a Paz.

Para o ponto 1 do Acordo, foi lançado o Plano Especial de Educação Rural (PEER) e conforme o Plano Nacional contribui para a concretização dos objetivos da Reforma Rural Integral. O PEER estrutura estratégias e ações que permitem responder aos desafios apresentados pela educação rural e sua diversidade de territórios e populações, gerando mecanismos para diminuir a brecha urbano-rural em termos de cobertura, permanência e qualidade da educação, bem como a continuidade de crianças, adolescentes e jovens em seus percursos educacionais.

Para o ponto 2 do Acordo, o MEN, no âmbito do Plano Especial de Educação Rural (PEER), avança por meio de duas dimensões com ações específicas que promovem a participação política da cidadania para uma abertura democrática na construção da paz, desde os contextos rurais até os urbanos. As dimensões correspondem à Escola, família e comunidade e Ambiente e bem-estar escolar.

No plano de formação para a cidadania, o governo, a partir do MEN, criou uma estratégia -Gên Cidadão- para a promoção de respeito, confiança, convivência e empatia, ou seja, contribuir para a formação de bons cidadãos. O Gên Cidadão, busca garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e competências necessárias à promoção do exercício da cidadania e direitos humanos, desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero, cultura de paz e não violência, cidadania mundial e valorização da diversidade cultural, a implementação da estratégia de formação para a cidadania e o desenvolvimento de competências cidadãs.

Assim, em 2017 o MEN definiu o Plano de Formação de Cidadãos: Estratégias que contribuem para educar para a Paz. O plano inclui ações para promover o desenvolvimento de competências cívicas para o exercício dos direitos humanos dos alunos por meio de ações que contribuem para a transformação escolar, ambiente social e contexto familiar. Os componentes deste plano correspondem à concepção, implementação e avaliação de um modelo de formação para a cidadania, que inclui:

- A formação de professores e diretores pedagógicos que promovam a cidadania em seus alunos;
- Acompanhamento aos professores e diretores de estabelecimentos de ensino com foco na melhoria de suas práticas e iniciativas pedagógico no contexto;
- Fortalecimento das equipes das Secretarias de Educação para acompanhar os estabelecimentos de ensino sobre essas questões.
- Convocatórias para projetos de pesquisa participativa dirigida a comunidades escolares colombianas com experiências em educação cívica e educação rural.
- Acampamentos de Geração PAZcífica, nos quais os jovens fortaleceram suas habilidades de cidadania e liderança, por meio da argumentação, debate e resolução de conflitos com ações que favoreçam a transformação de seus ambientes.

Geração PAZcífica é uma iniciativa desenvolvida pelo Ministério da Educação da Colômbia e a Organização dos Estados Ibero-americanos OEI, que visa que crianças e jovens colombianos adquiram habilidades para resolver conflitos de forma pacífica, por meio de valores como respeito, tolerância e empatia. Essa iniciativa surgiu como parte de uma grande campanha promovida pelo Ministério da Educação chamada GEN Cidadão.

Para o Ministério da Educação Nacional e a OEI, a Colômbia pode coexistir pacificamente por meio da ativação do GEN Cidadão, para resolver os conflitos de forma pacífica e o emprego de valores como a solidariedade e o respeito ao cotidiano, que permitam às pessoas se relacionar melhor e valorizar as diferenças, cujo objetivo é formar pessoas integrais.

A realidade econômica na qual o país está imerso é preocupante e a falta de discussão sobre as políticas neoliberais implementadas no modelo econômico vigente na mesa

de negociações entre as FARC-EP e o governo de Juan Manuel Santos significa reconhecer que a matriz econômica neoliberal permanecer em vigor em um cenário pós-conflito.

Entre as orientações não há indicações que apontem para a socialização política, ou seja, para o ensino da história política colombiana dos indivíduos e comunidades que fizeram e fazem parte do conflito armado, embora os temas a serem desenvolvidos a partir da disciplina de Ciências Sociais tratem da história política colombiana, não há seções principais para reflexão crítica sobre a incidência da democracia e da política na origem e desenvolvimento do conflito armado colombiano.

As causas e a manutenção do conflito armado na Colômbia são resultado das ações dos grupos oligárquicos que do Estado fazem uso da violência para obter benefícios econômicos e políticos para sua classe. A desigualdade do investimento estatal para as áreas rurais em contraste com as áreas urbanas fez com que os camponeses e indígenas fossem os mais afetados pela violência, bem como pelas políticas neoliberais do Estado.

Promover a partir do Acordo de Paz ações como maior investimento para emendar a violação aos direitos de educação, saúde e moradia para as áreas rurais afetadas pelo conflito, é remediar paliativamente a situação de desigualdade dessas regiões, portanto deve ser superado o abandono do Estado colombiano e os Governos no poder a que estão submetidas essas zonas rurais do país.

A política educacional promovida pelo MEN por meio da estratégia -Gên Cidadão- para a promoção de respeito, confiança, convivência e empatia, para resolver conflitos de forma pacífica, é um discurso que aponta a falta de formação em cidadania como uma das principais razões para a existência do conflito armado, negando assim suas origens e motivações sociais, políticas e econômicas que fomentam sua manutenção.

#### 3.2.4 AÇÃO CAPAZ

O Gabinete do Alto Comissariado para a Paz, OACP, o Departamento Administrativo para a Função Pública, DAFP, Escola Superior de Administração Pública, ESAP, e o Departamento Nacional de Planejamento, DNP, se reúnem desde 2015 em uma

aliança interinstitucional para projetar e implementar a 'Estratégia de Capacidades para a Paz e a Convivência: Ação CaPaz.

Em 2017, o Governo Nacional De Colômbia junto com o Escritório Do Alto Comissariado Para A Paz, apresentam a estratégia a Ação CaPaz: *O que é educar e treinar para a paz e como fazê-lo? Educação e Pedagogia para a Paz*, é uma proposta conceitual e prática, voltada para pessoas, organizações, instituições de ensino e entidades públicas e privadas que planejam projetar e/ou desenvolver processos para fortalecer capacidades, pedagogia e Educação para a paz.

Para o Alto Comissário para a Paz, Rodrigo Rivera, a apostila constitui um primeiro esforço para coletar conhecimento, experiências e metodologias implementadas no mundo e na Colômbia como propostas pedagógicas para a paz. Segundo ele, a educação possibilita construir conjuntamente com o Governo uma nova sociedade verdadeiramente em paz estável e duradoura. E continua ele,

A pedagogia pela paz deve ser um veículo de transformação que fortaleça pessoas, organizações e sociedade em geral uma cultura de paz e 'desarmamento emocional'; respeito pelos direitos humanos; de empatia, reconciliação, solidariedade, multiculturalismo, respeito e tolerância; uma pedagogia que promove diálogo e diversidade; que gera as ferramentas para que os conflitos possam ser processados de forma não violenta, e isso, acima de tudo, é em si um exemplo de inovação e criatividade que deixa de lado as fórmulas educacionais tradicionais e cria novos conteúdos, metodologias e espaços, e incluir novos atores (RODRIGO RIVERA *apud* ARBOLEDA; HERRERA; PRADA, 2017, p.6).

O Escritório do Alto Comissariado para a Paz, em uma aliança interinstitucional<sup>72</sup> a fim de projetar e implementar a Estratégia para Capacidades para a paz e coexistência: Ação CaPaz, contempla que, para fortalecer as capacidades de paz e convivência, devem ser ampliados os processos educativos e formativos com foco em pedagogias e metodologias pela paz, sob o entendimento de que transformar a realidade atual do país para uma mudança sustentável é necessário 'pensar, sentir e fazer' diferente. A *Ação CaPaz* propõe quatro linhas de trabalho:

- Capacidades de convivência em instituições públicas.
- Novas pedagogias para a paz.
- Rede de facilitação para o diálogo e transformação de conflitos.
- Capacidade de ação com enfoque territorial.

---

<sup>72</sup> O Escritório do Alto Comissariado para a Paz, em aliança com o Departamento Administrativo para Função Pública, DAFP, Escola Superior de Administração Pública, ESAP, o Departamento Nacional de Planejamento, DNP, e contribuições do Serviço Nacional de Aprendizagem, SENA, Ministério da Educação Nacional, a Agência para a Renovação do Território, ART e a Fundação Ideias para a Paz, FIP e GIZ.

A fim de propor um quadro de ação abrangente para o desenvolvimento de capacidades, a Ação CaPaz toma como referência um modelo que define quatro níveis de habilidade em uma sociedade: para indivíduos, instituições, redes sociais e o campo social e político. Todos os quatro níveis segundo o documento são necessários para alcançar transformações duradouras nos sistemas sociais, e a construção do que eles definem como uma paz estável e duradoura.

QUADRO 3- Níveis de habilidade em uma sociedade.

| <b>Níveis de capacidade</b>   | <b>Em que capacidades faz referência?</b>  |
|---|--|
| <p><b>Pessoas:</b><br/>Fortalecer seus conhecimentos sobre tópicos e metodologias para construção de paz e adquirir ou aprimorar suas habilidades para implementação.</p>   | <p>Conhecimento.<br/>Habilidades.<br/>Habilidades.<br/>Atitudes.<br/>Comportamentos</p>  |
| <p><b>Organizações e instituições:</b><br/>Fortalecer suas capacidades de gestão e estruturar processos que contribuem para a construção da paz.</p>  | <p>Processos<br/>Procedimentos<br/>Mecanismos.<br/>Sistemas.<br/>Metodologias.<br/>Cultura organizacional.</p>   |
| <p><b>Redes, alianças e cooperações:</b><br/>Fortalecer sua capacidade de trabalhar em rede para a construção da paz; facilitam a relação nação-território e entre atores públicos, sociais e privados do território.</p> | <p>Esquemas de governança e coordenação;<br/>comunicação; tomada de decisão e outros processos e procedimentos necessários para o trabalho multi-ator.</p> |
| <p><b>Campo social e político:</b><br/>Fortalece sua capacidade de cimentar e alcançar uma sociedade inclusiva e equitativa, em condições de coexistência e com confiança no público.</p>                                 | <p>Políticas públicas.<br/>Legislação, regulamentos.<br/>Padrões culturais.<br/>Tradições.<br/>Práticas sociais.</p>                                       |

Fonte: Apostila O que é educar e treinar para a paz e como fazê-lo? Educação e Pedagogia para a Paz, (2020).

A apostila é composta por cinco capítulos, o primeiro expõe a justificativa para a elaboração do material, bem como seus antecedentes; o segundo capítulo descreve o que é Educação para a Paz e sua importância; o capítulo três enfatiza quais são os conteúdos que uma Educação e Pedagogia para a Paz desenvolve; o capítulo quatro refere-se às abordagens pedagógicas que promovem a Educação para a Paz; o capítulo cinco propõe algumas metodologias úteis para educar para a paz, que foram encontradas em estudos sobre paz e transformação de conflitos.

Finalmente, o documento inclui dois anexos: um com as ofertas dos programas de Construção da Paz, Cultura de Paz e Educação para a Paz existentes na Colômbia; outro com uma ampliação da bibliografia relacionada aos conteúdos apresentados, de forma a permitir um entendimento detalhado dos tópicos.

A estratégia Ação CaPaz, diferente das políticas educacionais já expostas, prevê ações mais específicas a serem ensinadas em sala de aula, como propostas pedagógicas para a

paz e procura transcender a esfera estudantil. No entanto, a perspectiva idealista da apostila desconsidera toda a materialidade, gênese do conflito, que tem a ver com o controle do território da terra, razão pela qual um coletivo se organizou como grupo armado para a defesa de seus direitos. Metodologicamente, o enfoque individualista e subjetivista faz uma abstração da gênese do problema, sugerindo abordar a problemática desde o indivíduo e suas capacidades, como se o conflito armado fosse uma questão de falta em formação em valores e não um conflito social.

A estratégia aponta para uma transformação cultural para consolidar a paz, todavia ignorando os fatores e interesses que promovem e mantêm o conflito armado. É sabido que a formação em cidadania é essencial para uma convivência saudável, mas, o objetivo da estratégia contrasta com a realidade social e política do país, principalmente com a impossibilidade do exercício pleno da democracia e do respeito pelos direitos humanos.

A paz é uma vivência ligada às relações e às condições sociais; sua materialização não se realiza apenas no marco das normas jurídicas que reconhecem e promovem a paz como direito e dever; para conceber o país como um território de paz devem-se promover ações do Estado colombiano e a partir das práticas sociais, para luta contra as relações e condições baseadas na desigualdade, exclusão e violência, assim como, a promoção e garantia do exercício da democracia e participação na política das minorias.

O Acordo de Paz com os guerrilheiros das FARC-EP não implica a consolidação imediata de um estado de paz. A consolidação de um território sem conflito armado exige a reestruturação do sistema político e econômico e, claro, do sistema educacional e cultural, bem como das questões que estão na base do conflito, como a desigualdade econômica e social, a corrupção, o acúmulo de terra em detrimento dos direitos dos camponeses, danos ecológicos e violação dos direitos dos outros, são questões que devem ser abordadas pelo Estado. Se as causas que originaram o conflito armado não forem atendidas, o conflito armado continuará com outras configurações e atores.

O resultado do plebiscito é um exemplo da profunda divisão da sociedade colombiana e vislumbrou as dificuldades para a implementação das políticas de transição para a legalidade das FARC-EP, como das políticas que garantem a implementação legal do Acordo de Paz. As eleições presidenciais para o período 2018- 2022 continuaram sendo uma alternância de poder que ocorre entre as facções de centro à direita, sendo eleito presidente Iván Duque, golfinho político do ex-presidente Álvaro Uribe.

Há quatro anos pouquíssimos colombianos sabiam quem era Iván Duque, no entanto, seu triunfo nas eleições presidenciais parecia certo, já que era candidato à presidência pelo Centro Democrático, partido político de Álvaro Uribe Vélez. O triunfo de Duque contribui para o fortalecimento do Uríbismo na Colômbia, porque com sua vitória se reafirma o fenômeno eleitoral dos últimos 10 anos "el que diga Uribe"<sup>73</sup>.

O governo Duque continuou o lineamento de seus antecessores enquanto a implementação de reformas neoliberais. Desta forma, Duque sublinha uma maior participação do setor privado nas bases do seu Plano de Desenvolvimento, denominado 'Um pacto pela legalidade, empreendedorismo e equidade'. Diante disso, aconteceram os maiores protestos sociais de todos os setores no âmbito da Greve Nacional do ano de 2021. As ações da polícia, principalmente da ESMAD, tiveram ações contra a população civil, das quais resultaram 80<sup>74</sup> vítimas de violência homicida.

Essas ações de violência do Estado colombiano contra a população civil não surpreenderam os colombianos, pois, Duque fez campanha quase exclusivamente com as credenciais de Uribe. Apropriando-se de sua imagem e seu discurso, reforçou a ideia de que as coisas pioraram na Colômbia desde a saída do ex-presidente Uribe, referindo-se em específico ao Acordo da Paz assinado entre o Governo Santos e as FARC-EP. No discurso de campanha sobre a implementação do Acordo destacou que “não podemos chegar ao ponto de destruir tudo, nem ser complacentes com o que foi combinado”<sup>75</sup>.

Em 2018, Ivan Márquez, segundo no comando das extintas FARC-EP, anuncia a constituição de uma nova guerrilha diante das ações do novo governo alegando descumprimento do que foi assinado no Acordo da Paz em Havana. Diante disso, o presidente Duque solicitou a retirada imediata dos dissidentes da Jurisdição Especial para a Paz (JEP), a este respeito, Juan Manuel Santos, ex-presidente, expressou em sua conta no Twitter: “90% das FARC ainda estão em processo de paz. Temos que continuar cumprindo-lhes. Os desertores devem ser reprimidos com toda a força! A batalha pela paz não pára!”.

---

<sup>73</sup> Traduzida ao português como “aquele que diz Uribe” no contexto colombiano, a expressão se refere ao posicionamento dos cidadãos diante da intenção do voto nas eleições presidenciais.

<sup>74</sup> Listado de las 80 víctimas de violencia homicida en el marco del paro nacional al 23 de julio. Observatorio de DDHH, conflictividades y paz. Disponível em: <<https://indepaz.org.co/victimas-de-violencia-homicida-en-el-marco-del-paro-nacional/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

<sup>75</sup> Los presidenciables del 2018 se comprometieron. Periodico Nova Et Vetera, 25 de maio. de 2017. Disponível em: <<https://www.urosario.edu.co/Periodico-Nova-Et-Vetera/Actualidad-Rosarista/A-que-se-comprometen-los-Presidenciables-2018/#TabsPresidenciables>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

Segundo o Alto Conselheiro de Estabilização e Consolidação, Emílio José Archila, a implementação dos acordos deve ser executada durante três gestões presidenciais consecutivas, ou seja, 15 anos, devido à forma como foram legalmente incorporados à Constituição, portanto, o Governo de Iván Duque reiterou a decisão política do presidente em cumprir o Acordo.

Já se passaram seis anos desde a assinatura do Acordo de Paz e, embora não exista mais as FARC-EP guerrilha que atuou por mais de cinco décadas e ocupou grande parte do território nacional, as massas populares da sociedade colombiana continuam sofrendo as ações violentas dos mesmos atores com mais de sessenta anos, as forças militares colombianas, grupos guerrilheiros, grupos paramilitares e grupos de narcotraficantes.

Legalmente, a paz se constituiu como um direito a partir da Constituição Política de 1991, no sistema educacional colombiano promove-se a educação para a paz, nesse sentido a Lei Geral da Educação de 1994 apresenta objetivos de formação dos cidadãos, participação democrática, direitos humanos. Em 2014 foi decretado o ensino da Cátedra da Paz e posteriormente em 2016 foram estabelecidas diretrizes dentro dos pontos do Acordo de Paz para abordar políticas educacionais que atendam aos objetivos já estabelecidos na Lei Geral de Educação.

Nenhuma das leis e políticas educacionais decorrentes do Acordo da Paz abordam a compreensão da paz a partir de uma perspectiva de classe, como também não apontam os interesses antagônicos que sustentam o conflito. Sem essa análise, as políticas promovem uma ideia abstrata de paz, desvinculada de suas condições concretas de disputa. Nesse sentido, as políticas educacionais promovidas para educar para a paz e promover a participação democrática não trazem à discussão os interesses políticos e econômicos que causaram e perpetuam o conflito armado colombiano.

Para finalizar este capítulo, cabe destacar que na Colômbia a democratização social e política continua sendo uma realidade utópica. O Estado colombiano perpetua por meio dos aparatos ideológicos a hegemonia das classes dominantes e coloca a seu serviço seu aparelho coercitivo para oprimir as classes subalternas. Nesse sentido, as políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz se configuram a partir do projeto ideológico que beneficia os interesses das classes dominantes.

A educação para a paz continua sendo ensinada nas escolas enquanto a sociedade colombiana sofre o conflito armado interno. Pretende-se uma construção social em paralelo



com a violência, a desigualdade social e a ausência do Estado para as minorias. Diante disso, cabe-nos examinar as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo.

A seguir, no Capítulo 4, apresenta-se a construção da metodologia da pesquisa empírica e a análise dos dados empíricos da pesquisa com relação à análise documental das políticas educacionais decorrentes do marco jurídico do Acordo de Paz assinado entre o governo Juan Manuel Santos e as FARC-EP, implementadas pelo Ministério da Educação Nacional nas escolas colombianas.

## CAPÍTULO 4- AS GARDÊNIAS: ESCOLA NO PÓS-ACORDO

Já há mais de três décadas Jaime Bateman Cayón, comandante do M-19<sup>76</sup>, considerando que “quem ganha a batalha pela paz ganha a guerra”, levantou o problema da paz nos seguintes termos:

A paz acaba com os combates de guerrilha? Ou é paz que quatrocentas crianças por dia parem de morrer? O que é paz? É paz que dois milhões de pessoas famintas e desesperadas continuem a vagar pelas capitais do país? A paz é que as pessoas têm que fazer ranchos como os feitos nas grandes cidades da Colômbia? É paz que 70% da população colombiana ainda esteja subnutrida? A paz passa pela justiça social, é aí que a paz acontece (BATEMAN, 1983).

Após da assinatura do Acordo da Paz entre a guerrilha das FARC-EP e o governo colombiano, o conflito armado, a violência social e política persiste na vida de muitos colombianos. Com o passar do tempo, seus atores se configuram e as populações vítimas continuam sendo, em maior medida, camponeses e comunidades negras e indígenas. Tendo em vista que, Estado é o Estado de uma classe particular, a classe dominante, o estado colombiano continua promovendo iniciativas político-ideológicas que favoreçam a conservação de domínio da oligarquia colombiana.

Nesse sentido, são de grande importância as reflexões e contribuições do Antônio Gramsci em relação ao papel da educação na construção da hegemonia do grupo dominante. Nas primeiras décadas do século XX face às reformas fascistas e o ingresso da Itália na guerra, Gramsci dedicou-se a refletir sobre os fins da educação e a organização da escola, segundo ele, a escola é o instrumento para formar intelectuais, diante disso, defende uma sociedade na qual os filhos dos trabalhadores possam ter acesso a uma educação que permita o surgimento de um novo intelectual, proveniente da classe trabalhadora e envolvido nas lutas de sua classe orgânica. Nesse sentido, afirma:

[...] os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade de melhor modo possível e, por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com olho certo e a mão firme [...] (GRAMSCI, 2004, p. 74-75).

Gramsci atribui à educação o papel de formar o cidadão, e, nesse sentido, a educação desempenha um papel político na sociedade e poderia contribuir na superação do

---

<sup>76</sup> O Movimento 19 de abril, M-19, era uma organização guerrilheira urbana colombiana que surgiu após as irregularidades nas eleições presidenciais de 19 de abril de 1970 e participou do conflito armado interno na Colômbia desde 1974 até sua desmobilização em 1990.

senso comum. No entanto, numa sociedade formada por classes antagônicas, a educação torna-se um campo de disputa do grupo dominante a fim de disseminar sua ideologia, contribuir a seus interesses e perpetuar sua hegemonia.

Consequentemente, segundo ele, a educação pode contribuir na revolução por meio de uma reforma intelectual e moral da sociedade. Para que isso ocorra, é preciso que se instaure uma educação das massas, além das escolas, permeando diferentes aspectos da vida do trabalhador, na qual ele possa ter um melhor desenvolvimento na política, por meio da elevação cultural dos trabalhadores.

Dessa forma, a educação assume um papel importante que atua nas relações entre sociedade política e sociedade civil, uma vez que esta pode possibilitar ou não uma formação que colabore na melhoria da condição da classe operária. Para Gramsci isto é possível quando os fins da educação estão voltados para uma formação humana. Assim, ele propõe a escola unitária em que a formação humana seja a base que se complementa com a formação intelectual e profissional:

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, ‘humanismo’, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 1991, p. 121).

Contudo, em uma sociedade regulada por interesses econômicos, os princípios educacionais não ocorrem desvinculados dessa realidade em que há evidências de uma divisão de classes em termos de condições e oportunidades de acesso e tipo de educação recebida, cujos interesses econômicos da classe dominante são privilegiados, Gramsci aponta que:

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ (não imediatamente interessada) e ‘formativa’ ... escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (2004, p.33).

Para Gramsci a luta pelo controle hegemônico das classes é ideológica e se dá principalmente na sociedade civil, uma vez que nela encontram-se todas as instituições compreendendo escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e meios de comunicação que servem para difundir as ideologias (Gramsci, 2020).

Após a análise documental das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz no capítulo anterior, cabe-nos a constatação de como essas políticas estão sendo implementadas na escola. Desse modo, este capítulo visa examinar as estratégias implementadas na escola para

concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo. A análise buscará cotejar políticas educacionais do Acordo de Paz com os dados da pesquisa empírica, de modo a evidenciar as contradições na materialidade da vida.

#### 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EMPÍRICA

A perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais embasada nas formulações marxianas e marxistas, fundamenta-se no Materialismo Histórico Dialético (MHD), perspectiva que segundo Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (2008, p. 47), assim, as formações socioeconômicas e as relações de produção são os verdadeiros fundamentos das sociedades existentes no decorrer da história.

É pertinente destacar que Karl Marx nunca desenvolveu qualquer ensaio sobre seu próprio método dialético. No entanto, no Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx dá o critério de sua perspectiva teórico-metodológica:

O resultado geral a que cheguei é que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Outra orientação metodológica de Marx aparece no Posfácio à segunda edição alemã do volume 1 de O Capital,

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 118).

O Materialismo Histórico Dialético distingue-se epistemologicamente, a partir da relação entre sujeito-objeto, trata-se, pois, de um movimento dialético, onde o homem só pode ser compreendido em sua relação próxima e contínua com a natureza e o mundo material, em seus diversos âmbitos e principalmente como ser social. Desse modo, as pesquisas em políticas

educacionais sob à luz da epistemologia marxiana estão correlacionadas a um projeto revolucionário para a emancipação humana, portanto, procuram explicar a realidade para transformá-la.

A pesquisa fundamenta-se na perspectiva epistemológica do MHD, fazendo a opção pelo posicionamento epistemológico<sup>77</sup> gramsciano, com uma posição crítica radical da sociedade, o Estado e a educação, empenhando-se a respeito do desenvolvimento de pesquisas sob a luz da teoria gramsciana, Flach (2020) aponta que

[...]pressupõe a compreensão da realidade, mas esta não ocorre de forma imediata ou sem um esforço intelectual do pesquisador. Esse esforço intelectual requer clareza teórica que expresse uma visão de mundo coerente, que compreenda as contradições da realidade e que, a partir dessas questões, tenha o compromisso com a transformação radical das condições em que vivem os indivíduos. Sem esse esforço, a realização de pesquisas pode estar fadada às prateleiras das bibliotecas, ao círculo fechado de discussões idealistas que cumprem apenas um objetivo formal, sem a devida intervenção social (FLACH, 2020, p. 6).

A partir da teoria gramsciana, a educação cumpre uma função ético-político para o Estado, o qual estabelece o projeto de formação do cidadão, ou seja, o projeto civilizacional. Nesse sentido, considera-se a escola como uma das instituições da sociedade civil, na qual são difundidas as concepções de mundo das classes dominantes. Desse modo, concretiza-se a formação de uma vontade coletiva nacional representando as ideias das classes dominantes como valores universais. Contudo, a escola como espaço dinâmico e social configurada a partir das contradições da sociedade capitalista pode-se ligar a um projeto revolucionário de sociedade.

Quanto ao enfoque epistemológico<sup>78</sup>, considera-se que os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa fundamentada no MHD, sob a condição de explicar a realidade para depois entendê-la, pois a verdadeira compreensão só acontece a partir do contato com a realidade material. Diante disso, a pesquisa empírica é indispensável para analisar a implementação das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz nas escolas a partir da realidade concreta.

---

<sup>77</sup> Segundo Tello e Mainardes, “O posicionamento epistemológico deriva da própria perspectiva epistemológica ou deveria resultar em uma pesquisa coerente e consistente [...] neste sentido, o posicionamento epistemológico se converte em posicionamento ético-político do pesquisador, inerente ao seu posicionamento ontológico como o modo de compreender o mundo” (2015, p. 157).

<sup>78</sup> O enfoque epistemológico “[...] é o modo em que se constrói metodologicamente a pesquisa a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e de um posicionamento epistemológico” (TELLO; MAINARDES, 2015, p. 157).

Em relação à análise do objeto de estudo desta pesquisa, observou-se que Flach (2020) sob a luz dos ensinamentos de Antônio Gramsci, propõe para a análise de políticas educacionais alguns pressupostos, sendo eles: a investigação da realidade social e política em sua complexidade histórica; o conhecimento e domínio de algumas categorias gramscianas; e o compromisso com o processo revolucionário.

Assim, para a análise do objeto de estudo desta pesquisa, as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz, as categorias gramscianas “Estado” e “hegemonia” possibilitam uma compreensão mais ampla do Estado colombiano, como também dos interesses das classes dominantes que atuam na esfera da sociedade civil e na sociedade política, não perdendo de vista o objetivo geral<sup>79</sup> da pesquisa.

Para Gramsci, “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2020, p. 244). Sobre essa questão, Coutinho (1989) esclarece que a noção de Gramsci se refere ao Estado ampliado, ou amplo, onde coexistem duas esferas, a sociedade política, “[...] formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva, legislativa e policial-militar [...]”, e a sociedade civil, formada “[...] pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias [...]” (COUTINHO, 1989, p. 76).

Segundo Gramsci, o Estado deve ser entendido “[...] além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (2020, p. 258), assim, as classes dominantes servem-se do Estado para a consolidação da hegemonia, de modo que conseguem estabelecer sua direção ou liderança ideológica sobre as demais classes sociais. Gramsci confere à escola um papel preponderante no aparato hegemônico, pois é aquela que abrange um raio de ação mais amplo no processo de disseminação da ideologia da classe dominante, condição essencial para a manutenção do poder.

Nessa perspectiva, a escola e seus atores tornaram-se evidentemente relevantes no processo de constatação das políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as FARC-EP, uma vez que se incentivam processos educativos nas escolas para

---

<sup>79</sup> Desvelar as contradições das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a construção da paz na Colômbia, objetivo desta tese.

"garantir a criação e o fortalecimento de uma cultura de paz na Colômbia" (Lei 1.732 de 2015). Desse modo, se privilegia a formação de um cidadão que responda ao projeto de sociedade das classes dominantes, sendo indispensável o consenso ou consentimento das classes subalternas para a consolidação da hegemonia.

A implementação das políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz proposto pelo Governo contém diretrizes gerais e não atendem às necessidades particulares dos sujeitos que fazem parte dos diferentes modelos educacionais oferecidos no país. Portanto, a implementação destas políticas pode variar nas escolas da cidade, nas escolas localizadas na zona rural, nas escolas particulares ou públicas. Nesse sentido, essas políticas desconhecem as particularidades e necessidades das crianças e jovens, conseqüentemente, as intenções pedagógicas e didáticas estão sujeitas a concepção de paz e pós-acordo da comunidade educativa.

Tendo em conta que o objetivo deste capítulo é examinar as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz, optou-se por escolher a Instituição Educativa Distrital As Gardênias<sup>80</sup>, localizada na comunidade denominada *As Gardênias*, na cidade de Barranquilla- Colômbia, cuja população está composta por vítimas e ex-combatentes do conflito armado.

A pesquisa de natureza qualitativa se propôs compreender um fenômeno da realidade social a partir dos sujeitos e seus processos de socialização e subjetivação em torno das políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz e envolveu os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica e análise documental<sup>81</sup> das políticas educacionais decorrentes do marco jurídico do Acordo de Paz, assinado entre o governo Juan Manuel Santos e as FARC-EP implementadas pelo Ministério da Educação Nacional; b) pesquisa empírica por meio de entrevistas com docentes, gestores escolares<sup>82</sup> e pais/ responsáveis de família da IED As Gardênias. O contato com os participantes para a coleta de dados deu-se por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente na escola.

A pesquisa empírica constituiu-se em três fases expressas no Quadro 4 a seguir.

---

<sup>80</sup> Em diante IED As Gardênias.

<sup>81</sup> Objetivo do capítulo três desta investigação.

<sup>82</sup> Por gestores escolares estamos entendendo o diretor, coordenador pedagógico e psicóloga da escola pesquisada.

Quadro 4 – Fases da pesquisa empírica

|  |   |
|--|---|
| Primeira fase                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Conversações com o diretor da Instituição Educativa As Gardêneas, para obter autorização para a coleta de dados e a colaboração da instituição no processo investigativo.</li> <li>● Desenho prévio do roteiro<sup>83</sup> de três entrevistas semiestruturadas, correspondentes a cada um dos sujeitos a serem entrevistados.</li> <li>● Submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa.</li> </ul>   |
| Segunda fase<br>Trabalho de campo                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Reunião e apresentação do plano de implementação das entrevistas e questionários ao reitor da instituição para sugestões e aprovação deste.</li> <li>● Seleção dos sujeitos a serem entrevistados de acordo com as considerações do reitor, foram escolhidos os professores de ciências sociais e diretores de grupo de ensino médio para as entrevistas, e alguns pais ou responsáveis. Levamos em consideração que devido a situação de violência que se vive nessa comunidade, um dos critérios que estabelecemos foi a disponibilidade do sujeito para participar e contribuir na pesquisa.</li> <li>● Agendamento com cada um dos sujeitos participantes da pesquisa para aplicação do instrumento.</li> <li>● Assinatura do consentimento para participação na pesquisa e aplicação do instrumento.</li> </ul> |
| Terceira fase<br>Processamento e análise dos dados | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Organização sistemática dos dados obtidos.</li> <li>● Transcrição e tradução para o português dos áudios das entrevistas.</li> <li>● Leitura na íntegra das entrevistas.</li> <li>● Organização das informações com enfoque nas passagens de texto destacando ideias relevantes para a pesquisa.</li> <li>● Identificação de semelhanças e diferenças entre os dados.</li> <li>● Construção de conexões a partir de comentários ou ideias e hipóteses de acordo com as categorias estabelecidas.</li> </ul>  |

Fonte: Dados da pesquisa, organizados pela autora (2021).

As perguntas das entrevistas foram norteadas por blocos de questões que visam evidenciar: a) Posicionamento sobre a relação entre o conflito armado e as questões sociais e educacionais; b) Percepção sobre as políticas educativas pós Acordo de Paz; e, c) Posicionamento sobre a situação atual do Acordo de Paz. A amostra ficou composta por 5 Gestores Acadêmicos<sup>84</sup>, 6 Professores da área de Ciências Sociais<sup>85</sup>, 12 Pais ou responsáveis de família.

Para a identificação das respostas emitidas pelos respondentes desta pesquisa, adotou-se os seguintes critérios de numeração para os pais e/o responsáveis (Sujeitos de 1 até 12), Gestores Acadêmicos (de 1 até 5), professores da área de Ciências Sociais (de 1 até 7).

<sup>83</sup> Roteiros dos questionários e entrevistas estão relacionados no apêndice B. O Roteiro de entrevistas foi elaborado nas línguas portuguesa e espanhola para a submissão à Plataforma Brasil. No entanto, apenas o roteiro no Espanhol foi utilizado para a coleta de dados.

<sup>84</sup> Por gestores escolares estamos entendendo o diretor, coordenador pedagógico e psicóloga da escola pesquisada.

<sup>85</sup> A experiência no campo mostrou que a educação para a paz está relacionada principalmente as temáticas da área das Ciências Sociais.



Esse critério foi adotado como princípio ético, para o respeito ao anonimato dos respondentes da pesquisa.

As entrevistas e questionários forneceram informações precisas para abordar a investigação de forma exploratória e descritiva do objeto de estudo, uma vez que a partir do ponto de vista dos sujeitos entrevistados nos quais as políticas contempladas no Acordo de Paz impactam diretamente, especialmente aquelas relacionadas à educação, contribuíram com dados, opiniões e avaliações sobre as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz implementadas na I.E.D As Gardênias.

Ressalta-se que o número inicial de participantes escolhido para fins de aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética, era maior, no entanto, devido à delicada situação por conta violência derivada do conflito armado que ainda persiste na Colômbia e da qual a comunidade das Gardênias é vítima, pais e responsáveis, mostraram-se evasivos em responder aos questionários e entrevistas, uma vez que, evitam falar sobre qualquer assunto relacionado ao conflito armado e ao Acordo de Paz.

Destaca-se a colaboração do reitor e da comunidade educativa em geral, que foram muito atenciosos e permitiram que a pesquisadora se inserisse naturalmente na Instituição, como se fosse integrante do corpo docente, por um período de três meses. Graças a essa colaboração, as entrevistas e questionários foram aplicados sem contratempos.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA DA PESQUISA

Na Colômbia, o departamento do Atlântico tem um total de mais de 173 mil vítimas, representadas em quase 7% da população. Na capital Barranquilla, encontra-se a escola “As Gardênias”, sendo criada para atender a população da comunidade de mesmo nome, na qual convivem vítimas do conflito (deslocados), filhos de ex-combatentes, sendo uma escola que concentra em um mesmo espaço diversos atores do conflito, forma um cenário ideal para desenvolver a pesquisa.

Dentro das políticas públicas, o Estado colombiano contempla o acesso à moradia de interesse social e prioritário às vítimas do conflito armado incluídos no Cadastro Único de Vítimas (RUV) da Unidade de Distribuição de Vítimas e desmobilizados dentro do programa de reinserção social. Nesse sentido, a política habitacional do governo tornou-se simultaneamente (i) um instrumento de reparação integral para as vítimas do conflito armado e

(ii) uma política de acesso à moradia para membros das Forças Armadas e reinseridos dos processos de negociação de paz promovida pelo executivo nacional; com o qual adquiriu uma dimensão multi-significante como política pública social (MUÑOZ, 2016, p. 47).

**FIGURA 8- Comunidade das Gardêneas**



**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2021).**

A Urbanização As Gardêneas, faz parte dos projetos habitacionais prioritários e de interesse social<sup>86</sup> promovidos pelo governo colombiano no território nacional para a reparação integral às vítimas do conflito armado. Organizada estruturalmente em condomínios residenciais fechados, cada condomínio conta com 20 a 35 torres, salões comunitários e parques verdes. Cada torre possui cinco andares e cada apartamento possui dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, no entanto cada apartamento tem a área média de 41,32 m<sup>2</sup>. Ao respeito uma de suas moradoras comenta:

43 metros quadrados, dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Imagina, isso não é nada. E na cozinha tem a área de serviço, que nada mais é do que a lavanderia. É pequeno, por exemplo, cresci numa casa grande com pátio, com árvores frutíferas, naquele era feliz debaixo daquelas árvores e quando cheguei aqui, era como e onde vou abrir a roupa (SUJEITO 1, 2020).

Muitas famílias sofreram um choque emocional ao chegar a urbanização As Gardêneas, pois tiveram que se adaptar aos novos costumes e espaços, já que suas moradias eram geralmente casas e localizadas em áreas rurais, o que lhes proporcionou outros espaços para o cultivo ou cuidado aos animais.

<sup>86</sup> Através dos Decretos 2.164 de 2013 e 2.726 de 2014, expedidos pelo Ministério da Habitação, Cidade e Território

A líder comunitária do condomínio onze relata:

Quando isso começou, eu lembro que quando foi entregue o grupo nove, que foi o primeiro, tinha gente com suas galinhas, eles choravam e diziam ‘eu não quero ficar aqui’, e um era como meu deus! Eu lembro que eu falei, só naquele grupo, quando eles entregaram e entregaram minha cunhada lá e aquela senhora chorou e eu a acariciei e falei que não, mas olha só... e ela disse, mas eu tinha minha pequena fazenda, eu tinha meus bichinhos, aqui não posso ter isso, não posso ter o outro, já me falaram que não posso nem ter cachorro (SUJEITO 1, 2020).

Esses cidadãos são afastados de suas raízes familiares, sociais e culturais, passam a vivenciar um estranhamento que afeta sua identidade. Essa perda é desenraizamento, o que tem consequências para a socialização e a psicologia da pessoa e da comunidade. Muitos deles se desconhecem como vítimas do conflito armado. Como expõem os professores:

As pessoas que tinham fazendas, por motivos de violência, tinham que viver nas condições dos apartamentos. Algumas outras pessoas da cidade dizem ‘Ah, mas deram-lhes um apartamento’. ‘Eles têm isso ou aquilo’, não, eles não entendem aquela situação de desenraizamento. Perda da identidade cultural (PROFESSOR 2, 2020).

Apesar de ser uma escola pós-conflito, muitas vezes os meninos não se reconhecem como deslocados, você é deslocado? Não, não. Mas quando se olha para ver, que para os Jovens em Ação ou para algum tipo de subsídio para a população deslocada, sim, minha mãe foi deslocada, e eu digo a eles, mesmo que você não tenha sido deslocado diretamente, seu pai foi deslocado, a unidade familiar faz parte do fato de você estar deslocado e, portanto, deve permanecer dentro do cadastro único de vítimas. Então, como não há assimilação da condição de deslocado, não há reconhecimento dessa condição, além de que são sujeitos de direito, recebem moradia, recebem educação, a mesma universidade tem um por cento para as vítimas, têm que se diferenciar para ingressar na universidade, sendo vítima do conflito (PROFESSOR 4, 2020).

Projetadas inicialmente como um desenvolvimento urbano para famílias vulneráveis, oito anos após sua construção, graves problemas de convivência prevalecem neste setor devido ao tráfico de drogas e confrontos entre as gangues. O que gera a estigmatização de populações vulneráveis como violentas. Conseqüentemente, pela violência que se vivencia nas Gardênias o propósito de proteger as vítimas do conflito armado não estaria sendo atendido, por essa situação muitos dos beneficiários preferem alugar seus apartamentos embora seja proibido ir para outro lugar. Nesse contexto é importante destacar que no ano 2021 cerca de 2000 famílias já tinham abandonado a urbanização<sup>87</sup>. Aqueles que optam em permanecer, sabem o risco existente para suas famílias em razão desses enfrentamentos, tais como, problemas de saúde, problemas emocionais e até a morte, como expressam os seguintes moradores:

[...]. Pelas brigas, eu estava ficando doente e senti minha pressão disparar, por causa dos meus nervos, então pensei que estava doente, quando viram os médicos fizeram

<sup>87</sup>Al menos 2.000 familias han salido de Las Gardenias en Barranquilla por enfrentamientos a bala. **Blu Radio**. Disponível em: <<https://www.bluradio.com/blu360/caribe/al-menos-2-000-familias-han-tenido-que-salir-de-las-gardenias-en-barranquilla-por-enfrentamientos-a-bala>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

dois eletros, não saiu nada, mas os sintomas eram perigosos e nada veio para fora, então já comecei a colocar a caixa de som, mas bem baixo dentro do apartamento, para não ouvir o barulho que eles fazem nas brigas (SUJEITO 5, 2020).

Aqui mataram um jovem. Quando começou o enfrentamento entre as gangues, ele estava com duas meninas conversando, quando a peñonera<sup>88</sup> começou elas entraram, ele ficou lá, quando uma pedra caiu sobre ele e ele disse, o quê? Eles vão me bater, e ele ficou lá, quando o cara da segunda torre sacou uma espingarda e o acertou, matando-o. (SUJEITO 4, 2020).

Meus filhos, eles ficam entediados, porque eles dizem, não podemos sair ou brincar ou qualquer coisa, e bem, se isso me deixa triste, porque esta fase está chegando ao fim, então minha aspiração, meu desejo é que, com o favor de Deus, vamos sair daqui, não por causa dos condomínios, porque os condomínios não são ruins, se não pelas pessoas que o habitam (SUJEITO 4, 2020).

A dinâmica dos confrontos é um dos problemas de convivência que se transformam em crimes contra a vida, na medida em que da base comunitária persistem conflitos não resolvidos. Nessa comunidade, os conflitos entre vizinhos são repetitivos, discussões e brigas devem ser interpostas por policiais para evitar ataques fatais entre os envolvidos, além disso, as gangues disputam entre si por territórios, o tráfico de drogas e roubos são frequentes neste conjunto habitacional. Por causa dos constantes confrontos entre gangues formadas por jovens que disputam áreas para venda de drogas ilícitas, os ocupantes dos apartamentos atingidos tiveram que proteger as janelas com barricadas de madeira ou papelão, conforme pode ser observado na figura a seguir:

**FIGURA 9- Comunidade das Gardênia**



**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2021).**

Os confrontos entre membros de gangues têm sido um dos problemas que mais atinge os moradores dessa urbanização, por isso, alguns moradores do setor solicitaram a

---

<sup>88</sup> Jogar pedras.

construção de uma unidade policial -CAI<sup>89</sup> na avenida localizada em frente ao conjunto habitacional, bem como a intervenção das autoridades civis para tentar erradicar a venda e consumo de substâncias alucinógenas dentro dos condomínios. Este CAI começou a funcionar em meados de 2019, no entanto, os confrontos entre gangues persistem. Os professores da IED As Gardênias consideram necessária a presença policial como agente socializador de práticas para a boa convivência.

Ter mais apoio das autoridades, porque temos um CAI aqui perto e francamente, muito raramente você sente a presença deles, ultimamente sim, porque quando as aulas começaram, eles estavam aqui, mas você nunca mais os vê, ou quando eles entram a polícia da infância e adolescência para fazer uma revisão aqui com eles que trazem os cães e isso, no ano passado, acho que foi feito apenas uma vez. Simples assim, mas que eles venham dar palestras de treinamento para os meninos, que eu me lembro, apenas uma vez, e foi em 2017 ou 2018 no início, a partir daí, nada mais, e eu acho, que eles deveriam chegar aqui também, para que eles os vejam não apenas como aqueles que vêm para parar as brigas, ou vêm bater nas pessoas, quando a situação sai do controle, mas que chegam a uma situação totalmente diferente (PROFESSOR 6, 2020).

O ex-sargento da Polícia Metropolitana de Barranquilla Zoilo Asprilla, agora funcionário do Escritório de Segurança Cidadã e Convivência do Distrito, comenta que o Estado é o responsável pelas situações que são vivenciadas nas Gardênias, ao respeito diz “Em poucos hectares eles colocam pessoas com problemas sociais, deslocados, desmobilizados, afetados pela onda de inverno de 2010 e pessoas em extrema pobreza. Aí estão todos. O Estado não preparou essas pessoas para viver em comunidade”.

Nesse sentido, Misael Delgado, coordenador da Comissão Departamental de Vítimas do Atlântico, afirmou que:

A situação obrigou muitos dos beneficiários a alugar seus apartamentos e ir para outro lugar. Nunca houve um planejamento adequado porque quando estes apartamentos foram entregues, o comitê de realocação e retorno nunca foi consultado; muito menos foi socializado com as mesas de vítimas e, portanto, a afetação que vem ocorrendo. Este projeto veio a se deteriorar e violar mais direitos, foi proposto da Mesa estabelecer ações contra o Estado porque os habitantes de As Gardênias estão sendo revitimizados. A primeira coisa que vamos fazer é nos reunir com o Ministério Público para pedir sua opinião. Providencie ações com advogados de direitos humanos, porque temos pessoas que dizem que não querem estar lá e a obrigação estabelecida pelo Estado é que as pessoas fiquem lá por dez anos para obter um título de propriedade (DELGADO, 2017).

A revitimização é um fenômeno que ocorre nesta comunidade, a partir do momento em que o governo colombiano implementa políticas que cumprem legalmente os Acordos de Paz, mas não levam em conta as necessidades das vítimas do conflito e seus direitos acabam

---

<sup>89</sup> Os Comandos de Atenção Imediata (CAI) são unidades de menor jurisdição da Polícia Nacional da Colômbia.

sendo violados, especialmente quando surgem situações que colocam as pessoas em risco de serem novamente atingidas pela violência.

Eles se sentem assim quando sentem que seus direitos estão sendo violados, os direitos que eles têm como vítimas. Algo que o governo nacional fez de repente está bem, e ao mesmo tempo se está olhando de uma perspectiva errada, porque eles, ok, eles vêm de lugares diferentes, onde de repente eles estavam bem economicamente e tiveram que deixar suas terras, seus animais, suas famílias, por virem se instalar, como dizem, mais de um diz, em uma caixa de fósforos, então eles sentem que dessa forma já estão violando seus direitos. Ou seja, eles estão revitimizando-os porque não era aquele espaço que eles queriam, porque eles precisavam de outro espaço, ou porque eles vêm de repente, desculpe a expressão, e me enfiam aqui em um apartamento e eu venho fugindo da violência e que eu vejo aqui é mais violência. Então eles sentem que estão sendo vitimizados novamente nesse tipo de situação (SUJEITO 1, 2020).

Neste caso foi responsabilidade do Estado, porque justamente quando eles começaram a fornecer esse tipo de moradia, eles tinham que fazer o que vocês estão fazendo<sup>90</sup>, não se pode discriminar, mas não parece justo que meu filho tenha que morar ao lado um menino que consome vício, que você tem que fechar todas as janelas porque sua casa cheira a maconha e vê comportamentos que você não deveria ver, então não me parece justo que isso tenha acontecido comigo (SUJEITO 10, 2020).

Contudo, ter um lar para morar, por vezes é considerado uma benção no meio das dificuldades que vivenciam algumas famílias,

Fiquei feliz, porque sonhei com um apartamento, de olhar assim pela minha janela, e no dia que me deram aquele apartamento, chorei, porque no dia em que deram ao meu marido, fiz aniversário dois dias depois, e meu marido me disse, pegue meu amor, este é seu presente de aniversário. Estou aqui, estou feliz, bem os vizinhos, os da minha torre, estão unidos, porque já rebocamos os quatro apartamentos (SUJEITO 4, 2020).

Por ser uma comunidade que reúne pessoas deslocadas pela violência e ex-combatentes do conflito armado, são estigmatizadas como área perigosa. As lideranças dos dez condomínios que conformam As Gardênias, cansados pela estigmatização e denúncias, se comprometeram a desenvolver ações para promover a convivência pacífica e incentivar a segurança entre os moradores nos dez condomínios.

O Distrito de Barranquilla e seu Gabinete de Segurança Cidadã promovem o programa *Volte e jogue* com uma equipe de assistentes sociais, sociólogos e psicólogos. São realizados acompanhamentos para todos os grupos juvenis que desejam ingressar no processo de superação de conflitos.

Com o objetivo de vincular e empoderar os jovens da urbanização As Gardênias em processos de liderança juvenil, a Secretaria Distrital de Gestão Social, do programa Construção da Paz, Assistência às Vítimas e Reconciliação com Perspectiva do Direito, empreendeu um projeto de reconstrução social. Representantes dos grupos juvenis dos condomínios 3 e 4

---

<sup>90</sup> Referente às questões de caracterização da entrevista aplicada nesta pesquisa.

iniciaram uma nova etapa na construção de um futuro melhor, a serviço da convivência saudável na comunidade.

Para contribuir para a estabilização social e sustentabilidade da urbanização As Gardêneas, entre fevereiro de 2019 e julho de 2020, o Ministério da Habitação associou-se com a Corporação Responder para aprimorar o processo de organização comunitária. No âmbito deste processo, foram organizados 10 condomínios e elaborado um manual de convivência devido ao elevado número de reclamações por conflitos entre vizinhos.

A Urbanização As Gardêneas se configura como um cenário de reformulação do conflito armado colombiano, e é neste cenário que se localiza a Instituição Pública Educativa As Gardêneas<sup>91</sup>, para atender a população da urbanização. A instituição iniciou as atividades acadêmicas em 2017, quatro anos após a entrega dos apartamentos da urbanização As Gardêneas. Sendo de caráter oficial e misto, oferece os níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Conta com 60 professores, 30 salas regulares, cozinha com frio, seco e confeitaria, enfermaria, quadra múltipla e refeitório. Mesmo sendo considerada como Mega colégio, pela quantidade de alunos que pode atender, não é suficiente pois a comunidade da urbanização As Gardêneas é muito maior.

Este ano nas pesquisas uma das perguntas era: com quantas pessoas você mora no apartamento? e na grande maioria, o grande percentual ficou entre 4 e 5 pessoas em um apartamento que possui apenas dois quartos, sendo o outro percentual seguido de 2 e 3 e o terceiro lugar mais de 5 pessoas, ou seja, se somarmos o de quatro e cinco com mais de cinco, é mais de 70% da população das Gardêneas, praticante há uma superlotação nesses apartamentos, aqui temos mais de 2.000 alunos e as Gardêneas tem mais de 10.000 pessoas (PROFESSOR 7, 2020).

Por parte da Secretaria de Educação a instituição conta com programas que contribuem para a qualidade educacional, como: Metodologia de Cingapura, Sua rota para a U, Fortalecimento Acadêmico, Gestores de Convivência, Programa de Leitura e Escrita.

A instituição possui uma ampla estrutura de dois grandes blocos que ficam um na frente do outro e um terceiro bloco no final que os une formando um U, as salas de aula são espaçosas e as paredes não possuem janelas, mas sim vãos por onde a luz entra, iluminação e circulação do vento, conforme pode ser observado na figura abaixo.

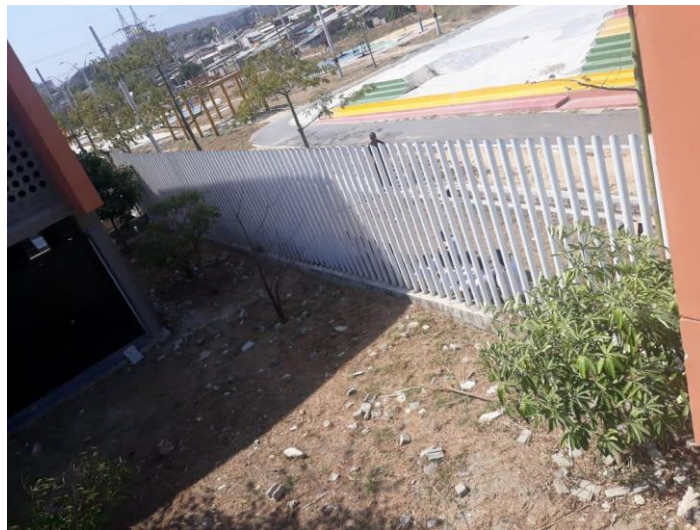
---

<sup>91</sup>A instituição educativa As Gardêneas conta com um perfil em facebook: <https://www.facebook.com/lasgardeniasIED> e site web: <https://www.lasgardenias.edu.co/#top>

**FIGURA 10- IED As Gardêneas**

**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2021).**

Encontra-se localizada na frente dos condomínios dez e onze e ao lado dos condôminos sete e oito. Devido ao estilo aberto que caracteriza a infraestrutura da instituição, fica exposta durante os confrontos entre as gangues, que geralmente ocorrem no período da tarde-noite, atingindo as áreas internas.

**FIGURA 11- IED As Gardêneas**

**Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pela autora (2021).**

No decorrer da jornada acadêmica, os professores devem monitorar as áreas que margeiam a parte externa, pois a instituição é cercada por barras, deixando espaços que são utilizados pelos traficantes para comercializar drogas dentro da instituição. As situações de violência que se vivenciam na comunidade atingem os espaços escolares, como nos relata um dos gestores acadêmicos.



Quando iniciamos as atividades acadêmicas, desconhecíamos a realidade da comunidade, ou seja, sabíamos pelas notícias nos jornais que o clima aqui era pesado, havia muitas brigas entre gangues. Então, quando a instituição começou a estabelecer padrões para os jovens que participam dessas lutas, foi difícil. Tínhamos um programa para ensinar os jovens mais velhos à tarde, mas notamos que muitos dos que vinham vendiam drogas ou procuravam outras crianças para entrar em gangues. Por causa disso, esse programa teve que ser cancelado (GESTOR ACADÊMICO 1, 2020).

O problema vivenciado na comunidade ultrapassa os muros da escola, razão pela qual, no início, os professores tiveram que lidar com situações de conflito entre os alunos, problemas que tiveram sua origem na comunidade residencial devido às diferenças entre os diferentes grupos sociais que devem coexistir.

Esta escola tem uma característica particular, nesta comunidade concentra-se a população da maioria dos bairros subnormais de Barranquilla. Por um lado, por outro, aqui há deslocados, desmobilizados, porque há atores no conflito de ambos os lados ou havia naquele momento. Sim, porque já houve um processo, embora os alunos ainda sejam daquela época, daquela época para cá, de 2017 para cá, mas muito diferentes. Ou seja, devemos estar cientes de que os alunos não se agrediram dentro do curso, que não fomos afetados pela violência que eles trouxeram. Se eles trouxeram armas, se trouxeram drogas, as linhas imaginárias que estão por aí, eles queriam colocar aqui também, então alguns garotos não iam de um quarteirão para outro porque eram ameaçados. Então era hora de acabar com tudo isso e muitos dos alunos que não se conformavam com aquela disciplina saíram por vontade própria. Então, a escola estava melhorando nesse aspecto, mas era bem difícil, além de você ter turmas de 47 a 48 alunos, a maioria sem apoio dos pais, alunos que vinham sem comer, pelo descuido dos pais que não davam importância à educação, é mais que era a cultura que eles estavam ensinando, que estudar era inútil (PROFESSOR 6, 2020).

O que era de 2017 e parte de 2018, eles não conseguiram fazer uma formação. Foi uma loucura total. No início de 2017, houve um evento que tivemos que suspender, por ameaças de tiro, morte. Fazia um mês que estávamos iniciando aulas e era um evento de carnaval, se você olhar, isso é no começo do ano, então foi uma loucura. Tínhamos que aprender, sim ou sim, os rostos e nomes dos alunos, porque se não o fizéssemos, qualquer forasteiro se aproximaria de nós, eles não tinham uniforme, apenas jeans e camisa branca. Mas em uma festa de carnaval, era difícil saber quem era o aluno e quem não era (PROFESSOR 6, 2020)

Na experiência, os professores tiveram que lidar com situações contrastantes por conta do grupo social ao qual os alunos pertencem, os filhos das vítimas do conflito temem ser excluídos por sua condição e os filhos dos vitimizadores ao ser identificados são excluídos pelos demais alunos. Ao respeito temos os seguintes depoimentos:

Eles não se reconhecem porque são jovens e têm medo de tantos estereótipos que sempre houve sobre os deslocados, então é meio constrangedor se ver como deslocados, como adolescentes e como deslocados tem uma conotação, muitas vezes as pessoas não entendem que ninguém quer ser, porque existem diferentes formas de pensar, tem pessoas deslocadas que você vê com o dia a dia normal delas, trabalhando, elas dizem que não são deslocadas, aparecendo como normais, trabalhando e estudando e fazendo todas as suas coisas, eu não investiguei a verdade, porque eles não se reconhecem, mas se eu contar a eles, sua mãe e seu pai estão deslocados e estão no registro de vítimas, por extensão você, você deve aderir porque eles vão dar alguns benefícios (PROFESSOR 4, 2020).

Tenho o caso de dois alunos cujos parentes foram realmente deslocados que vieram aqui para As Gardênias pensando que as coisas aqui iam ser completamente diferentes e ainda assim as coisas não eram o que eles esperavam e aqui eles tiveram que começar do zero com absolutamente tudo. Se sentiram sinalizados porque seus familiares vêm de um processo criminal e meu aluno na sala de aula em um momento se sentiu emocionalmente destrozado por aquela situação, pois os colegas sabiam quem eram seus parentes, como haviam procedido, se ele tinha o sobrenome, ele também veio para cumprir o mesmo processo que seus parentes, e ainda assim com ele as coisas têm sido muito diferentes (PROFESSOR 3, 2020).

Além dos problemas de convivência, os professores e gestores acadêmicos das escolas enfrentam a situação mental dos alunos relacionados com as consequências do conflito armado na Colômbia. Tais fatos geram traumas em adolescentes e levam-os a experimentar ideação e/ou comportamento suicida, para os quais a escola não dispõe de número de psicólogos necessários para atender toda população educacional, nem de ferramentas ou apoio efetivo da prefeitura.

O mais difícil é a ideação suicida e os casos de corte, 2017 e 2018 tivemos mais ou menos 200 entre meninas e meninos praticando corte. A ideação suicida aqui é muito alta. Aproximadamente um ou dois em cada cinco alunos estão pensando em suicídio em algum momento do ano. É o mais difícil porque não há ferramentas, então como psicóloga escolar não posso fazer intervenção clínica, em alguns casos tive que fazer intervenções de crise e é suposto ter "a linha da vida" que a Secretaria de saúde envie-nos imediatamente um psicólogo clínico especializado. E eu ligo e ninguém atende, ou agenda a gente e nunca visitam. E se a pessoa faz o encaminhamento para a família para que o menino ou menina possa ser atendido na EPS, esse processo é lento, tem família que às vezes não faz e às vezes a gente até perde o contato com aquele menino porque são tantos casos que chegam esse acompanhamento é impossível. Continua sendo muito difícil (GESTOR ACADÊMICO 4, 2020).

Pelo que foi apresentado, o IED As Gardênias têm muitas demandas e necessidades da comunidade que precisam ser atendidas com urgência para desenvolver os propósitos educacionais do campus. É uma escola que, embora em seu PEI esteja caracterizada como escola pós-conflito, por estar localizada na capital do departamento, deve atender aos padrões de avaliação juntamente com outras escolas que não apresentem essas mesmas situações. Tendo em vista que a escola é o espaço de garantia do direito à educação, em seu papel mediador entre a comunidade e o Estado, deve se tornar instituição da sociedade civil onde se concretiza e se legitima a finalidade educativa das políticas públicas, questão nem sempre possível devido à realidade vivida.

A seguir, é apresentado, por meio das informações coletadas na comunidade educativa da IED As Gardênias, quais as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz.

#### 4.3 CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO ACORDO DE PAZ NA IED AS GARDÊNIAS.

No que se refere ao *posicionamento sobre a relação entre o conflito armado e as questões sociais e educacionais* a experiência no campo mostrou que ao indagar os professores, o grau de interesse pelo conhecimento sobre o conflito armado é variável, fica evidente que há professores que buscam se formar de forma autônoma sobre o conflito, a maioria procura em diversas fontes de internet, também nos livros de editoras, especialmente Editorial Santillana. Nenhum dos casos os professores manifestaram ser formados pelo MEN para a implementação das políticas derivadas do Acordo de Paz.

Eu tenho uma biblioteca. **Acompanhei o desenvolvimento do processo de paz. Internet, revista Semana, El Espectador. Formadores de opinião**, principalmente aqueles que trabalham em editoras, que há muita informação e livros didáticos que te orientam, um de um currículo do qual não se pode sair, mas que vai além do texto, do currículo. Notícias atuais e embora tenhamos a imprensa. Eu não sou muito de ver, porque eles não me parecem objetivos nesse sentido. **Quando você vê esses referentes que são diferentes, descobre que em alguns temas eles se contradizem**, em como o conflito se origina? Por que o conflito ocorre? Os participantes do conflito, **você vê algum tipo de confronto entre eles, os livros de dezenas de editoras educacionais** (PROFESSOR 4, 2020, grifos nossos).

**Eu costumo me referir à internet. Encontrei cartilhas que falam sobre o assunto, tive que documentar muito porque realmente não conheço o processo**, e também não é fácil trabalhar com eles, digamos que existem certas fibras que tocam e para eles é como 'até aqui senhor' e daí em diante eles não continuam participando. **Assim, tendo em vista que as fibras são tocadas, também se evita não ir mais longe** (PROFESSOR 3, 2020, grifos nossos).

**Tenho um livro de Santillana marcado como "Guia para minhas aulas de professor de paz"**. No nono ano, por exemplo, no ano anterior, há dois anos, que eu dei tudo no nono ano, uma cátedra para a paz, o conflito armado não foi tocado, mas a violência na Colômbia foi tocada, o processo de violência na Colômbia desde o ano 60, mas **o conflito armado não foi trabalhado na aula pela paz na sexta série, nem na sétima série** (PROFESSOR 5, 2020, grifos nossos)

Os professores ao procurar sobre o conflito armado, encontram uma dicotomia entre os textos escolares dos editoriais, os discursos políticos do governo e as informações transmitidas na mídia nacional, percebem a inexistência de um consenso sobre o que originou o conflito armado e a categoria judicial das FARC-EP como movimento guerrilheiro. Em consequência disso, manifestam o quão difícil pode ser ensinar sobre a temática, como podemos evidenciar nos seguintes depoimentos:

O conflito e a definição de conflito armado na Colômbia. **Um terreno disputado. O alto funcionário do governo está afirmando a tese de que a Colômbia não vive nenhum conflito armado interno e por isso foi excluída da lista internacional de centros de memória.** É um problema? Sim, claro que existe. Claro que há divergência. E vamos descobrir que há autores que argumentam que não há conflito

aqui, mas que há uma ameaça terrorista ou há quem realmente encontre um dos textos ao longo da história. **Nos textos não há contradição porque traz o percurso histórico de porque o confronto guerrilheiro acontece e eles são muito claros.** Eu acho que política e opinião, como formamos uma opinião ou como queremos posicionar nossa opinião política sobre uma determinada questão para legitimar qualquer cenário de confronto que afirme que o conflito pode ou resolver o que você não pode, resolver um conflito, se, admito, às vezes é um problema político, **porque se não há ou se não há reconhecimento do conflito, então o que vem é o confronto.** Vamos destruir o inimigo, porque o inimigo no campo político não representa nenhum tipo de alternativa ou não é reconhecido como válido com o status de beligerância reconhecido pelos tratados internacionais. **Ao remover o conflito grave, não são forças beligerantes, mas forças fora da lei, terroristas, gangues organizadas, que devem ser tratadas como criminosas** (PROFESSOR 4, 2020, grifos nossos).

Com os níveis de ensino médio, que é onde essas questões são tratadas principalmente, como as questões da área, se foi visto que eles vêm me perguntar, **dentro deles já existe aquela consciência de não acreditar em tudo que é mostrado na mídia, porque também são manipulados pelo mesmo Estado.** Então eles já têm um pouco mais de consciência, por exemplo, um aluno meu estava me dizendo: ‘é que minha mãe fala que eu sou guerrilheiro porque eu acredito nisso... blá blá blá’ mas é porque a mãe não tem a informação, ela é daquelas pessoas que foram manipuladas e que acreditam que tudo que o governo faz é bom. **Entre guerrilheiros e paramilitares eles entendem a diferença, mas eles veem que o Estado de um lado e os guerrilheiros do outro, e os paramilitares vão de um lado ao contrário do que o Estado supostamente estabelece, mas entrando no assunto, eles veem que existe uma certa relação, principalmente entre os paramilitares e o Estado** (PROFESSOR 6, 2020, grifos nossos).

A partir do que foi expresso pelos professores sobre as opiniões dos alunos, podemos perceber que, mesmo sem que os alunos tenham um conhecimento acadêmico sobre as motivações políticas e as lógicas socioculturais do conflito armado, ao serem vítimas diretas dele e a partir da experiência vivida por seus familiares conseguem ter uma ideia clara de quais grupos atuam no conflito armado e reconhecer o vínculo entre o Estado e os grupos paramilitares. Também deixam claro que a mídia está longe da verdadeira função social, conseqüentemente, não há credibilidade nas instituições estatais ou da mídia.

Ensinar sobre o conflito armado, na IED As Gardêneas, cuja população de alunos tem vínculos com vítimas, ex-combatentes e pessoas que não sofreram diretamente a violência, não é fácil. Após ouvir os professores, percebemos que eles se deparam com diversas situações que servem de parâmetro sobre o que pode ser ou não abordado em sala de aula.

**Sobre o conflito, os alunos se interessam**, sobretudo, porque tem algo dentro deles, dentro de sua cultura, de seu ambiente, que **eles acham a violência legal**, porque eles sempre têm ação, eles estão sempre com a adrenalina e na idade que eles estão, eles sempre assim, sempre no limite de qualquer situação, para sentir emoções, então quando a gente lida com esse tipo de assunto, no começo eles se mostram assim, depois **eles percebem que sim, não deveria ser**, porque eles estão matando a população, **porque há uma manipulação dos governantes do dia e no final toda a reflexão é feita sobre isso**, e eles também estão lendo. Mas dentro das questões que abordo, são vistos vários pontos de vista, aquele que é **guerrilheiro ou paramilitar como se fosse algo legal, e por outro lado não**, ou seja, **existem os dois tipos de alunos, de os dois tipos de pensamento** (PROFESSOR 6, 2020, grifos nossos).

Os alunos que perguntaram, **fizeram perguntas, mas não comentam muito sobre os problemas de violência que seus familiares vivenciaram, temos até uma população cujos pais são criminosos e estão presos**, então também é aquela outra parte da população que atendemos (PROFESSOR 5, 2020, grifos nossos).

**Eles não conhecem a realidade, as origens do conflito**, eles não sabem que esse conflito está se desenvolvendo além das dimensões em que são levantados nos livros, porque **eles não veem o conflito como é visto em outras partes do país**. O conflito para eles é algo que está lá, mas como não é a vez deles, **não há consciência da realidade do conflito como fenômeno social e político** (PROFESSOR 4, 2020, grifos nossos).

**É uma questão delicada instruir as pessoas sobre o que é o conflito**, mas sim, através dos alunos e das palestras que podem ser dadas, sobre os benefícios do Acordo de Paz, vendo-o de um ponto de vista positivo, porque de repente ver a outra parte que apesar do governo, ele está entrando em conflito como se de repente, vai ser um pouco mais delicado de tratar, questões da mesma informação, pode não ser muito favorável, mas do ponto de vista positivo do Acordo essas questões podem ser abordadas. **Porque aqui não se sabe qual população é qual e pode haver ameaças contra os mesmos companheiros** (PROFESSOR 6, 2020, grifos nossos).

Nas entrevistas podemos perceber a tensão e o risco sentidos por todos os atores da escola: alunos, pais e professores ao falar sobre o conflito armado. Há incerteza entre os professores quando o ensino sobre o conflito armado está associado a uma posição ideológica ou política que pode ser vista pelos alunos e suas famílias como solidária ou simpática aos grupos guerrilheiros.

No entanto, os professores concordam que o conflito armado é um tema que está incluído no currículo do PEI e que, na opinião deles, deve ser abordado em sala de aula. Porém, a abordagem sobre o conflito dependerá exclusivamente do professor, o qual estipula como o conteúdo é ensinado e desenvolvido em sala de aula. Percebemos que, fica a critério de cada professor decidir sobre a profundidade do ensino sobre o conflito e se abre ou não espaços para discussões e análises sobre o mesmo.

**Se você está trabalhando em história social, obviamente você tem que contar as causas estruturais de todo o conflito político, social e armado que houve e ainda há na Colômbia**, certo? Isso da academia, digamos que é uma coisa forte porque o estado atualmente em seu governo tende a negar que houve um conflito e atualmente o Centro de Memória Histórica foi retirado de um acordo internacional de reconstrução da memória, então digamos, é um compromisso da academia, certo? Tente levar isso adiante, mas eu sempre digo a você, com muito cuidado, no sentido de que, nós acreditamos nisso, bem. Sim, tem que ser abordado, é o que eu digo, **os temas obviamente têm que ser abordados porque é uma obrigação acadêmica, a reflexão também é feita diante disso, e cada professor vai ver como ele o desenvolve** (PROFESSOR 2, 2020, grifos nossos).

No que se refere à *percepção sobre as políticas educativas pós Acordo de Paz*, os professores entrevistados da IED As Gardênias não conheciam as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz, reconheciam o nome da Cátedra da Paz, mas não os mecanismos ou procedimentos metodológicos, deste modo, a política perde a legitimidade pelo

desconhecimento daqueles que devem materializar em sala de aula essas políticas, principalmente quando esse conhecimento é necessário em contextos onde convivem vítimas do conflito armado como As Gardênias.

Dentre as políticas derivadas do Acordo de Paz, a única identificada por todos os docentes é o ensino da Cátedra da Paz, que segundo o decreto 1038 de 2015, artigo dois: deve promover o processo de apropriação de conhecimentos e habilidades relacionadas ao território, cultura, contexto econômico e social e memória histórica, com o objetivo de reconstruir o tecido social, promover a prosperidade geral e garantir a eficácia dos princípios, direitos e deveres consagrados na Constituição.

Em relação ao ensino da Cátedra da Paz, constatamos que os docentes concordam em desenvolver mais temas relacionados à formação para a cidadania ao invés de abordar tópicos relacionados ao conflito armado ou memória histórica, pois traz benefícios para a convivência escolar. Como notamos na seguinte fala

No primeiro ano, todos os dias eram três ou quatro brigas, mas brigas, com muita violência, mas mesmo assim com as conversas, com os diálogos, as aulas que demos como **Cátedra da Paz, projeto de vida, sobre valores, isso tem ajudado muito os alunos, mesmo os alunos que eram super problemáticos na época** e hoje estão na décima ou onze série, melhoraram muito seu comportamento com isso, ou seja, são alunos que praticamente iniciaram a escola, alguns a partir da sétima série e outros a partir da oitava série (PROFESSOR 6, 2020, grifos nossos).

O ensino da Cátedra da Paz é associado ao desenvolvimento de habilidades sociais para a boa convivência. Por ser uma política derivada de um Acordo de Paz, um de seus eixos centrais deve ser a historicidade do conflito armado, causas e interesses políticos, características socioculturais e consequências para a população colombiana. Percebemos que os professores dão ênfase a formação em cidadania.

Basicamente, agora que estou com os alunos do oitavo e nono ano, **estou dando a eles a introdução à aula, é para fazê-los ver por que uma Cátedra de Paz está sendo implementada nas escolas**, quais são as leis e regulamentos que definiram a obrigação de dar aula, então a primeira ideia é que eles saibam, dê a eles todos os regulamentos e basicamente porquê implementar uma Cátedra nas escolas. E olha o objetivo todo, porque, sua justificativa, as questões que trata, **sua importância para a escola, para a vida, para a comunidade em geral**, então é um ponto que a gente tem tratado para que eles tenham consciência de que **é uma, a necessidade de falar de paz nas escolas, para promover esses cenários de convivência, de ambientes pacíficos** (PROFESSOR 1, 2020, grifos nossos).

O desconhecimento dos professores e gestores acadêmicos das políticas derivadas do Acordo de Paz é resultado da falta de orientações pedagógicas e metodológicas que deveriam

ser definidas desde o MEN. Os decretos que estipulam o ensino destas políticas como obrigatórias nas escolas, não oferecem orientações para sua implementação.

A esse respeito temos os seguintes depoimentos:

**As ações implementadas pelo Governo são ferramentas muito boas. Só falta uma conexão. Entre aqueles que escrevem aqueles livros, aquelas coisas, aqueles guias com a escola,** aquele vínculo, você não vê muito, porque eles mandam as pessoas muito esporadicamente, onde não tem processo nem acompanhamento. Então eu acho que a falha está aí, não no conteúdo, nem no design, nem na metodologia, mas na continuidade. Porque digamos que eles nos doam uma mala, que são dois ou três livros, que são os guias de que estou falando, que são muito bons, mas para realizá-los. **Eles nos dão algumas informações, mas o treinamento como tal, não.** Ou seja, não tive a oportunidade de folhear seus livros com alguém que estava ao meu lado e dizer olha, é assim. E é difícil porque a gente tem, digamos, uma carga acadêmica, poucas horas para concluir e não há muito tempo para fazer exatamente como planejaram. Então é isso que eu digo. Essa conexão está faltando. Que espaços devem ser estabelecidos na escola para poder desenvolver esses projetos? Como eles seriam? Não está claro para mim (PROFESSOR 2, 2020, grifos nossos).

Existem muitas fontes na internet, mas para planejar as aulas utilizo os Estândares de Competência Cidadã <sup>92</sup>que traz os três componentes em que está travada, para aplicar na aula da paz: convivência e paz, participação democrática e pluralidade e equidade. Os tópicos são planejados nesses três. Alguns documentos do Ministério da Educação sobre sugestões didáticas em termos de desenvolvimento das disciplinas da Cátedra da Paz. E **informações de diversas fontes, jornais, revistas, números atuais dos números que estão sendo dados atualmente, são a base das referências bibliográficas, mas como tal um texto definido, um manual escolar, não existe** (PROFESSOR 1, 2020, grifos nossos).

Cabe ressaltar que no decreto o artigo 7º estabelece que o MEN promoverá o desenvolvimento de estratégias para a formação específica de professores e diretores de ensino, visando educar numa cultura de paz e desenvolvimento sustentável, de acordo com as orientações da Cátedra da Paz, para o efeito serão identificadas as necessidades, o financiamento ou o desenho de planos de formação e a avaliação do impacto dos programas.

As políticas decorrentes do Acordo de Paz não foram incluídas nas políticas educacionais já estabelecidas pelo MEN, que são as diretrizes para cada uma das áreas, as quais são denominadas Lineamentos Curriculares- neste caso nem a área de Ciências Sociais teve uma modificação pós Acordo, assim como os Estândares Básicos de Competências Cidadãs. Não obstante, os professores da área são cientes da importância do ensino da Cátedra da Paz.

Concluimos que o ensino da Cátedra da Paz é entendida como a formação em valores, ideias, comportamentos e atitudes respeitadoras dos Direitos Humanos e conscientes

---

<sup>92</sup> Criados pelo MEN em 2002, os Critérios de Competências do Cidadão estabelecem as competências e critérios básicos que permitem estabelecer os níveis básicos de qualidade de a educação em cidadania a que os estudantes colombianos têm direito. Porém não tem sido atualizado com as políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz.

da importância da resolução pacífica dos conflitos, porém, num país onde é política governamental o assassinato de jovens para apresentá-los como resultados militares contra a guerrilha, que além disso, as Forças Militares atuam extrajudicialmente com grupos paramilitares que assassinam lideranças sociais, conseqüentemente, a violência sistemática e o terror a que são submetidas as vítimas do conflito são limitantes para o desenvolvimento efetivo dos tópicos da Cátedra da Paz.

Além disso, desde o governo nacional é promovido um discurso de término do conflito armado, o qual é uma falácia, uma vez que a realidade nacional é outra. Os assassinatos dos líderes sociais aumentam, e, em várias áreas do país continuam enfrentamentos entre os diferentes grupos armados. Portanto, a aplicabilidade destas políticas em escolas, onde coexistem diversos atores do conflito e vítimas, é percebida pela comunidade educativa como uma formalidade dentro do currículo escolar, em que não há coerência da Cátedra da Paz com a realidade do país.

No que se refere ao *posicionamento sobre a situação atual do Acordo de Paz*, percebemos que os professores respaldam o Acordo de Paz. Na escola os professores lideraram espaços como fóruns para promover a discussão sobre o plebiscito e o Acordo de Paz

Há dois anos não existia esse tema dentro da cátedra da paz, mas **no ano passado fizemos um fórum, o fórum da semana da paz**, que, se esse tema fosse abordado e um grupo de **palestrantes** de fora da instituição, **da Universidade do Atlântico**, que abordaram a questão do acordo de paz com o governo e a guerrilha. **Os alunos mostraram-se interessados, atentos, mas pouquíssimos participaram, não sabiam muito sobre o assunto** (PROFESSOR 5, 2020, grifos nossos).

O plebiscito já havia passado, em 2017, na primeira semana de criatividade que aconteceu na escola, **fizemos um fórum, um mini fórum** entre os mesmos alunos daqui, vínhamos para a sala de aula e **mostramos algumas partes do Acordo de Paz através de vídeo. Alguns fizeram sua participação**, foi mais do que todos com os alunos do nono ao décimo primeiro daquele ano, então sim, **muitos viram uma realidade que de repente não conheciam, sobre aqueles Acordos de Paz que já haviam sido realizados** (PROFESSOR 6, 2020, grifos nossos).

**Como o aluno não tem uma educação, de repente uma percepção histórica do conflito**, da tragédia que foi o conflito, eles não o viveram, **nem foram documentados para saber da origem, qual foi o desenvolvimento, qual tem sido a dinâmica do conflito em si, quais são as conseqüências que este conflito traz para a Colômbia, no contexto econômico, no contexto político, no contexto social, eles não os conhecem**, então eles se baseiam no fato de que o Acordo é um acordo de impunidade porque era o que um setor da opinião pública estava vendendo, e que era um acordo para entregar a terra aos guerrilheiros, e que era um acordo para entregar o poder aos guerrilheiros, era um acordo entregar o país às FARC, e depois do acordo, percebemos que o país continua o mesmo, que a guerrilha não tem poder nenhum, que não elegeu nenhum senador, que não elegeu nenhum prefeito diretamente, hoje o poder está nas mesmas pessoas que o têm há duzentos anos. Então, esse discurso, que as pessoas ainda estão dizendo, parece um roteiro de novela que o Acordo significava entregar o país às FARC, mas paradoxalmente, as FARC não ganharam a presidência



e nenhum setor progressista, digamos, se não o setor que se opôs ao acordo ganha, então sim ganhou o discurso deles (PROFESSOR 4, 2020, grifos nossos).

A partir das falas dos entrevistados, percebemos que os professores concordavam que os alunos desconheciam ou sabiam muito pouco sobre o Acordo de Paz, sobre suas implicações políticas e sociais. É importante ressaltar que esse desconhecimento não deveria acontecer nas escolas onde é implementada a Cátedra da Paz. A formação em cidadania, o ensino sobre como resolver conflitos sociais e democracia participativa é totalmente desvinculado da realidade social e política da comunidade, como é apontado no seguinte depoimento:

Como professor de Ciências Sociais, sempre concordei com o Acordo, não só na Colômbia, mas globalmente, pela ideia de paz, respeito aos direitos humanos, direitos civis, e nessa dinâmica, obviamente, por consistência, apoio às iniciativas de paz, e ainda mais se forem na Colômbia, porque conheço as causas do conflito da Colômbia e acho que é possível, uma paz onde há, digamos... uma solução, para as causas desse conflito, estruturalmente, **eu acho que com o plebiscito se perdeu a paz na Colômbia, isso mostra que o país não entende o que é a paz, nem mesmo como um direito, que é a falta de educação, de repente há uma falha da Cátedra da Paz que está a ser implementada, a falta de vontade do governo em implementá-la em todo o território nacional** (PROFESSOR 2, 2020, grifos nossos).

Além disso, o governo colombiano e a mídia promovem o discurso de término do conflito armado entre os professores entrevistados. Apenas um professor ressaltou que não é correto falar de pós conflito, pois ainda persistem confrontos entre outros grupos armados

**Concordo totalmente**, concordo totalmente, ainda mais quando soube em 2012 que estávamos nas conversas exploratórias e que já havia um edital, eu disse, **está no caminho certo**, e recebi com total positivismo porque, dava para ver a vontade de ambas as partes e tanto que apesar de tantos entraves, o acordo de paz foi alcançado, sem nenhum tipo de benefício de inventário, **recebi com otimismo e com vontade de que chegasse ao fim, ah! Uma coisa é depois, agora no pós-acordo, porque uma coisa é pós-conflito e outra é pós-acordo, e o conflito aqui não cessa, como podemos ver**, porque o ELN ainda está lá, agora assumindo e argumentando descumprimento por parte do Estado, um rearmamento de uma antiga FARC, por um lado está o reduto da EPL, ou seja, o conflito como tal, ele permanece lá, **não podemos falar sobre o que falar pós-conflito em uma sociedade que ainda vive o conflito**, sim podemos falar de um pós-acordo, porque é um acordo com um fator ou com um agente gerador de violência, como as FARC, então é isso que vamos falar sobre, um pós-acordo, e nós vamos falar sobre esse pós-acordo e há é tecido porque há muitos descumprimentos, eu acho (PROFESSOR 4, 2020, grifos nossos).

No atual governo, o Acordo de Paz teve o presidente Ivan Duque, seu maior adversário, para o qual vemos pouca agilidade em sua aplicação. Além disso, os grupos armados contrários à guerrilha assassinaram os desmobilizados, que, sem proteção do Estado, optaram por voltar a participar dos grupos armados. Como foi o caso dos dois principais negociadores do Acordo de Paz, Iván Márquez e Jesus Santrich, que em meados de 2019 anunciaram em um vídeo que a “segunda Marquetalia” havia começado. Diante disso, há um consenso entre os docentes sobre a situação atual do Acordo de Paz.

**É verdade que os líderes, ex-combatentes, foram assassinados**, então, por esse lado, estão sendo perseguidos, por um lado, mas, por outro, **os vínculos entre o narcotráfico e a guerrilha foram mantidos**, mesmo após a acordo de paz, então eles incorreram em improbidade jurídica, crimes de tráfico de drogas, após o acordo e isso é impossível de continuar. **O governo deve parar de assassinar extrajudicialmente líderes sociais e ex-guerrilheiros**. Dar-lhes o máximo apoio e cumprir o que lhes prometeu. **Há uma responsabilidade do Estado, uma política de Estado** (PROFESSOR 5, 2020, grifos nossos).

**Parece-me que o governo está envolvido**, eles estão destruindo pessoas que têm muita informação sobre eles e que o povo como tal, a coisa mais dolorosa, **os cidadãos colombianos realmente não entendem, qual é a posição do governo diante desses assassinatos**, diante de toda a corrupção do país, que eles são os diretamente implicados, e que muitas pessoas no país acreditaram em suas mentiras, e por isso sempre estiveram lá (PROFESSOR 6, 2020, grifos nossos).

Bem, o que posso dizer, acho que é tudo uma grande jogada política e de xadrez. É como uma forma de enganar a todos nós, porque **não vejo a vontade de nenhuma das partes**, é como uma forma de silenciar muitas pessoas que, se tiverem coisas interessantes a dizer, há comunidades que sofreram muito e não foram reparados, há muita terra que foi perdida, mas não foi devolvida. Então, **pessoalmente, acho que é uma grande mentira**, que nenhuma das duas partes esteja realmente envolvida nesse processo. **Se assim fosse, muitos desmobilizados estivessem em condições dignas de se reintegrarem a uma comunidade, muitos não estariam sendo assassinados**. E você pode ver pelo menos **aqui em Gardênias, temos pais que são reinseridos nos grupos de autodefesa ou das guerrilhas, e o que, o que eles fazem? Se não tem formação, não tem educação básica, como consegue emprego? mototáxi ou em gangues criminosas** (GESTOR ACADÊMICO 4, 2020, grifos nossos).

A modo de conclusão, podemos evidenciar a partir das entrevistas que o MEN não propiciou espaços de formação a professores sobre as políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz. Mesmo assim, os professores aplicam uma das políticas regulamentadas por decreto, o ensino da Cátedra da Paz, porém, por não serem orientados sobre o tipo de metodologia ou conteúdo que deve ser desenvolvido pelos níveis de ensino, muitas vezes recorrem a livros de editores educacionais e seguem seu plano de estudos.

O conflito armado e o Acordo de Paz entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC-EP, não são abordados na disciplina Cátedra de Paz: os professores desenvolvem temas relacionados à democracia participativa, formação cidadã e resolução de conflitos escolares. Isso se deve ao fato de os professores não estarem orientados sobre a formação que se espera dos alunos com a Cátedra da Paz. Portanto, tudo relacionado ao conflito armado é abordado em sala de aula na disciplina de Ciências Sociais, tornando-se um dos tópicos a desenvolver com os alunos nessa área.

Discutir em profundidade as causas do conflito em um país onde existem grupos armados ilegais que, em cooperação com algumas entidades institucionais como o exército nacional, assassinam lideranças sociais ou simpatizantes da ideologia política de esquerda, gera preocupação nos professores uma vez que seus posicionamentos diante das causas e da

manutenção do conflito podem ser vistos como a favor dos grupos de guerrilha e, desse modo, colocar suas vidas em risco.

Apesar da complexidade do conflito armado, o discurso que prevalece nas políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz é o de promover uma cultura de paz, enfatizando a convivência escolar e a formação da cidadania. A Cátedra da Paz instituída pela Lei 1732 de 2014 e regulamentada pelo Decreto 1038 de 2015, a estratégia promovida pelo MEN -Gên Ciudadão- e a estratégia apresentada pelo Alto Comissariado para a Paz - Ação CaPAz- reproduzem um discurso em que a violência que o país está experimentando é produto da ignorância do colombiano, portanto, a educação cívica e os valores humanos são promovidos.

A comunidade das Gardênias é uma população que sofre com a estigmatização dos demais cidadãos de Barranquilla, devido ao tipo de população que nela vive, são marcados como um bairro perigoso. Quando nos aproximamos e visitamos por um mês, percebemos que os problemas que eles têm são resultado de uma implementação de políticas sem acompanhamento ou apoio para sanar as necessidades dessa comunidade. As formas de violência pelas quais se pode ser vítima no local não são diferentes das que estaríamos expostos em outros bairros.

As famílias que nela vivem estão atentas e dispostas a falar sobre suas necessidades e sonhos, porém, pedir que falem sobre o conflito armado desencadeia nelas um alerta sobre o que pode ou não ser dito. Isso se deve à perseguição que as vítimas do conflito armado tiveram e a realidade atual do país, o assassinato sistemático de líderes sociais, pois você nunca sabe quem pode estar ouvindo ou com que tipo de pessoa você está falando sobre um tema tão delicado, que pode custar sua vida.

Este cenário dificulta o trabalho dos professores do IED As Gardênias, contudo, sabem cuidar de seus discursos em sala de aula para não virar alvo de quem mata, quem pensa diferente, embora o ensino sobre o conflito armado se torne um discurso vazio por não gerar mais discussões dentro da sala de aula, nem abordem aspectos do Acordo de Paz. Os professores desta escola trabalham arduamente para possibilitar aos alunos ferramentas que contribuam ao seu desenvolvimento em sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colômbia é o único país da América onde a população ainda vive as afetações do conflito armado. Após da assinatura do Acordo de Paz entre o governo colombiano e as FARC-EP, previa-se que sua implementação contribuísse na construção da paz, propósito deste acordo. No entanto, o conflito armado continua, com antigos atores como o ELN e o Estado e novos como o Clã do Golfo, os quais desenvolvem ações bélicas contra a população.

Não é concebível que na Colômbia, um país regido com princípios democráticos, o assassinato de líderes sociais e defensores dos direitos humanos tenha aumentado após a assinatura do acordo. No atual governo, o presidente Ivan Duque, não tem sancionado políticas nem ações que garantam a segurança de pessoas que atuam nas comunidades mais vulneráveis e pela defesa do meio ambiente. A situação se agravou no ano 2022, especialmente no período anterior às eleições presidenciais, entre os meses de janeiro e maio, visto que foram assassinados 78 líderes sociais<sup>93</sup>.

Desde sua constituição como república, o desenvolvimento pleno da democracia tem sido uma utopia. Posicionar-se politicamente na Colômbia tem custado para alguns a vida e para outros o exílio. A violência das áreas rurais tem se disseminado em todo o país, atingindo com mais frequência as cidades principais. Essa situação, aliada às ações do governo Duque que dificultam a implementação das políticas do Acordo de Paz, mostram aos colombianos que o país está longe de ser um território de paz.

A Constituição Política de Colômbia desde 1991 estabelece a Paz como um direito constitucional e coletivo e destaca entre as disposições sobre a educação na Colômbia sua função na formação do cidadão para a paz. Nesse sentido, a Lei Geral de Educação de 1994 aponta que é função do setor educativo de integrar às políticas educacionais elementos constitucionais relacionados à paz, direitos humanos e democracia. No entanto, não foram apresentadas orientações específicas às escolas. Também, não foram apresentadas diretrizes específicas às escolas para atingir o objetivo de educar para a paz em meio a guerra. Destacamos que neste período, o conflito armado atinge suas maiores ações contra a população. Situação

---

<sup>93</sup> Líderes sociales, defensores de DD.HH y firmantes de acuerdo asesinados en 2022. Observatorio de DDHH, conflictividades y paz. Disponível em: <<https://indepaz.org.co/lideres-sociales-defensores-de-dd-hh-y-firmantes-de-acuerdo-asesinados-en-2022/>>. Acesso em: 20 de maio. de 2022.

agravada pela incursão do narcotráfico como contribuinte das guerrilhas e grupos paramilitares em troca de benefícios, como garantia de segurança para cultivo e transporte de drogas.

No ano 2014, no contexto das negociações com as FARC-EP, o estado colombiano legislou a implementação da Cátedra da Paz, visando criar e consolidar um espaço de aprendizagem, reflexão e diálogo sobre a cultura de paz nas escolas. No ano 2016 foram dispostas outras políticas educacionais com o mesmo propósito, construção da paz por meio da educação direcionada pelo Estado através do Ministério de Educação Nacional.

Para Gramsci (2020) as políticas do Estado cumprem uma função formativa, com a finalidade da manutenção do sistema hegemônico das classes dominantes, para tal fim, o Estado se serve de outras instituições da sociedade civil para concretizar os projetos ideológicos e econômicos. Nesse sentido, a escola é a instituição da sociedade civil predileta para educar a classe dominada e perpetuar uma concepção de mundo, difundindo a cultura e moral da classe dirigente para que assim as grandes massas continuem subordinadas.

Em vista disso, nesta tese, procuramos desvelar as contradições das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a construção da paz na Colômbia. Para a realização deste objetivo, propusemos como objetivos específicos: entender o contexto histórico-político da Colômbia, a partir dos antecedentes históricos, políticos e econômicos que configuraram o conflito armado interno; identificar os fundamentos das FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro, o Acordo de Paz 2016 e sua constituição como partido político; analisar as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas e examinar as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo.

Investigar as políticas educacionais decorrentes do Acordo para a Paz, implementadas nas escolas colombianas, tendo como recorte temporal o período de 2010 a 2018, foi uma atividade desafiadora, principalmente em razão da escassez de produções a respeito da temática, fato que pode ser justificado em razão de sua atualidade. Nesse contexto, é importante destacar que as negociações entre o governo colombiano e as FARC-EP ocorreram no primeiro turno do ex-presidente Juan Manuel Santos Calderón e a assinatura do Acordo de Paz e implementação transcorreram no segundo turno. Consequentemente, as pesquisas encontradas discutiam de forma separada as questões: ora centrando-se sobre o conflito armado colombiano, ora na Cátedra da Paz. Algumas pesquisas abordam o Acordo de Paz, porém não foram localizadas pesquisas sobre nosso objeto de estudo.

O desafio pessoal foi investigar questões que não eram discutidas abertamente na sociedade devido aos riscos envolvidos em falar sobre elas, como o conflito armado, as causas políticas e econômicas que motivaram a constituição das FARC-EP e o estudo da Acordo de paz entre o governo colombiano e aquela guerrilha. O medo é tão grande que sei que minhas consultas na internet e minhas visitas à comunidade das Gardênias foram monitoradas. No entanto, como colombiana e pesquisadora, conheço esses limites que existem em meu país e, na hora de coletar dados empíricos, não me pude me aventurar na comunidade além do que fora permitido. É importante ressaltar que, para todos os colombianos a vida acaba condicionada pela violência do conflito armado.

Tendo em vista que o enfoque teórico metodológico optado nesta investigação é o Materialismo Histórico-Dialético, nos propusemos desvelar as contradições das políticas educacionais decorrentes do Acordo de Paz na materialidade da vida, considerando a relevância que tem de entender a realidade histórica, social e econômica da sociedade colombiana e em virtude de que as políticas educacionais são expressão de um projeto ideológico favorável aos interesses econômicos da classe hegemônica, no caso, os interesses da burguesia colombiana.

Retomando os questionamentos que nortearam o processo de investigação - Quais foram os antecedentes históricos, políticos e econômicos que configuraram o conflito armado interno? – compreendemos que desde a conquista até hoje, na Colômbia, a guerra e a violência constituíram dois fenômenos sociais e políticos que configuram os processos democráticos, baseados no extermínio dos adversários políticos e a estigmatização e perseguição dos partidos políticos de esquerda, eliminando a possibilidade da democracia como prática política que reconhece e promove a diversidade de posturas políticas.

No primeiro capítulo, apresentamos os fatos históricos e legislativos que evidenciam o confronto das classes dominantes e sua condensação no Estado contra os cidadãos da classe trabalhadora, concentrando-se especialmente no confronto entre latifundiários e camponeses pela terra arável. Para isso, as oligarquias colombianas se organizaram em dois partidos políticos que se tornaram hegemônicos - Liberais e Conservadores - garantindo assim que sempre seus interesses econômicos fossem defendidos pelo governo. O confronto pelo controle do governo entre esses dois partidos políticos e simpatizantes atingiu seu nível mais crítico durante a época da Violência, após o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán.

Os conflitos armados ocorridos no século XX foram o mecanismo de reestruturação econômica, social e política que promoveu a primeira fase do desenvolvimento industrial na

Colômbia, para isso, era necessário forjar a modernização das cidades e promover o desenvolvimento industrial, porém a mão de obra não era suficiente. A solução para este problema foi a violência que ocorreu nas áreas rurais, pois os camponeses foram obrigados a abandonar suas terras, e, nas cidades, como deslocados, sua única opção de sobrevivência era vender sua mão de obra.

Durante o século XX, as políticas agrárias e as reformas do Estado beneficiaram os latifundiários e impactaram negativamente a população camponesa. Diante disso, surgiram diversas formas de organização camponesa, ligas camponesas e ligas agrárias, pela luta por melhores condições de trabalho e pela possibilidade de acesso a terra, estas seriam decisivas na organização social e política do movimento camponês e no desenvolvimento de suas lutas reivindicativas.

O segundo questionamento que surgiu para esta investigação - Quais são os fundamentos das FARC-EP desde sua criação como movimento guerrilheiro até sua constituição como partido político? – A partir da análise da conjuntura econômica e política da década de cinquenta e sessenta, indicamos algumas razões que incentivaram o surgimento das FARC-EP. Diante do temor da disseminação do comunismo e/ou socialismo no país, as lutas camponesas pela defesa de seus direitos a terra e a luta dos partidos de esquerda pela participação democrática tornam-se durante a Frente Nacional uma ameaça, convertendo-se em objetivo militar do Estado, ações que incentivam os camponeses a se organizarem em movimentos de guerrilha com o objetivo de atacar as instituições do Estado e conquistar o governo. Esses confrontos duraram mais de cinco décadas, até que ambas as partes assinaram um Acordo de Paz. No entanto, após o acordo, o conflito armado continua, especialmente em áreas onde o Estado está ausente e é configurado por antigos atores como o ELN e paramilitares, além dos dissidentes das extintas FARC-EP e do Clã do Golfo.

No segundo capítulo, vimos que durante o desenvolvimento da Frente Nacional, o conflito armado é reconfigurado, as lutas sociais e políticas e a violência mudam substancialmente. A violência e a guerra deixam de ser o mecanismo dos partidos tradicionais - Liberal e Conservador - com o acordo de reverter o poder no governo, acalma a violência bipartidária. A luta social e política de setores sociais e de esquerda da população, para reivindicar direitos fundamentais e ampliar espaços de participação política, é vista como uma ameaça pelos governos da Frente Nacional à luz e interpretação dos fundamentos da guerra fria e medo da propagação do comunismo e/ou socialismo.

Durante duas décadas, as políticas dos governos da Frente Nacional perseguiram os partidos políticos de ideologia comunista-socialista, como também os sindicatos de trabalhadores. Nas áreas rurais, devido à ausência do Estado, continuava a violência bipartidária como mecanismo de apropriação ilegal dos latifundiários, os camponeses se organizam em grupos de autodefesa camponesa para defender-se da. O estado colombiano identificou esses grupos como insurgentes, tornando-os objetivo militar. Após a operação militar LASO, os camponeses atacados organizaram-se no movimento guerrilheiro Forças Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo FARC-EP. Nesse período também surgiram os movimentos guerrilheiros ELN e EPL.

No final da década de 1990, as FARC-EP tinham presença em 40% do território nacional, ocupação que foi mantida até o Acordo de Paz de 2016. Desde sua constituição em 1964 até 2016, o país vivenciou os horrores da guerra. Os confrontos entre as diferentes guerrilhas, paramilitares e o Estado colocam em risco a vida de milhões de cidadãos que foram vítimas de sequestros, deslocamentos e assassinatos.

Foram quatro tentativas de diferentes governos para conseguir um Acordo de Paz com as FARC-EP. No ano 2016, após quatro anos de negociações, o ex-presidente Juan Manuel Santos e o movimento guerrilheiro assinam o Acordo final para a paz. As FARC-EP é reorganizada como um partido político legal sob o nome Comunes, habilitando-se a participar do sistema eleitoral e acessar o poder por meio de eleições populares e influenciar as decisões políticas e democráticas da Nação.

Desde o início da implementação do acordo de paz com as extintas FARC-EP, 331 signatários foram assassinados e 611 líderes ambientais foram vítimas de homicídio. A organização INDEPAZ<sup>94</sup> indicou que 332 deles eram indígenas, 75 afrodescendentes membros de conselhos comunitários que protegiam o território, 102 eram camponeses defensores do território, 25 lideranças ativistas ecológicas e 77 camponeses membros de Juntas de Ação Comunitária que se caracterizam pela defesa de seu território. Diante desses assassinatos não houve uma resposta contundente do Estado ou da sociedade.

A assinatura do Acordo de Paz com as FARC-EP desmobilizou a maior guerrilha do país, porém, devido à ausência do Estado nas áreas onde os guerrilheiros exerceram, outros grupos armados, traficantes, paramilitares e guerrilheiros mantêm confrontos pelo controle desses territórios. A violência se manteve em vigor e se espalhou por todo o país, os grupos

---

<sup>94</sup> Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz -INDEPAZ- <https://indepaz.org.co/>



minoritários - indígenas e comunidades afrodescendentes - são os principais alvos dos ataques, muitos optam por deixar seus lares. No 5 de maio de 2022, o Clã do Golfo decretou um ataque armado de 4 dias. Os 178 municípios de 11 dos 23 departamentos do país sofreram com a ausência do estado por cinco dias. Os negócios estavam fechados, as pessoas não podiam sair de casa, as crianças não podiam ir à escola, as ameaças aos líderes sociais eram constantes e ninguém podia viajar pelas estradas do país. Enquanto a situação de segurança no país era crítica, o presidente, Ivan Duque viajou para a Costa Rica para a posse do presidente daquele país.

O terceiro questionamento que norteou nossa investigação -Quais são as políticas educacionais contempladas no Acordo para a Paz para as escolas colombianas? – Durante as negociações de paz entre o governo e as FARC-EP foi decretado em 2014 o ensino da Cátedra da Paz e posteriormente em 2016 foram estabelecidas diretrizes dentro dos pontos do Acordo de Paz para abordar as políticas educacionais que atendam os objetivos em torno da educação para a paz nas escolas, objetivos já estabelecidos na Lei Geral de Educação de 1994 e na Constituição Política de Colômbia de 1991. Existem grandes vazios na pedagogia e didática requeridos para a implementação dessas diretrizes em termos de educação para a paz e desta forma garantir a implementação das políticas educacionais na escola.

No terceiro capítulo analisamos que as políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para as escolas colombianas, promovem uma ideia abstrata de paz, desvinculada de suas condições concretas de disputa. Nenhuma das leis e políticas educacionais decorrentes do Acordo da Paz abordam a compreensão da paz a partir de uma perspectiva de classe, como também não apontam os interesses antagônicos que ainda sustentam o conflito.

Desse modo, as políticas educacionais instituídas pelo governo e o MEN implementadas nas escolas colombianas visam negar as causas e os verdadeiros responsáveis pela manutenção do conflito armado, além dos atores que se confrontam, já que são peões em uma guerra que responde aos interesses de certos grupos que obtém benefícios econômicos e políticos do conflito armado. Nesse sentido, o Estado está garantindo através dessas políticas educacionais a formação de um cidadão alienado, que se responsabilize pela violência da qual é vítima e não exija uma mudança na estrutura política que persevera o conflito.

As políticas educacionais visam a construção da paz, doutrinando as gerações atuais e futuras transmitindo a ideia de que nós cidadãos colombianos, somos os responsáveis pelo conflito armado, dado que não sabemos resolver pacificamente as diferenças e que, portanto,

devemos ser educados para a cidadania, a participação política e em justiça e direitos humanos. Se promove uma educação pacifista que nega os interesses econômicos e políticos que estruturam e conservam o conflito armado colombiano.

O quarto questionamento- Quais estratégias são implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo? - As políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz não atendem às necessidades particulares dos sujeitos que fazem parte dos diferentes modelos educacionais oferecidos no país. Os professores demandam formação por parte do MEN sobre a implementação das políticas que visam a construção da paz desde as escolas. Na comunidade educativa objeto da pesquisa empírica, podemos perceber a tensão e o risco sentidos por todos os atores da escola, alunos, pais e professores ao falar sobre o conflito armado e o Acordo de Paz. Medo derivado do alto índice de assassinatos de pessoas que pela defesa de direitos humanos e território são apontados como simpatizantes das guerrilhas e se tornam alvo de grupos paramilitares ou narco paramilitares que atuam em todo o país.

No capítulo quatro, examinamos as estratégias implementadas na escola para concretizar as políticas educacionais contempladas no acordo. A comunidade educativa considera pertinente o ensino sobre o conflito armado, porém, mesmo a escola sendo caracterizada como escola do pós - conflito, preferem não abordar a temática com profundidade, dada a delicada situação que vive o país no meio de um conflito armado que perdura e diante um Estado ausente, que não garante a segurança aos cidadãos.

Entrevistas com professores revelaram que ensinar sobre o conflito armado e o acordo de paz entre o governo e as FARC-EP gera medo de repercussões e/ou ameaças contra suas vidas. Essa situação gera autocensura que limita a implementação das políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz. Conseqüentemente, a Cátedra da Paz é abordada na perspectiva da resolução de conflitos em sala de aula, tratando de bullying, questões relacionadas ao meio ambiente e projeto de vida.

As políticas educacionais derivadas do Acordo de Paz proposto pelo Governo e aceitas pelo movimento guerrilheiro FARC-EP, contém diretrizes gerais e sua implementação pode variar nas escolas da cidade, nas escolas localizadas na zona rural, nas escolas particulares ou públicas. Nesse sentido, essas políticas desconhecem as particularidades e necessidades das crianças e jovens, conseqüentemente, as intenções pedagógico-didáticas estão sujeitas a concepção de paz e pós-acordo da comunidade educativa.

A partir da análise do Acordo de paz e das políticas educacionais que vêm sendo implementadas nas escolas que atendem vítimas do conflito, constatamos as limitações da instituição escolar na construção da paz considerando a realidade na qual se circunscreve. Por conseguinte, temos como tese que a educação ocupa um espaço restrito no Acordo de paz e que a escola só pode contribuir na construção da democracia se as políticas educacionais levarem em conta as desigualdades sociais e propuseram alguma alternativa para a superação delas.

A educação para a paz continua sendo ensinada nas escolas enquanto a sociedade colombiana sofre o conflito armado interno. Pretende-se uma construção social paralelo à violência, à desigualdade social e a ausência do Estado para as minorias. Nesse sentido, reafirmamos que a construção da paz descrita nas Políticas Educacionais do Acordo tem como objetivo educar o grupo dominado para conseguir uma postura passiva diante das desigualdades sociais e políticas que vivencia, inibindo assim sua potencialidade revolucionária, deste modo, consolida-se a paz em benefício da burguesia.

Atualmente, o país vive a fragilidade da implementação do Acordo de Paz e a continuidade do confronto armado. Nesse sentido, consideramos que a ausência do Estado colombiano em algumas regiões do país é uma política de democracia genocida que responde aos interesses econômicos e políticos das classes dominantes que pactuam com grupos armados ilegais para que por meio da violência ameacem os direitos outorgados na Constituição Política para a participação do cidadão civil em torno de seus direitos democráticos.

O candidato de esquerda Gustavo Petro venceu as eleições na Colômbia ao obter mais de 11 milhões de votos no segundo turno presidencial realizado em 19 de junho, tomou posse em 7 de agosto de 2022. Pela primeira vez o país terá um governo de esquerda e esperamos que o Acordo de Paz seja consolidado, bem como a implementação de políticas que beneficiem a classe trabalhadora, camponeses e grupos minoritários.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, J. **Compendio histórico descubrimiento y colonización de la Nueva Granada en el siglo décimo sexto**. París: Imprenta de Beau, 1848.

ALAPE, A. **El Bogotazo: memorias del olvido**. Bogotá: Biblioteca Básica de Cultura colombiana, 2016.

Al menos 2.000 familias han salido de Las Gardenias en Barranquilla por enfrentamientos a bala. **Blu Radio**. Disponível em: <<https://www.bluradio.com/blu360/caribe/al-menos-2-000-familias-han-tenido-que-salir-de-las-gardenias-en-barranquilla-por-enfrentamientos-a-bala>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

ANTUNES, D. **Capacidades para a paz estudo comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016) A configuração do poder local institucionalizado em Carambeí e suas perspectivas para o desenvolvimento social municipal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

ARBOLEDA, Z; HERRERA, M; PRADA, M. **¿Qué es educar y formar para la paz y cómo hacerlo? Educación y Pedagogía para la Paz Material para la práctica**. Acción CaPaz: Estrategia de Capacidades para la Paz y la Convivencia. Oficina del Alto Comisionado para la Paz. Colombia. Recuperado de [altocomisionadoparalapaz.gov.co](http://altocomisionadoparalapaz.gov.co). Acesso em: 16 de fev. 2020.

ARENAS, J. **Diario de la resistencia de Marquetalia**. Bogotá: Ediciones Abejón Mono, 1972.

ARISMENDI P. I. **Gobernantes Colombianos**. Bogotá: Interprint Editores, 1983.

ARRAZOLA, R. **Palenque, Primer Pueblo Libre de América: Historia de las Sublevaciones de los Esclavos de Cartagena**. Cartagena: Ediciones Hernández, 1970.

BAGÚ, S. **Economía de la sociedad colonial**. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

BAKEWELL, P. J. **América Latina Colonial: Economía**. Barcelona: Crítica, 1990.

Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial. **Relatório do Banco Mundial: Para a construção de uma sociedade equitativa na Colômbia 2021**, Washington, 2021. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/602591635220506529/pdf/Main-Report.pdf>>. Acesso em: 04 de fev. de 2022.

BARON, Y. **Meninas da guerrilha: gênero e educação em situação de conflito armado na Colômbia**. 2017. Dissertação (Mestrado em educação - educação social) - Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Corumbá, 2017.

BETHELL, L. **América Latina Colonial: la América precolombina y la conquista**. Barcelona: Crítica, 1990.

BETHELL, L. **História de América Latina**. Barcelona: Crítica, 1990.

BEZERRA, C. **Transformação de conflitos e os movimentos pela paz na Colômbia: uma pesquisa comparada dos processos de paz durante os governos Pastrana (1998-2002) e Santos (2010-2016)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BLANCO, J. B. De la Gran Colombia a la Nueva Granada, contexto histórico- político de la transición constitucional. **Prolegómenos - Derechos y Valores**, Bogotá, v. X, n. 20 , p. 71-87, jul. /dez. 2007.

BUSHNELL, D. **Colombia una nación a pesar de sí misma**: de los tiempos precolombinos a nuestros días. Bogotá: Planeta Colombiana, 1994.

CACUA PRADA, A. El pensamiento de los criollos en la independencia de la Nueva Granada. **Estudios Latinoamericanos**, Nariño, n. n. 28-29, p. 5-40, 17, nov. 2016.

CALLE, M. **Constitución y guerra**. Una revisión del sistema de derechos fundamentales de Colombia durante el siglo XX. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Zaragoza, Zaragoza, 2006.

CÁRDENAS, J. Educación para la paz de la constitución de 1991 a la cátedra de la paz. **Revista NOVUM**, Bogotá, v.11, n.103, p. 103-127, Jan. /jun. 2017.

CNMH, C. N. D. M. H. **Guerrilla y población civil**: Trayectoria de las FARC 1949 - 2013. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2014.

Colegios de la guerra: otras víctimas del conflicto armado. **Rutas del Conflicto**. Disponível em: <<https://rutasdelconflicto.com/especiales/escuelas/#:~:text=Colegios%20de%20la%20guerra%3A,otras%20v%C3%ADctimas%20del%20conflicto%20armado&text=%22La%20zona%20se%20da%20por%20que,resguardarse%20y%20a%20utilizar%20el%20colegio>>. Acesso em: 04 de fev. de 2022.

COLÔMBIA. [Constituição (1991)]. **Constitución da República de Colombia**: promulgada en 4 de julio de 1991. Bogotá: Gaceta Constitucional, 1991.

COLÔMBIA. **Ley n° 1732, de 01 septiembre de 2014**. Por la cual se establece la cátedra de la paz en todas las instituciones educativas del país. Disponível em: <http://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/1687408>. Acesso em: 16 de fev. 2020.

COLÔMBIA. **Decreto 1038 de 2015**. Por el cual se reglamenta la Cátedra de la Paz: Disponível em: <http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Normal.jsp?i=61735>. Acesso em: 16 de fev. 2020.

COLÔMBIA: venceu o ‘Não’ no plebiscito pelos acordos de paz com as FARC. **BBC News Mundo**, 02 de out. de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-37537187>>. Acesso em: 20 de jun. de 2018.

COLÔMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **Informe de Rendición de Cuentas de la Construcción de Paz**. Enero 2016- diciembre 2018. Disponível em:

[https://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-385568.html?\\_noredirect=1](https://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-385568.html?_noredirect=1). Acesso em: 16 de fev. 2020.

COLÔMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **Informe de Rendición de Cuentas de la Construcción de Paz**. Enero 2019- diciembre 2019. Disponível em: [https://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-385568.html?\\_noredirect=1](https://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-385568.html?_noredirect=1). Acesso em: 16 de fev. 2020.

COLÔMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **Informe de Rendición de Cuentas de la Construcción de Paz**. Enero 2020- diciembre 2020. Disponível em: [https://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-385568.html?\\_noredirect=1](https://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-385568.html?_noredirect=1). Acesso em: 16 de fev. 2020.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO. **Casos de implicación de la iglesia en la violencia en Colombia insumo para la comisión de esclarecimiento de la verdad**. Pacific School of Religion y su programa de Changemaker Fellowship. Berkeley, p. 101. 2016.

COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS, CMHV. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2015.

COSTA, R. **Políticas de defesa e segurança colombiana de Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos (2002 – 2012): análise sobre mudanças e continuidades para solução do conflito colombiano**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2013.

COUTINHO, N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CUERVO, S. **Migração interna e deslocamento forçado: Análise do padrão migratório colombiano do final do século XX e começo do século XXI**. 2014. Tese (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

CUNHA, M. **Representações da guerra dos mil dias em cem anos de solidão e ninguém escreve ao coronel**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

DE ZUBIRÍA, S. **Dimensiones políticas y culturales en el conflicto colombiano**. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

DE ZUBIRÍA, S. et al. **Conflicto social y revolución armada: ensayos críticos**. Bogotá: Gentes del Común, 2015.

ESPINOSA, N. “Dime qué fuente usas y te diré qué análisis presentas”. Balance conceptual y metodológico de bases de datos sobre conflicto armado en Colombia. **Universitas Humanística**, Bogotá, v. 72, p. 297-320, 2011.

ESTRADA, J. **Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada Elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado**. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

FAJARDO, D. **Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana**. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

FALS, O. **La subversión en Colombia. El cambio social en la historia**. Bogotá: Fica, Cepa, 2008.

FARC: Ivan Márquez, ex-chefe da equipe de negociação das FARC, anuncia que está retomando a luta armada na Colômbia. **BBC News Mundo**, 29 de ago. de 2019 Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49509911>>. Acesso em: 30 de ago. de 2018.

FERREIRA, F. **Alto el fuego: a mensuração e a eficácia da segurança humana na construção da paz na Colômbia e no Peru**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FERRY, E. **Un manual del conflicto colombiano, violentología**. Bogotá: Icono Editorial, 2012.

FLACH, S. O pensamento de Antônio Gramsci e as pesquisas sobre políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2015219, p. 1-18, 2020. Disponible en: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>.

FLACH, S; MASSON, G. A disciplina de política educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.33, p. 205-220, Jul./Dez. 2014.

FECODE. **La vida por educar: crímenes de lesa humanidad de persecución y exterminio contra maestras y maestros sindicalistas, miembros de FECODE, entre 1986 y 2010**. Bogotá. Disponível em: <<https://www.fecode.edu.co/images/comunicados/2020/LavidaporEducar.pdf>> Acesso em: 04 de fev. de 2022.

Gasto militar (% del PIB) – Colombia. Banco Mundial. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=CO>>. Acesso em 20 de fev. de 2022.

GOBIERNO NACIONAL – FARC-EP (2017). **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una Paz estable y duradera**. Bogotá: Printed in Colombia.

GRUPO MEMÓRIA HISTÓRICA. **¡BASTA YA! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

GOMES, A. **O 9 de abril de 1948: tragédia política e motim urbano na Colômbia**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GÓMEZ, J. **Breve historia de Cristóbal Colón**. Madrid, España: Ediciones Nowtilus, 2012.

GONZALEZ, A. **A funcionalidade dos Territórios Estratégicos para acumulação capitalista pela via da violência na Colômbia, nas duas últimas décadas.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020a.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes** (Escritos gramscianos). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020b.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere.** Galiza: Estaleiro Editora, 2011.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos.** vol. 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos.** vol. 1. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, A. **A organização da cultura.** In: Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Coleção Perspectivas do Homem, Série Filosofia, p. 116 – 141.

HERNÁNDEZ, E. Los niños y las niñas frente al conflicto armado y alternativas de futuro. **Reflexión Política**, Bucaramanga, v. 3, n. 6, 2001.

HEWITT, N; GANTIVA, C; VERA, A; MALDONADO, M; CUERVO, P; HERNÁNDEZ, N. Afectaciones psicológicas de niños y adolescentes expuestos al conflicto armado en una zona rural de Colombia. **Acta Colombiana de Psicología**, Bogotá, v.17(1), p.79-89, 2014.

HOBBSAWM, E. **Rebeldes Primitivos:** Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

JAIMES, J. **Da praça ao twitter: o processo de paz de Havana no discurso de Juan Manuel Santos, Álvaro Uribe e Timochenko.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2017.

JESUS, R. **Militarização e deslocamento interno de pessoas na Colômbia durante o governo Uribe (2002-2010): uma análise crítica a partir das relações internacionais e dos estudos estratégicos.** 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

KALMANOVITZ, S. **Breve história económica de Colombia.** Bogotá: Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 2015.

La Pátria Boba. **Revista Semana**, Bogotá. Disponível em: <<https://www.semana.com/especiales/articulo/la-patria-boba/105278-3/>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

LA PORTA, L. Revolução. In: LIGUORI, G; VOZA, P. (orgs). **Dicionário Gramsciano** (1926 – 1937). São Paulo: Boitempo, 2017. P. 697 – 698.



LAROSA, M. J.; MEJÍA, G. R. **Historia concisa de Colombia (1810- 2013)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana; Universidad del Rosario, 2013.

LEAL, F. **El oficio de la guerra. La seguridad nacional en Colombia**. Bogotá: Tercer Mundo Editores-Iepri; Universidad Nacional de Colombia, 1994.

LEGRAND, C. De las tierras públicas a las propiedades privadas: acaparamiento de tierras y conflictos agrarios en Colombia 1.870 - 1.936. **Revista Lecturas de Economía**, Medellín, p. 15- 50, jan. /abr. 1984.

Líderes sociales, defensores de DD.HH y firmantes de acuerdo asesinados en 2022. **Observatorio de DDHH, conflictividades y paz**. Disponible em: <<https://indepaz.org.co/lideres-sociales-defensores-de-dd-hh-y-firmantes-de-acuerdo-asesinados-en-2022/>>. Acesso em: 20 de maio. de 2022.

Listado de las 80 víctimas de violencia homicida en el marco del paro nacional al 23 de julio. **Observatorio de DDHH, conflictividades y paz**. Disponible em: <<https://indepaz.org.co/victimas-de-violencia-homicida-en-el-marco-del-paro-nacional/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

LIZARRALDE, M. Ambientes educativos y territorios del miedo en medio del conflicto armado: estudio sobre escuelas del Bajo y Medio Putumayo. **Revista colombiana de Educación**, Bogotá, n.62, p.21- 39, jan. /jun. 2012.

Los presidenciables del 2018 se comprometieron. **Periodico Nova Et Vetera**, 25 de maio. de 2017. Disponible em: <<https://www.urosario.edu.co/Periodico-Nova-Et-Vetera/Actualidad-Rosarista/A-que-se-comprometen-los-Presidenciables-2018/#TabsPresidenciables>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

LÓPEZ, J. O. **La independencia de Colombia**. Bogotá: Bicentenarios de América Latina, 2009.

LYNCH, J. **Historia de América Latina: La Independencia**. Barcelona: Crítica, 1991.

LYNCH, J. **Simón Bolívar a life**. North Yorkshire: Yale University, 2007.

MARTÍNEZ, G. V. **Colombia 1854: Melo, los artesanos y el socialismo: a dictadura democrático-artesanal de 1854, expresión del socialismo utópico en Colombia**. Bogotá: La Oveja Negra, 1972.

MARULANDA, D. **Memória social do processo de reintegração à vida civil dos desmobilizados das AUC e das FARC na Colômbia entre os anos 2009 e 2011**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2001.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDINA, C. **FARC-EP Notas para una historia política 1958-2006**. 2011. Doctorado (Doctorado en Historia) - Universidad Nacional De Colombia, Bogotá, 2011.

MELAMED, J; PÉREZ, C. Political Background of the Armed Conflict in Colombia a History for not repetition. **Ciencia y poder aéreo**, Bogotá, v12, n1, p. 136- 143, jan./dec. 2017.

MELO, J. La ley heroica de 1928. **Colombia es un tema**. Setembro de 1978. Disponível em: <http://www.jorgeorlandomelo.com/leyheroica.htm>. Acesso em: 12 novembro 2019.

MELO, J. **Historia mínima de Colombia**. Ciudad de México: Turner, 2017.

MEN. **Educar para la paz**. Disponível em: <<https://www.mineduacion.gov.co/1621/w3-printer-351620.html>>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

MOJICA, J. **O direito à memória e o ensino da história do conflito armado colombiano em um ambiente museu**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MOLANO, A. **Del llano llano: Relatos y testimonios**. Bogotá: El Áncora, 1995.

MOLANO, A. **Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010)**. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

MOLANO, A. Pacifistatv, 4 Junio 2019. Disponível em: <<https://pacifista.tv/notas/sentido-historia-colombia-esta-vinculado-exclusion-alfredo-molano-comision-verdad/>>. Acesso em: 12 novembro 2019.

MOLINA, N. **Resistencia comunitaria y transformación de conflictos: Un análisis desde el conflicto político-armado de Colombia**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) -Universidade Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

MONCAYO, V. **Hacia la verdad del conflicto: insurgencia guerrillera y orden social vigente**. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

MUÑOZ, J. **La politización de la política pública de vivienda en el programa 100.000 viviendas gratis, del gobierno de Juan Manuel Santos para el cuatrienio (2010-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Políticos) -Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2016.

MUÑOZ, G; PONTES, P. Conflito armado en Colombia y sus consecuencias sobre niños y jóvenes. **Desidades**, Rio de Janeiro, n.8, p. 30-39, set. 2015.

NABUCO, P. **Crianças soldado na Colômbia: a construção de um silêncio na política internacional**. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

OCDE. **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação Ensino superior na Colômbia OCDE 2012**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264180710-es>>. Acesso em 19 de fev. de 2022.

OLIVEIRA, D. **Território e poder**: as regiões guerrilheiras colombianas e sua relação com a economia e política no mundo contemporâneo. 2007. Dissertação (Mestrado Relações Internacionais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OQUIST, P. **Violencia, conflicto y política en Colombia**. Bogotá: Instituto de Estudios Colombianos, 1978.

PATINO, R. **Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia** 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PÉCAUT, D. Las FARC: fuentes de su longevidad y de la conservación de su cohesión. **Análisis Político**, Bogotá, n. 63, mai. /ago. 2008.

PÉCAUT, D. Modernización y enfrentamientos armados en la Colombia del siglo XX. Cali: Programa Editorial UNIVALLE, 2019.

PECO, M; PERAL, L. **Conflictos Internacionales Contemporáneos:El conflicto de Colombia**. 2006. Madrid: Ministerio de Defensa, Escuela de Guerra del Ejército e Instituto Universitario de Estudios Internacionales y Europeos Francisco de Vitoria, 2005.

Pedirán a la Fiscalía que crimen de Gaitán sea de lesa humanidad. **El País**, Cali, 08 de abr. de 2018. Disponível em: < <https://www.elpais.com.co/colombia/pediran-a-la-fiscalia-que-crimen-de-gaitan-sea-de-lesa-humanidad.html>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020

PINHEIRO, M. **Farc-ep: meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível?** 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PIZARRO, E. Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia: 1949-1966. **Análisis Político**, Bogotá, n.7, mai. /ago. 1989.

PIZARRO, E. LAS FARC (1949 -1966) **De la autodefensa a la combinación de todas las formas de lucha**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

QUINTERO, S. Guerra y paz en Colombia: introducción al caso de las Farc. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. XV, n. 39, p. 33 - 50, 1o Semestre 2017.

RAMIREZ, D. **A utopia da emancipação humana na Colômbia**: os sindicatos e os partidos de esquerda no período 2002-2010. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

RODRÍGUEZ, A; VEGA, E; ESTRADA, L; CASTRO R. Efectos del conflicto armado en Colombia en la cobertura educativa del departamento de Bolívar en el período 1995-2008. **Semestre Económico**, Medellín, v.14, n.28, p.67-76, jan. /jun. 2011.

RUBINO, R. Colombia de un Siglo a Otro: Modernidad Elusiva, Revolución, Contrarrevolución y Procesos Políticos Inconclusos (1853-1953). In: QUINTEROS, M; VIEL MOREIRA, L. **As revoluções na América Latina contemporânea**. Maringá: UEM-PGH-História, 2016. cap. 1. p. 13- 75p.

SALAS, L. Conflicto armado y configuración territorial: elementos para la consolidación de la paz en Colombia. **Bitácora**26, Bogotá, p. 45 - 57, jul. /dez. 2016.

SÁNCHEZ, G. “**Violencia, guerrillas y estructuras agrarias**”, **Nueva historia de Colombia**. Bogotá: Planeta, 1989.

SANDOVAL, L; BOTÓN, S; IRMA, L. Educación, desigualdad y desplazamiento forzado en Colombia. **Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión**, Bogotá, v.19 (1), p.91-111, 2011.

SANTOS. J. **Discurso del Presidente Juan Manuel Santos Calderón**. Presidencia República de Colombia, Bogotá, 07 de ago. de 2010. Disponible em: <[http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Agosto/Paginas/20100807\\_15.aspx](http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Agosto/Paginas/20100807_15.aspx)>. Acesso em: 04 de fev. 2020.

SARRIA, M. A. C. Haciendo memoria de una Corte que le temía a la revolución: a propósito de un juicio de constitucionalidad a la represión bajo la hegemonía conservadora. **Revista de Derecho**, Barranquilla, n. 49, 2018.

SILVA, B. **Processos de paz na Colômbia – dos intentos de Andrés Pastrana à instalação da mesa de Havana**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, São Paulo, 2017.

TATAR, F. La condición juvenil dentro del conflicto armado en Colombia. **INVESTIGIUMIRE: Ciencias Sociales y Humanas**, Pasto, v.9, n.1, p.54- 67, jan. /jun. 2018.

TELLO. C. G.; MAINARDES. J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

TONET, I. **Método Científico**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

TORRES, I. **Enseñanza de la historia reciente y memorias sobre el conflicto armado en Colombia. Consideraciones pedagógicas acerca del marco normativo 2005-2014**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal De Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

TUFANO, S. **Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade De São Paulo, São Paulo, 2016.

TWITTER. Santos, J. O mercado na medida do possível, o Estado na medida do necessário. Disponível em: <<https://twitter.com/juanmansantos/status/482187584798724096>>. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

Unión Patriótica. **Documentos do I Congresso da UP**. Bogotá, 11 de dez. de 1990. Disponível em: <<https://verdadabierta.com/images/2017/agosto/up-estatutos.pdf>>. Acesso em: 14 de jun. de 2020.

VALENCIA, M; RAMÍREZ, M; FAJARDO, M; OSPINA, M. Da afetação a novas possibilidades: meninas e meninos no conflito armado. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v.13 (2), 2015.

VÁSQUEZ, E. **Historia de Cali del siglo XX**. Cali: Universidad del Valle, 2001.

VEGA, C. R. **La dimensión internacional del conflicto social y armado en Colombia injerencia de los Estados Unidos contrainsurgencia y terrorismo de estado**. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

VEGA, C. R. La "contra-revolución en marcha" y el derrumbe de la República Liberal 1942-1946. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, [S. l.], n. 15, p. 231-271, 1987. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/36111>. Acesso em: 17 mar. 2021

YAFFE, L. Conflito armado en Colombia: análisis de las causas económicas, sociales e institucionales de la oposición violenta. **Revista CS**, Cali, n. 8, p.187 - 208, jul. /dez. 2011.

**APÊNDICE A** – Documentos selecionados a partir do levantamento de pesquisas no Brasil e na Colômbia das produções científicas que se relacionam à acordo de paz na colômbia e educação no conflito armado colombiano.

QUADRO 1- Documentos selecionados para a pesquisa, conforme categorias temáticas.

| <b>HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO</b>   |                                  |   |             |
|---|----------------------------------|---|-------------|
| <b>Ano</b>  | <b>Autor</b>                     | <b>Título / temática</b>  | <b>Tipo</b> |
| 2014  | CUNHA, M.                        | AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA DOS MIL DIAS EM CEM ANOS DE SOLIDÃO E NINGUÉM ESCREVE AO CORONEL  | Dissertação |
| 2006  | CALLE, LUZ.                      | CONSTITUCIÓN Y GUERRA. UNA REVISIÓN DEL SISTEMA DE DERECHOS FUNDAMENTALES DE COLOMBIA DURANTE EL SIGLO XX.  | Tese        |
| 2013  | COSTA, R.                        | POLÍTICAS DE DEFESA E SEGURANÇA COLOMBIANA DE ÁLVARO URIBE E JUAN MANUEL SANTOS (2002 -2012): ANÁLISE SOBRE MUDANÇAS E CONTINUIDADES PARA SOLUÇÃO DO CONFLITO COLOMBIANO. | Dissertação |
| 2016  | FERREIRA, F                      | ALTO EL FUEGO: A MENSURAÇÃO E A EFICÁCIA DA SEGURANÇA HUMANA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NA COLÔMBIA E NO PERU   | Tese        |
| 2006  | PECO, M; PERAL, LUIS             | EL CONFLICTO DE COLOMBIA  | Livro       |
| 2017  | MELAMED J; PÉREZ C.              | ANTECEDENTES POLÍTICOS DEL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA: UNA HISTORIA PARA NO REPETIR   | Artigo      |
| 2006  | GONZÁLEZ, A.                     | A FUNCIONALIDADE DOS TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS PARA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA PELA VIA DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS.                                    | Tese        |
| 2015  | COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO | CASOS DE IMPLICACIÓN DE LA IGLESIA EN LA VIOLENCIA EN COLOMBIA INSUMO PARA LA COMISIÓN DE ESCLARECIMIENTO DE LA VERDAD.   | Livro       |
| 2013  | GRUPO MEMÓRIA HISTÓRICA          | ¡BASTA YA! COLOMBIA: MEMORIAS DE GUERRA Y DIGNIDAD.   | Livro       |
| 2016  | SALAS, L.                        | CONFLICTO ARMADO Y CONFIGURACIÓN TERRITORIAL: ELEMENTOS PARA LA CONSOLIDACIÓN DE LA PAZ EN COLOMBIA.  | Artigo      |
| 2011  | YAFFE, L.                        | CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA: ANÁLISIS DE LAS CAUSAS ECONÓMICAS, SOCIALES E INSTITUCIONALES DE LA OPOSICIÓN VIOLENTA.   | Artigo      |
| 2004  | MOLINA, N.                       | RESISTENCIA COMUNITARIA Y TRANSFORMACIÓN DE CONFLICTOS: UN ANÁLISIS DESDE EL CONFLICTO POLÍTICO-ARMADO DE COLOMBIA.   | Tese        |
| 2014  | RAMÍREZ, D.                      | A UTOPIA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COLÔMBIA: OS SINDICATOS E OS PARTIDOS DE ESQUERDA NO PERÍODO 2002-2010. 2014.   | Dissertação |
| 2012  | FERRY, E.                        | UN MANUAL DEL CONFLICTO COLOMBIANO, VIOLENTOLOGÍA. BOGOTÁ: ICONO EDITORIAL, 2012.   | Livro       |
| <b>GRUPOS DE GUERRILHA COLOMBIANA FARC - EP E OUTROS ATORES PARTICIPANTES DO CONFLITO ARMADO: GUERRILHA ELN, PARAMILITARES, AUC</b> |                                  |   |             |
| <b>Ano</b>  | <b>Autor</b>                     | <b>Título / temática</b>  | <b>Tipo</b> |

|   |  |  |             |
|---|--|--|-------------|
| 2016  | RUBINO, R.   | COLOMBIA DE UN SIGLO A OTRO: MODERNIDAD ELUSIVA, REVOLUCIÓN, CONTRARREVOLUCIÓN Y PROCESOS POLÍTICOS INCONCLUSOS (1853-1953).   | Livro       |
| 1989  | PIZARRO, E.  | LOS ORÍGENES DEL MOVIMIENTO ARMADO COMUNISTA EN COLOMBIA   | Artigo      |
| 1991  | PIZARRO, E.  | LAS FARC (1949 -1966) DE LA AUTODEFENSA A LA COMBINACIÓN DE TODAS LAS FORMAS DE LUCHA.   | Livro       |
| 2015  | MARULANDA, D.                                      | MEMÓRIA SOCIAL DO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO À VIDA CIVIL DOS DESMOBILIZADOS DAS AUC E DAS FARC NA COLÔMBIA ENTRE OS ANOS 2009 E 2011.   | Dissertação |
| 2017  | GOMES, A.  | O 9 DE ABRIL DE 1948: TRAGÉDIA POLÍTICA E MOTIM URBANO NA COLÔMBIA.  | Dissertação |
| 2007  | OLIVEIRA, D.                                       | TERRITÓRIO E PODER: AS REGIÕES GUERRILHEIRAS COLOMBIANAS E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA E POLÍTICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.   | Dissertação |
| <b>ACORDO DE PAZ ANTERIORES; ACORDO DE PAZ ANO 2016</b> |  |  |             |
| <b>Ano</b>  | <b>Autor</b>                                       | <b>Título / temática</b>   | <b>Tipo</b> |
| 2016  | TUFANO, S.   | CRISE POLÍTICA, ABERTURA DEMOCRÁTICA E PROCESSOS DE PAZ NA COLÔMBIA DOS ANOS 1980.   | Dissertação |
| 2017  | JAIMES, J.   | DA PRAÇA AO TWITTER: O PROCESSO DE PAZ DE HAVANA NO DISCURSO DE JUAN MANUEL SANTOS, ÁLVARO URIBE E TIMOCHENKO.   | Dissertação |
| 2017  | SILVA, B.  | PROCESSOS DE PAZ NA COLÔMBIA – DOS INTENTOS DE ANDRÉS PASTRANA À INSTALAÇÃO DA MESA DE HAVANA.   | Dissertação |
| 2017  | BEZERRA, C.  | TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS E OS MOVIMENTOS PELA PAZ NA COLÔMBIA: UMA PESQUISA COMPARADA DOS PROCESSOS DE PAZ DURANTE OS GOVERNOS PASTRANA (1998-2002) E SANTOS (2010-2016).  | Dissertação |
| 2018  | ANTUNES, D.  | CAPACIDADES PARA A PAZ ESTUDO COMPARATIVO DOS PROCESSOS DE PAZ ENTRE O GOVERNO COLOMBIANO E AS FARC NAS GESTÕES ANDRÉS PASTRANA (1998-2002) E JUAN MANUEL SANTOS (2010-2016) A CONFIGURAÇÃO DO PODER LOCAL INSTITUCIONALIZADO EM CARAMBEÍ E SUAS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL MUNICIPAL. | Dissertação |
| 2015  | PINHEIRO, M.                                       | FARC-EP: MEIO SÉCULO DE INSURGÊNCIA NA COLÔMBIA. QUE PAZ É POSSÍVEL?   | Dissertação |
| <b>EDUCAÇÃO NO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO</b>           |  |  |             |
| <b>Ano</b>  | <b>Autor</b>                                       | <b>Título / temática</b>   | <b>Tipo</b> |
| 2014  | MOJICA, J.   | O DIREITO À MEMÓRIA E O ENSINO DA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO EM UM AMBIENTE MUSEU.   | Dissertação |
| 2015  | TORRES, I.   | ENSEÑANZA DE LA HISTORIA RECIENTE Y MEMORIAS SOBRE EL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA. CONSIDERACIONES PEDAGÓGICAS ACERCA DEL MARCO NORMATIVO 2005-2014.  | Dissertação |
| 2011  | RODRÍGUEZ, A;<br>VEGA, E; ESTRADA,<br>L; CASTRO R. | EFECTOS DEL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA EN LA COBERTURA EDUCATIVA DEL DEPARTAMENTO DE BOLÍVAR EN EL PERÍODO 1995-2008   | Artigo      |
| <b>MIGRAÇÃO INTERNA E DESLOCAMENTO FORÇADO</b>          |  |  |             |
| <b>Ano</b>  | <b>Autor</b>                                       | <b>Título / temática</b>   | <b>Tipo</b> |

|  |  |   |             |
|--|--|---|-------------|
| 2017   | BARON, Y.  | MENINAS DA GUERRILHA: GÊNERO E EDUCAÇÃO EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA.   | Dissertação |
| 2017   | JESUS, R.  | MILITARIZAÇÃO E DESLOCAMENTO INTERNO DE PESSOAS NA COLÔMBIA DURANTE O GOVERNO URIBE (2002-2010): UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS. | Dissertação |
| 2011   | ESPINOSA, N.   | “DIME QUÉ FUENTE USAS Y TE DIRÉ QUÉ ANÁLISIS PRESENTAS”. BALANCE CONCEPTUAL Y METODOLÓGICO DE BASES DE DATOS SOBRE CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA.                                      | Artigo      |
| 2014   | CUERVO, S.   | MIGRAÇÃO INTERNA E DESLOCAMENTO FORÇADO: ANÁLISE DO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO DO FINAL DO SÉCULO XX E COMEÇO DO SÉCULO XXI.  | Tese        |
| <b>CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA CRIANÇAS E JOVENS</b> |  |   |             |
| <b>Ano</b>   | <b>Autor</b>   | <b>Título / temática</b>  | <b>Tipo</b> |
| 2015   | NABUCO, P  | CRIANÇAS SOLDADO NA COLÔMBIA: A CONSTRUÇÃO DE UM SILÊNCIO NA POLÍTICA INTERNACIONAL.  | Dissertação |
| 2001   | HERNÁNDEZ, E.  | LOS NIÑOS Y LAS NIÑAS FRENTE AL CONFLICTO ARMADO Y ALTERNATIVAS DE FUTURO   | Artigo      |
| 2015   | MUÑOZ, G; PONTES, P.                                     | CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA Y SUS CONSECUENCIAS SOBRE NIÑOS Y JÓVENES.   | Artigo      |
| 2018   | TATAR, F.  | LA CONDICIÓN JUVENIL DENTRO DEL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA.   | Artigo      |
| 2015   | VALENCIA, M;<br>RAMÍREZ, M;<br>FAJARDO, M;<br>OSPINA, M. | DA AFETAÇÃO A NOVAS POSSIBILIDADES: MENINAS E MENINOS NO CONFLITO ARMADO.   | Artigo      |
| 2013   | PATINO, R.   | CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE FAMILIARES DE VÍTIMAS DE DESAPARECIMENTO FORÇADO NA COLÔMBIA  | Tese        |
| 2011   | SANDOVAL, L;<br>BOTÓN, S; IRMA, L.                       | EDUCACIÓN, DESIGUALDAD Y DESPLAZAMIENTO FORZADO EN COLOMBIA.  | Artigo      |
| 2011   | LIZARRALDE, M.   | AMBIENTES EDUCATIVOS Y TERRITORIOS DEL MIEDO EN MEDIO DEL CONFLICTO ARMADO: ESTUDIO SOBRE ESCUELAS DEL BAJO Y MEDIO PUTUMAYO  | Artigo      |



## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO<sup>1</sup>

**Projeto de Pesquisa:** Contribuições da educação na construção de um processo democrático no pós-conflito no contexto colombiano

**Pesquisador Responsável:** KATHERINE GOMEZ PLATA

**Orientadora:** Prof. Dra. Simone de Fátima Flach

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “contribuições da educação na construção de um processo democrático no pós-conflito no contexto colombiano” sob a responsabilidade da doutoranda Katherine Gomez Plata, a qual pretende coletar dados para pesquisa em andamento sobre as políticas educativas após do Acordo de Paz, a qual tem por objetivo analisar as contradições do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a implementação de processos democráticos em escolas da Colômbia.

Informamos que a pesquisa obedecerá todos os procedimentos de ética na pesquisa (anonimato, confidencialidade, discricção, dentre outros), conforme compromisso firmado pelas pesquisadoras devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Parecer nº 25374919.1.0000.0105 Contato: [coep@uepg.br](mailto:coep@uepg.br) / (42) 3220-3108.

Dessa forma, esclarecemos que sua participação é voluntária e ocorrerá através de respostas à uma entrevista semi-estruturada sobre assuntos referentes à pesquisa. Se aceitar participar, estará contribuindo para a análise sobre as políticas educativas após do Acordo de Paz. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

A pesquisadora responsável pela pesquisa e sua orientadora estarão à disposição para qualquer esclarecimento conforme contatos informados abaixo.

Barranquilla - Atlántico - Colombia, \_\_\_\_ \_\_\_\_, 2020

PROF. DRA. SIMONE DE FÁTIMA FLACH  
Orientadora  
[eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br) / (42) 99942-6920

KATHERINE GOMEZ PLATA  
Pesquisadora Responsável  
[Ktgomezplata@gmail.com](mailto:Ktgomezplata@gmail.com) - (42) 988364588

<sup>1</sup> Este termo será emitido em duas vias, sendo que uma ficará na posse do pesquisador e a outra será entregue ao Sujeito da Pesquisa.

#### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo inteiramente com as condições que me foram apresentadas. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vamos ganhar nada e que podemos sair quando quiser.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2020

Assinatura do responsável: \_\_\_\_\_



## FORMULARIO DE CONSENTIMIENTO INFORMADO<sup>1</sup>

**Proyecto de investigación:** contribuciones de la educación en la construcción de un proceso democrático posterior al conflicto en el contexto colombiano  
**Investigador principal:** KATHERINE GOMEZ PLATA  
**Asesor:** Dra. Simone de Fátima Flach

Los invitamos a participar en la investigación " contribuciones de la educación en la construcción de un proceso democrático posterior al conflicto en el contexto colombiano " bajo la responsabilidad de la estudiante de doctorado Katherine Gomez Plata, quien tiene la intención de recopilar datos para la investigación. políticas educativas en curso después del Acuerdo de Paz , cuyo objetivo es analizar las contradicciones del Acuerdo de Paz y sus posibles contribuciones a la implementación de procesos democráticos en las escuelas de Colombia.

Informamos que la investigación obedecerá todos los procedimientos de ética de la investigación (anonimato, confidencialidad, discreción, entre otros) , de acuerdo con el compromiso firmado por los investigadores debidamente aprobados por el Comité de Ética de la Universidad Estatal de Ponta Grossa - Opinión nº 25374919.1.0000.0105 Contacto: [coep@uepg.br](mailto:coep@uepg.br) / (42) 3220-3108.

Por lo tanto, aclaramos que su participación es voluntaria y ocurrirá a través de respuestas a una entrevista semiestructurada sobre temas de investigación. Si acepta participar, contribuirá a la revisión de las políticas educativas después del Acuerdo de Paz. Si después de consentir su participación, renuncia a continuar participando, tiene el derecho y la libertad de retirar su consentimiento en cualquier etapa. Ya sea antes o después de la recopilación de datos, independientemente del motivo y sin perjuicio de usted. No tendrá ningún gasto y tampoco recibirá ninguna remuneración.

Los resultados de la investigación serán analizados y publicados, pero su identidad no será revelada, siendo confidencial.

La investigadora responsable de la investigación y su asesor estarán disponibles para cualquier aclaración de acuerdo con los contactos informados a continuación.

Barranquilla - Atlántico - Colombia, \_\_\_\_ \_\_\_\_, 2020

PROF. DRA. SIMONE DE FÁTIMA FLACH  
 Asesora  
[eflach@uol.com.br](mailto:eflach@uol.com.br) / (42) 99942-6920

KATHERINE GOMEZ PLATA  
 Investigadora Responsable  
[ktgomezplata@gmail.com](mailto:ktgomezplata@gmail.com) / (42) 988364588

<sup>1</sup> Este término se emitirá en dos copias, una de las cuales estará en manos del investigador y la otra será entregada al participante de la investigación.

### Consentimiento posterior a la información

Yo, \_\_\_\_\_, declaro que he sido informado y estoy completamente de acuerdo con las condiciones que se me presentan. Por lo tanto, acepto participar en la entrevista, sabiendo que no ganaremos nada y que podemos irnos en cualquier momento.

Fecha: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2020

Firma del responsable: \_\_\_\_\_

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA – PAIS OU RESPONSÁVEIS**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PADRES DE FAMILIA OU ACUDIENES**

#### **PERFIL DOS ENTREVISTADOS / PERFIL DE LOS ENTREVISTADOS**

1. Qual sua formação? Curso, faculdade, ano, especialização, mestrado, doutorado? / ¿Cuál
1. Quem compõe sua família? / ¿Quienes integran su familia??
2. Faz quantos anos mora na Barranquilla? / ¿Cuánto tiempo llevas viviendo en Barranquilla?
3. Por que mora aqui em Barranquilla? / ¿Por qué vives aquí en Barranquilla?
4. Qual é sua cidade de origem? / ¿Cuál es tu ciudad de origen?
5. As Gardênia é sua primeira morada ou já morou em outros lugares? / ¿Las Gardenas es tu primer hogar o ya has vivido en otros lugares?

#### **POSICIONAMENTO EDUCATIVO SOBRE O CONFLITO ARMADO/ POSICIONAMIENTO EDUCATIVO SOBRE EL CONFLICTO ARMADO**

6. Quantos de seus filhos estudam nas Gardênia? / ¿Cuántos de tus hijos estudian en Gardenias?
7. Você sente alguma diferença das Gardênia com respeito a outras instituições educativas onde já estudaram seus filhos? / ¿Sientes alguna diferencia de las Gardenias con respecto a otras instituciones educativas en las que han estudiando sus hijos?
8. Você acha pertinente que a escola ensine sobre a história do conflito armado? Por quê? / ¿Crees que es pertinente que la escuela enseñe sobre la historia del conflicto armado? ¿ Por qué?
9. Para você a educação tem um papel relevante no pós- conflito? Por quê? / ¿Crees que la educación tiene un papel relevante en el posconflicto? Por qué?
10. Fale sobre as necessidades da escola para ofertar uma educação de melhor qualidade para a comunidade. / ¿Qué necesidades tiene la escuela para brindar un mejor servicio a la comunidad de esta institución?

#### **POSICIONAMENTO SOBRE O CONFLITO ARMADO E O ACORDO DE PAZ/ POSICIONAMIENTO SOBRE EL CONFLICTO ARMADO Y EL ACUERDO DE PAZ**

11. Está de acordo com o acordo de paz assinado entre o Governo e as FARC- EP? Por quê? / ¿Está de acuerdo con el acuerdo de paz firmado entre el Gobierno y las FARC- EP? ¿Por qué?

12. Quais são os grupos armados que participaram desse conflito? Como eles diferem? / ¿Qué grupos armados participaron en este conflicto? ¿Cómo se diferencian?

13. Gostaria de ter formação da história do conflito armado e sobre o Acordo de paz? Por quê? / ¿Le gustaría saber más sobre la historia del conflicto armado y el acuerdo de paz? Por qué?

14. Qual é seu sentimento quando ex-combatentes retomaram as armas e sua luta na guerrilha? / ¿Qué sentiste cuando los excombatientes retomaron las armas y su lucha en la guerrillera?

### **POSICIONAMENTO SOBRE A REALIDADE/ POSICIONAMIENTO SOBRE A REALIDAD**

15. Se encontra familiarizado com a ideia de morar em Barranquilla para sempre ou quer voltar a sua cidade de origem? Por quê? / ¿Quieres vivir en Barranquilla para siempre o quieres volver a tu ciudad natal? Por qué?

16. Quando seus filhos concluírem o ensino nessa escola, que futuro você deseja para eles? / Cuando sus hijos terminen la escuela, ¿Qué futuro quiere para ellos?

17. Quer compartilhar um relato sobre sua vida, sonhos, medos, tristezas, alegrias? / ¿Quieres compartir una relato sobre tu vida, sueños, miedos, tristezas, alegrías?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES ESCOLARES**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETIVOS DOCENTES**

### **PERFIL DOS ENTREVISTADOS/ PERFIL DE LOS ENTREVISTADOS**

1. Qual sua formação? Curso, faculdade, ano, especialização, mestrado, doutorado? / ¿Cuál es tu formación académica? ¿Curso, universidad, año, especialización, maestría, doctorado?

2. Quantos anos de experiência tem no campo da educação? / ¿Cuántos años de experiencia tiene en el campo de la educación?

3. Qual seu tempo de trabalho como gestor (director/coordenador pedagógico) nesta instituição? / ¿Cuántos años has trabajado como directivo en esta institución?

4. Como é o processo de elaboração do PEI? / ¿Cómo es el proceso de elaboración del PEI?

5. Pode descrever que tipo de população é atendida nesta escola? / ¿Puedes describir qué tipo de población se atiende en esta escuela?

### **SOBRE O PROJETO EDUCATIVO INSTITUCIONAL/ SOBRE EL PROYECTO EDUCATIVO INSTITUCIONAL**

6. Como está estabelecido no PEI a abordagem da história do conflito armado? / ¿Cómo se establece en el PEI abordar la historia del conflicto armado?

7. Como é elaborado o PEI? Quais sujeitos participam da elaboração do PEI? / ¿Cómo es elaborado el PEI? ¿Cuales sujetos participan en la elaboración del PEI?

**PROJETOS IMPLEMENTADOS NA ESCOLA/ PROYECTOS IMPLEMENTADOS EN LA ESCUELA**

8. Quais projetos educativos são desenvolvidos na escola? / ¿Cuales son los proyectos educativos que estan siendo implementados en la escuela?

9. Esses projetos foram propostos pelo Ministério da Educação Nacional - MEN? Tais projetos levam em consideração as características da população atendida? / ¿Esos proyectos fueron propuestos por el Ministerio de Educación Nacional - MEN? ¿Esos proyectos tienen en cuenta las características de la población atendida?

9. Como o MEN acompanha tais projetos? / Desde MEN, ¿Cuál es el seguimiento de estos proyectos?

10. A Secretaria de Educação de Barranquilla implementa projetos específicos para esta instituição? / ¿La Secretaria de Educación de Barranquilla implementa proyectos específicos para esta institución?

11. Como a Secretaria de Educação de Barranquilla acompanha tais projetos? / Desde la Secretaria de Educação de Barranquilla, ¿Cuál es el seguimiento de estos proyectos?

**POSICIONAMENTO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CONFLITO ARMADO E AS QUESTÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS / POSICIONAMIENTO SOBRE LA RELACIÓN ENTRE CONFLICTO ARMADO Y LAS CUESTIONES SOCIALES Y EDUCATIVAS.**

12. Como Director/Coordenador Pedagógico desta instituição, qual é sua visão sobre o papel da escola no pós-conflito? / Como directivo de esta institución, ¿Cuál es su opinión sobre el papel de la escuela en el posconflicto?

13. Fale sobre as possibilidades e os limites (aspectos positivos e negativos) das políticas públicas para que se efetive a educação no pós-conflito. / En su opinión, ¿Qué deficiencias tienen las políticas públicas para que la educación en el posconflicto sea efectiva?

14. Fale sobre as necessidades da escola para a oferta de melhor atendimento educacional para a população. / ¿Qué necesidades tiene la escuela para brindar un mejor servicio a la comunidad de esta institución?

15. Segundo sua experiência, quais estratégias têm contribuído para melhorar a convivência dos alunos? / Según su experiencia desde la dirección de esta institución, ¿Qué estrategias han contribuido para mejorar la convivencia de los estudiantes?

**POSICIONAMIENTO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS PÓS ACORDO DE PAZ / POSICIONAMIENTO SOBRE LAS POLITICAS EDUCATIVAS POS ACUERDO DE PAZ**

16. Está de acordo com o acordo de paz firmado entre o Governo e as FARC- EP? Por quê? / ¿Está de acuerdo con el acuerdo de paz firmado entre el Gobierno y las FARC- EP? ¿Por qué?

17. Qual é seu sentimento quando ex-combatentes retomaram as armas e sua luta na guerrilha? / ¿Qué sentiste cuando los excombatientes volvieron a tomar las armas y su lucha en las guerrilleras?

18. Gostaria de ter formação da história do conflito armado e sobre o Acordo de paz? Por quê? / ¿Le gustaría saber más sobre la historia del conflicto armado y el acuerdo de paz? Por qué?

19. Deseja esclarecer ou complementar alguma informação? / Desea aclarar o complementar alguna información.

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EDUCADORES**

#### **DIRECTRICES PARA LA ENTREVISTA DE LOS PROFESORES**

#### **PERFIL DOS ENTREVISTADOS / PERFIL DE LOS ENTREVISTADOS**

1. Qual sua formação? Curso, faculdade, ano, especialização, mestrado, doutorado? / ¿Cuál es tu formación académica? ¿Curso, universidad, año, especialización, maestría, doctorado?

2. Quantos anos de experiência têm no campo da educação? / ¿Cuántos años de experiencia tiene en el campo de la educación?

3. Qual o tempo de trabalho como docente nesta instituição? / ¿Cuántos años has trabajado como profesor en esta institución?

#### **CONHECIMENTO SOBRE O PROJETO EDUCATIVO INSTITUCIONAL / CONOCIMIENTO SOBRE EL PROYECTO EDUCATIVO INSTITUCIONAL**

4. Conhece o projeto educativo da instituição? / ¿Conoces el proyecto educativo de la institución?

5. Pode descrever que tipo de população é atendida nesta escola? / ¿Puedes describir qué tipo de población se atiende en esta escuela?

6. Como está estabelecido no PEI a abordagem da história do conflito armado? / ¿Cómo se establece en el PEI abordar la historia del conflicto armado?

#### **POSICIONAMENTO EDUCATIVO SOBRE O CONFLITO ARMADO/ POSICIONAMIENTO EDUCATIVO SOBRE EL CONFLICTO ARMADO**

7. Quais são as principais fontes de informação que usa para abordar a história do conflito armado? / ¿Cuáles son las principales fuentes de información que utiliza para abordar la historia del conflicto armado?

8. Quando é abordado o tema do conflito armado, quais são as principais reações dos alunos? / ¿Cuándo se aborda el tema del conflicto armado, ¿Cuáles son las principales reacciones de los estudiantes?

9. De acordo com sua experiência, qual é o nível de conhecimento e análise dos alunos sobre o conflito armado e a violência? / En su experiencia, ¿Cuál es el nivel de conocimiento y análisis del estudiante sobre conflicto armado y violencia?

10. De acordo com sua experiência, qual é o nível de conhecimento e análises dos alunos sobre o acordo de paz? Existem diferenças, se e assim, a que crê você que se deve essa diferença? / Según su experiencia, ¿Cuál es el nivel de conocimiento y análisis del estudiante sobre el acuerdo de paz? ¿Hay diferencias, de ser así, a qué cree que se debe esta diferencia?

**POSICIONAMENTO DOCENTE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CONFLITO ARMADO E AS QUESTÕES SOCIAIS E EDUCACIONAIS / POSICIONAMIENTO DOCENTE SOBRE LA RELACIÓN ENTRE EL CONFLICTO ARMADO Y LAS CUESTIONES SOCIALES Y EDUCATIVAS.**

11. Para você, quais são os problemas que afetam o processo educativo dos alunos na escola? / ¿Qué problemas crees que afectan el proceso educativo de los estudiantes en la escuela?

12. Está de acordo com o acordo de paz assinado entre o Governo e as FARC- EP? Por quê? / ¿Está de acuerdo o no con el Acuerdo de paz firmado entre el Gobierno y las FARC-EP? ¿Por qué?

13. Como educador desta instituição, qual é sua visão sobre o papel da escola no pós-conflito? / Como educador de esta institución, ¿Cuál es su opinión sobre el papel de la escuela en el posconflicto?

14. Que tipo de capacitação deveriam receber os docentes para o atendimento da comunidade desta instituição? / ¿Qué tipo de capacitación deberían recibir los maestros para atender a la comunidad de esta institución?

**POSICIONAMENTO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS PÓS ACORDO DE PAZ / POSICIONAMIENTO SOBRE LAS POLITICAS EDUCATIVAS POS ACUERDO DE PAZ**

15. Pode sinalizar as políticas públicas a partir do Acordo de Paz implementadas na escola ? / ¿Puede señalar las políticas públicas del Acuerdo de Paz implementadas en la escuela?

16. Em sua opinião, quais deficiências apresentam as políticas públicas para que seja efetiva a educação no pós-conflito? / En su opinión, ¿Qué deficiencias tienen las políticas públicas para que la educación en el pos conflicto sea efectiva?



17. Que necessidades tem a escola para realizar melhor atendimento para a comunidade desta instituição? / ¿Qué necesidades tiene la escuela para brindar un mejor servicio a la comunidad de esta institución?

18. Segundo sua experiências, quais as estratégias que têm contribuído para melhorar a convivência dos alunos? / Según su experiencia en el aula, ¿Qué estrategias han contribuido para mejorar la convivencia de los estudiantes?

**POSICIONAMENTO SOBRE A REALIDADE / POSICIONAMIENTO SOBRE LA REALIDAD**

19. Qual é seu sentimento quando ex-combatentes retomaram as armas e sua luta na guerrilha? / ¿Qué sentiste cuando los excombatientes volvieron a tomar las armas y su lucha en las guerrilleras?

20. Poderia comentar segundo sua experiência como docente desta instituição, as atitudes dos alunos que revelam sua condição de vítimas do conflito. / Puede comentar según su experiencia como docente en esta institución, las actitudes de los estudiantes que revelan su condición de ser víctima del conflicto.

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Contribuições da educação na construção de um processo democrático no pós-conflito no contexto colombiano

**Pesquisador:** Katherine Gómez Plata

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 25374919.1.0000.0105

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.772.866

#### Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Contribuições da educação na construção de um processo democrático no pós-conflito no contexto colombiano na Instituição Educativa "As Gardênias"

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar as contradições do Acordo de Paz e suas possíveis contribuições para a implementação de processos democráticos em escolas da Colômbia

Objetivo Secundário:

- Identificar as contribuições de políticas educacionais contempladas no Acordo de Paz para processos democráticos em escolas colombianas;
- Verificar e descrever possíveis impactos do Acordo para a Paz, e de Políticas Educacionais dele decorrentes, na organização da escola;
- Examinar as estratégias desenvolvidas no contexto escolar para a construção da democracia no período pós Acordo de Paz;
- Desvelar limites e possibilidades do Acordo de Paz para o desenvolvimento de processos

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B

**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900

**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA

**Telefone:** (42)3220-3108

**E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.772.866

democráticos em escolas.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Para os sujeitos participantes na pesquisa não existiram riscos.

Benefícios:

Compreendemos enquanto asserções de conhecimento que esta pesquisa nos contribuirá enquanto oportunidade de construir conhecimentos e apresentar algumas reflexões sobre as políticas educativas para a construção de processos democráticos em situações de conflito e pós conflito, além de refletir sobre o papel da escola neste processo desvelando seus limites e contradições.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A intenção de pesquisa é investigar as políticas educativas após do Acordo de Paz entre o Governo da Colômbia e as FARC EP, a traves do analise documental e da coleta de dados, a fim de estabelecer limites e possibilidades da educação na construção do processo democrático na Colômbia.

Neste contexto minha pesquisa considera-se de vital importância situar como objeto da pesquisa as políticas educacionais dentro do acordo para a paz entre o governo da Colômbia e as FARC- EP, assinado no ano 2016 e as políticas educacionais que a partir dele estão sendo implementadas nas escolas, limitando-nos ate o ano 2019. A investigação será feita na "Instituição Educativa Distrital As Gardênias" que da atendimento a população vulnerável e vitima do conflito armado, na cidade de Barranquilla, Colômbia.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

**Recomendações:**

Enviar o relatório final após o termino do projeto por Notificação via plataforma brasil

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco M, Sala 116-B  
**Bairro:** Uvarararas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.772.866

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento  | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                 | Situação |
|---|---|------------------------|-----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1466592.pdf | 02/12/2019<br>17:44:38 |                       | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_teste.docx                               | 02/12/2019<br>17:30:50 | Katherine Gómez Plata | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_detalhado_teste.pdf                   | 07/11/2019<br>16:06:48 | Katherine Gómez Plata | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | PESQUISADOR_teste.pdf                         | 07/11/2019<br>16:02:24 | Katherine Gómez Plata | Aceito   |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | Declaracao_teste.png                          | 07/11/2019<br>16:01:15 | Katherine Gómez Plata | Aceito   |
| Cronograma  | cronograma_teste.docx                         | 07/11/2019<br>15:58:10 | Katherine Gómez Plata | Aceito   |
| Folha de Rosto  | folhaDeRosto.pdf                              | 07/11/2019<br>15:50:40 | Katherine Gómez Plata | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PONTA GROSSA, 15 de Dezembro de 2019

Assinado por:  
**ULISSES COELHO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br